

**MUNDOS DO
TRABALHO
NA ARGENTINA
E NO BRASIL**

**MUNDOS DEL
TRABAJO
EN ARGENTINA
Y BRASIL**

organizadores

JOÃO HENRIQUE ZANELATTO

MAXIMILIANO CAMARDA

RODOLFO LEYES

KAREN ELIZABETH CATELOTTI



2026©Copyright UNESC
Universidade do Extremo Sul Catarinense
Av. Universitária, 1105 – Bairro Universitário
C.P. 3167 – 88806-000
Criciúma – SC - Fone: +55 (48) 3431-2718

Vice-Reitora

Gisele Silveira Coelho Lopes

Conselho Editorial

Dimas de Oliveira Estevam (Presidente)

Adriano Michael Bernardin

Angela Cristina Di Palma Back

Cinara Ludvig Gonçalves

Ismael Francisco de Souza

Marco Antonio da Silva

Marcos Aurélio Maeyama

Merisandra Côrtes de Mattos Garcia

Rafael Rodrigo Mueller

Reginaldo de Souza Vieira

Ricardo Luiz de Bittencourt

Richarles Souza de Carvalho

Vilson Menegon Bristot

FURJ – MANTENEDORA

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA FURJ

Conselho de Administração

Presidente – Loacir Gschwendtner

Conselho Curador

Presidente – Maria Salette Rodrigues Pacheco

PRESIDÊNCIA

Presidente

Alexandre Cidral

Vice-Presidente

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretor Administrativo

Mário César de Ramos

Procuradora-Geral da Furj

Ana Carolina Amorim Buzzi

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE

JOINVILLE – UNIVILLE – MANTIDA

ÓRGÃO DELIBERATIVO SUPERIOR DA UNIVILLE

Conselho Universitário

Presidente – Alexandre Cidral

ÓRGÃO EXECUTIVO SUPERIOR DA UNIVILLE

– REITORIA

Reitor

Alexandre Cidral

Vice-Reitora

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino

Eduardo Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Paulo Henrique Condeixa de França

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Patrícia Esther Fendrich Magri

Pró-Reitora de Infraestrutura (*pro tempore*)

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretora do Campus São Bento do Sul

Liandra Pereira

PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE

JOINVILLE E REGIÃO – INOVAPARQ – MANTIDA

Diretor Executivo

Paulo Marcondes Bousfield

PRODUÇÃO EDITORIAL – EDITORA UNIVILLE

Coordenação Geral

Silvio Simon de Matos



**MUNDOS DO
TRABALHO
NA ARGENTINA**

**MUNDOS DEL
TRABAJO
EN ARGENTINA
Y BRASIL**

organizadores

JOÃO HENRIQUE ZANELATTO

MAXIMILIANO CAMARDA

RODOLFO LEYES

KAREN ELIZABETH CATELOTTI

2026

**Criciúma | Joinville
UNESC | UNIVILLE**

Editora da UNESCO

Editor-Chefe: Dimas de Oliveira Estevam

Revisão ortográfica e gramatical: Cristina Alcântara

Capa, projeto gráfico e diagramação: Luiz Augusto Pereira



Grupo de Pesquisa
HISTÓRIA ECONÔMICA E
SOCIAL DE SANTA CATARINA



As ideias, imagens e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores e/ou organizadores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M965 Mundos do trabalho na Argentina e no Brasil [recurso eletrônico] = Mundos del trabajo en Argentina y Brasil / organizadores João Henrique Zanelatto, Maximiliano Camarda, Rodolfo Leyes, Karen Elizabeth Catelotti. – Criciúma, SC : Ediunes ; Joinville: Editora Univille, 2026.
353 p. : il.

Modo de acesso: <<https://www.unesc.net/Portal/capa/index/300/5886/>>
ISBN 978-65-85766-88-3

1. Trabalho - Argentina. 2. Trabalho - Brasil. 3. Trabalhadores - Argentina. 4. Trabalhadores - Brasil. 5. Trabalhadores da educação. 6. Greves e lockouts. 7. Sindicalismo. 8. Trabalhadores das minas de carvão. 9. Trabalhadores da indústria elétrica. 10. Trabalhadores da indústria. 11. Mulheres - Emprego. I. Título.

CDD - 22.ed. 331.098281

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida, por qualquer meio ou forma, sem prévia permissão por escrito da Editora da Unesc.

PREFÁCIO

A presente coletânea é fruto de um esforço coletivo que transpôs fronteiras nacionais para construir pontes entre pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com o estudo crítico dos Mundos do Trabalho na América Latina. O livro é a concretização de uma ação de internacionalização, que foi o I Encontro de Pesquisadores sobre Mundos do Trabalho da Argentina e do Brasil, realizado nos dias 4 e 5 de novembro de 2024. Os pesquisadores que participaram do evento atuam na Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), no Instituto de Estudios Sociales (Conicet-Uner) e no Programa de Doctorado en Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Entre Ríos (Uner). O evento foi organizado pelos professores João Henrique Zanelatto (Unesc), Maximiliano Camarda, Rodolfo Leyes e Karen Elizabeth Catelotti (Ines-Conicet-Uner). Sendo assim, pode-se afirmar que a obra nasceu do diálogo entre universidades e centros de pesquisa que compartilham um mesmo compromisso com a produção de conhecimento e divulgação científica. As pesquisas aqui apresentadas mostram que, a partir do fim do século XX, de forma intensa, o contexto latino-americano vem sendo marcado pela ascensão de políticas neoliberais e conservadoras que ameaçam direitos historicamente conquistados por meio da mobilização social. A centralidade do trabalho como categoria histórica e social permanece indiscutível. Seja no plano da economia, da política ou da cultura, compreender as formas de organização, resistência e identidade da classe trabalhadora é compreender o próprio processo de formação de nossas sociedades.

Já o século XXI tem demonstrado de modo evidente profundas transformações no mundo do trabalho: flexibilização de vínculos, intensificação da precarização, diminuição dos direitos dos trabalhadores, disseminação de plataformas digitais, remuneração não categorizada, além de novas modalidades de exploração da força de trabalho. Além disso, a precarização do trabalho ainda coloca o trabalhador em situação análoga à escravidão, o que deveria ser avaliado como prática superada, mas infelizmente ainda é vista no presente século. Tais mudanças tornam ainda mais atual o esforço de revisitar experiências históricas e de articular análises críticas sobre o presente. Ao dar visibilidade a trabalhadores e trabalhadoras muitas vezes invisibilizados, a

obra amplia o horizonte da história social, deslocando o foco das elites para os sujeitos coletivos que moldaram, com sua ação, a história dos países aqui estudados.

O presente livro mostra a importância de vislumbrar os arquejos políticos, uma vez que os avanços neoliberais e conservadores em diferentes países latino-americanos têm imposto limites às conquistas históricas dos trabalhadores. Os direitos arduamente alcançados vêm sendo ameaçados, o que reforça a importância de obras como esta, que resgatam lutas e trajetórias esquecidas ou marginalizadas.

Além disso, a obra é mais uma comprovação de que o Brasil e a Argentina compartilham não apenas fronteiras geopolíticas, como também processos históricos convergentes, ainda que com suas particularidades. Os processos de industrialização, migração, sindicalização e resistência tiveram suas semelhanças, evidenciadas neste livro. No entanto cabe destacar que cada país apresenta singularidades que merecem ser conhecidas e comparadas. Ao transitar por diferentes escalas – do local ao nacional, do micro ao macro – os capítulos demonstram a importância de cruzar perspectivas para compreender a complexidade do mundo do trabalho.

Sendo assim, a coletânea oferece um espaço privilegiado para refletir sobre a história social do trabalho em perspectiva regional, assim como transnacional. Também responde a uma demanda urgente: repensar o lugar das universidades e dos centros de pesquisa ante as crises sociais contemporâneas. Os capítulos aqui reunidos se organizam em quatro grandes eixos: sindicatos, educação e desigualdades; trabalhadores, Estado e lutas operárias; sindicalismo e resistências no espaço fabril; e a pluralidade de experiências no mundo do trabalho. Importante destacar que temas transversais aparecem nos textos, como as questões de gênero e as desigualdades salariais, que se mostram como mais um ato precarizador do trabalho. O livro mostra como é necessário estudar a complexidade das relações socioeconômicas nos mundos do trabalho, para evidenciar suas inúmeras facetas e articulações. Sendo, assim, evidencia como as questões de gênero, raça e étnicas atravessam o universo laboral, configurando múltiplas formas de opressão, mas também de resistência e protagonismo.

Outro tema transversal que se destaca na obra é a educação. Ao abordar o tema da educação e suas relações com as desigualdades sociais, os

autores demonstram como a escola e as políticas educacionais constituem espaços de disputa, atravessados por interesses de classe e por diferentes projetos de sociedade.

Outras pesquisas aqui reunidas são dedicadas ao estudo do sindicalismo e às lutas operárias, que foram marcadas por episódios decisivos para a história da organização dos trabalhadores, permitindo que o leitor compreenda o papel estratégico das greves e mobilizações na conquista de direitos e na construção da consciência de classe. O sindicalismo aparece em sua pluralidade: ora como espaço de resistência, ora como arena de tensões internas, disputas políticas e redefinições organizacionais. A coletânea mostra que o sindicalismo, longe de ser homogêneo, é um campo em constante transformação.

O leitor encontrará, ao longo da obra, estudos baseados em consistentes pesquisas, que se debruçam em variadas fontes para comprovar a complexidade do mundo do trabalho. Utilizaram-se como fontes: documentos de arquivos sindicais, registros estatais, periódicos, entrevistas orais, estatísticas e documentos institucionais. A variedade de fonte também exigiu variedade metodológica, que foi muito bem conduzida e articulada nos capítulos que compõem este livro. Sendo assim, é notável o compromisso dos autores em articular diferentes abordagens, conjugando a história política, história social, história cultural, estudos de gênero, história da educação. Dessa forma, do ponto de vista historiográfico, a obra insere-se em um campo de estudos que, nas últimas décadas, se consolidou no Brasil e na Argentina, com significativa produção sobre trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais. O livro também reforça a dimensão dos mundos do trabalho, um campo consolidado e que continua produzindo novas análises perante a necessidade de revisionismos e novas pesquisas. Este livro serve como uma demonstração da interlocução entre gerações e novas abordagens. Tal encontro intergeracional fortalece a área dos estudos do trabalho, renovando temas, fontes e abordagens.

Ao reunir investigações de 20 pesquisadores brasileiros e argentinos, a obra não apenas amplia a circulação de conhecimentos, como também instiga um exercício comparativo que enriquece as análises, permitindo identificar convergências e divergências nas trajetórias das classes trabalhadoras dos dois países. Trata-se, portanto, de uma obra que dialoga com o presente sem renunciar à historicidade dos processos sociais, demonstrando que

compreender os mundos do trabalho é também compreender os mundos da luta, da resistência. Sendo assim, espera-se que a leitura desta obra provoque reflexões críticas, inspire novas pesquisas e fortaleça a convicção de que a produção acadêmica pode – e deve – contribuir para transformar a realidade social. O livro será uma referência para todos aqueles que se dedicam a compreender os mundos do trabalho na Argentina, no Brasil e em toda a América Latina.

Boa leitura!

Dra. Samira Peruchi Moretto

Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade
Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Chapecó, setembro de 2025

PREFACIO

El libro que tengo el gusto de prologar constituye un aporte relevante tanto desde el punto de vista empírico como conceptual a los análisis sobre el mundo del trabajo. Ello se debe, sobre todo, a la articulación de una serie de definiciones tomadas por los/as organizadores/as del mismo: 1 – ofrecer al/a la lector/a interesado/a en la temática una aproximación al mundo del trabajo desde una variedad de problemas y enfoques; 2 – presentar experiencias de dos marcos nacionales diferentes, con la posibilidad no sólo de parangonar datos sustantivos sino, fundamentalmente, calibrar herramientas de análisis para una problemática de alcance internacional, y; 3 – descentrar las investigaciones de los escenarios capitalinos para cada caso nacional, desplazándose -respectivamente- hacia uno los estados brasileños de la región sur y una provincia argentina de la región litoral.

Resulta auspicioso que la obra sea producto de la colaboración concretada entre instituciones públicas de educación superior y agencias de Estados nacionales vecinos, que tienen por función el reclutamiento, formación, titulación y promoción de perfiles de investigadores especializados en el campo de las ciencias sociales. Conforme se afirman estas instancias de circulación de académicos/as, saberes y prácticas disciplinares entre Brasil y Argentina, el trabajo de investigación desarrollado en estos centros se inscribe en el plano de la internacionalización de la ciencia; pues vale recordar que Sudamérica también constituye la escala internacional, y no sólo los ámbitos más consagrados de Europa y Estados Unidos.

Por otra parte, la obra busca interpelar a un/a potencial lector/a que encuentre en los ensayos no sólo una descripción realista de luchas obreras, resistencias, organización sindical, experiencias, etc., reconstruidas con abundantes fuentes consultadas y analizadas a la luz de categorías adecuadas a los objetos de estudio, sino que confiesa un fin programático: “propiciar la construcción de un espacio de resistencia”. De esa manera, el trabajo editado se posiciona en línea con una tradición intelectual ubicada en las antípodas de las concepciones que le han otorgado a la ciencia un fin utilitario, incluso podría decirse levemente distante respecto de aquella tradición de las ciencias sociales que afirma que su rol se ciñe en comprender, por su parte el libro

asume de manera más enfática que la función del conocimiento sigue siendo contribuir a la transformación social, en clave de construir una sociedad más justa e igualitaria. Ese perfil intelectual no parte de una impersonal definición teórica abstracta, sino de una sensibilidad de los/as autores/as que en tanto actores sociales registran el avance de políticas neoliberales y conservadoras en América Latina – políticas de las cuales sus propias trayectorias no están exentas –, y que en respuesta a ello añaden a su rol científico un compromiso social.

Otro aspecto que despierta interés del libro son las variadas pertenencias disciplinares de los/as autores/as y las consistentes trayectorias académicas que transitan por los campos de la educación, la economía, la sociología y la historia, exhibiendo en su formación titulaciones de grado, de magister, de doctorado y post doctorado. No se llama la atención sobre este aspecto por un simple sentido cuantitativo de acreditación (que por cierto no debe dejar de ponderarse), sino por los efectos teóricos que tal diversidad de enfoques tiene sobre la posibilidad de captar, desde esas diversas entradas, aquello que se da en llamar “el mundo del trabajo”.

En ese sentido, el/la lector/a puede interrogar – y el libro responder – acerca de por qué el público que accede a la obra a partir de interesarse por uno de los dos territorios enunciados en el título, encontrará también alojamiento para sus inquietudes en los trabajos recopilados sobre el otro espacio. Al respecto encontramos tres argumentos contundentes: 1 – la obra tiene la virtud de estar organizada en base a cuatro ejes problemáticos, que según nos cuentan los/as propios/as organizadores/as constituyeron los denominadores comunes del “I Encuentro de investigadores sobre Mundos del Trabajo de Argentina y Brasil” realizado en 2024, que conformó la base de este proyecto editorial. Por lo tanto, no son los marcos jurídico-políticos naturalizados de los Estados la referencia espacial. En cambio, la territorialidad se configura más bien en orden a la problemática analizada y a las conexiones eficientes de los trabajadores y las trabajadoras en diferentes escalas, lo que al mismo tiempo otorga coherencia a los cuatro apartados; 2 – no obstante, los catorce capítulos contextualmente situados son una prevención al uso de conceptos con un sentido normativo. En efecto, el/la lector/a podrá ponderar la *expertise* de los/as autores/as que exploran los alcances interpretativos de las categorías analíticas (verbigracia “clase social”, “sindicalización”, “identidad de clase”)

en diferentes temporalidades y escenarios, y cómo su potencial explicativo se recorta respecto de otros conceptos (ejemplo “etnia”, “género”, “juventud”), y; 3 – finalmente, la historia divergente entre el Estado de Santa Catarina, cuyos procesos de industrialización hunden sus raíces en la actividad minera del siglo XIX y atraviesan la diversificación productiva del siglo XX, y el Estado provincial de Entre Ríos, que en términos generales se mantuvo carente de impactos significativos por parte de la industrialización sustitutiva, no hace más que poner el foco sobre qué puede enseñar la experiencia catarinense – en relación a la formación estructural de la clase trabajadora, su elaboración cultural de la experiencia común en clave de identidad, su organización sindical, la conflictividad con los funcionarios y políticas estatales, etc. – al proceso entrerriano, y viceversa. Se trata de un ejercicio comparativo que no se propone como objetivo explícito de la obra, pero que difícilmente el/la lector/a podrá eludir por completo, anexando otros puntos de encuentro a los más obvios de la relación geográfica con la cuenca del Río de la Plata, la significativa recepción de inmigración europea, o coincidencias en actividades productivas relevantes para cada una de sus economías.

En relación a la periodización, es dable subrayar que más de la mitad de los trabajos refieren a contextos en los cuales los protagonistas actuaban afectados por el marco de procesos dictatoriales, o bien aluden a recortes cronológicos que abarcan las últimas décadas; mientras que los restantes capítulos casi en su totalidad reconstruyen problemáticas del *siglo XX corto* (en el entendido de que esa clasificación parte del consenso historiográfico que indica que los períodos históricos no necesariamente coinciden con los años cronológicos que dan inicio o cierre a un calendario). En consecuencia, si por sociabilidad académica y diálogo con los interlocutores intelectuales – y también por definición política en tanto actores del espacio universitario – los/as autores/as inscriben la obra en el campo problemático del mundo del trabajo, su contribución es igualmente significativa para áreas de estudio como la historia reciente. Cabe agregar que el mundo del trabajo parece compartir con ésta última la característica de no ser una disciplina o subdisciplina en sí, sino una especialidad, ya que se produce en la confluencia de aportes plurales.

Asimismo, el plus de politicidad anticipado en la “presentación” del libro por parte de los/as organizadores/as, perdería coherencia con su premisa si no sumara a la mirada de una historia social “desde abajo”, una perspectiva

de género. Ese compromiso intelectual y político está presente tanto como un criterio transversal en los ensayos, como en la manera que se enfocan y traman capítulos específicos.

Por último, alentamos para que las líneas de investigación que estructuran esta obra, puedan continuar siendo puestas en debate, ampliadas y potenciadas en las agendas de las instituciones que formaron parte de esta colaboración. Que la generación de puentes entre Brasil y Argentina, se mantenga con el mismo estímulo y vitalidad que este producto.

Dr. Darío Velázquez

Facultad de Humanidades, Artes y Ciencias Sociales
Universidad Autónoma de Entre Ríos (UADER)

Paraná, septiembre de 2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
PRESENTACIÓN	21
PRIMEIRA PARTE	26
TRABALHO, EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES E DIFERENÇAS TRABAJO, EDUCACIÓN, DESIGUALDADES Y DIFERENCIAS	
NOVO ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E RESISTÊNCIAS: ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO SINDICAL NO CEDUP ABÍLIO PAULO Rodrigo da Costa Lima	27
JUVENTUDES Y DESIGUALDADES EN ENTRE RÍOS URBANA: ANÁLISIS REGIONAL DE DESIGUALDADE EDUCATIVA A PARTIR DE LA CLASE SOCIAL DE ORIGEN Matías Leonel Romero	47
LA FEDERACIÓN ENTRERRIANA DE TRABAJADORES DE LA EDUCACIÓN (1973-1975): UNA EXPERIENCIA PIONERA EN EL MARCO DEL PROCESO DE UNIFICACIÓN SINDICAL DOCENTE EN LA PROVINCIA Federico Manuel Tálamo	68
SEGUNDA PARTE	90
TRABALHADORES, ESTADO, EMPRESAS E AS LUTAS OPERÁRIAS TRABAJADORES, ESTADO, EMPRESAS Y LUCHAS OBRERAS	
“DESLOCADOS DE GUERRA” NAS MINAS BRASILEIRAS: IMIGRAÇÃO DO LESTE EUROPEU E CONFLITOS TRABALHISTAS (1945-1950) Bruno Mandelli	91
DESOCUPACIÓN, ORDEN PÚBLICO E INTERVENCIONISMO ESTATAL, ENTRE RÍOS, 1930-1943 Rodolfo M. Leyes	119

GREVES OPERÁRIAS DE SETEMBRO DE 1979 EM CRICIÚMA (SC) 140
Antonio Luiz Miranda

TERCEIRA PARTE 168
SINDICALISMO E RESISTÊNCIAS DOS TRABALHADORES NO ESPAÇO FABRIL
SINDICALISMO Y RESISTENCIA OBRERA EN EL ESPACIO FABRIL

TRABALHADORES DA CERÂMICA VERMELHA NO SUL DO BRASIL 169
João Henrique Zanelatto

EL “BOOM” DE LA PRODUCCIÓN ARANDANERA EN ENTRE RÍOS, ARGENTINA. EXPANSIÓN DEL CULTIVO Y CONFLICTOS POR LA REPRESENTACIÓN SINDICAL (2005-2012) 202
Karen Elizabeth Catelotti

SINGULARIDADE DA ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SINTRESC), 1967-2022 223
Cleber Borges da Silva | João Henrique Zanelatto

LAS EMPRESAS ENERGÉTICAS DE ENTRE RÍOS, SUS TRANSFORMACIONES Y TRABAJADORES DESDE LA DÉCADA DE 1990 247
Emanuel Amílcar Sebastián
Marrón Maximiliano Camarda

QUARTA PARTE 267
TRABALHADORES/AS E PLURALIDADE DE EXPERIÊNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO
TRABAJADORES Y PLURALIDAD DE EXPERIENCIAS EN EL MUNDO DEL TRABAJO

UNA APROXIMACIÓN A LA POBLACIÓN TRABAJADORA DE ENTRE RÍOS EN TIEMPOS DE LA INDUSTRIALIZACIÓN POR SUSTITUCIÓN DE IMPORTACIONES, 1930-1976 268
Juan Schroeder

**A INTERSECCIONALIDADE NA INDÚSTRIA DO
VESTUÁRIO DE CRICIÚMA: A LUTA E AS CONQUISTAS
DAS\OS TRABALHADORAS\ES**

Tatiane Beretta

288

**SALADEROS, FÁBRICAS DE CONSERVAS Y
FRIGORÍFICOS EN ENTRE RÍOS DESDE FINES DEL
SIGLO XIX HASTA MEDIADOS DEL SIGLO XX**

Keila Schwarz | Maximiliano Camarda

307

**QUANDO RECLAMAR É (RE)EXISTIR: A LUTA DAS
MULHERES NA JUSTIÇA DO TRABALHO NO SUL DO
ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE AS DÉCADAS DE
1940 E 1950**

Daniela Pistorello | Liziane Acordi Rocha

Ana Paula Freitas de Albuquerque

Mariana Jakabson Lavezzo

Clarissa Rabelo Nackes Vieira | Gabrieli Bettiol

326

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

347

APRESENTAÇÃO

A coletânea sobre os Mundos do Trabalho que apresentamos aos leitores foi fruto do I Encontro de Pesquisadores sobre Mundos do Trabalho da Argentina e Brasil, realizado no mês novembro de 2024, por meio de uma parceria entre o programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), o Instituto de Estudios Sociales (Ines-Conicet-Uner) e o Programa de Doctorado en Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Entre Ríos (Uner). O evento foi organizado pelos professores João Henrique Zanelatto (Unesc), Maximiliano Camarda, Rodolfo Leyes e Karen Elizabeth Catelotti (Ines-Conicet-Uner). A coletânea contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

O evento aconteceu nos dias 4 e 5 de novembro de 2024 pelo Meeting e foi constituído por quatro mesas temáticas, reunindo pesquisadores dos dois países. As mesas temáticas abordaram os seguintes aspectos: “Trabalho, educação, desigualdades e diferenças”; “Trabalhadores, Estado, empresas e as lutas operárias”; “Sindicalismo e resistências dos trabalhadores no espaço fabril”; e “Trabalhadores/as e pluralidade de experiências no Mundo do Trabalho”.

No contexto de avanço de políticas neoliberais e conservadoras na América Latina, que vêm retirando e extinguindo direitos, tolhendo liberdade de expressão, de gênero e etnia etc., conquistados a duras penas pelos trabalhadores e movimentos sociais, a coletânea quer contribuir para dar visibilidade às pesquisas produzidas sobre Mundos do Trabalho na Argentina e no Brasil. Além disso, quer constituir um canal de resistência, pois denuncia em vários dos seus aspectos as tensas relações entre trabalho e capital em tempos pretéritos e no presente. Assim, a coletânea reúne 14 ensaios temáticos: sete de pesquisadores/as da Argentina e sete do Brasil.

O primeiro capítulo, intitulado “Novo Ensino Médio, educação profissional e resistências: análise sobre a atuação sindical no Cedup Abílio Paulo”, do sociólogo Rodrigo da Costa Lima, analisou como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa

Catarina (Sinte/SC) atuou na resistência à implementação do Novo Ensino Médio no estado, no período entre 2017 e 2023.

No capítulo “Juventudes y desigualdades en Entre Ríos Urbana: análisis regional de desigualdad educativa a partir de la clase social de origen”, o economista Matías Leonel Romero estuda as relações entre a classe ou a origem social dos jovens em Entre Ríos e seu acesso à educação, entendendo esta como o acesso aos níveis educativos, assistência aos estabelecimentos e à terminalidade educativa dos e das jovens. O autor evidenciou uma relação entre a origem social das pessoas e seu acesso à educação.

O historiador Federico Manuel Tálamo, com o capítulo “La Federación Entrerriana de Trabajadores de la Educación (1973-1975): una experiencia pionera en el marco del proceso de unificación sindical docente en la provincia”, busca recuperar e colocar na superfície o caso da Federação Entrerriana de Trabalhadores da Educação (1973-1975), espaço de articulação organizado a pedido das entidades provinciais que participaram da constituição da Confederação dos Trabalhadores da Educação da República Argentina. Partindo de uma introdução que permite contextualizar esse processo histórico, avança na caracterização do cenário local para finalmente abordar algumas das definições e ações levadas a cabo nessa etapa.

Com o texto intitulado “‘Deslocados de guerra’ nas minas brasileiras: imigração do leste europeu e conflitos trabalhistas (1945-1950)”, o historiador Bruno Mandelli investigou a dinâmica da imigração do leste europeu para as minas de carvão do Rio Grande do Sul, Brasil, em meados do século XX, desvendando as intrincadas relações étnicas e de classe que se manifestaram nesse contexto. A indústria carbonífera encontrou no fluxo pós-Segunda Guerra Mundial uma oportunidade de recomposição de sua força de trabalho. Analisaram-se o recrutamento promovido pelo Consórcio Administrador das Empresas de Mineração do Rio Grande do Sul (Cadem), a partir de 1945, e a experiência coletiva de trabalhadores provenientes de diversas nacionalidades (poloneses, ucranianos, russos, alemães).

O historiador Rodolfo M. Leyes, com o capítulo “Desocupación, orden público e intervencionismo estatal, Entre Ríos, 1930-1943”, dá conta das transformações materiais que sofreu o capitalismo rural entrerriano desde os anos de 1920 e 1930 e como essas mudanças afetaram a classe dominante, produzindo a passagem da desocupação flutuante para a superpopulação

operária. Tais mudanças, que envolveram permanentemente a interrupção do trabalho, geraram formas de manifestação distintas, em geral inorgânicas, mas no contexto dos anos 1930 apoiaram as classes dominantes, que tiveram uma aproximação entre a desocupação e a revolução comunista. Em consequência, o aparecimento de um Estado mediador e que absorveu esses desocupados foi a resposta mais contundente e sustentada de todo o período de estudo do trabalho.

Segundo o capítulo “Greves operárias de setembro de 1979 em Criciúma (SC)”, do historiador Antonio Luiz Miranda, o ano de 1979 aparece como o ressurgimento no movimento operário na região carbonífera, especialmente em Criciúma, quando ceramistas, metalúrgicos, motoristas e mineiros eclodiram as primeiras mobilizações após o golpe militar de 1964. O autor analisou a eclosão do movimento generalizado dos trabalhadores da cidade de Criciúma, ocorrido principalmente durante o mês de setembro de 1979.

Em “Trabalhadores da cerâmica vermelha no Sul do Brasil”, o historiador João Henrique Zanelatto abordou dois aspectos dos trabalhadores que se constituíram na força de trabalho das cerâmicas/olarias de Morro da Fumaça no período de 1970-1990: 1) compreender as transformações ocorridas nos modos de viver desses homens e mulheres ao trabalharem nas olarias; 2) lançar o olhar sobre os mecanismos e as estratégias utilizados pelos proprietários de olarias para submeterem esses trabalhadores a seu domínio.

A historiadora Karen Elizabeth Catelotti, no capítulo “El ‘boom’ de la producción arandanera en Entre Ríos, Argentina. Expansión del cultivo y conflictos por la representación sindical (2005-2012)”, analisa o desenvolvimento da produção de mirtilo na província de Entre Rios. Também reconstruiu os debates pela representação dos trabalhadores de colheita e embalagem que se suscitaram entre a União Argentina de Trabalhadores Rurais e Estivadores e o Sindicato de Trabalhadores da Fruta, no período 2005-2012.

O capítulo intitulado “Singularidade da organização do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (Sintresc), 1967-2022”, de Cleber Borges da Silva e João Henrique Zanelatto, descreveram a expansão e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina pela Celesc, mas com ênfase no processo da organização do Sindicato

dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (Sintresc) e suas peculiaridades.

Emanuel Amílcar Sebastián Marrón e Maximiliano Camarda, em “Las empresas energéticas de Entre Ríos, sus transformaciones y trabajadores desde la década de 1990”, analisam as transformações ocorridas no setor elétrico na província de Entre Ríos nos últimos 30 anos, com ênfase especial no impacto dessas mudanças sobre os trabalhadores do setor. Os autores interpretam as mudanças ocorridas desde a década de 1990 como propulsoras de uma nova visão da eletricidade como recurso, não apenas para o setor energético, como também para todo o desenvolvimento socioeconômico do país e para a força de trabalho do setor.

O capítulo “Una aproximación a la población trabajadora de Entre Ríos en tiempos de la industrialización por sustitución de importaciones, 1930-1976”, de Juan Schroeder, examina a transformação da estrutura socioprodutiva de Entre Ríos ao longo do século XX. Utilizando censos, estatísticas e fontes primárias, o autor estuda a estagnação demográfica, a marginalização industrial e as limitações geográficas como fatores determinantes do desenvolvimento. Examina a expansão agrícola, a mecanização e as mudanças, destacando como esses fatores consolidaram Entre Ríos como uma província com capacidade de expulsão populacional.

O texto de Tatiane Beretta, “A interseccionalidade na indústria do vestuário de Criciúma: a luta e conquistas das\os trabalhadoras\es”, ao investigar a trajetória do Sindicato Vestuarista de Criciúma entre os anos de 1979 e 1990, explorou como as experiências das trabalhadoras do setor foram marcadas por questões de classe, gênero e raça e como essas categorias sociais se entrelaçam para construir realidades complexas, com base na perspectiva da interseccionalidade.

No capítulo “Saladeros, fábricas de conservas y frigoríficos en Entre Ríos desde fines del siglo XIX hasta mediados del siglo XX”, os autores Keila Schwarz e Maximiliano Camarda resumem a história da indústria da carne na região de Cuenca de la Plata, das salgas aos frigoríficos, com foco em Entre Ríos. Eles se concentram no caso da empresa Liebig’s para analisar as relações entre economia, tecnologia e gênero na organização do trabalho. Também oferecem uma visão abrangente das transformações produtivas e sociais no mundo do trabalho fabril.

Por fim, o texto “Quando reclamar é (re)existir: a luta das mulheres na Justiça do Trabalho no sul do estado de Santa Catarina entre as décadas de 1940 e 1950”, das pesquisadoras Daniela Pistorello, Liziane Acordi, Ana Paula Freitas de Albuquerque, Mariana Jakabson Lavezzo, Clarissa Rabelo Nackes Vieira e Gabrieli Bettiol, problematizou as reclamações trabalhistas ajuizadas por mulheres perante a Justiça de Criciúma (SC), entre as décadas de 1940 e 1950, a fim de perceber a importância de narrativas que deem visibilidade às mulheres e seu protagonismo na luta pelo reconhecimento e cumprimento de direitos trabalhistas, promovendo formas de negociação e resistência no combate às tipologias de precarização do trabalho.

Os/As organizadores/as

PRESENTACIÓN

La presente compilación sobre el Mundo del Trabajo que presentamos a los lectores es fruto del “I Encuentro de investigadores sobre Mundos del Trabajo de Argentina y Brasil”, realizado en el mes de noviembre de 2024 mediante una colaboración entre el Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico de la Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), el Instituto de Estudios Sociales (Conicet-Uner) y el Programa de Doctorado en Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Entre Ríos (Uner). El evento fue organizado por los profesores João Henrique Zanelatto (UNESCO), Maximiliano Camarda, Rodolfo Leyes y Karen Elizabeth Catelotti, del Instituto de Estudios Sociales (Ines-Conicet-Uner). La colección contó con el apoyo de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (Capes) y de la Fundación de Apoyo a la Investigación y la Innovación del Estado de Santa Catarina (Fapesc).

El encuentro se desarrolló los días 4 y 5 de noviembre de 2024 a través de la modalidad virtual, y la jornada de trabajo se organizó en cuatro mesas temáticas que reunieron a investigadores de ambos países. Las mesas temáticas abordaron los siguientes aspectos: “Trabajo, educación, desigualdades y diferencias”; “Trabajadores, Estado, empresas y las luchas obreras”; “Sindicalismo y resistencia de los trabajadores en el ámbito fabril”; y “Trabajadores/as y pluralidad de experiencias en el mundo del trabajo”.

En un contexto de avance de políticas neoliberales y conservadoras en América Latina que van recortando y extinguiendo derechos, y amenazan la libertad de expresión, de género y etnia, etc. – que han sido conquista de las luchas de los trabajadores/as y los movimientos sociales –, esta compilación se propone contribuir a visibilizar las investigaciones realizadas sobre el mundo del trabajo en Argentina y Brasil. Además, pretende propiciar la construcción de un espacio de resistencia, en tanto los escritos que aquí se presentan denuncian en varios aspectos las tensas relaciones entre trabajo y capital en clave histórica y en el presente. La compilación en su conjunto reúne catorce ensayos temáticos, siete de investigadores/as de Argentina y siete de Brasil.

En el primer capítulo, titulado “Novo Ensino Médio, educação profissional e resistências: análise sobre a atuação sindical no Cedup Abílio

Paulo” el sociólogo Rodrigo da Costa Lima analiza como el Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC) actuó en la resistencia a la implementación del Novo Ensino Médio en el estado, en el periodo 2017-2023.

Mientras que en el capítulo “Juventudes y desigualdades en Entre Ríos Urbana: análisis regional de desigualdad educativa a partir de la clase social de origen”, el economista Matías Leonel Romero estudia las relaciones entre la clase o el origen social de los y las jóvenes en Entre Ríos y su acceso a la educación, entendiendo esta como el acceso a niveles educativos, la asistencia a establecimientos y la terminalidad educativa de los y las jóvenes. Se evidencia una relación entre el origen social de las personas y su acceso a la educación.

El historiador Federico Manuel Tálamo, con el capítulo “La Federación Entrerriana de Trabajadores de la Educación (1973-1975): una experiencia pionera en el marco del proceso de unificación sindical docente en la provincia”, busca recuperar y visibilizar el caso de la Federación Entrerriana de Trabajadores de la Educación (1973-1975), organizada a instancias de las entidades provinciales que participaron en la constitución de la CTERA. Partiendo de una introducción que permite contextualizar este proceso histórico, avanza en la caracterización del escenario local, para finalmente abordar algunas de las definiciones y acciones llevadas a cabo en esta etapa.

Con el escrito titulado “‘Deslocados de guerra’ nas minas brasileiras: imigração do leste europeu e conflitos trabalhistas (1945-1950)”, el historiador Bruno Mandelli indaga en la dinámica de la inmigración del Este Europeo para las minas de carbón de Rio Grande Do Sul, Brasil, a mediados del siglo XX, develando las complejas relaciones étnicas y de clase que se manifestaron en ese contexto. La industria carbonífera encontró en el flujo posterior a la Segunda Guerra Mundial una oportunidad de recomposición de su fuerza de trabajo. El trabajo analiza el reclutamiento llevado adelante por el Consórcio Administrador das Empresas de Mineração do Rio Grande do Sul (Cadem), a partir de 1945, y la experiencia colectiva de los trabajadores provenientes de diversas nacionalidades (polacos, ucranianos, rusos, alamenes).

Por su parte, el historiador Rodolfo M. Leyes, en el capítulo “Desocupación, orden público e intervencionismo estatal, Entre Ríos, 1930-1943”, da cuenta de las transformaciones materiales que sufrió el capitalismo rural entrerriano desde los años veinte y treinta, y de cómo estos cambios

afectaron a la clase obrera, produciendo el pasaje de la desocupación flotante a la sobrepoblación obrera. Estos cambios, que volvieron permanente la interrupción del trabajo, generaron diferentes formas de manifestaciones, en general inorgánicas, pero que en el contexto de los años treinta asustaron a la clase dominante, que temía una confluencia entre la desocupación y la revolución comunista. El autor se adentra en cómo la aparición de un Estado mediador que absorbiera a esos desocupados fue la respuesta más contundente y sostenida de todo el período de estudio.

El capítulo titulado “Greves operárias de setembro de 1979 em Criciúma (SC)”, del historiador Antonio Luiz Miranda, aborda el año 1979 que se presenta como un periodo de resurgimiento del movimiento obrero en la región carbonífera, especialmente en Criciúma, cuando los ceramistas, los metalúrgicos y los conductores conjuntamente con los mineros llevaron adelante las primeras movilizaciones después del golpe militar de 1964. El autor analiza la eclosión del movimiento general de los trabajadores de la ciudad de Criciúma, ocurrido principalmente durante el mes de septiembre de 1979.

El capítulo titulado “Trabalhadores da cerâmica vermelha no Sul do Brasil” del historiador João Henrique Zanelatto aborda dos aspectos de los trabajadores que se constituyeron en la fuerza de trabajo de la cerámica de Morro da Fumaça en el periodo 1970-1990: 1) comprender las transformaciones ocurridas en los modos de vida de esos hombres y mujeres al trabajar en las cerámicas; 2) examinar los mecanismos y estrategias utilizados por los propietarios de las alfarerías para someter a estos trabajadores a su dominación.

La historiadora Karen Elizabeth Catelotti, en el capítulo “El ‘boom’ de la producción arandanera en Entre Ríos, Argentina. Expansión del cultivo y conflictos por la representación sindical (2005-2012)”, analiza el devenir de la producción de arándanos en la provincia de Entre Ríos, poniendo el foco en la centralidad que cobró como producción alternativa. Al mismo tiempo, reconstruye los debates por la representación de los trabajadores de cosecha y empaque que se suscitaron entre la Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores (Uatre) y el Sindicato Obrero de la Fruta (SOF) en el período 2005-2012.

El capítulo titulado “Singularidade da organização do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de

Santa Catarina (Sintresc), 1967-2022”, de Cleber Borges da Silva e João Henrique Zanelatto, aborda la expansión y distribución de energía eléctrica en Santa Catarina realizada por la Celesc, poniendo énfasis en el proceso de organización del Sindicato dos trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (Sintresc) y sus particularidades.

Emanuel Amílcar Sebastián Marrón y Maximiliano Camarda, en el texto “Las empresas energéticas de Entre Ríos, sus transformaciones y trabajadores desde la década de 1990”, analizan las transformaciones producidas en el sector eléctrico en la provincia de Entre Ríos en los últimos treinta años, con especial hincapié en el impacto de los cambios en los trabajadores del sector. Los autores interpretan que los cambios sucedidos a partir de la década del 90 marcaron una nueva impronta en cuanto a la visión de la energía eléctrica como recurso, no solamente para el sector energético, sino también para todo el desarrollo socioeconómico del país y la configuración laboral del sector.

El capítulo “Una aproximación a la población trabajadora de Entre Ríos en tiempos de la industrialización por sustitución de importaciones, 1930-1976”, de Juan Schroeder, recupera la transformación de la estructura socioproductiva de Entre Ríos durante el siglo XX. A partir de censos, estadísticas y fuentes primarias, estudia el estancamiento demográfico, la marginalidad industrial y las limitaciones geográficas como condicionantes del desarrollo. Examina la expansión agrícola, la mecanización y los cambios, destacando cómo estos factores consolidaron a Entre Ríos como una provincia expulsora de población.

A su vez, el texto de Tatiana Beretta “A interseccionalidade na indústria do vestuário de Criciúma: a luta e conquistas das/os trabalhadoras/es” analiza la trayectoria del Sindicato Vestuarista de Criciúma entre los años 1979 y 1990. La autora explora cómo las experiencias de las trabajadoras del sector fueron marcadas por cuestiones de clase, género y raza, y cómo esas categorías sociales se entrelazan para construir realidades complejas a partir de la perspectiva de interseccionalidad.

En el capítulo de Keila Schwarz y Maximiliano Camarda, “Saladeros, fábricas de conservas y frigoríficos en Entre Ríos desde fines del siglo XIX hasta mediados del siglo XX”, los autores sintetizan la historia de la industria cárnica en la Cuenca del Plata desde los saladeros hasta los frigoríficos, con

foco en Entre Ríos. Se centran en el caso de la Liebig's a fin de analizar los vínculos entre economía, tecnología y género en la organización del trabajo, además de ofrecer una mirada integral sobre las transformaciones productivas y sociales en el mundo del trabajo fabril.

Por último, el escrito “Quando reclamar é (re)existir: a luta das mulheres na Justiça do Trabalho no sul do estado de Santa Catarina entre as décadas de 1940 e 1950”, de las investigadoras Daniela Pistorello, Liziane Acordi, Ana Paula Freitas de Albuquerque, Mariana Jakobson Lavezzo, Clarissa Rabelo Nackes Vieira y Gabrieli Bettiol, problematiza las demandas laborales presentadas por mujeres ante los tribunales de Criciúma/SC entre las décadas de 1940 y 1950, con el fin de comprender la importancia de las narrativas que dan visibilidad a las mujeres y a su protagonismo en la lucha por el reconocimiento y la aplicación de los derechos laborales, promoviendo formas de negociación y resistencia en la lucha contra los diferentes mecanismos de precariedad laboral.

Los/Las Organizadores/as



PRIMEIRA PARTE

**TRABALHO, EDUCAÇÃO,
DESIGUALDADES E DIFERENÇAS**

**TRABAJO, EDUCACIÓN,
DESIGUALDADES Y DIFERENCIAS**

NOVO ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E RESISTÊNCIAS: ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO SINDICAL NO CEDUP ABÍLIO PAULO

Rodrigo da Costa Lima

Introdução

Neste estudo analisou-se como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC) atuou na resistência à implementação do Novo Ensino Médio (NEM) no estado, no período entre 2017 e 2023. Tomam-se como recorte os debates e as ações específicas desenvolvidas em torno da educação profissional técnica de nível médio, tendo como unidade de análise o Centro de Educação Profissional (Cedup) Abílio Paulo, localizado na cidade de Criciúma, no sul catarinense.

A pesquisa considera as possibilidades de resistência dos/as professores/as que atuam na educação profissional na atual fase da reestruturação produtiva, de hegemonia neoliberal e de reformas empresariais na educação, em que se intensifica a piora das condições de trabalho. Um contexto marcado por projetos de uma formação profissional que se organiza nos marcos de precarização e superexploração da força de trabalho. Considera-se que, mesmo num cenário de fragilização do movimento sindical, que tem sofrido uma série de ataques por meio da retirada dos direitos dos/as trabalhadores/as da educação, na base sindical há espaços de mobilização e reflexão sobre as reformas educacionais.

Metodologicamente, utilizam-se pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada com dirigente sindical do Sinte/SC e dois docentes do Cedup, partindo da perspectiva teórica com base na concepção do materialismo histórico-dialético. Os entrevistados assinaram o termo de cessão de direitos de depoimento oral; os docentes tiveram suas identidades preservadas nas citações, sendo identificados por nomes fictícios.

Para a coleta de dados, foram aplicados os seguintes instrumentos de pesquisa: entrevista semiestruturada (com um dirigente do Sinte/SC e com dois educadores selecionados do corpo docente do Cedup que atuam na educação técnica profissional); análise da legislação sobre educação profissional técnica de nível médio e conteúdos e materiais produzidos pelo sindicato e disponibilizados em seu *site* oficial que abordam as questões referentes às campanhas e ações de resistência contra a reforma do ensino médio e seus efeitos.

Para a análise dos dados coletados na pesquisa, recorreu-se às estratégias da análise documental e da análise de conteúdo. Para tanto, tomou-

se a referência de Bardin (2011), utilizando a primeira técnica para leitura das legislações e dos documentos relacionados ao NEM e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destacando e interpretando as informações relacionadas à educação profissional técnica.

Reforma do ensino médio e o aprofundamento da agenda neoliberal

O golpe jurídico, parlamentar e midiático de maio de 2016 resultou no avanço da agenda privatizante e na retirada de direitos trabalhistas, quando da substituição da então presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Vice-presidente Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e da implementação da agenda “Uma ponte para o futuro”, elaborada pela Fundação Ulysses Guimarães, que serviu de base para o avanço de uma série de reformas de cunho neoliberal. Dentre as quais podemos destacar a trabalhista, do ensino médio e a imposição de um teto de gastos no orçamento público, além da liberação da terceirização para atividades-fim.

A destituição de Dilma Rousseff do cargo em 2016 é fruto de polêmicas e análises divergentes em sua definição como golpe de Estado ou não, que expressam conflitos teóricos e políticos sobre o processo. Associamo-nos à tese de Martuscelli (2020), de que o evento se configurou um golpe de Estado, tendo como objetivo central o reforço da hegemonia do capital financeiro internacional e dos setores da burguesia a ele associados, contando com a adesão da alta classe média. O majoritário apoio institucional obtido no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Ministério Público foi fundamental para a desestabilização. A operação Lava Jato foi o principal fator de operacionalização do golpe; em ações conjuntas com a mídia corporativa criou as condições para a interrupção do mandato de Dilma, o que resultou no aprofundamento da agenda neoliberal no país.

Após o golpe, ocorreu uma desestabilização do sistema político-partidário, que havia se constituído com a redemocratização do país no fim da década de 1980, e o capitalismo brasileiro vivenciou uma de suas maiores crises, com efeitos na acumulação do capital e na institucionalidade, ganhando um caráter estrutural pelo seu alcance e continuidade (Pinto *et al.*, 2019).

Uma das principais expressões dessa agenda foi o avanço do neoliberalismo nas políticas implementadas pelo Estado, tendo, na reforma trabalhista, aprovada em 2017, um marco no novo contexto de flexibilização do trabalho, que implicou a alteração de mais de 200 dispositivos presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Krein; Buarque, 2021).

No conjunto de políticas implementadas durante o governo Temer, uma das prioritárias foi a do ensino médio. Ela ocorreu associada e articulada à reforma trabalhista, que estabeleceu flexibilização da contratação e da remuneração dos trabalhadores, alterando a legislação trabalhista. O NEM concretizou um projeto de formação da juventude trabalhadora subordinada às transformações no mundo do trabalho no contexto de introdução da Indústria 4.0 e da uberização no Brasil. Resultou numa reestruturação significativa da educação no ensino médio, especialmente na alteração do currículo com a aprovação da nova BNCC, com implicações na educação profissional.

A Lei n.º 13.415 (Brasil, 2017) estabeleceu um período de cinco anos para a transição e adaptação dos currículos do ensino médio em alinhamento com a BNCC. Tal processo culminou no currículo organizado com uma carga horária mínima anual, que após um período de transição deveria atingir, em 2022, as 3.000 horas, sendo 1.800 horas para conteúdo da BNCC e 1.200 horas direcionadas para os itinerários formativos, distribuídos em cinco grandes áreas: a) Ciências da Natureza e suas Tecnologias; b) Linguagens e suas Tecnologias; c) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; d) Matemática e suas Tecnologias; e) Formação Técnica e Profissional. A lei também previa a criação de Itinerários Formativos Integrados, que poderiam combinar duas ou mais áreas do conhecimento e/ou Formação Técnica e Profissional.

O NEM foi elaborado sob a égide da hegemonia neoliberal, atualizando as bases ideológicas que se articulam em torno da teoria do capital humano (Schultz, 1973) e da intencionalidade de formação de um sujeito neoliberal (Laval; Dardot, 2016). Conforme Motta e Frigotto (2017), os gestores do Ministério da Educação (MEC) que elaboraram a reforma do ensino médio atrelaram as mudanças curriculares à necessidade apontada por eles de destravar as barreiras para o crescimento econômico do país. Para os reformadores, colocava-se como imperativo uma reestruturação curricular que ajustasse o ensino médio às demandas do mundo do trabalho, em sua dinâmica de mutação no século XXI. Na concepção dos gestores e formuladores

da reforma, a “[...] educação, principalmente a educação profissional, é um fator importante para a retomada do crescimento econômico, uma vez que o investimento em capital humano potencializa a produtividade” (Motta; Frigotto, 2017, p. 357).

De acordo com Ramos e Paranhos (2022), revitalizaram-se antigas teorias que sustentaram as reformas educacionais nos anos 1990, numa retomada da pedagogia das competências, que ganhou nova centralidade na elaboração do discurso educacional. Nesse contexto de renovação ideológica, ganharam ênfase a dimensão socioemocional e o enfoque no empreendedorismo na formação dos estudantes, que se expressam nos documentos que orientaram e normatizaram a reforma do ensino médio, sobretudo a BNCC.

A última etapa da educação básica aproximou-se de uma perspectiva mercantil da escola pública, opondo-se ao seu papel público, universal e inclusivo. Nas palavras de Silva e Scheibe (2017), a organização curricular decorrente da reforma prioriza o atendimento às demandas do setor produtivo e responde à lógica do mercado, colocando a flexibilização do currículo como uma urgência. O resultado é a redução do acesso dos estudantes a disciplinas que antes eram obrigatórias e a hierarquização dos saberes, com o menosprezo de conhecimentos de Filosofia, Sociologia e Arte. Ações que, na visão das citadas autoras, reforçam as desigualdades sociais, porque visam conter pressões de setores populares por acesso ao ensino superior e mais eficiência na seleção e distribuição dos saberes escolares.

Após a reforma, a noção de competências, que pautou as políticas educacionais nos governos liberais de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, foi atualizada e reforçada no NEM e na BNCC. Como afirmam Ramos e Paranhos (2022, p. 73), “a elaboração da Base Nacional Comum Curricular — BNCC do ensino médio foi o ponto alto de retomada da pedagogia das competências na educação básica”.

Tais competências, que se articulam aos cinco itinerários formativos, retomam as concepções de uma formação que foca em desenvolver determinados atributos individuais do/a trabalhador/a, relacionados ao aprimoramento de sua capacidade de comunicação, de utilização de tecnologias digitais de forma ampla e de aptidões pessoais, apresentando características de flexibilidade e reconversão permanente (Ramos, 2006).

Em tempos de precarização e instabilidade nos empregos, a atualização da pedagogia das competências reforça o pragmatismo na educação, ajustando a educação básica e profissional às exigências da sociedade capitalista, na qual avança o uso de tecnologias da informação e comunicação no mundo do trabalho e nas relações interpessoais.

Porém as reformas implementadas após o golpe de 2016 não ocorreram sem enfrentar a resistência dos trabalhadores e do movimento estudantil. A proposta de Reforma do Ensino Médio foi contestada por uma forte mobilização dos estudantes secundaristas, que durante o segundo semestre de 2016 realizaram o maior movimento de ocupações estudantis da história do país, com mais de mil escolas ocupadas. O movimento ficou conhecido como a segunda onda dos protestos secundaristas, que ocorreram no biênio 2015-2016 (Groppo, 2018), e que também contou com o apoio de sindicatos ligados aos trabalhadores em educação. Contra as propostas das mudanças na legislação trabalhista e da previdência, ocorreram três grandes mobilizações nacionais em 2017, organizadas pelas centrais sindicais, em oposição às reformas, sendo elas a “[...] greve do dia 15 de março, a greve geral do dia 28 de abril e os protestos e paralisações do dia 30 de junho” (Dieese, 2018, p. 28).

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), houve uma nova greve geral, no dia 14 de junho de 2019, mas que não foi suficiente para barrar a proposta da reforma previdenciária. Com relação à implementação do NEM, entidades estudantis e sindicais mobilizaram-se em torno da campanha pela sua revogação, que teve como marco a Carta Aberta pela Revogação da Reforma do Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017), publicada em 8 de junho de 2022.

O NEM e a reforma da educação profissional em Santa Catarina

Nacionalmente, Santa Catarina foi protagonista na implementação do NEM. Em 2017, antes mesmo da finalização da BNCC para o ensino médio e da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Ensino Médio, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) criou a Proposta de Educação Integral para o Ensino Médio, em

parceria com o Instituto Ayrton Senna, contando com o apoio do Instituto Natura. Ainda que não fosse voltada para a formação técnica e profissional, ela já trazia concepções relacionadas às novas competências para o século XXI:

O século 21 vem trazendo novos desafios que tornam urgente a tarefa de pensar e fazer uma nova escola. Uma escola onde todos aprendem mais e melhor sobre as áreas de conhecimento e, ao mesmo tempo, desenvolvem habilidades para viver, conviver, trabalhar e aprender ao longo da vida. Uma escola onde os estudantes escolhem e constroem seus caminhos pessoais e profissionais (Santa Catarina, 2016, p. 02).

O estado passou por uma adaptação ao NEM durante o segundo mandato (2015-2018) do governador Raimundo Colombo (PSD). Uma figura-chave para entender a reforma em Santa Catarina e sua articulação com as políticas nacionais é Eduardo Deschamps. Ele ocupou o cargo de secretário de educação de Santa Catarina entre março de 2012 e abril de 2018, sendo um destacado quadro na organização da reforma do ensino médio na esfera nacional. Deschamps fez parte do Conselho Nacional de Educação (CNE –2016-2020), exercendo a Presidência do Conselho Pleno entre 2016 e 2018, além de ter cumprido um papel estratégico na presidência das Comissões do Sistema Nacional de Educação, do Ensino Médio e da BNCC. Em suas palavras, é possível identificar os princípios do NEM e as perspectivas defendidas pelos formuladores da política pública. Segundo Deschamps,

[...] temos que sair da lógica do conteúdo e ir para a lógica do desenvolvimento de competências, que é a capacidade de desenvolver habilidades, atitudes, valores e conhecimentos para a resolução de problemas. Portanto, a estruturação do Ensino Médio tem que ser muito focada em PBL (*Problem Based Learning*) e em projetos. Essas são as duas grandes mudanças que significam uma alteração na maneira de pensar o Ensino Médio e que, às vezes, apresentam algumas dificuldades para determinadas escolas ao fazer o desenho de seus currículos (Entrevista [...], 2021).

Deschamps, ao referenciar o PBL e a pedagogia de projetos como estratégias na reestruturação do ensino médio, reforça a perspectiva de uma educação na qual os estudantes procuram soluções para problemas da vida real, trabalhando em pequenos grupos, com o docente cumprindo apenas o papel de facilitador, tendo como foco a construção do conhecimento centrada no aluno (Borochovicus; Tortella, 2014).

Em 2018, as eleições reservaram uma surpresa no cenário eleitoral catarinense. A ascensão da extrema-direita, nacionalmente liderada pela candidatura de Jair Bolsonaro, repercutiu fortemente no estado. O eleitorado votou massivamente nas candidaturas bolsonaristas e conduziu o desconhecido Carlos Moisés (oficial da reserva do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina) ao centro administrativo. Ainda que houvesse algumas incertezas sobre a condução do seu mandato, na prática, as políticas educacionais, no que concerne à implementação do NEM, seguiram as orientações já estabelecidas durante o governo Colombo.

Em 2019, o então secretário de educação de Santa Catarina, Natalino Uggioni, iniciou a implementação do projeto-piloto do NEM em 120 escolas, o que já havia sido concebido no fim do governo anterior, revelando o aspecto de continuidade. Foi mantida a subordinação do NEM às demandas empresariais, o que se expressou na construção do currículo fortemente influenciado pelo mercado, com destaque para os setores industrial e comercial catarinense.

Conforme Silva, Martini e Possamai (2021), durante reunião organizada pela SED/SC em 2019, após a apresentação das informações sobre o financiamento, os gestores receberam a orientação de identificar as necessidades regionais da educação profissional. O que deveria ser feito por meio de um estreitamento de relações com instituições comerciais e industriais de cada município, com escolas técnicas e universidades/faculdades da respectiva área. Para auxiliar os gestores nessa atividade, foram disponibilizados mapas com os “setores promissores do futuro” para a indústria e comércio em cada uma das regiões de Santa Catarina.

Os debates sobre a elaboração do Currículo Base do Território Catarinense para o Ensino Médio (CBTCEM), baseado na BNCC, foram desenvolvidos por um Grupo de Trabalho constituído em 2018 e que, ao longo de 2020, elaborou o currículo base, finalizado em 2021, com a publicação dos

cinco cadernos que o compõem. A construção do documento foi feita por meio da mobilização de cerca de 300 profissionais ligados à educação.

O resultado foi a publicação do Caderno 1: Disposições Gerais (textos introdutórios e gerais do CBTCEM); do Caderno 2: Formação Geral Básica (textos da Formação Geral Básica, por área do conhecimento, do CBTCEM); do Caderno 3: Parte Flexível do Currículo – Portfólio de Trilhas de Aprofundamento (Portfólio de Trilhas de Aprofundamento que fazem parte dos Itinerários Formativos no Território Catarinense); do Caderno 4: Portfólio dos Educadores – Componentes Curriculares Eletivos; e do Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica.

Segundo a SED/SC, a elaboração dos cadernos ocorreu de forma democrática, com a “participação das Redes do Estado de Santa Catarina e público em geral, por meio da realização de Consulta Pública com mais de 2.120 contribuições nas diferentes áreas de conhecimento” (Santa Catarina, 2020). Contou com a participação de 240 profissionais selecionados por edital, que escreveram o documento com base nos Ciclos de Seminários realizados de forma remota no contexto pandêmico de 2020. O processo teve, no ano de 2022, o marco da implantação nas 764 escolas públicas estaduais de ensino médio catarinenses, ofertando o NEM a todos os 229.467 estudantes matriculados (Inep, 2022).

No que diz respeito aos Itinerários Formativos da Educação Profissional e Tecnológica, o Governo de Santa Catarina elaborou orientações específicas no Caderno 5 do CBTCEM – Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica, que foi resultado de uma construção articulada e coordenada pela equipe responsável pela área na SED/SC. O trabalho foi desenvolvido por representações das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) e por diretores/as e professores/as destacados/as como colaboradores por unidades escolares estaduais que mantêm cursos de formação técnica e profissional. Não há relatos nos documentos oficiais de participação de educadores ligados ao sindicato ou de estudantes por intermédio de suas entidades representativas.

Uma das inovações do documento foi a elaboração de uma “arquitetura do Novo Ensino Médio”, com base no CBTCEM, que trouxe a proposta de transformação dos cursos técnicos em trilhas de aprofundamento no itinerário da formação técnica e profissional. Cada trilha respondia aos

seguintes objetivos de aprendizagem: 1) habilidades específicas dos itinerários formativos associadas aos eixos estruturantes; 2) objetos do conhecimento; 3) habilidades requeridas pelo mundo do trabalho.

A necessidade de adequação às novas dinâmicas do trabalho, num cenário de transformações rápidas nas profissões e ocupações, conforma, portanto, um arranjo curricular voltado para atender às demandas do mercado, ao submeter a formação às exigências do mundo do trabalho influenciado pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TICs). As habilidades associadas aos eixos estruturantes são definidas com base no empreendedorismo, processos criativos, investigação científica e mediação e intervenção sociocultural (Santa Catarina, 2022).

Resistências contra o NEM: a luta dos/as trabalhadores/as em educação

O Sinte/SC representa a base dos/as trabalhadores/as em educação da rede pública estadual do estado, incluindo os que atuam nos Cedups. Com 26.662 sindicalizados, num quadro de cerca de 39 mil servidores na ativa, sendo 7 mil efetivos e 32 mil contratados de forma temporária, além dos professores aposentados. O sindicato, fundado em 1988, é filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Sua direção é organizada de forma colegiada, eleita para um período de três anos. Existem 30 regionais na estrutura organizacional do Sinte, que consistem em unidades que representam o sindicato em diferentes locais do estado. Cada regional possui uma direção própria, eleita de forma independente à direção eleita estadualmente. Criciúma é uma de suas sedes regionais.

Sobre o NEM, o sindicato teve um posicionamento contrário desde o início da sua formulação. A compreensão de que a reforma curricular era parte da agenda neoliberal, desdobramento do golpe de 2016, levou a uma oposição ao projeto educacional que passou a ser implementado no Brasil e em Santa Catarina:

Depois do golpe, nós não temos o que esperar porque a visão do golpe é uma visão de implantação ou radicalização de políticas neoliberais. Nós entendíamos, e da forma que estava sendo implementado a reforma do ensino

médio e como ela iria se dar, era na lógica mercantil da privatização e mercantilização da educação (Luís Carlos Vieira, dirigente sindical do Sinte/SC, 13 jul. 2023).

O Sinte/SC procurou desenvolver algumas ações que visavam questionar e refletir sobre a reforma curricular no contexto catarinense. Em 2016, o sindicato repercutiu no estado as posições nacionais da CNTE contrárias à reforma e do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, além de ter apoiado as ocupações estudantis que ocorreram nas escolas da rede pública estadual no fim daquele ano.

Naquele momento, Eduardo Deschamps era o secretário de educação e, como um dos articuladores da reforma em nível nacional, procurou intensificar a flexibilização curricular em Santa Catarina, sem levar em consideração as posições do sindicato. Sem espaço para diálogo com o poder público, o sindicato buscou organizar o Fórum Popular de Educação de Santa Catarina, com o objetivo de seguir mobilizando e articulando as questões educacionais com base nas demandas dos/as trabalhadores/as:

Então nós fizemos a resistência nesse período. Há a questão que nós questionávamos e que continuamos questionando. Até hoje é essa questão da flexibilização. Ou seja, aquilo que a reforma não fala do que é. É que ela trata justamente dessa lógica. E aí ela traz essa flexibilização. Principalmente para os professores da área de ciências humanas, que ficam se perguntando “qual é o lugar das ciências humanas dentro da reforma do ensino médio?”. E toda aquela discussão de notório saber, enfim, e dessa própria área do conhecimento, que é a questão profissional, técnica profissional. Então, são essas questões. Nós queremos entender qual é a lógica da mudança do ensino médio, que na nossa avaliação ela desqualifica e exclui os estudantes e por isso nós nos colocamos contrários e fizemos esse movimento (Luís Carlos Vieira, dirigente sindical do Sinte/SC, 13 jul. 2023).

Com a crítica à flexibilização curricular, o Sinte/SC lançou uma nota em agosto de 2019 denunciando a Proposta de Flexibilização Curricular que a SED/SC começava a implementar nas escolas-piloto. A compreensão era a de que o projeto, além de ser efetivado em condições de precarização e

desfinanciamento da rede pública estadual, também expressava uma educação referenciada no tecnicismo, totalmente orientada para atender às demandas do mercado e aos interesses do empresariado. O esvaziamento curricular e a limitação dos estudantes ao conhecimento restringiriam as possibilidades de ingresso no ensino superior, atualizando a dualidade estrutural¹. Como contrapartida, o sindicato apontava para a necessidade de reforçar a educação integral do aluno.

Outra ação desenvolvida pelo sindicato foi a oposição às propostas de convênio do governo do estado com o Sistema S, que foram aventadas durante o governo de Carlos Moisés e se efetivaram em 2023, mediante o Programa Educação Empreendedora, realizado no governo de Jorginho Mello (PL), que prevê ampliar a oferta do ensino técnico profissional aliado ao ensino médio para estudantes da rede estadual por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), atendendo inicialmente 7 mil estudantes e com a projeção de atingir 40 mil. Uma clara sinalização de privatização da educação profissional em Santa Catarina.

Durante o segundo semestre de 2022, o Sinte/SC desenvolveu a pesquisa “Impactos do Novo Ensino Médio na educação pública catarinense”, entrevistando professores e gestores das escolas da rede estadual. Dentre os resultados encontrados, chamam atenção a precarização das condições de trabalho e a redução do conhecimento científico.

[...] professores e gestores avaliaram uma série de pontos sobre a implementação do NEM, e o resultado não foi positivo: foi reduzida a carga horária de disciplinas consideradas essenciais, como português e matemática; falta estrutura física, como laboratórios e espaços adequados para a prática de várias aulas; e muitos docentes tiveram que abraçar novas disciplinas sem receber instrução adequada para tal, a exemplo de

¹ A teoria da dualidade estrutural foi criada na França durante a década de 1970, com a contribuição de diversos autores que refletiram criticamente sobre a educação, contestando a suposta democratização do ensino nos países de capitalismo mais desenvolvido. A obra *A escola capitalista na França*, publicada em 1971 pelos sociólogos franceses Roger Establet e Christian Baudelot, foi um marco na elaboração dessa corrente teórica. Os autores analisaram o sistema educacional francês na década de 1960 e procuram demonstrar como a escola reproduz as divisões de classe, com a oferta de diferentes itinerários formativos conforme a classe social, preparando os filhos das elites para postos de comando na sociedade e os filhos dos/as trabalhadores/as para atividades manuais.

professores de Português e Matemática que agora dão aulas de Empreendedorismo (Sinte/SC, 2023).

O esvaziamento curricular e a limitação dos estudantes ao conhecimento reduzem as possibilidades de ingresso no ensino superior. Como contrapartida, o sindicato apontou para a necessidade de reforçar a educação integral do aluno, ao mesmo tempo em que denunciava que a flexibilização curricular estava diretamente associada à precarização da formação dos estudantes e do trabalho docente.

Primeiro, nós colocamos o uso da tecnologia para a educação, no sentido de que ela venha a agregar, auxiliar a todo o trabalho do professor, ela venha contribuir para o professor, para o conhecimento, para que ele possa desenvolver o seu trabalho, ter essa relação com o estudante. Então é nesse sentido. Não no sentido de substituição do trabalhador. Então nós estamos numa posição que somos sindicato. A defesa nossa é pelos postos de trabalho, a defesa nossa é pela saúde também do trabalhador e nós sabemos que durante a pandemia essa questão foi muito discutida. É principalmente essa questão a partir das grandes plataformas. E Santa Catarina foi um dos estados... A educação catarinense adotou e fez a adesão a essas grandes plataformas, principalmente ao Google (Luís Carlos Vieira, dirigente sindical do Sinte/SC, 13 jul. 2023).

Tal política educacional materializa-se principalmente nos Cedups², que são os principais centros de formação profissional mantidos diretamente pelo governo do estado e que passaram a reorganizar seus currículos orientados por uma política de fortalecimento e rearticulação com o setor produtivo. Segundo Aristides Cimadon, Secretário de Estado da Educação, “os

² Atualmente Santa Catarina conta com 20 unidades de Cedup, distribuídas nas seguintes cidades: Abílio Paulo (Criciúma); 2 – Caetano Costa (São José do Cerrito); 3 – Campo Erê; 4 – Dario Geraldo Salles (Joinville); 5 – Chapecó; 6 – Timbó; 7- Diomício Freitas (Tubarão); 8 – Ernesto Antônio Debastiani (Abdon Batista); 9 – Getúlio Vargas (São Miguel do Oeste); 10 – Hermann Hering (Blumenau); 11 – Industrial de Lages; 12 – Padre Afonso Robl (São Bento do Sul); 13 – Prefeito Manoel de Aguiar (Guaramirim); 14 – Prof. Jaldyr Bhering Faustino da Silva (Água Doce); 15 – Prof. Enori Pozzo (Curitibanos); 16 – Renato Ramos da Silva (Lages); 17 – Vidal Ramos (Canoinhas); 18 – José Buss (Rio Fortuna); 19 – Dr. Jorge Lacerda (Florianópolis) e 20 – Professor Lycurgo Aleixo Nora (Mafra).

Cedups oferecem processos pedagógicos inovadores para a formação técnica, adequados às cadeias produtivas nos locais em que eles estão instalados” (Redação Educa SC, 2023).

Os Cedups, em sua configuração para a oferta de educação profissional, contam com educadores das áreas gerais e das áreas técnicas, o que, conforme o dirigente sindical, gera alguns conflitos internos nas instituições, entre concepções mais voltadas para o tecnicismo e outras para a educação integral. Em meio a esses conflitos e com a falta de um diagnóstico mais preciso sobre a realidade da educação profissional técnica de nível médio, as possibilidades de resistência apresentam-se de forma desarticulada, o que dificulta a organização dos trabalhadores que atuam na base da instituição.

Atualmente a unidade do Cedup em Criciúma oferece cursos nas modalidades do ensino médio integrado e subsequente. Na modalidade do ensino médio integrado são ofertados os seguintes cursos: Administração, Alimentos, Ciência de Dados, Comércio, Edificações, Informática, Marketing e Química. Os cursos subsequentes (noturno) são os seguintes: Administração, Contabilidade, Análises Clínicas, Edificações, Informática, Química e Desenvolvimento de Sistemas.

A instituição também passou pela reestruturação curricular pautada pelo NEM. Orientada pelo CBTCM, elaborado pela SED/SC, iniciou a implementação do NEM em 2022. Na unidade, as transformações decorrentes da reforma do ensino médio e das concepções de formação profissional têm passado por uma análise crítica dos trabalhadores em educação. Há um forte questionamento em relação à redução da presença de disciplinas de formação geral básica antes obrigatórias (como Sociologia, Filosofia, Arte, Educação Física etc.), que com a flexibilização curricular tiveram a carga horária reduzida, com efeitos na formação dos estudantes:

Mas eu tenho um receio em relação ao currículo básico, em função da diminuição da carga horária das outras, tipo História, Física, Química. Eu acredito que isso me causa um desconforto. Posso dizer na área técnica, não. Inclusive a gente teve a ampliação de carga horária, em função das trilhas profissionalizantes (Thiago, 10 maio 2023).

A formação profissionalizante ofertada na instituição, ainda que tenha mantido um espaço para as disciplinas de formação geral básica, também ganhou um enfoque de maior ênfase nas disciplinas técnicas, o que descaracteriza o currículo do ensino médio integrado ofertado pela instituição. Além disso, a base do conhecimento científico também foi afetada com a nova organização curricular, como afirma o docente:

Eu acho que que uma das coisas que fica bastante clara é uma promoção da fragilidade da construção científica, como é que eu vou explicar mais detalhadamente. Alguns elementos importantes do campo da ciência foram deixados de lado. Essa fragilidade já dá pra perceber claramente, muito claramente mesmo (Rafael, 11 maio 2023).

Expressam-se, no espaço local, as concepções do NEM, de uma educação rebaixada para os filhos da classe trabalhadora, que passam a ter uma base de conhecimentos que limita as possibilidades de continuidade dos estudos, na perspectiva de realização de um curso de graduação, já que os vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) continuam exigindo conhecimentos amplos nas diferentes áreas do conhecimento. Podemos identificar uma característica da atualização da dualidade estrutural na organização do ensino médio na escola. Há uma compreensão de que a formação profissional ofertada no Cedup está fortemente pautada pelo neotecnicismo e pela precarização da formação dos estudantes.

O corpo docente, portanto, tem buscado desenvolver ações e articular as lutas do “chão da escola” com a organização sindical, que se faz presente perante os trabalhadores, o que pode indicar um ponto importante de articulação e resistência no espaço local de atuação.

Mesmo sendo um grupo pequeno que fez a discussão, que levou a discussão, para a sala dos professores, vamos dizer assim, teve um eco tão importante porque repercutiu. Nós temos aqui na escola dois representantes do sindicato que puxam bastante a discussão e nós tivemos também uma vez a presença do Sinte estadual aqui. Foi no início desse ano (Rafael, 11 maio 2023).

Ainda que a margem de influência dos docentes seja limitada, tendo em vista o caráter antidemocrático da reforma, ela se apresenta nos debates e questionamentos que surgiram sobre a nova organização curricular no Cedup Abílio Paulo.

Considerações finais

Na pesquisa identificamos que a reforma do ensino médio, realizada no contexto após o golpe de 2016, implicou transformações profundas na estrutura curricular dessa etapa de ensino. Pautada por políticas neoliberais, ela fragmentou o currículo e diminuiu a presença de áreas do conhecimento geral. No que se refere à educação técnica profissional, ela retomou princípios tecnicistas, atualizou a referência da teoria do capital humano e retomou a pedagogia das competências na formação dos futuros trabalhadores. Fruto de uma agenda autoritária, já que não contou com a participação de entidades representativas de educadores e estudantes em sua elaboração, passou por um amplo movimento de resistência, que procurou barrar sua implementação, ainda que não tenha obtido sucesso.

Em Santa Catarina, a agenda do NEM foi implementada pelo governo do estado de forma acelerada contra a qual o Sinte/SC procurou estabelecer uma agenda de lutas, unificada a outros setores, contra as ações adotadas no âmbito estadual. Verificamos que o sindicato não conseguiu elaborar uma política específica para atuação nos Cedups, atendendo à especificidade da educação profissional. Contudo, mesmo numa conjuntura adversa, no Cedup Abílio Paulo, por meio das falas de trabalhadores em educação, aparecem questionamentos e críticas ao NEM, além de articulações do sindicato no interior da escola, revelando ações de resistência e organização da base sindical contra a agenda do NEM.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOROCHOVICIUS, Eli; TORTELLA, Jussara Cristina Barboza. Aprendizagem baseada em problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 263-293, 2014. DOI: 10.1590/S0104-40362014000200002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000200002>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base: ensino médio. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.ºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF, 2017.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Balanço das greves de 2017**. São Paulo, 2018.

ENTREVISTA com Eduardo Deschamps: entenda o Novo Ensino Médio. **Sistema de Ensino Positivo**, 21 jun. 2021. Disponível em: <https://www.sistemapositivo.com.br/entrevista-com-eduardo-deschamps/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

GROPPO, Luís Antônio. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: GROppo, Luís Antônio; COSTA, Adriana Alves Fernandes. **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 85-118.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse da educação básica**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 18 abr. 2023.

KREIN, José Dari; BUARQUE, Carolina de Prá Camporez. Apresentação. *In*: KREIN, José Dari *et al.* (org.). **O trabalho pós-reforma trabalhista (2017)**. v. 1. São Paulo: Cesis – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Polêmicas sobre a definição do *impeachment* de Dilma Rousseff como golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, n. 2, p. 25-30, 2020.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória n.º 746/2016. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176606>. Acesso em: 21 mar. 2024.

PINTO, Eduardo Costa *et al.* A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, p. 107-147, 2019. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-0617-1073>. Acesso em: 10 abr. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, Marise; PARANHOS, Michelle. Contrarreforma do ensino médio. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 34, p. 71-88, 2022. DOI: 10.22420/rde.

v16i34.1488. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1488>. Acesso em: 15 jul. 2024.

REDAÇÃO EDUCA SC. **Fortalecimento dos Cedups em destaque na Secretaria da Educação**. Florianópolis, 29 jun. 2023. Disponível em: <https://educasc.com.br/formacao/fortalecimento-dos-cedups-em-destaque-na-secretaria-da-educacao/#:~:text=Em%202022%2C%20o%20Governo%20do,a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20dos%20alunos>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Consulta pública para o catálogo nacional de cursos técnicos termina nessa sexta-feira**. Florianópolis, 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Território Catarinense para o Ensino Médio – Caderno 5: Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica**. Florianópolis, 2022.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Ensino médio integral: uma escola diferente**. Florianópolis, 2016.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da; MARTINI, Tatiane Aparecida; POSSAMAI, Tamiris. A reforma do ensino médio em Santa Catarina: um percurso atravessado pelos interesses do empresariado. **Trabalho Necessário**, v. 19, n. 39, p. 58-81, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47398>. Acesso em: 20 maio 2024.

SILVA, Monica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p.

19-31, 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/769>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SINTE/SC – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Impactos da Reforma do Ensino Médio na rede estadual de ensino de Santa Catarina**. Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://sintesc.org.br/Noticia/21891/nemeducao>. Acesso em: 31 ago. 2024.

**JUVENTUDES Y DESIGUALDADES
EN ENTRE RÍOS URBANA: ANÁLISIS
REGIONAL DE DESIGUALDAD
EDUCATIVA A PARTIR DE LA CLASE
SOCIAL DE ORIGEN**

Matías Leonel Romero

Introducción

El estudio de las desigualdades en clases sociales tiene una amplia producción académica en términos de su impacto en la movilidad social, en el ingreso, las oportunidades educativas y laborales, tanto a nivel latinoamericano como en Argentina.

El objetivo de este capítulo es analizar el acceso a la educación en las juventudes en el entramado urbano de la provincia de Entre Ríos, en el período 2006-2023. Se propone como categoría central de análisis la clase social y, a partir de ella, se indaga en las variables educativas de las personas jóvenes. Se retomará la idea de Dubet (2012), en torno a la igualdad de posiciones o de oportunidades, con la variable educación representando a las oportunidades presentes en las juventudes. Es importante destacar que dichas desigualdades se configuran tanto al interior de la categoría jóvenes, como en relación con las posibilidades comparadas con el mundo adulto o aquel con mayor experiencia.

La metodología de este trabajo implicará un análisis cuantitativo, con el uso de las bases de datos de la Encuesta Permanente de Hogares (EPH) para examinar las variables de educación por clase social.

El trabajo se estructura en un primer apartado, con tres secciones, en los cuales se explicitan los principales conceptos que se utilizarán a lo largo del capítulo, al mismo tiempo que se brinda el estado del arte de cada uno de los temas; el primero trata el concepto de juventudes, luego sobre estructuras sociales y finalmente el estado del arte de estructuras de clases y educación en Argentina. En el segundo apartado, se realizan precisiones metodológicas sobre las fuentes de datos a utilizar y las definiciones en cuanto a la operacionalización de la variable de clase social. El tercer apartado expone el análisis de datos de juventudes y desigualdades educativas de acuerdo a clases sociales; y finalmente, se realizan unas conclusiones y preguntas para futuras líneas de investigación.

Se encuentra una relación entre las clases sociales de las personas jóvenes y sus logros educativos o su nivel de asistencia a establecimientos educativos, es decir, encontramos que el origen social de las personas influye en sus oportunidades educativas.

Juventudes y su estudio en Argentina: delimitación del concepto y estado del arte

Las juventudes y sus desigualdades sociales, educativas, culturales y económicas son un tema ampliamente abordado en la literatura académica. Como destaca en su trabajo Pérez Islas (2006), el interés por la temática comienza a mediados de los 80 con trabajos que intentan describir la inserción laboral de las juventudes, las desigualdades educativas o aspectos de consumos culturales relacionados con la vida juvenil. Más cerca en el tiempo, el autor destaca que hay estudios sobre el mercado laboral juvenil y su intersección con educación y género desde diversas perspectivas. Por un lado, existen estudios que han tomado la influencia que tienen los programas de capacitación y formación para el empleo en la posibilidad de estar ocupados/as o en las trayectorias laborales, el género en relación con las brechas de participación laboral en las juventudes, entre otras problemáticas que han sido estudiadas desde perspectivas longitudinales hasta estudios transversales o en datos de panel, recogiendo diversas fuentes de datos secundarias (Romero, 2021).

La literatura sobre juventudes y mercado laboral, así como diversas temáticas en relación con la primera, fueron trabajadas desde diversas perspectivas metodológicas y recortes temporales, geográficos, etc. Para este capítulo, se plantea retomar las conceptualizaciones y líneas de trabajo sobre el tema que están presentes en los estudios de Jacinto y Chitarroni (2010), Pérez (2008), Pérez y Busso (2015; 2022), entre otros trabajos que tienen la característica de definir a la juventud como una etapa de la vida sin los rasgos biológicos y cronológicos, dotándola de sentidos y significados sociales, más que de cuestiones estáticas de un rango etario determinado.

Para este trabajo, se retoma la conceptualización realizada por Pérez (2008) acerca de los/as jóvenes, señalando que no existe una homogeneidad dentro de este grupo poblacional y, más bien, hay una multiplicidad de situaciones que responden a las diversas posibilidades y orígenes sociales de las personas y sus grupos familiares. Por este motivo, analizar las juventudes desde su origen social nos brinda la posibilidad de explicar estas múltiples situaciones y ahondar en las características que poseen dichas desigualdades. Por ejemplo, podemos preguntarnos: ¿cómo es la educación o la inserción laboral según el origen social? ¿Todas las personas jóvenes tienen la posibilidad

de seguir estudiando luego de la educación obligatoria? ¿Todos/as los/as jóvenes desean hacerlo?

Clases sociales y estructuras sociales

En la sociología económica, a diferencia de la economía, las desigualdades se centran en estudios de largo plazo, en los cuales se utilizan factores estructurales – como las clases sociales – para determinar los cambios y continuidades en una sociedad, como mencionan Torche (2005) y Chávez Molina y Rodríguez de la Fuente (2021). Los cambios y asociaciones intergeneracionales o en las estructuras sociales demuestran cuáles son los grados de apertura y fluidez social en un territorio y contexto histórico determinado. Si las asociaciones son rígidas y si no hay cambios en dichas estructuras, las clases sociales están ligadas a factores adscriptos, es decir, no dependen de las personas; si hay mayor fluidez, por el contrario, hay una apertura social y mayores posibilidades de que las clases sociales medias y altas crezcan, es decir, hay mayor justicia social.

Una primera definición de clases sociales corresponde a la que podremos tomar de Torrado (1978), en dos niveles del análisis social. En primer lugar, las clases sociales tienen una relación con los modos de producción y cómo estos impactan en la formación de las clases sociales; en segundo lugar, los determinantes a nivel “microsocial” pueden funcionar como mediadores entre las estructuras económicas y sociales. Las clases sociales son grupos de personas que ocupan posiciones comunes en estructuras de clase, definidas por su inserción económica, y que determinan su posición en términos de jerarquía y relaciones de clases (Wright, 1980, citado en Portes, 2003; Wright, 1979). De modo que se pueden abordar las problemáticas y desigualdades utilizando a la clase como un agrupamiento y una definición de qué es lo que implica pertenecer a una determinada posición en la estructura de clases.

Como se retoma en trabajos anteriores (Romero, 2024a; 2024b), la clase social se puede considerar como una variable explicativa de diversos fenómenos sociológicos. Como menciona Wright (2005, p. 22) en relación con que “lo que tenés determina lo que conseguís”, dando a entender que las clases sociales tienen influencia en las condiciones y oportunidades de vida de las personas.

El interés en poder estudiar cómo influyen las desigualdades sociales en la educación de las juventudes implica poder estimar qué influencia tiene el origen social de las personas en sus condiciones de vida actuales y futuras. En relación con esto, Pérez (2018) sostiene que la clase social es una variable relacionada con el acceso al mercado laboral de las juventudes en un período de alto desempleo, y esto se relaciona con cómo la educación puede actuar como un efecto indirecto en el destino de clase y la inserción laboral de las personas.

En relación con la influencia de la educación en las juventudes, se considera que el desempleo juvenil es parte de las escasas calificaciones o credenciales educativas; entonces, tanto la educación como la experiencia laboral tienen una relación estrecha con la clase social de origen y, con ellas, de las posibilidades futuras de acceso a oportunidades (Pérez, 2018).

Por otro lado, la educación y las posiciones de clase tienen una influencia importante en el mercado laboral, dado que el bienestar económico y social depende del mundo del trabajo. Como destaca Méda (2007), el trabajo es una agregación de capas de significancia que intercala la provisión de ingresos, la distribución funcional o social del ingreso, así como de la posición en la estructura de clases y de estatus, y finalmente, la protección social asociada al empleo. En esta línea, los estudios sobre juventudes presentan datos acerca de la menor calidad del acceso al mercado laboral, esto relacionado con sus posiciones de clase y su educación, como destacan Pérez y Busso (2015), Jacinto y Chitarroni (2010) y Millenaar y Jacinto (2013).

Entonces, a la pregunta ¿por qué estudiar clases sociales y juventudes?, se presenta literatura de estructura y clases sociales en la cual se verifica la relación entre las posiciones de las personas y sus condiciones de vida y oportunidades.

Estudios de educación y clase social en Argentina

Además de la pertinencia de las estructuras de clase para el estudio de juventudes, en esta investigación se presenta una relación entre clases sociales y educación, incorporando una descripción de estudios que incorporen como temática estructuras de clases y educación.

En primer lugar, podemos citar algunos trabajos que relacionan estructuras de clase o posibilidades de ascenso social con la influencia de la educación. En este sentido, estos primeros trabajos utilizan métodos econométricos para establecer relaciones entre educación y movilidad social. Otros estudios usan métodos cualitativos y cuantitativos descriptivos y con estos evalúan la relación entre educación y orígenes sociales, como los trabajos de Jacinto y Chitarroni (2010), Longo *et al.* (2014), Millenaar y Jacinto (2013), Pérez (2008; 2018) y Pérez y Busso (2015; 2022).

En los trabajos de Jorrat (2016, 2022), Lemos (2024a; 2024b), Lemos y Raggio (2019), Solís y Dalle (2019) se analiza cómo puede influir la educación en la movilidad social. La metodología de estos trabajos se basa en datos cuantitativos de personas acerca de su clase social, movilidad social y diversos atributos socioeconómicos de cada persona.

Por su parte, el trabajo de Lemos y Raggio (2019) toma la graduación por clases sociales y lugar de residencia con datos de la Encuesta Permanente de Hogares en Gran Buenos Aires y Ciudad de Buenos Aires, y halla una gran influencia de la clase social de origen en las posibilidades de graduación. Encuentran diferencias entre las posibilidades de graduación de personas de clases sociales más bajas que de las altas, mientras que la desigualdad también se encuentra ligada al clima educativo de las personas. Por otro lado, en sus siguientes trabajos Lemos (2024a; 2024b) estudia el efecto de la educación y la clase social de origen en la inserción laboral, centrándose en la Educación Técnico Profesional (ETP), y destaca que este tipo de educación se relaciona con patrones de inserción laboral fragmentada y con influencias de la clase social sobre la inserción laboral generales del resto del mercado de trabajo. La educación genera que “el título técnico no desdibuja el peso de los orígenes sociales en torno al acceso al primer empleo en un contexto de segmentación y fragmentación del mercado de trabajo, donde las desigualdades estructurales se suman a los orígenes sociales y producen también un efecto de acumulación de desventajas para las clases sociales más vulnerables” (Lemos, 2024a, p. 25). Esto demuestra que la relación entre origen y destino influida por la educación es un fenómeno, aunque está atravesado por otros factores estructurales.

El estudio de Solís y Dalle (2019) se centra en analizar el efecto de la educación sobre la movilidad social en Argentina, México y Chile. Los autores destacan que la educación en Argentina no presenta niveles de desigualdad

entre clases sociales que sean mayores que en los restantes países, así como su posibilidad de acceder a la valoración del logro educativo en el mercado laboral. Sin embargo, estos dos efectos funcionan como una compensación en relación con que la movilidad social es penalizada por desigualdades estructurales ya existentes, y la educación logra atenuarlas.

Finalmente, Jorrat (2022; 2016) utiliza el triángulo Origen-Educación-Destino de clase para ilustrar un siglo de movilidad social y educación en Argentina. En ese sentido, analiza cohortes de nacimiento en dos trabajos, con cuatro cohortes desde 1896 a 1940 (Jorrat, 2022) y tres cohortes de edad entre 1934 y 1993 (Jorrat, 2016).

En relación con el efecto de la educación en orden cronológico, en las primeras décadas del siglo XX el país poseía un modelo agroexportador, luego el modelo de Industrialización por Sustitución de Importaciones a partir de la crisis de 1930, pasando al modelo de Valorización Financiera a partir de la década de 1970. Recoge los datos de dos encuestas realizadas en el AMBA en los años 1960 (por Germani) y 1971 (realizada por Turner).

Uno de los hallazgos que destaca el autor es que la relación entre orígenes y destinos de clase, con la intermediación de la educación, posee una asociación significativa. Cuando se toma el siglo XX, la educación se refleja en la movilidad social ascendente, pero se va reforzando la asociación entre orígenes y destino. Sin embargo, señala que pasando de cohortes de mayor edad a cohortes más jóvenes se incrementa la asociación entre orígenes y destinos. Una de las conclusiones generales es que la educación, aunque sea utilizada por clases o estratos más vulnerables como vía de ascenso social, contiene en su interior desigualdades de forma intergeneracional (Jorrat, 2016).

En cuanto al segundo grupo de estudios mencionados, se destaca el análisis de educación y clases sociales con metodologías cuantitativas descriptivas y cualitativas, prescindiendo de modelos econométricos que estudian origen y destino social. Este análisis amplía el panorama y complejiza la relación incluyendo otros aspectos además de educación-origen social, sumando género, las perspectivas laborales, sentidos del trabajo, entre otros (Pérez, 2008; 2018; Pérez; Busso, 2015; 2022; Millenaar; Jacinto, 2013; Longo *et al.*, 2014).

En los trabajos de Pérez (2008; 2018) se analiza la inserción laboral de las juventudes en relación con un contexto de alto desempleo (1998-

2003), utilizando el origen social y la educación para explicar las diferentes inserciones laborales. En dichos trabajos se recupera la relación planteada en la teoría sobre la influencia del origen social y la educación en la condición de actividad con efectos directos e indirectos: los efectos directos son los efectos propios de la clase social en la posibilidad de estar activo y empleado en el mercado laboral; quienes poseen mejores condiciones de origen tienen mayores posibilidades de capacitarse o de utilizar su capital social, mientras que los efectos indirectos son aquellos que incluyen la educación que poseen las personas de mejores clases sociales, y que genera que tengan mayores posibilidades de estar empleadas. El primero se da por la propia clase social y el segundo por la educación como mediadora entre origen y destino social.

Por otro lado, para los/as jóvenes la educación en términos agregados no genera un efecto de menor desempleo o mayores niveles de empleo, sino que hay una mayor posibilidad de estar empleados/as en términos individuales (Pérez, 2008).

En el análisis del período en que la convertibilidad en Argentina posee altos niveles de desempleo, la educación no tuvo un papel de “trampolín” hacia el empleo o actividades de mejor calidad, más bien funciona como una red que evita que haya mayores niveles de desempleo y caída de ingresos de las personas jóvenes. En cuanto al origen social, existe una reproducción de desigualdades en las cuales las clases sociales más bajas poseen menores oportunidades educativas, y ello tiene un efecto en la actividad laboral, es decir, estas desigualdades generan el efecto desaliento y envían a la inactividad a las personas con menores niveles educativos y menor capital social, llevando a popularizar el término de jóvenes “ni-ni” (Pérez, 2008).

Otros trabajos en líneas similares son los de Pérez y Busso (2015; 2022), en los cuales retoman la inserción laboral y su relación con el origen social. En ambos trabajos toman datos cuantitativos de la EPH para poder analizar hechos estilizados o “mitos” del mercado laboral juvenil, mientras que en el segundo caso se analizan transiciones durante la pandemia de covid-19, con paneles de datos 2019-2020. En el primer trabajo también se utilizaron datos cualitativos de un panel de entrevistas realizadas entre 2006 y 2010. En ambos trabajos se utilizan estos datos para poder analizar la inserción laboral con la educación y el origen social de las personas, con la idea de poner en el centro la participación laboral de las juventudes.

En el primer caso, las personas jóvenes tienen menores niveles de empleo y mayores tasas de desempleo en términos agregados, pero esto no es homogéneo e incluye una variedad de situaciones en términos de participación laboral juvenil. Las personas jóvenes de clases medias y altas pueden posponer sus entradas al mercado laboral para capacitarse y permanecer en el sistema educativo, o compatibilizar la educación con trabajo, pero con la posibilidad de obtener trayectorias que se adecuen a sus necesidades (Pérez; Busso, 2015).

En el caso del segundo trabajo, se ve una forma transicional entre empleo y educación; los hallazgos de Pérez y Busso (2022) encuentran que aquellas personas de clases medias y altas atravesaron la crisis de covid-19 con mayores posibilidades de conservar su empleo o posibilidades de refugiarse en el sistema educativo con un sustento económico no laboral (familiar o de ahorros) y las personas que provienen de clases populares y obreras no tuvieron esas mismas posibilidades, pasando directamente al desempleo o inactividad sin presencia en el sistema educativo. En cuanto a las transiciones en términos de condiciones laborales, las personas que tienen mejores posiciones sociales se mueven hacia empleos más estables y no precarios, mientras que las personas de estratos más bajos mantienen trabajos precarios, o van hacia situaciones de desempleo o inactividad sin sistema educativo (Pérez; Busso, 2022).

Por otro lado, el trabajo de Millenaar y Jacinto (2013) analiza entrevistas de mujeres jóvenes que transitaron programas de formación para el empleo; estas jóvenes son de clases sociales de origen y niveles de educación similares, pero tienen diversas inserciones laborales dados diversos estereotipos de género y factores culturales (las investigadoras tipifican cuatro). Las mujeres que tienen mayor nivel educativo y no poseen responsabilidades maternas tienen mayor posibilidad de transicionar hacia empleos formales o de la inactividad hacia el empleo, mientras que el resto transiciona desde la inactividad a empleos precarios o sigue manteniendo empleos precarios.

El estudio de Longo *et al.* (2014) analiza las posibilidades y perspectivas de las personas jóvenes a través de entrevistas; el principal objetivo de este trabajo es poder analizar los estereotipos y sentidos que tienen las personas de la educación y el trabajo. Al analizar las entrevistas, surgen diversas perspectivas del papel de la educación en su futuro laboral y del empleo en su futuro. En primer lugar, las personas que dan mayor importancia a la

educación como forma de obtener empleo formal, seguridad y estabilidad en el empleo son de clases medias; la mayor parte de estas personas coinciden en dilatar su ingreso al mercado laboral para poder estudiar y capacitarse. Hay un segundo tipo de trayectorias en la cual se ve el empleo como una adquisición de experiencia mientras se están formando; sin embargo, no todas las personas de clases altas o medias coinciden en estas trayectorias, poniendo en tensión la idea de educación e inserción laboral como dos momentos distintos. Por otro lado, se da un tercer tipo de trayectorias, siendo estas de jóvenes que pueden emprender y van aprendiendo sobre la marcha, como una forma ideal de movilidad social ascendente que aparece en las entrevistas.

Con estos antecedentes y conceptualizaciones, pasamos a describir las decisiones metodológicas y los indicadores a utilizar para poder estimar las desigualdades educativas según clases sociales en las juventudes de Entre Ríos.

Metodología y fuentes a utilizar

La metodología de este capítulo es cuantitativa descriptiva y va en línea con la utilizada en trabajos realizados anteriormente (Romero, 2024a; 2014b). Se utilizará como fuente de datos la Encuesta Permanente de Hogares (EPH), una encuesta de hogares realizada en 31 aglomerados urbanos de todo el país, que releva información socioeconómica tanto de las viviendas como de las personas que conforman los hogares. Se toman los datos de los aglomerados Gran Paraná y Concordia, los dos comprendidos en la encuesta de la provincia de Entre Ríos.

El trabajo tiene como objetivo estudiar a las personas jóvenes de los aglomerados urbanos de la provincia, por lo que se definen como jóvenes a las personas en el rango etario de 18 a 29 años. Dado que el recorte etario configura una disminución de la muestra a alrededor de un 25% del total de casos, se opta por utilizar bases de datos plurianuales para poder estudiarlas con un nivel de confiabilidad aceptable. Este recorte se basa en antecedentes de operacionalización de la categoría de jóvenes o juventudes en trabajos de Argentina y América Latina, entre los que se encuentran los de Miranda (2007), Miranda y Zelarayan (2011) y Pérez y Busso (2022).

Para el análisis de clases sociales se opta por utilizar el Clasificador Socio-Ocupacional de Torrado (1978) con una modificación en el esquema de clases agregadas, clasificando finalmente a las personas en cuatro clases: “Clase Media y Alta Autónoma”, “Clase Media y Alta Asalariada”, “Clase Obrera y Trabajadores Marginales Autónomos” y “Clase Obrera y Trabajadores Marginales Asalariados”. Esta clasificación se operacionaliza a través de utilizar las variables de Condición de Actividad, Rama de Actividad, Categoría Ocupacional y Sector de Actividad de las personas. Es importante destacar que, tal como menciona Torrado (1978), la unidad de análisis es determinante para el análisis de clases sociales; en este caso, se utiliza la clase del jefe de hogar para expandir dicha clase al total del hogar porque así se reflejan las condiciones de vida de acuerdo con las clases sociales, es decir, el efecto de la estructura económica actuando en las condiciones materiales a través de dicha clase.

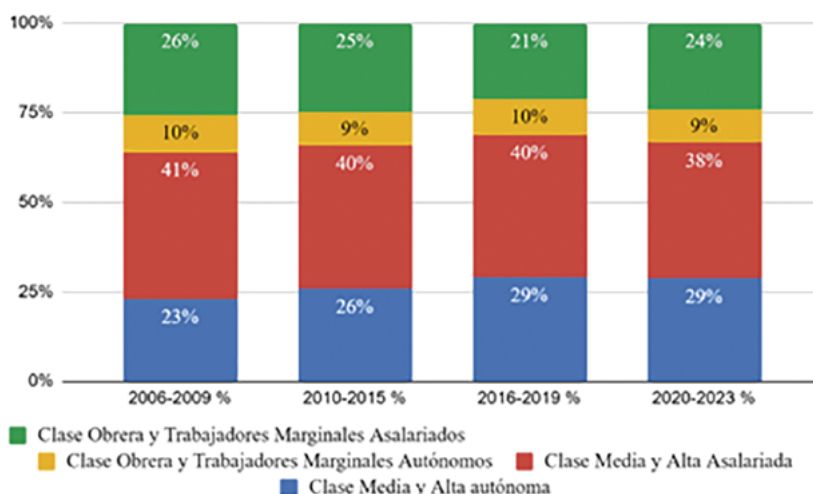
Finalmente, se calcularán datos de la inserción educativa de las personas jóvenes como: nivel educativo de personas de 18 a 29 años, asistencia a establecimientos educativos, si finalizó el último nivel que cursó y si las personas estudian o trabajan, combinan ambas actividades o no realizan ninguna de las dos.

Educación y clases sociales en Entre Ríos urbana

De acuerdo con lo trabajado anteriormente, existen antecedentes que dan cuenta de la estructura productiva y social de Entre Ríos, por ello se realiza una breve referencia a la misma. En cuanto a la estructura en términos económicos, la estructura productiva entrerriana se centra en la producción de bienes primarios y en la industria alimentaria o agroalimentaria, relacionada con esas mismas producciones primarias (Romero, 2024b). La estructura productiva en la provincia posee una heterogeneidad en términos económicos y sociales. En el caso de la costa del Uruguay, las principales actividades se ligan a las actividades primarias citrícolas, frutihortícolas y silvicultura, con empleos de menor calificación y de establecimientos de menor tamaño, mientras que en la costa del Paraná hay mayor cantidad de empleos ligados a posiciones profesionales y de establecimientos más grandes (Romero, 2024b).

Si tomamos en cuenta las estructuras de clases de personas jóvenes (entre 15 y 29 años), se comprueba que existe una mayoría de personas con clases sociales medias y altas asalariadas, mientras que las posiciones de clases obreras y marginales autónomas tienen la menor participación. Con estos datos, se puede relacionar la posición social de las personas jóvenes con su nivel educativo, su asistencia a establecimientos educativos y la inserción educativa y laboral. Estos indicadores nos brindan un panorama de la igualdad de oportunidades según clases sociales.

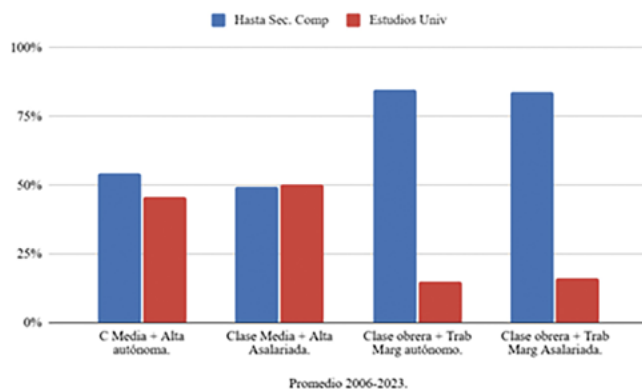
Figura 1 – Estructura de clases sociales según Condición Socio Ocupacional (CSO) de jóvenes (15 a 29 años) en Gran Paraná y Concordia



Fuente: Elaboración propia en base a EPH-INDEC

En primer lugar, en términos de los niveles educativos por clase social, en la siguiente figura se ven los niveles educativos de personas de 18 a 29 años por clase social en promedio entre 2006 y 2023. Analizando el nivel educativo alcanzado de las personas, se verifica que varía de acuerdo con su clase social. En las posiciones de clases medias y altas, las personas tienen mayores proporciones de personas que tienen estudios superiores, ya sean completos e incompletos, mientras que las clases trabajadoras poseen menores niveles educativos.

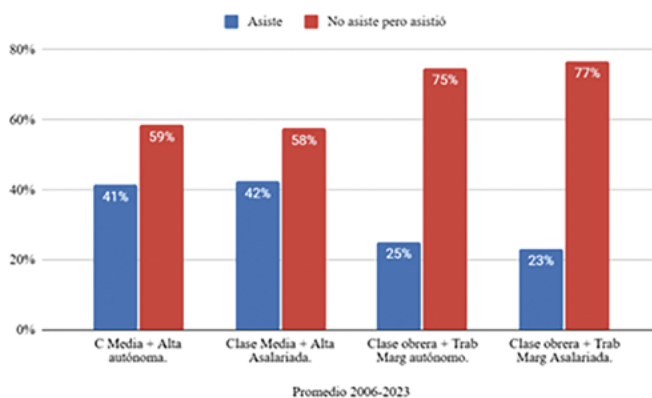
Figura 2 – Nivel educativo de acuerdo a Condición Socio Ocupacional (CSO) en Gran Paraná y Concordia. Promedio 2006-2023



Fuente: Elaboración propia en base a EPH-INDEC

Si observamos el promedio del total de personas de 18 a 29 años, el 62% posee nivel educativo hasta Secundario Completo y el restante 38% estudios universitarios. En este contexto, las posiciones medias y altas tienen mayor proporción de estudios universitarios que el promedio del total.

Figura 3 – Nivel educativo de acuerdo a Condición Socio Ocupacional (CSO) en Gran Paraná y Concordia. Promedio 2006-2023



Fuente: Elaboración propia en base a EPH-INDEC

Nota: Se excluyeron las personas que responden “Nunca asistió”

En cuanto al nivel de asistencia a establecimientos educativos por clase social, se comprueba que las personas de clases medias y altas poseen mayores niveles de asistencia a establecimientos educativos. En este sentido, las clases altas y medias poseen mejores niveles de acceso y niveles educativos que las clases trabajadoras y obreras, tanto en su versión autónoma como en su versión asalariada. En el caso de las categorías de carácter asalariado, las clases altas y medias poseen mayor nivel de asistencia y mayor proporción de personas con educación universitaria.

Por otro lado, las personas no tienen gran diferencia en relación con la finalización del nivel educativo cursado por última vez; la proporción de personas que sí finalizó el último nivel cursado es un promedio de 38%, mientras que todas las clases sociales están alrededor del promedio.

Tabla 1 – Finalización de último nivel educativo cursado por Condición Socio Ocupacional (CSO) en Gran Paraná y Concordia. Promedio 2006-2023

CSO	Finalizó el último nivel cursado	No finalizó el último nivel cursado
Clase Media + Alta Autónoma.	38%	62%
Clase Media + Alta Asalariada.	38%	62%
Clase obrera + Trab Marg. Autónoma.	36%	63%
Clase obrera + Trab Marg. Asalariada.	36%	64%
Total	38%	62%

Fuente: Elaboración propia con datos de EPH-INDEC

Para este trabajo, recuperamos antecedentes de la literatura de juventudes e inserción laboral o educación. En este caso, algunos estudios abordan el concepto de “moratoria social”, el cual es recuperado por Margulis y Urresti (1996) y Pérez (2008), destacando que es un período en el cual las personas jóvenes gozan de flexibilidad para no asumir roles activos en el mercado laboral y en responsabilidades familiares. Sin embargo, señalan que definir la juventud o a las personas jóvenes por la moratoria social se ajusta a priori a jóvenes de sectores medios y altos: estas personas pueden gozar de

períodos en los cuales no se trabaja o no asumen roles familiares, dado que tienen un soporte económico, mientras que las personas de orígenes populares no pueden tener dicho margen de tolerancia, dado que se incorporan al mercado laboral en forma precoz.

Para dialogar con esta idea, se calculan las proporciones de personas que solo participan del mercado laboral, quienes asisten solo al sistema educativo, que compatibilizan ambos roles o quienes declaran no realizar ninguna de las dos actividades. Si observamos la tabla 2, calculando la participación de cada una de estas categorías dentro del total de cada clase, la proporción de personas que solo trabajan es uniforme en todas las clases, alrededor de 4 de cada 10 personas jóvenes están empleadas. Por otro lado, es mayor la proporción de personas que “Estudian y Trabajan” y que “Solo estudian” en clases medias y altas, mientras que las proporciones de personas que “No estudia ni trabaja” poseen mayor proporción de personas en clases obreras y trabajadores marginales.

Volviendo a la definición de “moratoria social”, se comprueba que una gran parte de las personas jóvenes están insertas en el mercado laboral, independientemente de su clase social. En clases altas y medias es mayor que el promedio el porcentaje de personas que solo estudian y es menor el porcentaje de personas que no estudian ni participan del mercado laboral (si incluimos a esta última como moratoria social). En el caso inverso, pasa con las personas de clases obreras, siendo la inactividad en el sistema educativo para clases medias y la inactividad sin participación laboral para clases trabajadoras. En promedio del total de jóvenes, son mayoría quienes trabajan (contando si solo trabajan y si trabajan y estudian), mientras que en clases trabajadoras la proporción de personas que trabaja es menor al total de la población joven, sumando 48% para Clase Obrera y Trabajadores Marginales Autónomas y 46% para Clases Obreras y Trabajadores Marginales Asalariadas, mientras que en el promedio es 51%.

Tabla 2 – Participación en el mercado laboral y en sistema educativo en CSO en Gran Paraná y Concordia. Promedio 2006-2023

CSO	Estudia y trabaja	Solo trabaja	Solo estudia	No estudia ni trabaja
Clase Media + Alta Autónoma.	11%	41%	30%	17%
Clase Media + Alta Asalariada.	12%	41%	30%	17%
Clase obrera + Trab Marg. Autónoma.	5%	43%	20%	32%
Clase obrera + Trab Marg. Asalariada.	5%	41%	18%	36%
Total	10%	41%	26%	23%

Fuente: Elaboración propia con datos de EPH-INDEC

En este último caso, se plantean nuevamente las diferencias de clases sociales en el acceso a la educación y a las oportunidades educativas. Con estos datos, se realizan reflexiones finales y preguntas para futuras líneas de investigación.

Consideraciones finales

El objetivo de este capítulo fue analizar las desigualdades educativas de jóvenes en Entre Ríos Urbana tomando como eje central las clases sociales. Este objetivo abona a un proceso de investigación más amplio que plantea investigar cómo influye la clase social de origen en las personas jóvenes de la provincia.

En primer lugar, recuperar los antecedentes del estudio de estructuras sociales y educación nos permite plantear una de las hipótesis principales para este estudio: la posición social del hogar de la persona tiene incidencia en sus posibilidades educativas, en este caso, aplicado a una región específica como son los aglomerados de Gran Paraná y Concordia.

Por otro lado, los antecedentes de estudios sobre juventudes y su inserción laboral y educativa nos presentan una forma de tomar la problemática de interés desde diversas perspectivas y poder definir dicha categoría de acuerdo con la misma problemática. En este caso, se optó por tomar a las juventudes en un sentido más amplio que un rango etario y se considera que tienen un carácter contextual y socialmente situado, tomando el rango

etario como referencia de cálculo de datos cuantitativos, pero sin excluir de la categoría a quienes no concuerden con alguna conceptualización de jóvenes previamente recuperada.

En este sentido, los trabajos citados sobre juventudes presentan las características del mercado laboral juvenil: las personas jóvenes son muy afectadas por el ciclo económico en términos de inserciones laborales y una de las explicaciones posibles es que estén aún en formación o que no tengan credenciales suficientes, al mismo tiempo que no poseen experiencia laboral para insertarse de la misma forma que las personas adultas. Quienes aún están transitando el sistema educativo, a priori, deben realizar un mayor esfuerzo para compatibilizar ambas actividades, dado que hay una limitación de tiempo y posible coincidencia del mismo dedicado a estudio o trabajo.

Pasando al estudio de los indicadores de niveles educativos en términos de clases sociales, en este trabajo se optó por tomar el clasificador desarrollado por Torrado (1978) y modificarlo para que las clases sociales altas y populares ganen representatividad. La unidad de análisis para asignar posiciones sociales son los hogares, asumiendo que la posición social de quien es Principal Sostén de Hogar o jefe de hogar es transmitida a los demás integrantes del mismo y con ello, las condiciones de vida.

Uno de los principales hallazgos que se encuentran en los datos es que en la población juvenil existe una gran influencia de las clases sociales en su inserción educativa, tanto observando los logros educativos, como en la asistencia a establecimientos educativos y la compatibilización de trabajo y estudio o inactividad. En el primer indicador, las personas de clases medias y altas poseen en mayor proporción niveles educativos de estudios universitarios y en las clases obreras hay una mayor proporción de personas que tienen niveles educativos hasta secundario completo. Por otro lado, en términos de asistencia a establecimientos educativos, nuevamente hay una mayor proporción de personas que asiste al sistema educativo en clases medias y altas, mientras que en clases obreras la proporción es entre un 15% y un 19% menor.

Por otro lado, en cuanto a la compatibilización de roles educativos y laborales, dialogando con el concepto de moratoria social, podremos encontrar que la proporción de personas que pueden transitar la juventud en términos de moratoria social estudiando es mayor en las clases medias y altas, mientras que

en relación con las clases populares esta proporción es mayor fuera del sistema educativo y fuera del mercado laboral.

Este estudio nos da una base para poder seguir investigando sobre juventudes y cómo la clase social de sus hogares influye en sus oportunidades y condiciones de vida, ampliando este estudio al mundo del trabajo.

Referencias

CHÁVEZ MOLINA, E.; RODRÍGUEZ DE LA FUENTE, J. J. Clases sociales y desigualdad en la Argentina contemporánea (2011-2019). **Realidad Económica**, v. 51, n. 339, 2021.

DUBET, F. **Repensar la justicia social: contra el mito de la igualdad de oportunidades**. Buenos Aires, 2012.

JACINTO, C.; CHITARRONI, H. Precariedades, rotación y movilidades en las trayectorias laborales juveniles. **Estudios del Trabajo**, v. 39, n. 40, p. 5-36, 2010.

JORRAT, J. R. **“De tal padre, ¿Tal hijo?”**: estudios sobre movilidad social en Argentina. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, 2016.

JORRAT, J. R. Movilidad intergeneracional de clase en la Argentina urbana: fines del siglo XIX hasta el surgimiento del peronismo. **Desarrollo Económico – Revista de Ciencias Sociales**, v. 62, n. 235, p. 212-233, 2022.

LE MOS, S. Educación superior, inserción laboral y clase social de origen: Acumulación de (des) ventajas de jóvenes técnicos en la Argentina. **Estudios del Trabajo**, n. 67, 2024a.

LEMOS, S. Primer empleo de jóvenes técnicos: oportunidades diferenciales según clase social de origen. *In*: ELBERT, R.; BONIOLO, P.; DALLE, P. (org.). **Las clases sociales en el área metropolitana de Buenos Aires (2015-2021):** pautas de estratificación, identidades y organización colectiva. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires; Instituto de Investigaciones Gino Germani – UBA; CLACSO, 2024b.

LEMOS, S.; RAGGIO, A. Desigualdades en la escuela: una comparación territorial del efecto de la clase social de origen en los niveles de graduación de los hijos de jefes de hogar de la Ciudad de Buenos Aires y los Partidos del Gran Buenos Aires en 2016. *In*: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA/UNMDP, 2., 2019. **Actas** [...]. Disponible en: https://www.academia.edu/download/58844266/LemosS.yRaggioA.2019Desigualdades_en_la_escuela._Una_comparacion_territorial_sobre_el_efecto_de_la_clase...20190409-60880-kat0z7.pdf. Acceso en: 8 feb. 2024.

LONGO, M. E.; BUSSO, M.; DELEO, C.; PEREZ, P. Comprender la inserción laboral de los jóvenes: de trayectorias típico-ideales a trayectorias vividas. *In*: BUSSO, M.; PEREZ, P. (comp.). **Tiempos contingentes:** inserción laboral de jóvenes en la Argentina pos-crisis. Buenos Aires: Miño y Davila Editores, 2014.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. **La juventud es más que una palabra.** Buenos Aires. Biblos, 1996. (Ensayos sobre cultura y juventud).

MÉDA, D. ¿Qué sabemos sobre el Trabajo? **Revista de Trabajo**, v. 3, n. 4, p. 17-32, 2007.

MILLENAAR, V.; JACINTO, C. Desigualdad social y género en las trayectorias laborales de jóvenes de sectores populares. El lugar de los dispositivos de inserción. *In*: CONGRESO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO – El Mundo del Trabajo en Discusión: Avances y Temas Pendientes, 2013, Buenos Aires. **Actas** [...]. Disponible en: <https://aset.org.ar/congresos-antiores/11/ponencias/p7Millenaar.pdf>.

MIRANDA, A. **Desigualdad educativa e inserción laboral segmentada de los jóvenes en la Argentina contemporánea**. Buenos Aires: FLACSO / Sede Académica Argentina, 2007.

MIRANDA, A.; ZELARAYAN, J. La situación de los jóvenes en el mercado de trabajo en la Argentina post-convertibilidad. In: CONGRESO NACIONAL DEL ESTUDIOS DEL TRABAJO – Pensar um Mejor Trabajo: Acuerdos, Controversias y Propuestas, 10., 2011. **Actas** [...]. Disponible en: <https://aset.org.ar/congresos-antiores/10/ponencias/p15Miranda.pdf>.

PÉREZ ISLAS, J. A. Trazos para un mapa de la investigación sobre juventud en América Latina. **Papers – Revista de Sociología**, v. 79, p. 145-170, 2006.

PÉREZ, P. E. **La inserción ocupacional de los jóvenes en un contexto de desempleo masivo**: el caso argentino entre 1995 y 2003. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.

PÉREZ, P. E. Jóvenes, estratificación social y oportunidades laborales. **Lavboratorio**, n. 18, p. 134-153, 2018.

PÉREZ, P. E.; BUSSO, M. Los jóvenes argentinos y sus trayectorias laborales inestables: mitos y realidades. **Trabajo y Sociedad**, n. 24, p. 147-160, 2015.

PÉREZ, P. E.; BUSSO, M. Movilidad laboral juvenil en Argentina durante la pandemia: ¿Hacia una “generación del confinamiento”? **De Prácticas y Discursos**, v. 11, n. 18, 2022.

PORTES, A. La persistente importancia de las clases: una interpretación nominalista. **Estudios Sociológicos**, p. 11-54, 2003.

ROMERO, M. L. Estructura social y movilidad social intergeneracional en Argentina: revisión desde estudios clásicos y recientes. **Scientia Interfluvius**, v. 15, n. 1, p. 77-98, 2024a.

ROMERO, M. L. Estructura social y ocupacional en aglomerados urbanos de Entre Ríos: descripción a partir de Encuesta Permanente de Hogares. **Laboratorio**, n. 34, p. 198-228, 2024b.

ROMERO, M. L. **Los jóvenes y el empleo en Argentina**: tendencias entre 2003 y 2019. 2021. Disponible en: <https://aset.org.ar/wp-content/uploads/2022/08/7ROMEROPONENCIA-Matias-Romero.pdf>.

SOLÍS, P.; DALLE, P. M. La pesada mochila del origen de clase: escolaridad y movilidad intergeneracional de clase en Argentina, Chile y México. **Revista Internacional de Sociología**, v. 77, n. 1, 2019.

TORCHE, F. Unequal but fluid: social mobility in Chile in comparative perspective. **American Sociological Review**, v. 70, n. 3, p. 422-450, 2005.

TORRADO, S. Clases sociales, familia y comportamiento demográfico: orientaciones metodológicas. **Demografía y Economía**, v. 12, n. 3, p. 343-376, 1978.

WRIGHT, E. O. **Approaches to class analysis**. Cambridge University Press, 2005.

WRIGHT, E. O. **Class structure and income determination**. Academic Press New York, 1979. v. 2.

LA FEDERACIÓN ENTRERRIANA DE TRABAJADORES DE LA EDUCACIÓN (1973-1975): UNA EXPERIENCIA PIONERA EN EL MARCO DEL PROCESO DE UNIFICACIÓN SINDICAL DOCENTE EN LA PROVINCIA

Federico Manuel Tálamo

Introducción

El presente trabajo busca recuperar y visibilizar el devenir histórico de la Federación Entrerriana de Trabajadores de la Educación (1973-1975), ámbito de articulación que fuera convocado y organizado a instancias de las entidades provinciales que participaron a nivel nacional en la constitución de la Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA). Se trata de una organización que, pese a la importancia que tuvo para el proceso de unificación sindical docente en esta provincia, el cual se terminaría de concretar recién durante los ochenta, no ha sido abordada en profundidad y prácticamente carece de referencias en la mayoría de los relatos que hasta el momento han buscado reconstruir el derrotero del movimiento sindical docente en esta parte de la Argentina.

Partimos de un recorrido por sus antecedentes, tanto nacionales como provinciales, con el objeto de contextualizar en un primer término este proceso histórico; luego avanzamos sobre la caracterización del escenario local, para finalmente abordar algunas de las definiciones y acciones llevadas a cabo por esta federación. Es importante destacar que la misma configuró un avance inexorable para el conjunto de la docencia en lo que refiere a su concepción identitaria y la sindicalización por rama de actividad, siendo la primera en asumir explícitamente la categoría de trabajadores de la educación para designar al sujeto social representado.

El estudio se sustenta fundamentalmente en el trabajo sobre fuentes documentales primarias, en su mayoría provenientes de archivos de las propias organizaciones docentes de la época y de algunos de sus dirigentes, sin desmedro de que también se cuenta con el aporte de testimonios orales y de la cobertura realizada por diversos medios periodísticos durante este período. Huelga señalar que se trata de un primer abordaje con relación a un objeto que amerita ser revisitado en posteriores estudios para una mayor profundidad en el análisis.

Un breve repaso por los antecedentes nacionales

Existe un consenso bastante generalizado en torno a la idea de que la docencia argentina experimentó un proceso de sindicalización relativamente

tardío en comparación con otras fracciones de la clase obrera, las cuales venían de abrazar el movimiento sindical hacia fines del siglo XIX o durante las primeras décadas del siglo XX. No pretendemos desde luego desconocer algunas experiencias particulares que, ya entrando en los años veinte, habían desarrollado formas de conciencia y organización más cercanas a los métodos convencionales del movimiento obrero, incluso llegando a vincularse de manera orgánica con otros sectores de trabajadores (Acri, 2012; Ascolani, 1999; 2011; Dussel; Latorre Carabelli, 2019; Mannocchi, 2013). Pero nuestra atención aquí se centra en aquellos procesos que se dieron en un nivel de concreción mucho más amplio y que a su vez tuvieron un impacto directo sobre el curso de los acontecimientos de etapas posteriores.

La histórica lucha de las organizaciones docentes de todo el país a favor del estatuto, cuya consecuencia directa se materializó en 1958 a través de la Ley 14.473, no solo significó la conquista de un marco regulatorio que brindara reglas de juego para el ejercicio de la docencia, sino que además constituyó un punto de inflexión para el proceso de sindicalización en el terreno educativo. Aquella experiencia organizativa permitió al colectivo docente, hasta entonces muy disperso y relativamente alejado de concepciones identitarias propias del movimiento obrero, tomar conciencia de que los métodos del sindicalismo eran una valiosa herramienta para plantear diversos tipos de reivindicaciones (Vázquez; Balduzzi, 2000).

Esto hizo posible que en los años sesenta aparecieran algunos fenómenos que resultarían centrales para el curso de los acontecimientos posteriores. Por un lado, la entrada en escena de los paros docentes de alcance nacional (Gindin, 2011). Por otro lado, la conformación de mesas de diálogo entre las organizaciones más representativas, primero para construir unidad en la acción frente a la coyuntura, pero más adelante con la ambiciosa pretensión de construir un ámbito unificado para agrupar a la docencia de todo el país, superando así experiencias fallidas o inconclusas que se habían dado en las décadas anteriores (Vázquez; Balduzzi, 2000).

Entre los diferentes espacios surgidos de cara al objetivo de la unidad nacional de la docencia destacamos particularmente los dos más importantes: el Acuerdo de Nucleamientos Docentes (AND), creado en octubre de 1970, estaba integrado por la Confederación General

de Educadores de la República Argentina (CGERA), la Confederación Argentina de Maestros y Profesores (CAMyP), la Unión Nacional de Educadores (UNE) y la Comisión Coordinadora Intersindical Docente (CCID); y la Central Única de Trabajadores de la Educación (CUTE), creada en junio de 1972. La primera agrupaba a las organizaciones históricas más representativas y tenía un mayor despliegue territorial, mientras que la segunda surgió como respuesta a aquella, integrada por sectores más combativos que proponían acelerar el proceso de unificación sindical (Vázquez; Balduzzi, 2000).

Es importante destacar los fuertes vínculos que existían entre estas organizaciones docentes y el resto del movimiento obrero sindicalmente organizado. Tal es así que el Congreso Nacional de Educación, convocado por las organizaciones docentes en 1970, contó con la presencia de referentes de la CGT de los Argentinos, entre ellos Agustín Tosco (Balduzzi, 2017; Vuksinik, 2017). Otro hecho político clave fue el paro docente nacional contra la reforma educativa realizado el 18 de noviembre de ese mismo año, dando inicio a una serie de acciones que terminarían por obligar al gobierno a anunciar su suspensión en 1971 (Balduzzi *et al.*, 2023) y a su vez acelerarían el proceso de diálogo tendiente a la unidad orgánica de los trabajadores de la educación de todo el país.

Una radiografía de las organizaciones docentes a comienzos de los setenta

En consonancia con lo que ocurría en el resto del país, a partir de 1918 comenzaron a surgir en los principales centros urbanos de la provincia diferentes asociaciones departamentales del magisterio, por aquel entonces de naturaleza mutual y mayormente abocadas a la cooperación y ayuda recíproca, aunque también orientadas a la participación activa en los debates profesionales y pedagógicos de la época. Ese mismo año se crearon las primeras entidades en Paraná, Uruguay, La Paz y Concordia, al año siguiente en Gualaguaychú y de forma sucesiva en el resto de los departamentos de la provincia. Las mismas se organizaron desde el comienzo en la Federación del Magisterio de Entre Ríos, entidad de segundo grado que se proponía aglutinar a nivel provincial las diferentes expresiones locales.

Posteriormente empezó a tomar forma un movimiento protagonizado por docentes de enseñanza media y superior, el cual se vería plasmado a partir de los años treinta en la creación de diferentes círculos de profesores diplomados (luego devenidos en centros de profesores durante los años cincuenta), al principio también con actuación en las principales ciudades, aunque con el correr de los años se irían replicando en otras localidades de la provincia. Estos centros agrupaban a egresados de institutos de formación docente y buscaban fundamentalmente promover y defender la titulación frente a la presencia que tenían en el ámbito educativo diferentes profesionales no docentes que ejercían la docencia en el sistema educativo, aunque también participaban activamente en los debates pedagógicos y en acciones culturales.

En las escuelas Láinez se organizaron durante el mismo período las comisiones que luego se conocerían como Junta Ejecutiva Pro Equiparación de Sueldos de los Maestros de la Ley 4874. Las mismas tendrían un papel central en la lucha por el Estatuto nacional y sirvieron como base para la creación, a partir de 1957, de las asociaciones de docentes nacionales en diferentes departamentos, las cuales se agruparon en la Federación de Docentes Nacionales de Entre Ríos.

Ya con el proceso de sindicalización en una instancia avanzada, en 1971 se constituyó la Unión Gremial de Maestros Privados Entrerrianos (UGMPE). Esta organización se iba a diferenciar de las otras que existían en la provincia fundamentalmente por adoptar desde el inicio una orientación claramente sindical, es decir, con una identidad de clase más definida y sin referenciarse en modos organizativos de carácter mutual o profesional.

Es justo mencionar que existían además otras organizaciones docentes, con un mayor o menor desarrollo territorial o relación con sus bases dependiendo del caso. Por un lado, estaban las expresiones locales o regionales de entidades de alcance nacional, como fue el caso de la Asociación del Magisterio de Enseñanza Práctica (Amep), el Sindicato Argentino de Docentes Particulares (Sadop) o la Unión Docentes Argentinos (UDA). Tanto el Sadop como la UDA eran en ocasiones señaladas como organizaciones con vínculos patronales, lo cual entre otras consecuencias trajo aparejada un escaso grado de representatividad. Por otro lado, estaban el Centro Alberdino, que agrupaba a egresados de la Escuela Normal Rural Superior “Juan Bautista Alberdi”, o la Organización

de Maestros Nacionales (Omana), de la que sin embargo se tiene muy escaso registro, tanto en fuentes documentales como en los testimonios orales.

Tanto la Federación del Magisterio de Entre Ríos como los centros de profesores diplomados, luego agrupados en la Federación Entrerriana de Centros Docentes de Enseñanza Secundaria y Superior (desde 1973), eran tributarias de la CAMyP y mantenían estrechos lazos con su dirigencia a nivel nacional. Por su parte, la UGMPE formó parte de la Cute desde sus inicios junto a otros sectores de docentes privados, que venían planteando un mayor grado de referencia con el movimiento obrero. De hecho, fue la UGMPE la primera de las organizaciones docentes de Entre Ríos que obtuvo en mayo de 1973 la personería gremial.

La creación de la Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA) en 1973 significó, como es sabido, un importante avance en el proceso de unidad, el cual traería aparejada una experiencia federativa innovadora para el colectivo docente en el territorio entrerriano.

Figura 1 – Detalle de las entidades representantes de la provincia de Entre Ríos presentes en el Congreso de la Unidad Docente

<u>Entre Ríos</u>				
	746	Federación del Magisterio de Entre Ríos	1794	6
		Luisa Erica Espinosa - Gualeguaychú 57-D.A. Posé		
Per Héctor Larrategui	53 y 54	Mov. de Centros de Prof. Diplomados de Paraná y Gualeguay-300		1
Agustín Varela		Héctor Larrategui - Buenos Aires 256 - Paraná		
	64	Mov. de Centros de Prof. Diplom. de R. Tata-Ba. y Gchú.	364	1
Federación del Mag. de Entre Ríos		Walter Cori - España 325 - Gualeguaychú		
	68	Federación Docentes Nacionales de Entre Ríos	1.120	4
		Carlos Fernández Canavessi - Mem. 300 - Villaguay		
	75	Unión Gremial de Maest. Priv. Entrerrianos	647	2
		Ernesto Collora - Perú 466 - Paraná		
	83	Asociación del Magisterio de Paraná	1488	5
		Suero N. Balmaçada - La Prieta 136 - Paraná		

Fuente: Actas de las sesiones preparatorias, Huerta Grande, agosto de 1973

Radiografía sociopolítica de un período histórico convulsionado

El período histórico que comprende el presente trabajo coincide con una etapa de fuerte tensión social, política y económica, atravesada por una serie de hechos y procesos determinantes ocurridos tanto a nivel mundial como en América Latina y particularmente en la Argentina.

En el contexto internacional de la Guerra Fría y con la efervescencia de diversos movimientos contrahegemónicos, la primera mitad de los años setenta tuvo su punto de inflexión con la crisis del petróleo a fines de 1973, la cual generó desabastecimiento, subas de precios y recesión, sobre todo en los países periféricos. Este fue el punto de partida para el surgimiento del neoliberalismo como nuevo modelo económico, aplicando la teoría monetarista en su adaptación por la Escuela de Chicago. Bajo la coordinación del Plan Cóndor, y con la Doctrina de la Seguridad Nacional como paradigma geopolítico, mientras que la Argentina alcanzaba la recuperación del orden constitucional con el fin de la dictadura iniciada en 1966, el 27 de junio de 1973 se produjo el golpe de Estado en Uruguay y el 11 de septiembre en Chile, sumándose a los gobiernos militares que ya existían en otros países de la región.

En varios de estos casos el denominador común era la irrupción de un modelo de Estado burocrático-autoritario, cuyos principales componentes son la “legitimación por medio de ideologías corporativas” para “encapsular a los sectores sociales” (en especial el sector popular urbano fuertemente activado en términos políticos), algo que se da en un contexto de marcado autoritarismo, conjugado a su vez con procesos de modernización mediante elementos tecnocráticos que tienen como fin último preservar el esquema de dominación de las relaciones sociales capitalistas (O'Donnell, 1972).

En junio de 1973 se produjo el retorno definitivo de Juan Domingo Perón al país luego de dieciocho años de proscripción política, hecho que tuvo como trágico escenario los sucesos conocidos como la “masacre de Ezeiza”. Aquel episodio vaticinaba el clima de creciente enfrentamiento entre las distintas facciones del movimiento peronista que se profundizaría en los meses siguientes. Previamente, la consigna “Cámpora al gobierno, Perón al poder” había permitido al Frente Justicialista de Liberación (Frejuli) triunfar en las elecciones del 11 de marzo, dando inicio a la “primavera camporista” por

medio de un pacto social entre el sector empresario y los sectores mayoritarios del movimiento sindical. En el ámbito educativo, bajo la conducción del ministro Jorge Taiana, se llevaron a cabo importantes acciones, especialmente en lo referido a la alfabetización de adultos (a través de la Dinea) y la democratización de las universidades nacionales.

La renuncia de Cámpora y el triunfo de la fórmula Perón-Perón significó en un primer momento el aumento del protagonismo de los sectores de derecha, fundamentalmente a través de la Triple A orquestada por José López Rega desde el Ministerio de Bienestar Social. Aquel divorcio entre el gobierno y los sectores más combativos tendría consecuencias directas sobre la clase obrera y las experiencias de oposición y resistencia a las tendencias más burocráticas del movimiento sindical. Por su parte, la “Misión Ivanishevich” tuvo un fuerte impacto sobre el sistema educativo y sus trabajadores, que por entonces marchaban por el camino de la unidad orgánica luego de años de unidad en la acción contra las políticas de ajuste y persecución de los gobiernos anteriores.

El “Rodrigazo” en junio de 1975 supuso una serie de consecuencias que afectaron centralmente a la clase trabajadora y los sectores más vulnerables de la población, incluyendo devaluación de la moneda, medidas de ajuste, congelamiento de salarios y desregulación económica (Rapoport, 2000). A nivel provincial, el gobernador Enrique Cresto no fue ajeno a la división interna del peronismo y en dicho escenario tomó parte a favor de los sectores de la derecha, habilitando a través de la policía entrerriana diversas acciones de vigilancia, persecución y amedrentamiento hacia militantes populares de diferentes extracciones políticas. En materia educativa impulsó una campaña para erradicar las denominadas “escuelas rancho” y creó numerosas escuelas secundarias en localidades pequeñas de la provincia.

La Federación Entrerriana de Trabajadores de la Educación (1973-1975)

En paralelo a las instancias de diálogo sostenidas en el marco del AND a nivel nacional desde su creación en 1970, y a instancias de las organizaciones subsidiarias del mismo en la dimensión jurisdiccional, también en la provincia de Entre Ríos se venían desarrollando expresiones de acercamiento con miras

a la unidad docente. Tal es así que el 10 de junio se llevó a cabo en la ciudad de Villaguay una primera reunión de las organizaciones docentes entrerrianas, buscándose allí replicar lo que se estaba dando en el resto del país.

Esta unidad orgánica que se buscaba lograr entre organizaciones que representaban a trabajadores de diferentes niveles o ramas también se estaba trabajando por aquel entonces hacia el interior de las mismas, esto es, en lo referido a la forma de relacionarse y agruparse que tenían las entidades de un mismo sector específico. El ejemplo más palpable en esta etapa lo configuraron los centros de profesores de enseñanza media y superior. En efecto, aquellos que al momento de conformar la CTERA habían participado por separado y con cierto grado de autonomía, pronto entendieron la necesidad de hacerlo de manera federada. Fue así que, en el primer Congreso Ordinario de la CTERA, realizado en la ciudad de Santa Fe del 24 al 26 de julio de 1974, el Centro de Profesores Diplomados de Gualaguay y el Centro de Profesores de Paraná solicitaron integrarse a la Federación de Centros Docentes de Enseñanza Secundaria y Superior, por entonces con 1054 afiliados en el resto de la provincia. Así lo propiciaba una de las principales resoluciones de aquel Congreso (aprobada por unanimidad), que recomendaba a la Junta Ejecutiva arbitrar las medidas para “asegurar el desarrollo del proceso de unidad por provincias a través de federaciones unificadoras del conjunto de los trabajadores de la educación”. Y como vamos a observar a continuación, este proceso de unidad ya había comenzado en Entre Ríos a fines del año anterior.

Luego de constituida la CTERA, proceso que culminó en la ciudad de Buenos Aires la madrugada del 12 de septiembre de 1973, prontamente fue convocado un “encuentro preparatorio destinado a dar forma orgánica al futuro Ente Federativo Provincial de los Trabajadores de la Educación de Entre Ríos”. El mismo se llevó a cabo en el Colegio Nacional de Concepción del Uruguay el 7 de octubre de 1973 y contó con la participación de representantes de la Federación del Magisterio, la Federación de Docentes Nacionales, la Unión Gremial de Maestros Privados Entrerrianos y la Federación Entrerriana de Centros Docentes de Enseñanza Secundaria y Superior. Dado que todas estas organizaciones habían participado del Congreso Constitutivo de la CTERA, el propósito central de aquel encuentro fue plasmar en Entre Ríos la misma unidad que se había sellado a nivel nacional.

Allí se resolvió “convocar a todas las entidades gremiales docentes de existencia real en la provincia” a un encuentro a realizarse el 10 de noviembre, también en Concepción del Uruguay (en el salón de la Sociedad Educacionista “La Fraternidad”), para avanzar en la conformación de una “Coordinadora Provincial” (así como también Coordinadoras Departamentales), determinar su Reglamento de Trabajo y encomendar a esta la redacción de un anteproyecto de Estatuto para el futuro ente federativo, fijando además un plan de acción en línea con lo dispuesto por la CTERA.

Organizado por la coordinadora local que estaba encabezada por Carlos Fernández Canavessi en representación de la Asociación de Maestros Nacionales, aquel Encuentro Provincial de Entidades Gremiales Docentes de Entre Ríos finalmente se llevó a cabo el 17 de noviembre. El mismo contó con la participación de alrededor de cien trabajadores en representación de diferentes organizaciones, a saber:

Federación del Magisterio de Entre Ríos (mesa directiva) y las asociaciones departamentales de Uruguay, Colón, Villaguay, Concordia, Feliciano, Diamante, Gualaguaychú. Federación de Docentes Nacionales de Entre Ríos (consejo directivo) y las asociaciones departamentales de Uruguay, Colón, Villaguay, Gualaguaychú, Tala, Concordia, Paraná, Santa Elena. Unión Gremial de Maestros Privados Entrerrianos (comisión directiva central) y seccionales Feliciano, Concordia, Tala, Colón, Uruguay, Federación, Paraná, La Paz, Diamante, Gualaguaychú, Villaguay. Federación Entrerriana de Centros Docentes de Enseñanza Secundaria y Superior (comisión directiva) y centros de Villaguay, Gualaguay, Paraná, Concordia, Uruguay, Victoria. Organización de Maestros Nacionales (comisión directiva) y filial Colón. Centro Alberdino de Maestros de la Escuela Normal Rural Alberdi. Centro de Educadores de Adultos de Entre Ríos (filial Uruguay). Asociación del Personal de Enseñanza Técnica (filial Uruguay). Centro de Docentes Nacionales Jubilados de C. del Uruguay). Centro de Jubilados y Pensionados Provinciales (rama Docente) de C. del Uruguay.

Figura 2 – Cobertura del encuentro realizado en Concepción del Uruguay el 17 de noviembre de 1973



Fuente: Diario La Calle, 18/11/1973

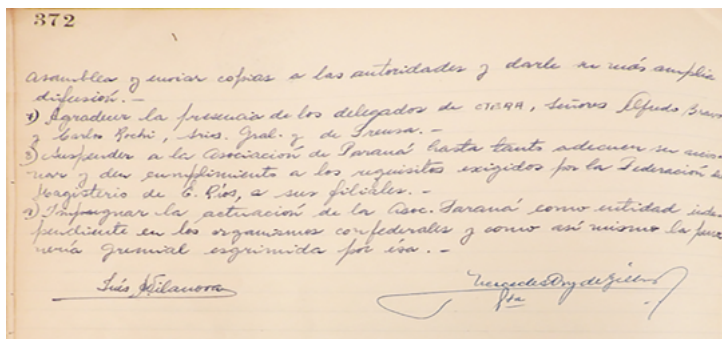
Queda claro de este modo que el encuentro tuvo un importante nivel de representatividad, tanto territorial como de las diferentes organizaciones que habían sido convocadas para tratar la unidad docente en el ámbito provincial. Luego de una jornada de intercambios y debates que se extendió a lo largo de doce horas y media, y habiendo adoptado el nombre de “Congreso Unificador de Trabajadores de la Educación”, surgieron allí como principales definiciones la ratificación de los puntos contenidos en la convocatoria, referidos a la creación de coordinadoras departamentales, una coordinadora provincial y la designación de una comisión redactora del Anteproyecto de Estatuto, el cual debería ser presentado en un tiempo no mayor a seis meses. Con el correr de los meses, este espacio se daría a conocer como Federación Entrerriana de Trabajadores de la Educación (Fete).

Con relación a la Coordinadora Provincial, la misma quedó integrada por Carlos Fernández Canavessi e Ibes B. de Maidana, por la Federación de Docentes Nacionales; Felipe Ascúa y Názaria M. de Demartini, por la Federación de Centros Docentes de Enseñanza Secundaria y Superior; Ernesto Collura y María E. La Gamma, por la Unión Gremial de Maestros Privados; Blanca P. de Solano y Gloria Ceballos, por la Organización de Maestros Nacionales; Mariana S. de Gastiazoro y María del Carmen Perrín, por el Centro de Docentes Nacionales Jubilados; quedando pendiente la designación de miembros por las otras organizaciones presentes. Esta Coordinadora Provincial designaba entre sus integrantes a un coordinador general, un coordinador de prensa y difusión, un coordinador de relaciones

y un coordinador de finanzas. Debía sesionar al menos una vez por mes, o bien cuando las circunstancias lo requirieran, adoptando sus resoluciones por simple mayoría (las entidades que la integraban tenían tantos votos como filiales, asociaciones o seccionales representaran).

Es necesario destacar que esta nueva entidad no logró unificar criterios acerca de las formas organizativas a consolidar. Mientras que algunos sectores promovían la creación de un sindicato único provincial, o bien de un ente federado que absorbiera a las asociaciones, centros y uniones preexistentes, otros sectores eran más proclives a conservar su autonomía y proponían que fuese solamente un ámbito de coordinación. A esto se deben sumar las disputas internas previas, como fue el caso de la Federación del Magisterio, que resolvió en su Asamblea Extraordinaria realizada en La Paz el 1 y 2 de diciembre de 1973 “suspender a la Asociación de Paraná hasta tanto adecuen sus acciones y den cumplimiento a los requisitos exigidos por la Federación a sus filiales”, además de “impugnar la actuación de la Asociación de Paraná como entidad independiente en los organismos confederales, como asimismo la personería gremial esgrimida por ésta”. En efecto, ya desde las sesiones preparatorias y el congreso constitutivo de la CTERA, la Asociación del Magisterio de Paraná venía actuando por separado de la Federación, de la cual formaba parte como organización departamental de base. Además de las diferencias político-organizativas que pudieran existir en el seno de la Federación, es presumible que el peso específico de la asociación paranaense, por ser la de mayor envergadura, influyera sobre este proceder “divisionista”.

Figura 3 – Referencia a la situación de conflicto entre la Federación del Magisterio y la asociación departamental de Paraná



Fuente: Libro de Actas de la Asociación del Magisterio de La Paz

A lo largo del año 1974 continuaron las acciones coordinadas por la Fete, que sintetizaba en un panfleto la situación de la docencia entrerriana:

Nos adherimos a los paros docentes; se declara ilegal la huelga; se descuentan los días no trabajados; se computa como falta doble en el concepto profesional; se destituye al representante gremial en el CGE elegido mediante elecciones de acuerdo con la Ley 5510/73; se anulan las licencias gremiales de las entidades confederadas en CTERA; se inician sumarios a docentes del sector privado; se allanan domicilios de afiliados a entidades de base; se suprime a una semana de su realización la elección para integrar legalmente el CGE.

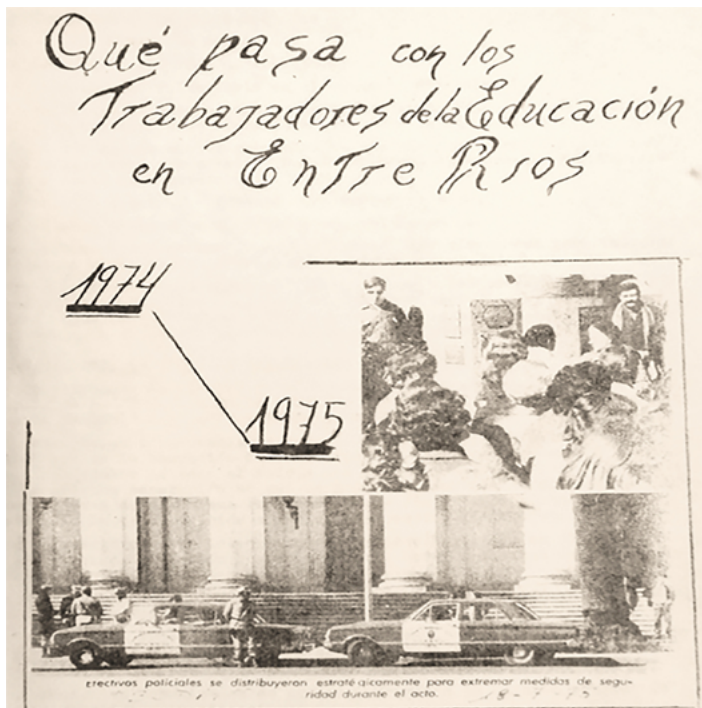
En el mismo documento se denunció un trato desigual para las organizaciones docentes, que suponía privilegios para la UDA debido a su relación de mayor afinidad con la patronal. En un juego de palabras que buscó poner en evidencia el papel colaboracionista de la UDA, desde la Fete se sostenía en declaraciones públicas una ingeniosa consigna: “El gobierno dice al pueblo que la representación de los docentes es UDA, la opinión pública dice que la representante del gobierno es la UDA”. Tal fue el caso que por aquel entonces la secretaria administrativa de la UDA, Ada de Blanc, era al mismo tiempo funcionaria del gobierno provincial encabezado por Enrique Cresto (Luquez; Muñoz; Naput, 1999).

Atravesado por el progresivo recrudescimiento de la política gubernamental hacia las organizaciones docentes nucleadas en la CTERA, durante el año 1974 se realizaron un total de diez paros nacionales: el 23, 28 y 29 de mayo; 4, 5 y 6 de junio; 4, 5, 17 y 18 de septiembre. Si bien en varias ocasiones las entidades entrerrianas habían llevado al Confederal mandatos contrarios a la realización de medidas de fuerza, la conducta orgánica suponía la adhesión a estas acciones una vez que eran resueltas de forma mayoritaria.

A comienzos de 1975, la Coordinadora Provincial definió en un encuentro de entidades de base “ratificar la resolución del VIII Consejo Confederal de la CTERA, declarando el estado de alerta y movilización e instrumentando medidas de fuerza cuya aplicación, modalidad y duración

serían determinadas por las bases”. Allí también se insistió, entre otros puntos, con la exigencia de reconocimiento legal y otorgamiento de la personería gremial a la CTERA, la reincorporación de docentes cesanteados por la Ley de Prescindibilidad, el cese inmediato de los ataques a los sindicatos docentes, la normalización de los consejos de educación, la formación de una comisión paritaria para discutir remuneraciones conforme a lo previsto en el Estatuto y la renuncia del ministro Ivanissevich.

Figura 4 – Folleto informativo elaborado por la Coordinadora Provincial de la Federación Entrerriana de Trabajadores de la Educación (1975)



El 5 de mayo, la Coordinadora Provincial convocó por mandato de asamblea a una concentración en Paraná, la cual fue vigilada por las fuerzas policiales, que en un momento comenzaron a realizar amenazas por altoparlante. Dos estudiantes que habían asistido a brindar su apoyo fueron detenidos. Pese a esto, la actividad gremial continuó por medio de asambleas y reuniones con representantes partidarios, sindicatos,

comisiones de padres y vecinos, etc. Desde las organizaciones integrantes de la Fete se denunciaron acciones persecutorias e intimidatorias, las cuales se enmarcaban en la Misión Ivanissevich. El desconocimiento de la personería gremial de la UGMPE, la puesta en vigencia de forma inconsulta de nuevas bases curriculares y el descuento (a través del Decreto 1639/74) de aportes compulsivos en favor de la UDA fueron algunas de las medidas apuntadas.

El 26 de junio se realizó una jornada nacional de protesta con cese de actividades, a lo cual el gobierno volvió a responder declarando por decreto la ilegalidad del paro y prohibiendo a quienes adhirieran al mismo participar en concursos del orden provincial. Incluso la policía llegó a manifestar en un comunicado que “la actividad de quienes instigan al paro declarado por la CTERA encuadra dentro del marco de la Ley de Seguridad Nacional”. Pese a todo esto, el resultado fue un setenta por ciento de la docencia que no concurrió a sus lugares de trabajo.

El 17 de julio se desarrolló una nueva jornada de protesta a nivel nacional, convocada en solidaridad con la situación de la docencia de Entre Ríos, en la cual fue detenido el dirigente Ernesto Collura, de la UGMPE, lo que desencadenó una fuerte reacción de la docencia que se expresó mediante un estado de asamblea permanente y una nueva convocatoria al paro para el día siguiente. Más allá de que Collura fue liberado por la madrugada, el paro fue contundente y las medidas de fuerza se siguieron multiplicando en los meses siguientes, con varias huelgas nacionales convocadas por la CTERA: los días 7, 8, 9, 14, 15 y 16 de octubre.

El 27 de septiembre de 1975 se reunió en la ciudad de Paraná el Confederal de CTERA (por primera vez en esta provincia), instancia en la que se produjeron importantes debates hacia el interior de la entidad y donde uno de los puntos más álgidos giró en torno a la posibilidad de aceptar o no la intervención de medio centenar de docentes de Santa Fe y Entre Ríos, que no eran delegados. Finalmente se terminó habilitando la presencia de manera excepcional.

Figura 5 – Cobertura del Confederal de CTERA realizado en Paraná el 27 de septiembre de 1975



Fuente: Diario Clarín, 28/9/1975

Pese a la legitimidad de los reclamos y la contundencia de las acciones de lucha encaradas por los trabajadores de la educación, el sindicalismo peronista enrolado en las 62 Organizaciones en varias ocasiones había repudiado públicamente los paros. Esto se explicaba en parte debido a la negativa de sectores de la docencia a ingresar a la CGT, pese a que la propia CTERA había definido en un Congreso Extraordinario en julio de 1974 la incorporación a la central obrera, algo que sin embargo no se concretaría hasta entrada la segunda mitad de los años ochenta.

El curso posterior de los acontecimientos determinó que la actividad gremial en la provincia quedara prácticamente desarticulada luego del golpe de Estado del 24 de marzo de 1976, al menos en lo que refiere al funcionamiento orgánico de los sindicatos docentes. Esto significó entre otras cuestiones un momento de cierre para la experiencia que habían protagonizado las organizaciones de trabajadores de la educación de la provincia en el marco de la FETE, debiendo esperar hasta los años posteriores a la dictadura para retomar una senda análoga.

Consideraciones finales

El abordaje planteado en este trabajo nos permite en primer término dar visibilidad a una serie de circunstancias de suma relevancia para el propósito todavía más amplio y ambicioso que supone reconstruir los procesos de organización y lucha del sindicalismo docente en la provincia de Entre Ríos y cómo los mismos fueron tributarios de procesos análogos que se han dado en la esfera nacional.

Convocado en un principio como encuentro de entidades gremiales docentes, aunque prontamente devenido en Federación, este espacio fue el primero a nivel provincial en emplear de forma explícita la categoría “trabajadores de la educación” dentro de su denominación. No se trata de un detalle menor si consideramos que por aquel entonces todavía se encontraba vigente el debate en torno a la caracterización identitaria de la docencia, habiendo importantes sectores que aún promovían identificarse como “profesionales”, o bien como “educadores” en una versión más indeterminada, dejando entrever cierta reticencia a un término (“trabajadores”) que implicaba reconocerse a sí mismos como parte de la clase obrera.

A su vez, la opción por asumirse como trabajadores de la educación supuso también un avance tanto en el modelo organizativo, propendiendo a la conformación de sindicatos, como en el carácter que los mismos tenían como ámbito capaz de agrupar a sus afiliados por rama de actividad, en este caso la educación, superando la histórica balcanización según niveles, modalidades, títulos, jurisdicciones o dependencia (pública o privada) de los establecimientos de trabajo.

Resulta sin embargo llamativo, y ha sido esta una de las principales motivaciones para encarar el presente trabajo, la escasa referencia a la Fete en los documentos que a partir de los años ochenta y hasta la actualidad ha publicado la propia Asociación Gremial del Magisterio de Entre Ríos (AGMER), sindicato que surge como continuador de las entidades que formaron parte de aquella experiencia a mediados de los años setenta. Presumimos que esto puede explicarse en parte por el hecho de que AGMER se constituyó formalmente en 1981 sobre la base de la histórica Asociación del Magisterio de Paraná, entidad que tuvo un protagonismo menor dentro de la Fete en comparación con otras, tales como la UGMPE o la Federación de Docentes Nacionales.

Por último, además de permitirnos examinar un proceso bastante poco explorado en términos históricos, dado que existe un único antecedente académico que remite a esta experiencia, aunque de manera secundaria (Luquez; Muñoz; Naput, 1999), este trabajo hace posible también reforzar la existencia a nivel local de una rica experiencia organizativa en el campo sindical docente, cuestión que contribuye a superar los discursos centralistas que ponen a las organizaciones nacionales, muchas de ellas con hegemonía

porteña o bonaerense, como única referencia de estos debates y construcciones dentro del sindicalismo de los trabajadores de la educación.

Hoy podemos señalar que la representación que posee AGMER sobre los trabajadores de la educación, que le permite agrupar a docentes que ejercen desde el jardín hasta la universidad, al personal de maestranza y a supervisores escolares, a quienes se desempeñan en el ámbito estatal o privado, es en cierto modo una consecuencia de aquella experiencia que hace medio siglo dio forma a un ente federado capaz de dar un salto cualitativo en las formas de organización sindical e identidad de clase.

Referencias

ACRI, M. **Las asociaciones y gremios docentes de la Argentina:** la situación laboral, la organización y las primeras luchas, 1881-1930. Tese (Maestría en Ciencias Sociales) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2012.

ASCOLANI, A. ¿Apóstoles laicos, burocracia estatal o sindicalistas? Dilemas y prácticas del gremialismo docente en Argentina (1916/1943). **Anuario de Historia de La Educación**, Buenos Aires, n. 2, p. 87-102, 1999.

ASCOLANI, A. La Federación Provincial del Magisterio de Santa Fe: experiencias y límites del gremialismo docente (Argentina, 1918-1943). In: DAL ROSSO, S. (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação:** organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 299-314.

BALDUZZI, J. El Congreso Nacional de Educacion de Tucumán de 1970. **Polifonías – Revista de Educación**, n. 3, 2017.

BALDUZZI, J. *et al.* **¡No dejamos de enseñar, enseñamos a luchar!** Historia de la CTERA II (1973-1988). Buenos Aires: Ediciones CTERA, 2023.

CATELOTTI, K.; MEDINA, N. El sindicalismo docente entrerriano: posicionamientos y debates internos frente a las tensiones, alineamientos y estrategias de la CGT a nivel nacional (1970-1981). **Ejes de Economía y Sociedad**, n. 13, p. 536-548, 2024.

DUSSEL, P.; LATORRE CARABELLI, M. Tras las huellas gremiales del magisterio mendocino (1880-1919). *In: JORNADAS INTERESCUELAS/ DEPARTAMENTOS DE HISTORIA*, 17., 2019, San Fernando del Valle de Catamarca. **Actas** [...].

GINDIN, J. Sobre las huelgas docentes. *In: GINDIN, G. (comp.) Pensar las prácticas sindicales docentes*. Buenos Aires: Herramienta, 2011. p. 79-108.

GUDELEVICIUS, M. La política educativa implementada durante el primer año del “Proceso de Reorganización Nacional”: contradicciones y límites. **Trabajos y Comunicaciones**, n. 38, p. 87-109, 2012.

GUDELEVICIUS, M. La protesta gremial docente contra el proyecto educativo de la “Revolución Argentina”. **Archivos de Ciencias de la Educación**, n. 5, p. 117-129, 2011.

LUQUEZ, S.; MUÑOZ, C.; NAPUT, A. Las asociaciones gremiales docentes de Entre Ríos frente a las políticas estatales: testimonios para su historia (1973-1976). *In: ASCOLANI, A. (comp.). La educación en Argentina: estudios de historia*. Rosario: Ediciones del Arca, 1999. p. 267-287.

MANNOCCHI, C. El conflicto del magisterio de la ciudad de Buenos Aires en 1925: la identidad de una clase sin nombre. **Revista Historia 2.0: Conocimiento Histórico en Clave Digital**, Buenos Aires, n. 1, p. 35-55, 2011.

MANNOCCHI, C. Huelga de maestros en 1912. En contra del Estado educador y del docente servil. **Anuario de Historia de la Educación**, Buenos Aires, v. 14, n. 1, p.43-64, 2013.

O'DONNELL, G. **Modernización y autoritarismo**. Buenos Aires: Paidós, 1972.

PEREZZA, R. **La norma laboral docente en Argentina: entre la historia y los retos futuros**. Tese (Maestría en Ciencias Sociales) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2015.

PETITTI, E. M. La educación común en la segunda mitad del siglo XX. Entre la obligatoriedad escolar y los proyectos de descentralización (Entre Ríos, 1958-1973). In: PETITTI, E. (comp.). **Actores, instituciones y políticas en la provincia de Entre Ríos durante el siglo XX**. Paraná: EMP, 2023. p. 211-238.

RAPOPORT, M. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)**. Buenos Aires: Macchi, 2000.

TÁLAMO, F.; ACRI, M. Reconstrucción del sindicalismo docente argentino durante los ochenta: los casos de la UMP en Capital Federal y la AGMER en Entre Ríos. In: GAUDICHAUD, F. *et al.* (ed.). **Sindicalismo, conflictividad y acción directa en las Américas y Europa de fines del siglo XIX a los años 1980**. Santiago: Ariadna, 2023. p. 532.550.

TÁLAMO, F.; ROZADOS, M.; DE ROSA, N. Experiencias de resistencia y organización docente en la provincia de Entre Ríos en el contexto de la última dictadura. In: TÁLAMO, F.; ROZADOS, M. (comps.). **Política educativa, sindicalismo y trabajo docente: hacia la resignificación de los debates políticos y académicos en torno a las prácticas pedagógicas y sindicales por una educación popular y socialmente emancipadora**. Paraná: AGMER Editora, 2019. p. 352-362.

VÁZQUEZ, S.; BALDUZZI, J. **De apóstoles a trabajadores: luchas por la unidad sindical docente, 1957-1973**. Buenos Aires: Ediciones CTERA, 2000.

VUKSINIK, N. La organización gremial docente contra la Reforma Educativa de Onganía: el Congreso Nacional de Educación (1970-1971). *In*: XVI JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 16., 2017, Mar del Plata. **Actas** [...].

Fuentes documentales y orales

Libros de Actas de Asambleas y/o Congresos:

- Confederación Departamental del Magisterio de La Paz
- Asociación de Docentes Nacionales de Concordia
- Asociación Departamental de Maestros de Colón
- Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina

Documentos de archivo y publicaciones:

- Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina
- Asociación del Magisterio de Gualeguaychú
- Asociación Gremial del Magisterio de Entre Ríos
- Seccional Uruguay de AGMER

Medios periodísticos:

- Diario Clarín (Buenos Aires)
- Diario La Nación (Buenos Aires)
- Diario El Entre Ríos (Paraná)
- Diario La Calle (Concepción del Uruguay)

Testimonios orales:

- Blanca Benavídez (Paraná)
- Luisa Labat (Gualeguaychú)

Mundos do Trabalho na Argentina e no Brasil
Mundos del Trabajo en Argentina y Brasil

João Henrique Zanelatto | Maximiliano Camarda | Rodolfo Leyes | Karen Elizabeth Catelotti

- Clelia Lavini (Villaguay)
- Alberto Mayor (Paraná)
- Beatriz Romero (Gualeduaychú)
- Natividad Romero (Rosario del Tala)
- Fernando Rotela (Concepción del Uruguay)
- Nelly Sinclair (Feliciano)

SEGUNDA PARTE

**TRABALHADORES, ESTADO,
EMPRESAS E AS LUTAS OPERÁRIAS**

**TRABAJADORES, ESTADO,
EMPRESAS Y LUCHAS OBRERAS**

“DESLOCADOS DE GUERRA” NAS MINAS BRASILEIRAS: IMIGRAÇÃO DO LESTE EUROPEU E CONFLITOS TRABALHISTAS (1945-1950)

Bruno Mandelli

Introdução

Em meados do século XX, alemães, poloneses, russos, ucranianos e brasileiros trabalharam juntos nas minas de carvão do Rio Grande do Sul. A companhia de mineração buscou usar sua força de trabalho para aumentar a produção, enquanto as comunidades mantiveram suas tradições culturais de suas respectivas nacionalidades e regiões, mas unidas por uma cultura internacional dos mineiros de carvão. O presente capítulo explora a formação desse intrincado processo.

A mineração de carvão tem sido uma força fundamental na industrialização de muitas regiões do mundo. Este estudo investiga a história do trabalho na comunidade de mineração de carvão do Sul do Brasil durante meados do século XX. Especificamente, examina o recrutamento de trabalhadores do leste europeu por uma empresa de mineração no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial, o Consórcio Administrador das Empresas de Mineração do Rio Grande do Sul (Cadem), com foco na análise das relações étnicas e de classe entre esses grupos de trabalhadores. A pesquisa insere-se em um campo historiográfico mais amplo, que busca entender as experiências da classe trabalhadora em contextos de migração, industrialização e formação de identidades.

Primeiramente, é essencial enfatizar a importância da mineração de carvão para a industrialização em diferentes partes do globo. A Revolução Industrial, no fim do século XVIII, e particularmente na primeira metade do século XIX, não teria se desenvolvido da mesma maneira sem a utilização do carvão para a geração de vapor que movia as máquinas de James Watt, de modo específico na produção de lã (Hobsbawm, 2010, p. 82). Como argumenta Hobsbawm (2010), o crescimento das cidades, sobretudo Londres, levou à rápida expansão da mineração, e no início do século XVIII a indústria do carvão havia se tornado uma “primitiva indústria moderna” (Hobsbawm, 2010, p. 82).

O aparente paradoxo entre uma indústria moderna, mas “primitiva”, e a proeminência duradoura do carvão nos últimos dois séculos obscurece uma característica fundamental da mineração em todo o mundo – sua intensa exploração da força de trabalho. Essa exploração, muitas vezes, se manifestou

em condições de trabalho precárias e perigosas, como documentado por inúmeros estudos sobre a história da mineração. Onde quer que o carvão tenha sido descoberto, o capitalismo encontrou uma maneira de explorar e empregar mão de obra para sua extração. Não é surpresa, portanto, que a mineração esteja entre as profissões mais perigosas e insalubres globalmente, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017). Homens, mulheres e até crianças foram empregados em minas em todo o mundo. Knotter (2015) afirma que, por causa dos locais dispersos das jazidas, a mineração se tornou fortemente dependente de mão de obra imigrante, atraindo trabalhadores de diversas origens nacionais e étnicas. Essa força de trabalho transcendeu fronteiras, conectando regiões e países, mobilizando assim novos grupos de trabalhadores. Para o autor, portanto, a história do trabalho nas minas de carvão não é somente uma história global, como também transnacional.

Seguindo tal discussão, neste capítulo abordaremos a imigração de trabalhadores europeus afetados pela Segunda Guerra Mundial para as comunidades mineiras no Rio Grande do Sul em meados do século XX, no município de São Jerônimo, que na época incluía os distritos de Arroio dos Ratos e Butiá (hoje municípios).

Analisaremos como esses trabalhadores, deslocados por conflitos e em busca de novas oportunidades, se integraram a uma indústria já marcada por dinâmicas de classe e etnicidade preexistentes. Seguindo essas pistas, o presente capítulo se propõe a discutir as relações étnicas e de classe de um grupo de trabalhadores que, por um acaso da história, foram ligados por seu local de trabalho e viveram juntos, compartilhando suas experiências e tradições de classe. Antes, contudo, realizaremos uma breve visão geral da história das minas de carvão no Brasil. Essa visão geral fornecerá o contexto necessário para entender a especificidade da experiência dos imigrantes do leste europeu.

A indústria carbonífera no Sul do Brasil: expansão, trabalho e o contexto da imigração (1940-1960)

No Brasil, a extração de carvão mineral concentrou-se historicamente na região Sul, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme ilustrado na figura 1. Esta seção examina a transformação da indústria carbonífera nesses estados durante o período crucial de 1940 a

1960, abrangendo o *boom* da produção durante a Segunda Guerra Mundial, o declínio subsequente e a retomada do crescimento na década de 1950.

Figura 1 – Localização das regiões carboníferas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Adaptada de Teixeira *et al.* (2000, p. 474)

No contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando o Estado brasileiro decretou a entrega obrigatória de toda a produção de carvão, houve um *boom* de mineração no Sul do país. O Estado Novo do Presidente Getúlio Vargas publicou o Decreto-Lei n.º 4.613, em agosto de 1942, que instituiu, como medida de emergência, a entrega obrigatória de todo o carvão nacional ao Governo Federal.

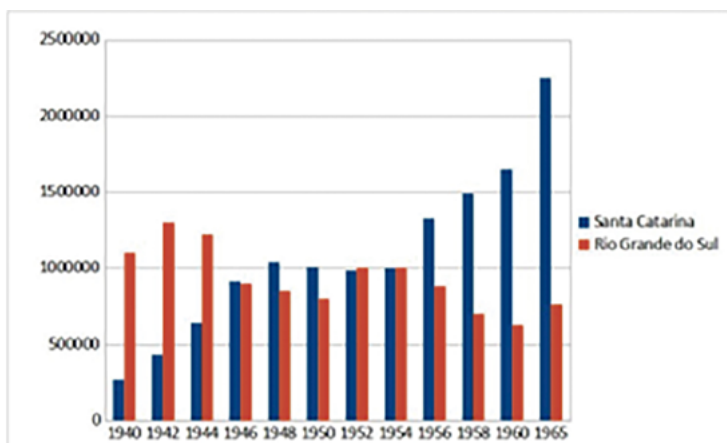
Um médico que trabalhou entre 1944 e 1953 nas minas de carvão, Francisco de Paula Boa Nova Jr., comentou em seu relatório, escrito para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), sobre essa grande demanda por mão de obra para as regiões de mineração do Sul do país: “O trabalho nas minas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná teve que ser intensificado para atender às necessidades urgentes do país” (Boa Nova Jr., 1953, p. 9). O DNPM, na época, era o órgão governamental responsável

pela fiscalização e regulamentação da atividade mineradora no país. Diante da grande demanda por carvão mineral, a exploração da força de trabalho nas empresas de carvão intensificou-se, como relata o médico em seu lembrete:

Todos os mineiros foram mobilizados para que, com o aumento da produção de carvão, houvesse uma atenuação de um pouco da fome por combustível para nossas indústrias e transportes, já tão afetados pela restrição, que a guerra nos impôs, de importações de petróleo e seus derivados (Boa Nova Jr., 1953, p. 10).

A produção de carvão mineral no Rio Grande do Sul atingiu seu ápice em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, com a extração de 1,34 milhão de toneladas. Conforme ilustrado na figura 2, a produção experimentou um leve declínio no período imediatamente posterior ao conflito, para em seguida retomar uma trajetória de crescimento nos anos subsequentes.

Figura 2 – Produção de carvão mineral nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (1940-1965), em milhares de toneladas



Fontes: Goularti Filho (2007) e Speranza (2012)

A análise da figura 2 revela uma dinâmica interessante: durante os anos da Segunda Guerra Mundial (1940-1945), a produção de carvão no Rio Grande do Sul expandiu-se, enquanto no período seguinte (1946-

1950) registrou um declínio considerável. Paralelamente a essa flutuação na produção carbonífera, observa-se um movimento demográfico significativo no estado, relacionado à imigração. O Censo Demográfico de 1940 (IBGE, 1950) contabilizou no Rio Grande do Sul uma expressiva presença de imigrantes alemães (22.822) e poloneses (14.250), as duas nacionalidades mais numerosas após os italianos. No município de São Jerônimo, centro da atividade carbonífera, a população estrangeira somava 871 indivíduos em um total de 38.269 habitantes, incluindo 178 naturalizados brasileiros.

Entretanto o Censo de 1950 (IBGE, 1950) demonstra uma alteração nesse quadro demográfico. O número de alemães reduziu para 11.967 e o de poloneses para 9.345. A retração populacional de alemães e poloneses no Rio Grande do Sul entre 1940 e 1950 pode ser atribuída, em grande medida, à Segunda Guerra Mundial, que interrompeu os fluxos migratórios para o Brasil no período de 1939 a 1945.

Essa conjuntura demográfica reflete o quarto período da imigração no Brasil, identificado por Bastos e Salles (2014). Iniciado após a Segunda Guerra, o período caracteriza-se por um volume de imigração significativamente menor em comparação com as fases anteriores, direcionando-se, em parte, para o acolhimento dos “deslocados da guerra”. Nesse contexto, a necessidade de recrutamento de trabalhadores europeus para as minas de carvão sul-rio-grandenses espelha tanto a diminuição da mão de obra estrangeira disponível quanto, possivelmente, uma resposta inicial à redução na produção carbonífera observada no imediato pós-guerra.

Apesar do cenário inicial de declínio migratório no pós-guerra, a década de 1950 marcou uma expansão considerável da força de trabalho nas regiões carboníferas do Sul do Brasil. Essa expansão foi impulsionada por fluxos migratórios diversificados, abrangendo trabalhadores de outras regiões do Brasil, de países limítrofes e de nações europeias como Alemanha, Espanha, Rússia e Polônia. Esses trabalhadores convergiram para as minas, oferecendo sua força de trabalho em troca de salários e moradia subsidiada pelas empresas mineradoras. As vilas operárias, erguidas em resposta à expansão da indústria carbonífera, transformaram-se em polos de concentração de famílias cuja subsistência estava intrinsecamente ligada ao trabalho nas minas. Construídas e administradas pelas empresas, tais moradias frequentemente apresentavam condições precárias e infraestrutura sanitária inadequada, enquanto escolas,

igrejas e clubes, também sob controle empresarial, exerciam um controle adicional sobre a vida cotidiana dos trabalhadores (Speranza, 2012, p. 47).

Em meados do século XX, a região carbonífera do Rio Grande do Sul concentrava aproximadamente 7.000 trabalhadores, configurando um dos maiores contingentes operários do país em um único setor produtivo. A produção mensal, superior a 2 milhões de toneladas de carvão, reforçava a relevância econômica dessa indústria. Nesse contexto, os mineiros sul-brasileiros emergiram como uma categoria sociopolítica de destaque, considerando a dependência do governo em relação à produção de carvão para sustentar o projeto de desenvolvimento industrial baseado na substituição de importações (Mandelli, 2023; Speranza, 2021). Foi nesse panorama histórico e econômico que a imigração de europeus, especialmente oriundos do leste europeu e da Alemanha, ganhou renovada importância após o término da Segunda Guerra Mundial, visando suprir a demanda por mão de obra nas minas e impulsionar a produção carbonífera.

Conflito e controle: greves, comunismo e a busca por mão de obra imigrante nas minas de carvão do Sul do Brasil (1945-1947)

No fim da ditadura brasileira do Estado Novo (1937-1945), duas grandes greves afetaram o Rio Grande do Sul. A primeira, em abril de 1945, quando cerca de 6.000 mineiros paralisaram suas atividades, provocando forte reação das autoridades estaduais, com o envio de 50 soldados da Brigada Militar de Porto Alegre a São Jerônimo (Konrad, 2006). Segundo Konrad (2006), 24 horas após a paralisação, o governo federal decretou intervenção militar na região. Com a intervenção, os mineiros foram forçados a retornar ao trabalho; no entanto, poucos meses após a greve, conseguiram um aumento salarial de até 50% em algumas funções.

Os louros desse movimento caíram sobre os comunistas. O prestígio dos militantes entre os mineiros ficou evidente na fundação do Comitê Distrital do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Butiá, em agosto de 1945, quando houve um desfile de militantes e líderes e manifestações em frente à sede da entidade. A candidatura do mineiro comunista Manoel Jover Telles para deputado federal também foi anunciada. Jover Telles, apelidado

de “Manolo”, descendente de pais espanhóis, era um mineiro que trabalhava nas minas de Arroio dos Ratos desde os 11 anos. Em 1947, ele foi eleito pelo PCB como deputado à Assembleia Legislativa do Estado, onde proferiu um discurso denunciando as terríveis condições de trabalho nas minas do Cadem e pedindo sua desapropriação:

O ambiente em que os mineiros vivem é um dos piores possíveis. O mineiro trabalha em um ambiente completamente insalubre [...]. Os próprios contratos de trabalho utilizados pela CADEM são contratos que, na verdade, prejudicam a dignidade e não permitem que o mineiro subsista do trabalho bruto por um período máximo de 10 a 15 anos [...]. Podemos dizer que em nenhum lugar do nosso país existe uma empresa que tenha a coragem de ridicularizar nossas leis, burlando-as em quase todo o seu conteúdo, como a infame CADEM. Ainda há pouco tempo, os próprios mineiros, que, como sabemos, trabalham na escuridão completa, que, portanto, precisam de uma lâmpada de acetileno, dizia-se há pouco tempo, os próprios mineiros compravam este acetileno com seus salários miseráveis. [...] A Consolidação das Leis do Trabalho também diz que toda empresa onde haja mais de 300 trabalhadores é obrigada a manter um refeitório para seus trabalhadores. Na CADEM não há nada disso. Foi com esses problemas em mente que meu Partido, o glorioso Partido Comunista do Brasil, incluiu em seu programa mínimo um ponto sobre a desapropriação das minas de São Jerônimo. Em primeiro lugar, alegar-se-ia: “Onde posso arranjar dinheiro para esta desapropriação?”. Eu responderia: Vamos assumi-las pelo custo histórico, porque os próprios diretores da CADEM nunca se furtaram de dizer que, se construíram cinemas, construíram praças, asfaltaram ruas, foi para usar os lucros extraordinários e não pagar impostos ao Governo. Significa que muita coisa que existe na superfície pertence ao próprio Governo¹ (Telles, 1981, p. 260).

¹ Discurso proferido na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 11 julho de 1947.

O testemunho do jovem que ingressou no PCB e tornou-se um líder político dos trabalhadores demonstra seu conhecimento das leis trabalhistas introduzidas na década de 1940, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e os truques da empresa para não cumpri-las. Ele também mostra uma visão tática da política do partido de “tomada” de minas pelo governo como solução para os problemas dos trabalhadores. Essa proposta é reiterada por Telles ao longo de seu discurso como uma proposta “anti-imperialista”, pois seria favorável ao desenvolvimento do país e contrária aos interesses do imperialismo.

Militantes comunistas e trabalhistas estavam engajados na construção política do movimento trabalhista e operário nas minas de carvão. Havia diferenças claras. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) priorizava a ação sindical por meio da negociação legal, de preferência por meio dos tribunais, utilizando acordos coletivos de trabalho, embora apoiasse as greves dos mineiros quando estas fossem inevitáveis em determinados momentos. O PCB, por outro lado, apoiava-se muito mais na tática das greves e participava da organização dos movimentos grevistas em 1945/46, ainda que não fossem a força dominante nos sindicatos.

A greve de 1946 foi uma demonstração da força da categoria e da liderança que os comunistas haviam construído na região. O movimento afetou todas as minas de carvão, resultando em uma paralisação de 36 dias, durante a qual exigiram um aumento salarial de 40% e melhores condições de trabalho. A greve de 1946, com participação significativa dos comunistas atuando por meio do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), também enfrentou intervenção militar e violência na região carbonífera.

No entanto, ao contrário de 1945, quando a intervenção ocasionou o retorno ao trabalho, em 1946 os trabalhadores persistiram por um período mais longo. Ao fim desse movimento, ocorreram confrontos entre trabalhadores e policiais, além de incidentes de violência contra trabalhadores não grevistas, como se pode inferir de um telegrama enviado pelo Cadem ao então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, em 11 de março de 1946. No telegrama, o diretor do consórcio reclama do clima tenso e “inquieta” na região e observa “constantes ataques dos grevistas a capatazes e trabalhadores que desejavam trabalhar”.

É importante enfatizar que uma das consequências inéditas da greve foi o racionamento de energia na capital do estado, Porto Alegre, onde o

transporte público, indústrias, escolas, abastecimento de água e consumo de energia elétrica residencial tiveram de ser cortados, deixando energia apenas para serviços essenciais como hospitais, padarias, refrigeradores e jornais.

Após 36 dias de impasse, a greve terminou com um aumento de 20% nos salários dos mineiros. E os administradores do Cadem perceberam estar diante de um movimento trabalhista cada vez mais organizado e influenciado pelo Partido Comunista. Preocupado com essa crescente influência política, poucos meses após a greve de 1946 o Cadem tomou medidas para expulsar “elementos comunistas” de suas minas, tentando substituir parte desses trabalhadores considerados “subversivos” por imigrantes europeus.

Imigrantes do leste europeu para as minas de carvão do Sul do Brasil

Durante a pesquisa no Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos (RS), encontrei documentação do Cadem que mostra o grande interesse da empresa em trazer imigrantes da Europa para trabalhar nas minas de carvão no Brasil. Em carta dirigida ao Diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura do governo brasileiro, datada de 18 de dezembro de 1945, o proprietário da empresa, Roberto Cardoso, escreveu:

O CADEM, consórcio das Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Minas de Butiá, administra as minas de carvão no Município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul. Como a CADEM tem interesse em receber imigrantes de origem europeia para serviços de mineração nessas minas, vem, nos termos do Edital de Chamamento daquela divisão, de 26 de setembro, prestar as seguintes informações: [...] d) Os imigrantes preferenciais são os poloneses e lituanos, pois se adaptam melhor às minas de carvão subterrâneas; e) Aos imigrantes será fornecida moradia do mesmo tipo da dos demais trabalhadores da mina, ou seja, casas de madeira ou materiais, com instalações aprovadas pelo Departamento Estadual de Higiene. g) Os trabalhadores serão contratados inicialmente com um salário global diário de Cr\$ 22,00. Em um período variável de 15 a 45 dias, quando já estiverem perfeitamente familiarizados

com os serviços subterrâneos, começarão a receber salários que variarão de Cr\$ 35,00 a Cr\$ 40,00 diários. h) Desejamos receber 200 trabalhadores, preferencialmente solteiros, mas também podemos receber algumas famílias (acervo do Museu Estadual do Carvão/RS, caixa 2, 96).

Em busca de soluções para a crescente demanda de mão de obra, o proprietário da empresa manifestou, nesse documento, um interesse específico na contratação de imigrantes europeus. A preferência inicial recaía sobre poloneses e lituanos, em virtude de sua reconhecida experiência em mineração de carvão. No entanto outros documentos revelam um interesse mais amplo, abrangendo também alemães, russos e ucranianos, todos já familiarizados com o trabalho em minas de carvão. A tradição de mineiros poloneses é particularmente notável. Conforme destacado por Knotter (2015), eles foram pioneiros e, inicialmente, os mais dinâmicos migrantes na mineração europeia. Desde as últimas décadas do século XIX, foram mobilizados em larga escala para trabalhar nas minas de carvão da região do Ruhr, na Alemanha.

De acordo com informações exibidas no Deutsches Bergbau-Museum Bochum, “entre 1880 e o fim da Primeira Guerra Mundial, quase 500.000 migrantes chegaram à área do Ruhr vindos das províncias orientais, como Alta Silésia, Prússia Ocidental e Oriental, Poznan e Masúria, para ganhar o pão nas minas de carvão ou nas siderúrgicas” (The Ruhr [...]). Isso significa que havia um fluxo circular de trabalhadores ao redor das minas de carvão em busca de trabalho, e até mesmo uma tradição de mineiros continuando na mesma profissão por décadas.

O mais interessante, porém, é que no fim do documento do Brasil o proprietário enfatiza:

As minas de carvão possuem excelentes instalações de tratamento de água, hospitais modernos, confortáveis grupos escolares, com atendimento odontológico gratuito para os alunos e fornecimento de sopa e merenda escolar para os cursos infantis, igrejas, cinemas, clubes sociais, praças para prática de diferentes esportes. Não temos receio de afirmar que o trabalho de assistência social prestado pela empresa aos trabalhadores e seus familiares é o primeiro em nosso país.

Essa visão romantizada das minas de carvão, no entanto, é completamente diferente quando analisamos o que os mineiros dizem sobre suas condições de trabalho e de vida. A principal questão, no entanto, é por que, em dezembro de 1945, apenas três meses após o fim da Segunda Guerra Mundial, o proprietário da empresa de carvão no Brasil estava solicitando imigrantes poloneses?

Uma das respostas para essa pergunta reside no fato de que, após a derrota do nazismo, os judeus buscaram deixar a zona de guerra onde mais de 6 milhões de seu próprio povo haviam sido mortos. Após o genocídio que sofreram nos campos de extermínio, mudar-se para outro país, em outro continente, longe dos horrores e memórias da tragédia, era uma forma de recomeçar a vida. Além disso, os poloneses em particular enfrentaram a perspectiva real de retornar a um lar que não estava mais no mesmo país e, em muitos casos, de serem deslocados novamente.

Uma questão central persiste: Por que a preferência por imigrantes do leste europeu? Embora houvesse mão de obra disponível em outras regiões do mundo, a empresa mineradora brasileira direcionou seu interesse para alemães, poloneses, ucranianos, lituanos e russos. A escolha revela dois propósitos principais: primeiro, a busca por trabalhadores não influenciados pela crescente onda de greves que assolava o setor desde os anos 1930. Segundo, a crença de que esses imigrantes, com suas línguas e culturas distintas, viveriam em comunidades isoladas, tornando-os menos suscetíveis à influência dos comunistas em ascensão no Brasil. A pesquisadora Clarice Speranza (2021) corrobora tal interpretação, destacando que a contratação de europeus era parte de uma estratégia empresarial para conter o movimento trabalhista, que ressurgia com força a partir de 1945, desafiando a repressão anterior do Estado Novo.

A crescente demanda por mão de obra nas minas do Rio Grande do Sul intensificou a chegada de imigrantes do leste europeu e da Alemanha, conforme evidenciado por listas de desembarque. Um documento datado de 2 de julho de 1947, proveniente dos arquivos do Cadem, registra a entrada de 87 imigrantes destinados às minas de Butiá: 56 ucranianos, 18 poloneses, oito “apátridas”, dois húngaros, um alemão e um tcheco (acervo do Museu Estadual do Carvão/RS, caixa 2, 96).

Outro relatório, de 9 de julho de 1947, lista 55 trabalhadores: 33 ucranianos, 15 poloneses, seis russos e um lituano. A existência de outras listas, sem detalhamento de nacionalidade, sugere um fluxo migratório ainda maior, embora a possível destruição de documentos pela empresa dificulte uma contagem precisa. Esses documentos revelam a diversidade de nacionalidades entre os imigrantes, com clara predominância de ucranianos e poloneses, refletindo a complexidade do cenário após a Segunda Guerra Mundial, com deslocamentos populacionais em massa.

Após a chegada dos primeiros 200 imigrantes a São Jerônimo, outros grupos de deslocados enviaram cartas ao Cadem, como a de trabalhadores de Elmshorn, na Alemanha:

Elmshorn, 17 de janeiro de 1947. Para Minas Arroio dos Ratos – São Jerônimo. Permitam-nos perguntar através desta se há emprego; eventualmente pedimos para comunicar como podemos obtê-lo. Somos jovens, 23, 25 e 26 anos, mecânicos e construtores de máquinas de profissão. Sem nos deixarmos levar por ilusões, temos apenas o desejo de trabalhar e obter os meios de subsistência em troca. Atenciosamente, Güneld Schuemann, Elmshorn, Scheswig – Holstein, zona britânica, Hindenburgplatz (acervo do Museu Estadual do Carvão/RS, caixa 2,96).

A carta de Güneld Schuemann e seus companheiros revela a urgência em encontrar emprego e meios de subsistência. A menção às profissões de mecânico e construtor de máquinas indica a busca por mão de obra qualificada. Os documentos do Cadem são fontes primárias valiosas para entender o fluxo migratório. No entanto a possível destruição de arquivos pela empresa impõe limitações à pesquisa, dificultando a criação de um perfil mais aprofundado dos imigrantes. A chegada desses imigrantes está diretamente ligada ao contexto pós-guerra, com o deslocamento de milhões de pessoas na Europa. A contratação de mão de obra europeia pelas minas brasileiras reflete tanto a demanda por trabalhadores quanto a estratégia de conter o movimento trabalhista local.

Em um documento intitulado *Vertriebene Flüchtlinge Kriegsgefangene Heimatlose Ausländer, 1949-1952* (Refugiados Deslocados Prisioneiros de

Guerra Estrangeiros Apátridas, 1949-1952), publicado pelo Ministro Federal para Pessoas Deslocadas em Bonn, 1953 (Bibliothek des Ruhrgebiets, Bochum, Germany), é revelado que, em 1949, além dos 9 milhões de deslocados internos, a Alemanha abrigava refugiados da zona de ocupação soviética, apátridas (majoritariamente *displaced persons* – DPs) e refugiados políticos. O documento fornece um panorama crucial da crise humanitária pós-guerra, evidenciando a escala do deslocamento e a complexidade da situação dos refugiados na Alemanha.

Segundo *Vertriebene Flüchtlinge*, Schleswig-Holstein, Baixa Saxônia e Baviera foram os estados mais impactados, com escassez de empregos. Essa situação explica o pedido de trabalho enviado por Güneld Schuemann e seus colegas (originários de Schleswig-Holstein) à empresa de carvão brasileira. A carta dos jovens mecânicos e construtores de máquinas alemães demonstra a busca desesperada por oportunidades de trabalho, mesmo em um continente distante. A disposição em migrar para as minas de carvão do Sul do Brasil reflete a gravidade da crise econômica e a necessidade de recomeçar a vida.

Em resposta, Roberto Cardoso, diretor do Cadem, enviou a seguinte carta:

Sr. Güneld Schuemann, recebemos sua carta de 17 de janeiro do corrente ano, à qual respondemos: temos interesse em obter funcionários de diversas categorias, inclusive mecânicos, mas necessitamos mais de “tocadores”, ou seja, trabalhadores que colem carvão do chão, com pás, e o colocam em carrinhos, empurrando-os sobre trilhos até o local onde serão transportados mecanicamente. Um carrinho, quando cheio de carvão, pesa cerca de 800 quilos. Estamos nos dirigindo ao Conselho Nacional de Imigração e ao Ministério das Relações Exteriores, dando seu endereço e fazendo um esforço para ver se conseguimos trazer 50 “tocadores” para vir. É nosso desejo, porém, receber um total de 200 trabalhadores nesta categoria. Cerca de 6.000 trabalhadores trabalham em nossas minas, incluindo alemães, poloneses e outros países europeus (acervo do Museu Estadual do Carvão/RS, caixa 2, 96).

A resposta de Roberto Cardoso revela a prioridade da empresa em contratar mão de obra não qualificada para o trabalho pesado nas minas. A menção aos “tocadores” e o peso dos carrinhos de carvão deixam claras as condições de trabalho árduas e a baixa mecanização das minas brasileiras na época. Além disso, a preferência por trabalhadores braçais em detrimento de técnicos pode ter sido motivada pela necessidade de substituir os trabalhadores locais, que haviam abandonado seus postos em 1945 e 1946, demonstrando a instabilidade da mão de obra local. O diretor da empresa menciona a presença de outros europeus nas minas, o que ratifica a busca por essa mão de obra.

Em janeiro de 1947, encontramos outra carta de Cardoso sobre o assunto dos imigrantes poloneses, desta vez dirigida ao General Marlewski, em Londres, Comitês Provisórios do Tesouro para Assuntos Poloneses, Departamento de Emigração, na qual ele enfatiza que não está interessado em técnicos de mineração:

Através da gentileza do Coronel Stanislaw Kara, conhecemos os termos do cabo que lhe enviou, com a seguinte leitura: “A emigração de mineiros de carvão poloneses da Inglaterra para o Brasil não pode ser considerada explicações por carta — Mariewski”. Pelo que entendemos, a dificuldade em enviar os mineiros de carvão poloneses para o Brasil reside no fato de que esses homens são considerados especialistas, e por isso não será conveniente para a Inglaterra permitir sua emigração. No entanto, queremos enfatizar que não estamos particularmente interessados em especialistas em minas de carvão, e teríamos prazer em receber 200 homens “manobras” para pôr o carvão do chão para as vagonetas e depois empurrar sobre trilhos até o local de onde serão transportados por transporte mecânico. Uma vagoneta, quando cheia de carvão, pesa cerca de 800 quilos. Como já lhe dissemos em nossa carta de 24 de agosto de 1946, forneceremos casas a esses trabalhadores poloneses, e eles terão que pagar por elas apenas Cr\$ 20,00 por mês. Temos muitos poloneses em nossas minas e todos estão muito felizes lá (acervo do Museu Estadual do Carvão/RS, caixa 2, 96).

Retornando à nossa questão central, sobre os motivos da chegada de imigrantes após o fim da guerra, é evidente que a empresa de carvão estava interessada na necessária mão de obra imigrante em virtude do declínio da produção de carvão e também porque estava interessada em procurar trabalhadores sem laços socialistas ou ideologia comunista. Isso fica mais evidente em uma carta datada de 11 de abril de 1947, escrita pelo administrador do Cadem, dirigida ao Presidente do Conselho Nacional de Imigração e Colonização no Brasil:

[...] temos feito de tudo para conseguir trabalhadores, como comprovam as mesmas cópias de correspondência que trocamos com o General J. Marlevski – Chefe do Departamento de Imigração do Comitê de Questões Polonesas, sediado em Londres – para a vinda de 200 trabalhadores poloneses, ex-combatentes, que se encontram atualmente na Inglaterra e que, por serem anticomunistas, recusaram-se a regressar à Polônia ocupada pela URSS, bem como o Sr. Güneld Schuemann, para a chegada de trabalhadores que se encontram na zona alemã de ocupação britânica. No entanto, até agora não tivemos nenhuma comunicação sobre o pedido, permitimo-nos reiterar tal pedido (acervo do Museu Estadual do Carvão/RS, 2, 96).

Na carta, fica evidente que a razão da chegada dos trabalhadores poloneses não era somente pela necessidade de mão de obra, como também por serem supostamente “anticomunistas” que se recusaram a retornar à Polônia ocupada pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Note-se que o fato de o documento afirmar que eles eram, no entanto, “anticomunistas” não significa que eles fossem de fato, mas que essa era a percepção que a administração da empresa tinha dos imigrantes recém-chegados. A carta demonstra como o Cadem tentou utilizar a imigração como uma ferramenta política para enfraquecer o movimento operário e conter a influência do Partido Comunista nas minas.

Outro grupo étnico que imigrou para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial foram os ucranianos. Eles foram uma das mais importantes

comunidades imigrantes que vieram trabalhar nas minas de carvão brasileiras do Brasil. Segundo Holian (2017, p. 41):

Eles tinham histórias de pré-guerra, experiências de guerra e razões para rejeitar a repatriação muito diferentes. Eles incluíam tanto deportados de trabalho ucranianos soviéticos que queriam voltar para casa, mas temiam as consequências, quanto ucranianos poloneses anticomunistas ferrenhos que tiveram que colaborar voluntariamente com os alemães.

O fracasso da política de pacificação do Cadem

O objetivo da empresa de importar imigrantes supostamente anticomunistas para obter o controle sobre uma força de trabalho dócil e obediente não teve o efeito esperado. Em uma carta enviada pelo Cadem ao chefe da Polícia Estadual, em 3 de julho de 1947, foi relatado que 16 dos 59 imigrantes europeus autorizados pelo Governo Federal a trabalhar na produção de carvão nas minas de Butiá haviam se recusado “peremptoriamente” a trabalhar, “inflados por maus elementos presentes nas minas” (acervo do Museu Estadual do Carvão/RS, caixa 2, 96). Esses imigrantes eram principalmente poloneses, ucranianos, alemães e austríacos. A linguagem utilizada pelo Cadem, referindo-se aos trabalhadores como “inflados por maus elementos”, demonstra a tentativa de deslegitimar a agitação dos imigrantes, atribuindo-a à influência externa e não às condições de trabalho nas minas, o que evidencia a preocupação da empresa com a crescente organização dos trabalhadores.

Alguns dias depois, o Cadem comunicou ao Delegado de Estrangeiros que, visando aumentar a produção nacional de carvão, outros 43 mineiros estrangeiros haviam embarcado no Rio de Janeiro e estavam a caminho no navio a vapor Itaquera para trabalhar nas minas do Rio Grande do Sul. Seguiu-se uma lista com nomes, idades e nacionalidades, além de uma declaração coletiva na qual os trabalhadores afirmavam irem para as minas de Butiá trabalhar no subsolo “por livre e espontânea vontade”.

Dois meses depois, outra carta do Cadem mencionava a chegada de mais dez trabalhadores estrangeiros e 11 pessoas de suas famílias, fornecendo seus nomes, idades e nacionalidades. À medida que os novos trabalhadores

estrangeiros chegavam, outros, referidos como “poloneses domiciliados em minas do Butiá”, davam dores de cabeça à empresa, conforme indicado na correspondência do Cadem com o chefe da Polícia Estadual em agosto de 1947. Com isso, seguiu-se uma lista com os nomes de seis ex-residentes poloneses da localidade que estariam exercendo “atividade perniciosa juntamente com os ‘deslocados’ europeus que chegaram àquelas minas”. A carta alertava a polícia de que a ação desses “maus elementos” estaria a prejudicar os esforços para fixar novos imigrantes, que também estavam começando a se rebelar (acervo do Museu Estadual do Carvão/RS, caixa 2, 96).

As medidas solicitadas foram para remover os poloneses indesejáveis da vila. Dois desses trabalhadores trabalhavam nas minas, outros dois tiveram seus contratos de trabalho suspensos e os demais não eram mais empregados da empresa. O que essa aparente contradição indica, no entanto, é que, por um lado, a empresa se esforçou para recrutar levas de imigrantes europeus, que, segundo os documentos encontrados, totalizaram cerca de 300 trabalhadores que chegaram entre 1945 e 1948 (com uma média de três familiares juntos, significando 900 refugiados ou deslocados que imigraram para trabalhar nas minas do Rio Grande do Sul), visando contratar trabalhadores ordeiros e disciplinados que não se deixassem influenciar pelo crescente movimento trabalhista e pelos comunistas.

Todavia as duras condições suportadas por esses trabalhadores imigrantes nas minas de carvão e os baixos salários, em contraste gritante com a rósea imagem pintada pelo diretor Cardoso na carta-convite, logo os levaram a se rebelarem contra as rígidas regras de trabalho da empresa. O contraste entre a propaganda do Cadem, que prometia boas condições de vida e trabalho, e a realidade enfrentada pelos imigrantes nas minas é um exemplo claro da dissimulação utilizada pelas empresas para atrair mão de obra barata e vulnerável.

Nesse contexto, é relevante aprofundar o processo de formação de classe e consciência de classe, conceitos amplamente explorados por Edward Thompson (2002). Thompson argumenta que uma classe só pode existir em relação a uma ou outras classes. Além disso, classe, luta de classes e consciência de classe estão interligadas; as classes sociais só podem se materializar quando se tornam conscientes de suas posições em meio ao conflito. A solidariedade dos trabalhadores do carvão serviu como uma força potente para promover

a coesão interna, servindo como um meio de resistência contra as condições de trabalho extenuantes, os ambientes insalubres e a ameaça constante de acidentes. Também se colocou como uma resposta à exploração generalizada que sofreram. Apesar de ocasionais divisões étnicas, culturais e raciais e momentos de tensão entre grupos estrangeiros e brasileiros, surgiram exemplos de solidariedade de classe, particularmente durante as greves trabalhistas. Essa solidariedade não era apenas uma reação às condições de trabalho; era também uma tradição da cultura dos mineiros.

Para explorar a intrincada relação entre classe e etnia entre os mineiros de carvão, é imperativo examinar como a diversidade étnica da força de trabalho imigrante se cruzou com sua crescente consciência política. As comunidades de mineração de carvão no Sul do Brasil serviram como microcosmos de diversas origens étnicas, compreendendo alemães, poloneses, ucranianos, russos e brasileiros vindos de várias regiões. Cada um dos grupos trouxe consigo distintos antecedentes culturais e políticos, que, por vezes, surgiram como fontes de tensão nessas comunidades. Por exemplo, disputas sobre alocação de moradias e competição por melhores oportunidades de emprego nas minas de carvão ocasionalmente revelaram essas tensões étnicas subjacentes. A etnia era usada para dividir, por exemplo, a empresa, colocando grupos étnicos diferentes em setores diferentes da mina, ou em vilas separadas.

No entanto é fundamental reconhecer que, apesar dessas clivagens, os trabalhadores imigrantes compartilhavam uma experiência caracterizada por duras condições de trabalho, exploração e um desejo por melhores padrões de vida. A experiência compartilhada fomentou um crescente senso de consciência de classe, uma consciência que tomou forma de sua luta coletiva contra as condições opressivas. Curiosamente, a etnia desempenhou um papel duplo dentro desse processo transformador. Por um lado, às vezes exacerbou as tensões entre diferentes grupos étnicos, particularmente quando competiam por recursos ou oportunidades limitadas. Todavia, por outro lado, paradoxalmente funcionou como um catalisador para a solidariedade e colaboração. Os trabalhadores começaram a perceber que suas tribulações compartilhadas transcendiam as fronteiras de suas origens étnicas. Greves, protestos e exigências por melhores condições de trabalho e salários tornaram-se ocorrências comuns, muitas vezes unindo pessoas de diversas origens étnicas em sua busca por justiça. Os trabalhadores imigrantes, independentemente

de suas origens, uniram-se em uma frente unida, opondo-se resolutamente às práticas opressivas perpetuadas pelas empresas de mineração.

O envolvimento de imigrantes do leste europeu nas greves e nos protestos demonstra que, longe de serem uma força de trabalho passiva, eles se tornaram agentes ativos na luta por seus direitos, desafiando a estratégia do Cadem de usar a imigração para enfraquecer o movimento operário.

Retornando à nossa análise, além do envolvimento de imigrantes europeus nos movimentos grevistas, muitos deles abandonaram o trabalho nas minas do Rio Grande do Sul por considerá-lo perigoso demais. Em carta datada de 16 de janeiro de 1948, “Lista de trabalhadores imigrantes que desejam deixar Butiá” (acervo do Museu Estadual do Carvão/RS, caixa 2, 96), a empresa apresenta uma lista de 32 nomes. Entre os motivos apresentados pelos trabalhadores para deixar o trabalho na mina estão: a) não ser saudável o suficiente para trabalhar como mineiro, 6; b) acha o salário baixo para o trabalho, 6; c) não gosta da natureza do serviço, 7; d) acha o trabalho muito perigoso, 4; e) não se adaptou ao local de residência ou cidade, 3. As razões para abandonar o trabalho nas minas estão interligadas, por incluírem aqueles que consideram o trabalho perigoso demais, o salário baixo demais, por estarem doentes ou terem sofrido um acidente, por não gostarem do trabalho ou não terem se adaptado a ele, e aqueles que não se adaptam à cidade. “Não ser saudável o suficiente” sugere que muitos já chegaram doentes ou debilitados, ou que as condições de trabalho eram tão insalubres que rapidamente os adoeciam. “Acha o salário baixo” reforça a ideia de que a promessa de bons salários não se concretizou. “Não gosta da natureza do serviço” indica tanto a dureza do trabalho quanto a falta de experiência prévia de alguns imigrantes com a mineração. “Acha o trabalho muito perigoso” confirma a periculosidade das minas. Essa evasão em massa evidencia o fracasso do Cadem em criar um ambiente de trabalho minimamente aceitável e a discrepância entre a propaganda da empresa e a dura realidade enfrentada pelos imigrantes.

Em um relatório da empresa datado de 7 de janeiro de 1948, intitulado “Lista de frequência de trabalhadores imigrantes da mina de Butiá em dezembro de 1947” (acervo do Museu Estadual do Carvão/RS, caixa 2, 96), há uma lista contendo 95 nomes de trabalhadores com suas respectivas frequências de trabalho, suas ausências justificadas e dois que foram demitidos “por se recusarem a desempenhar a função que lhes foi atribuída”: Zdzislaw

Puchalski e Adam Strychacz, além de Nikdla Radion, “demitido por ser indisciplinado”, todos poloneses. O que o relatório aponta é o controle estrito da empresa sobre os trabalhadores imigrantes e uma mudança na percepção da administração sobre seu “bom comportamento”. A demissão de trabalhadores por “recusa em desempenhar funções” e “indisciplina” revela a intolerância do Cadem à resistência e a crescente repressão contra os imigrantes.

Em sua tese de doutorado sobre a construção da honra dos mineiros no Rio Grande do Sul, Cioccarì (2010, p. 134) diz que muitos desses imigrantes, considerados anarquistas e socialistas, contribuíram para a formação de valores de resistência entre os mineiros, juntamente com a construção de uma “honra militante”. Ambos iam contra as expectativas da empresa de mineração, que havia recrutado esses trabalhadores para garantir disciplina e obediência.

Como resultado, segundo a pesquisadora, esses imigrantes rapidamente perderam, aos olhos dos empregadores, sua “aura” da grande honra da profissão, por se recusarem a trabalhar, mesmo desde o momento de sua chegada, por mostrarem solidariedade com seus companheiros em greve ou, uma vez já estabelecidos, por participarem da organização dos movimentos. Certos estrangeiros, sobretudo os poloneses, passaram de valorizados por sua experiência a indesejáveis, embora fossem reconhecidos pelas empresas como “trabalhadores”, competentes e conhecedores dos meandros da profissão (Cioccarì, 2010, p. 137).

Em outra carta, datada de 22 de dezembro de 1948, escrita pelo engenheiro-chefe das minas do Rio Grande do Sul e dirigida ao Dr. Genésio da Costa Marques, engenheiro assistente do diretor do Cadem, é informada sobre a situação dos imigrantes que estavam trabalhando nas minas de carvão. O relatório os classifica como “bons, regulares e maus trabalhadores”, acrescentando que “não podemos garantir que esses homens permanecerão nessas categorias. Amanhã, ou depois de amanhã, podemos precisar demitir até mesmo um bom trabalhador que se mostre negligente” (acervo do Museu Estadual do Carvão/RS, caixa 296).

Em tal correspondência, o engenheiro-chefe não somente relata a situação dos trabalhadores imigrantes, como também revela um sistema de gestão que transcende a mera supervisão. A classificação dos operários em “bons, regulares e maus trabalhadores”, acompanhada da observação de que “não podemos garantir que esses homens permanecerão nessas categorias”,

explicita um mecanismo de vigilância e avaliação contínua, que se estende para além de uma simples hierarquia vertical de comando (acervo do Museu Estadual do Carvão/RS, caixa 296).

Essa categorização e a ameaça implícita de demissão, mesmo para os “bons trabalhadores”, ilustram a essência do poder disciplinar foucaultiano. Diferentemente de um modelo de poder puramente vertical – aquele que emana de um ponto centralizado e hierárquico, exercendo-se de cima para baixo, como a ordem de um superior para um subordinado –, o poder disciplinar opera de forma mais capilar e difusa. Ele não se manifesta primariamente por meio da proibição ou da coerção física direta, mas sim pela normatização, pela vigilância constante e pela internalização de normas e expectativas.

No contexto da carta, a empresa, além de impor ordens verticais, estabelece um sistema que observa, classifica e julga o comportamento dos trabalhadores em cada instante. A vigilância não é exercida apenas pela figura do engenheiro-chefe ou de outros superiores hierárquicos; ela está embutida na própria estrutura da organização. O poder disciplinar manifesta-se na expectativa de que os trabalhadores se autorregulem para se encaixarem nas categorias desejáveis – “bons” ou “regulares” –, sob o risco constante de serem rebaixados ou excluídos.

A teoria de Michel Foucault, em *Vigiar e punir* (2019), elucida essa distinção crucial. O poder disciplinar não é meramente repressivo, como o poder vertical tradicional, que se limita a proibir e punir transgressões *a posteriori*. Ao contrário, o poder disciplinar é produtivo. Ele molda os indivíduos, investe seus corpos e direciona seus comportamentos para que se tornem úteis e submissos ao sistema produtivo. Conforme a citação de Foucault anteriormente apresentada, o corpo do trabalhador é “investido por relações de poder e dominação”, tornando-se “corpo produtivo e corpo submisso” (Foucault, 2019, p. 88).

No caso dos mineiros imigrantes, o poder disciplinar não se limita a ordens diretas da hierarquia do Cadem. Ele se manifesta na própria organização do trabalho, na vigilância constante, na classificação, na competição entre os trabalhadores para se manterem nas categorias superiores e evitarem a demissão. Essa forma de poder permeia o ambiente de trabalho e as relações entre os trabalhadores, influenciando suas ações e comportamentos de maneira muito mais profunda do que um simples sistema de ordens verticais.

No entanto, se as estruturas de dominação foram construídas visando coibir e controlar a força de trabalho, essa forma de controle não foi total, pois nos locais de residência laços de solidariedade foram formados entre as famílias, haja vista que eram elas que viviam o cotidiano dos problemas das vilas operárias onde moravam: falta de água potável, enchentes, locais insalubres. Enquanto a empresa tentava controlar os trabalhadores no local de trabalho, as vilas operárias tornavam-se espaços de resistência e de construção de laços comunitários. A solidariedade entre as famílias, muitas vezes baseada em origens étnicas comuns, mas também transcendendo essas divisões, era fundamental para a sobrevivência e para a organização de lutas por melhores condições de vida.

Muitas vezes, foi nesses espaços que se organizaram para reivindicar melhores condições de moradia e aumentos salariais. Formas de resistência individual também ocorreram, como a recusa de realizar uma determinada tarefa ou trabalho, e/ou mesmo a decisão de deixar a cidade onde tinham emprego e casa, por não aceitarem as condições precárias que estavam sendo impostas pelo Cadem. Dessa forma, alemães, poloneses, ucranianos, russos e brasileiros trabalharam e lutaram juntos em meados do século XX, apesar de todas as dificuldades e perigos do trabalho de mineração e das diferenças étnicas, nacionais e linguísticas, construindo uma identidade de classe ligada a uma cultura internacional de mineiros de carvão.

Considerações finais

A chegada de imigrantes do leste europeu ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial desempenhou um papel significativo nas relações étnicas e de classe nas minas de carvão do Rio Grande do Sul. Essa migração em massa foi impulsionada por uma combinação de fatores, como as condições devastadoras na Europa pós-guerra, a busca por novas oportunidades, a situação desesperadora das populações deslocadas e as estratégias das empresas de mineração para lidar com os movimentos trabalhistas e as influências comunistas. Por meio de acordos com a Alemanha e outros países da Europa, o Brasil abriu suas portas para receber imigrantes “deslocados de guerra” que viviam nos campos de refugiados.

As empresas de mineração na região Sul do Brasil demonstraram interesse em recrutar imigrantes europeus, principalmente poloneses e lituanos com experiência em mineração de carvão. Trabalhadores alemães, russos e ucranianos que já haviam trabalhado em minas de carvão também foram procurados. A preferência por imigrantes do leste europeu pode ser entendida como uma estratégia das empresas de mineração para evitar a influência de um crescente movimento trabalhista e ideologias comunistas que estava ganhando força no Brasil naquela época.

Contudo as condições de trabalho e de vida dos imigrantes nas minas de carvão não correspondiam à imagem idealizada pelas empresas. Relatos em primeira mão destacam duras condições de trabalho, moradias superlotadas, saneamento precário e práticas trabalhistas desafiadoras. A realidade nas minas revela a existência de complexas relações de poder, em que as empresas procuravam manter o controle sobre a força de trabalho e explorar a mão de obra imigrante.

Apesar das singularidades culturais e diferenças étnicas, que por vezes dificultavam o convívio em parte, os trabalhadores europeus desempenharam um papel significativo na luta por direitos e melhores condições de trabalho. Identidades de classe foram forjadas em meio a diferenças étnicas. Assim, a chegada de imigrantes do leste europeu às minas de carvão do Brasil após a Segunda Guerra Mundial teve um profundo impacto na dinâmica étnica e de classe das regiões de mineração.

Desse modo, o presente capítulo destaca a complexa interação entre etnia e ativismo político nas comunidades de mineração de carvão do Sul do Brasil. Embora as diferenças étnicas ocasionalmente criassem tensões, elas também forneceram um terreno fértil para o surgimento de uma consciência de classe compartilhada. Trabalhadores imigrantes, unidos por suas experiências comuns e desejo por uma vida melhor, encontraram força em sua diversidade e, por fim, desafiaram o *status quo* na indústria de mineração. As complexas relações de poder, as condições de trabalho adversas e os desafios de integração enfrentados pelos imigrantes reforçam a necessidade de uma análise mais profunda das experiências desses grupos marginalizados na história do Brasil. O legado dessa luta influenciou a legislação trabalhista, fortaleceu o movimento sindical na região e contribuiu para a formação de uma identidade de classe entre os trabalhadores das minas de carvão.

Referências

BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos “deslocados de guerra”: 1947 a 1951. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 1, p. 151-167, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982014000100009>.

BERGER, Stefan; ALEXANDER, Peter. **Making sense of mining history: themes and agendas**. London: Routledge, 2019.

CIOCCARI, Marta Regina. **Do gosto da mina, do jogo e da revolta: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão**. Rio de Janeiro: UFRJ / Museu Nacional, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Hucitec Editora, 2007.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOLIAN, Anna. A missing narrative: displaced persons in the history of postwar West Germany. In: WILHELM, Cornelia. **Migration, memory and diversity: Germany from 1945 to the present**. New York: Berghahn Books, 2017.

KNOTTER, Ad. Migration and ethnicity in coalfield history: global perspectives. **International Review of Social History**, v. 60, p. 13-39, 2015. DOI: [10.1017/S0020859015000413](https://doi.org/10.1017/S0020859015000413).

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul**: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MANDELLI, Bruno. **Greves, repressão e resistência**: uma história comparada dos mineiros de carvão no Sul do Brasil (1945-1964). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SPERANZA, Clarice G. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SPERANZA, Clarice G. O afluxo de refugiados e “deslocados de guerra” para as minas de carvão do Rio Grande do Sul ao fim da II Guerra. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 37, n. 74, p. 565-590, maio/ago. 2021.

TEIXEIRA, Wilson *et al.* **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. *In*: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

WILLIAMS, Cody A. **“To sacrifice the vital rhythms of their being”**: impairment, resistance, and industrial crisis in São Jerônimo, Rio Grande Do Sul, 1944-1964. University of Oklahoma, 2019.

Outras fontes utilizadas

BOA NOVA JR., Francisco de Paula. **Problemas médicos e sociais da indústria carbonífera de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Departamento para o Fomento da Produção Mineral, 1953.

CADEM. Telegrama ao Presidente da República, 11 mar. 1946. *In*: MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO, Arroio dos Ratos.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral do Brasil – 1940-1950**. Parte XX, Rio Grande do Sul, tomo I. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: [census1940vol20t1rs.pdf](#). Acesso em: 1.º abr. 2022.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO/RS. Arroio dos Ratos. Fundo Cadem, dossiê sobre imigrantes (europeus). Carta do engenheiro-chefe para Genésio da Costa Marques, engenheiro assistente do Diretor do Cadem, 22 dez. 1948. Caixa 296.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO/RS. Arroio dos Ratos. Coletânea de dossiês de imigrantes europeus. Cadem, caixa 2, 96.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO/RS. Arroio dos Ratos. Coletânea de dossiês de imigrantes europeus. Correspondência do Cadem ao chefe de Polícia Estadual, em 6 ago. 1947. Cadem, caixa 2, 96.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO/RS. Arroio dos Ratos. Coletânea de dossiês de imigrantes europeus. Troca de cartas entre o diretor do Cadem, Roberto Cardoso, e imigrantes alemães, 11 abr. 1947. Cadem, caixa 2, 96.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO/RS. Arroio dos Ratos. Coletânea de dossiês de imigrantes europeus. Carta do Cadem ao chefe de Polícia Estadual, datada de 7 mar. 1947. Cadem, caixa 2, 96.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO/RS. Arroio dos Ratos. Coletânea de dossiês de imigrantes europeus. Carta do Cadem ao Delegado de Estrangeiros, datada de 7 nov. 1947. Cadem, caixa 2, 96.

THE RUHR coalfield melting pot. *In*: COAL mine migrants exhibition book. Bergbau-Museum, Bochum. p. 3.

VERTRIBEBENE Flüchtlinge Kriegsgefangene Heimatlose Ausländer, 1949-1952. Bericht Des Bundesminsters Für Vertriebene, Bonn, 1953. Biblioteca do Ruhrgebiet, Bochum, Alemanha.

DESOCUPACIÓN, ORDEN PÚBLICO E INTERVENCIONISMO ESTATAL, ENTRE RÍOS, 1930-1943

Rodolfo M. Leyes

Introducción

Todas las sociedades poseen límites y contradicciones; las sociedades esclavistas estaban en permanente guerra contra las comunidades vecinas con el objetivo de capturar personas que sirvieran de esclavos, mientras las sociedades feudales necesitaban de la incorporación de tierras para sostener a la población y reproducir la extracción de plusproducto de los campesinos. Pero las sociedades capitalistas son hartó más complejas. A diferencia de las anteriores, sostenidas por la permanente búsqueda de ampliar la reproducción de relaciones sociales sobre los territorios nuevos, en el capitalismo, una vez superada la primera etapa de crecimiento expansivo – algo que en la Argentina terminó en torno a la década de 1880 –, las siguientes etapas de crecimiento se debían hacer incorporando las últimas tierras sin labrar y, en particular desde la década de 1910, hacerlo en profundidad. Por lo tanto, ya no alcanzaba con expandir las superficies o capacidades productivas, sino con racionalizar y aumentar la producción con ingentes cantidades de capital.

Este pasaje de la expansión a la profundización significó una gran conmoción en las relaciones sociales de producción, una reconfiguración de los mercados – incluyendo el de fuerza de trabajo – y significó la liquidación de capitales sobrantes para el capital, es decir, capitalistas que no podían mantener los niveles de productividad exigidos por la competencia intercapitalista. Dicho de otra manera, a diferencia de las sociedades anteriores que podían eventualmente sufrir una crisis, pero poseían límites más finos, el capitalismo ofrece la posibilidad de continuar su expansión a partir de grandes inversiones, al menos, mientras su tasa de ganancia así se lo permita, y de la reconfiguración de sus elementos.

Si bien podemos decir que capitalismo, crisis y Argentina parecen una tríada que no se rompe, la historia nacional reconoce en la gran crisis internacional de 1930 uno de sus momentos más oscuros, pero también un hito que cambió el modelo de acumulación capitalista (Di Tella; Zymelman, 1967; Gerchunoff; Llach, 2018). El consenso historiográfico da cuenta de que la tercera década del siglo XX hizo impostergable el cambio de modelo económico: abandonar – siempre según su discurso – la economía agroexportadora y estimular la actividad industrial. En otros términos, superar el piso de país agrario, de Argentina “granero del mundo”, y encaminar la estructura

productiva hacia la industria. Se avizoraban tiempos de industrialización sustitutiva de importaciones (ISI).

Más allá del debate sobre el momento en que comenzó la ISI, es casi indudable que la década del veinte fue de grandes cambios. La economía nacional continuaba el camino iniciado durante la Gran Guerra en materia industrial (Villanueva, 1972), pero, tanto o más importante, disfrutó de buenos precios agrarios; la reconversión tecnológica significó un salto productivo, además de recuperarse los niveles de los flujos migratorios (Barsky; Gelman, 2005; O'Connell; Seibert, 1984; Sartelli, 1995). Este adelanto de los factores productivos generó un aumento de la producción cerealera, lo que impulsó un ciclo virtuoso de endeudamiento para adquirir nuevos y mejores implementos de producción. Más máquinas, más tierra en producción, más producción, más oferta; finalmente, menores precios.

Hacia 1928, la cotización de los cereales comenzó un lento pero sostenido camino descendente, producido por el mismo influjo que había hecho sentir optimismo a todos los productores. Detrás del descenso de los precios llegaron los cobradores de deudas, y junto a ellos los reclamos, los remates de campos, las expulsiones de los arrendatarios, la desocupación, la emigración. En menos de un quinquenio, los productores rurales parecían expulsados del paraíso chacarero que habían construido, incluyendo las contradicciones que más tarde fueron su propio límite.

Frente a tamaña conmoción de la vida rural – y en un capitalismo agrario como el entrerriano –, significó un sacudón a toda la sociedad que evaporó la esperanza de retomar el progreso argentino. Aquella Argentina agroexportadora de principios de siglo volvía a naufragar, con un efecto adicional, desconocido hasta el momento: el empeoramiento de las condiciones materiales de los chacareros y de los obreros. Frente a este cambio abrupto de escenario, el Estado comenzó a cambiar su repertorio de acciones; trató de asistir, como se verá a continuación. Pero el cambio no es algo que afectó solo a la política pública; fue un reclamo que alcanzó a todo el arco político con sus diferentes actores. Es decir, veremos el nacimiento del “consenso interventor”.

Si se repasan los discursos de la época, se encuentra de izquierda a derecha, desde los sindicalistas hasta los católicos, a todos bregando por algún grado de intervención del Estado. Por ejemplo, el diario de Paraná *La Provincia*, un medio que normalmente se presentaba moderado ante las controversias,

señaló: “Resulta penoso el cuadro – capaz de conmover al corazón más duro – presenciar en los barrios suburbanos, principalmente en las adyacencias de los caminos de acceso a la ciudad, a la estación del ferrocarril, puerto y calles apartadas, los campamentos que han levantado verdaderos batallones de gente desocupada”. El autor anónimo de la nota reclamaba al Estado por su acción así: “[...] buena parte de esos parias hallaría el consuelo de saber que su odisea será interrumpida mediante la rotación de personal, que podría convenirse entre autoridades y vecinos, para evitar desastres mayores con un sistema de turno en los trabajos de emergencias”. Otro, pero desde posiciones más conservadoras, decía: “La desocupación es un magnífico veneno de ideas desorbitantes, anárquicas, como que el hambre con sus sombrías ulterioridades, dispone la mente y el brazo hacia especulaciones pesimistas y arbitrarias. Así cuaja el comunismo y sus sectas congéneres”. Por ello exigía al Estado tomar cartas en el asunto. El arco político burgués coincidió en el rol del Estado.

También los obreros consideraban que la creación de empleo era responsabilidad del Estado. Tal era el caso de los desocupados de Villaguay (El Pueblo, 13/2/1933) o los 300 obreros de Villa Federal que elevaron un pedido al gobierno de la provincia con la propuesta de arreglar caminos (El Debate, 22 y 27/4/1932). Incluso en 1939, un grupo de desocupados de Paraná peticionó frente a la Cámara de Diputados el pedido de dinero para obras (La Juventud, 21/9/1939).

Nuestro estudio pretende demostrar que la convicción de la intervención estatal tiene diferentes orígenes, pero coinciden en por lo menos dos elementos de la coyuntura: el primero es que hay falta de empleo; el segundo, es que la falta de empleo es urgente para evitar problemas para la sociedad. Para unos, la desocupación era un mal que afecta la calidad de vida de los trabajadores; para otros, el perjuicio era que esos desocupados fueran un problema para el orden público. Entre las dos visiones, la de controlar el orden social fue la que se impuso. Pero en su proceso, detrás de la urgencia por evitar “males mayores”, es decir, una salida por izquierda de parte de los obreros, fue que el Estado se transformó y su fisionomía organizativa, la actividad de sus reparticiones y la acción de sus agentes, se modificó de tal manera que para la década del cuarenta el Estado provincial es otro.

Finalmente, para la reconstrucción histórica se han trabajado con diferentes periódicos de varias localidades de la provincia, en la búsqueda

metodológica de dar representación a diferentes territorios y demostrar que el problema tuvo un vasto alcance. También se utilizaron materiales estadísticos, a fin de demostrar las evoluciones más generales y, por último, también se usaron discursos y otros materiales del gobierno para presentar sus posiciones sobre diversos problemas.

Los cambios de la década del veinte, de la desocupación estacional a la permanente

La desocupación es un hecho permanente en el capitalismo, el famoso “ejército de reserva” del que nos habló Marx para referirse a los contingentes de trabajadores que ingresaban y eran repelidos de la ocupación según las demandas del capital y que sirven de “amenaza” a las condiciones de trabajo de los obreros ocupados. Pero el caso de la economía entrerriana – pampeana, en general – hasta la década de 1920 era el de un mercado de fuerza de trabajo muy marcado por los ciclos de ocupación y desocupación y, en el cual, se destacaba por su peso la denominada *infantería ligera* del capital, es decir, aquellos obreros descalificados que buscan diariamente su trabajo, alternando empleo y desempleo, y ocupándose transversalmente en diversas ramas, era muy alto (Sartelli, 2022). En consecuencia, en la realidad de la provincia, la desocupación era un hecho estructural; la economía funcionaba con esa variable y era naturalizada por todas las clases sociales. Los patrones esperaban aquellos momentos de trabajo para perfilar la explotación de la forma más eficiente, mientras que para los obreros, eran tiempos de lanzar las luchas por mejoras. Los tiempos de trabajo eran tiempos de huelgas, porque de esos pocos meses laborables dependía toda la economía doméstica (Leyes, 2022).

Así se había configurado una economía agropecuaria, marcada por ciclos de ocupación estacionales en las faenas rurales, en los grandes establecimientos manufactureros de carne, en la esquila de ovejas y, tanto o más importante que en las anteriores, en la cosecha, trilla y estiba del cereal. Durante los meses más cálidos del año – desde octubre a marzo –, miles de obreros abandonaban las ciudades rumbo al campo a hacerse el jornal. Así fue cómo, durante casi cinco décadas, se conformó una economía equilibrada y frágil, de ocupación y desocupación (Leyes, 2024). Algo que cambió radicalmente en la segunda década del siglo XX.

Hacia el segundo lustro de la década de 1920, la desocupación en la región pampeana, y Entre Ríos en particular, fue cada vez más marcada. Ya no se trataba de los ciclos de trabajo estacional mediados por la desocupación también estacional, sino que las bases mismas de la producción se habían transformado por la llegada de nuevas maquinarias que expulsaban trabajadores de los procesos productivos y, a diferencia de otros momentos en que la expulsión significaba reocupación en otras tareas, ahora quedaban excluidos permanentemente. En una economía eminentemente agrícola como la entrerriana, la adopción de nuevas maquinarias marcó una fuerte transformación de la realidad agrícola. El siguiente cuadro presenta la evolución de maquinarias y su correlato en superficie sembrada.

Cuadro 1 – Evolución cuantitativa de las maquinarias agropecuarias y de la superficie sembrada en la provincia de Entre Ríos, 1909-1947

	1914	1937	1947
Arados	35.741	58.346	57.881
Camiones, chatitas y coches	---	3.922	---
Carros y carretas	30.634	33.976	---
Cosechadoras	43	2.453	3.367
Desgranadoras	7.608	13.335	14.744
Máquina esquiladora	395	370	1.086
Rastras	24.334	88.640	132.288
Segadoras	1.727	---	10.179
Sembradoras	6.035	19.641	19.409
Tractores	---	2.604	3.015
Trilladoras	936	1.174	595
Superficie sembrada	857.322	1.402.080	1.029.402

Fuentes: Producción propia a base de censos nacionales

En números absolutos es fácil reconocer cómo algunas máquinas experimentaron un salto cuantitativo que se destacó entre los censos de 1914 y 1937, situación que se sostuvo los años posteriores. Y, aunque se eligieron los implementos rurales más importantes, las máquinas que eran neurálgicas para las actividades fueron las que tuvieron una evolución más pronunciada, lo que avala nuestra hipótesis de una desocupación marcada por una transformación en las fuerzas productivas.

Veamos más de cerca. Para 1914 no se reconoce la existencia de tractores en la provincia, aunque sabemos que existían en una proporción mínima; sin embargo, la aparición del tractor significó una disminución del tiempo de arado, ya sea porque el tractor era más rápido que el arado a tracción a sangre, como por el tamaño de los arados que se le adosaban a la máquina. Asimismo, además de liquidar las jornadas de trabajo, el tractor servía para otras máquinas, lo que representó la posibilidad de emanciparse de los animales de trabajo y, gracias a ello, la disponibilidad de incorporar más tierras a la producción que antes se reservaban al pastoreo. En definitiva, una sola máquina bastó para cambiar la velocidad de producción, la superficie explotada y el proceso de trabajo.

Si la aparición del tractor tuvo un alcance profundo, el reemplazo de las trilladoras a vapor por las cosechadoras-trilladoras fue un cambio de mayor importancia. En primer lugar, porque las cosechadoras permitieron a los productores rurales librarse de la pesada carga del alquiler de la máquina, a la que accedían pagando a un empresario contratista. Este dato se reconoce fácilmente en el cuadro al ver que en poco más de veinte años se pasó de solo 43 máquinas a más de 2.400. La capitalización a través de la compra, además de la ventaja señalada, por la mecánica de la cosechadora permitió algo fundamental: una drástica reducción de la cantidad de obreros empleados. Puntualmente, se calculaban en promedio unos 22 trabajadores por máquina; las cosechadoras ocupaban solamente a tres, y normalmente eran miembros de la familia del productor. La adopción de esta máquina fue una estocada al empleo estacional de miles de trabajadores.

Colateralmente, este salto tecnológico permitió a los productores rurales abandonar la pesada estiba de granos en bolsa – y con ella a los estibadores – y reemplazarla por la estiba a granel, lo que facilitaba el transporte en camiones que, como se puede apreciar en el cuadro, tuvieron un gran crecimiento entre los implementos que los productores rurales adquirieron. Finalmente, la estiba a granel permitió el uso de elevadores de granos en los puertos y, en menor medida, en las estaciones ferroviarias. En consecuencia, el empleo en la estiba, una de las actividades que mayor empleo generaba, se redujo significativamente en menos de una década.

Sin embargo, como también se presenta en el cuadro, la superficie sembrada, es decir, el capital puesto a la producción, tuvo un crecimiento

espectacular, pasando de poco más de 850 mil hectáreas a un millón cuatrocientas mil hectáreas. Lo que nos habla de un período de crecimiento de la actividad productiva, sin embargo, tuvo como correlato un proceso de reemplazo permanente de mano de obra asalariada por máquinas. Finalmente, hay que indicar que en el repaso nos hemos referido a los cambios en el ámbito rural cerealero; no incluimos las transformaciones en la producción del lanar y, mucho menos, en la industria, donde se vivió un proceso análogo (Leyes, 2018).

Todos estos cambios conspiraron contra el empleo de los miles de trabajadores que se ocupaban en la economía agroexportadora y pasaron a formar parte de las huestes de desocupados que buscaban empleo. Una crisis ocupacional que trastocó la forma de vida que se había desarrollado durante los cincuenta años anteriores y que había hecho confiar en el desarrollo capitalista expansivo como modelo de sociedad, pero que la miseria y desocupación de miles venían a poner en cuestionamiento.

Ahora bien, ¿cuál fue el peso de la desocupación realmente? Aunque resulta difícil calcular, sobre todo por errores metodológicos en la construcción de las estadísticas (Girbal-Blacha, 2003), las fuentes de época y las investigaciones posteriores coinciden en que en el año 1932 se vivió la desocupación más profunda. El primer censo de desocupados de la Argentina se produjo aquel mismo año a fin de dar cuenta de cuál era el alcance del problema y mostró resultados elocuentes: se registraron 20.230 trabajadores sin trabajo para la provincia de Entre Ríos (Ministerio del Interior; Departamento Nacional del Trabajo, 1933, p. 10 y 14). En 1937 se volvió a realizar otro censo, y las expectativas de las autoridades eran las de mostrar cierta mejora, dado que en el contexto nacional la reactivación había comenzado en torno a 1935, pero en la provincia de Entre Ríos, los desocupados se mantenían en 20 mil (Junta Nacional para Combatir la Desocupación, 1937). En 1940, con la Segunda Guerra Mundial en su apogeo y la interrupción de los circuitos comerciales que generaron desabastecimiento a la Argentina, la desocupación seguía a la orden del día y se estimaba en unos 10.000 obreros sin empleo en el territorio de estudio (Ministerio del Interior; Departamento Nacional del Trabajo, 1940, p. 38).

Como vemos, la desocupación se sostenía al pasar los años; como se señaló más atrás, lo que había cambiado era la acumulación de capitales. El capitalismo agrario pampeano, y el entrerriano dentro de él, incorporaba

máquinas para sostener la competencia por la productividad, pero el resultado era la permanente expulsión de obreros del ámbito laboral. Esa situación se sostenía, aunque se hayan tomado medidas para ofrecer empleo, como veremos a continuación y, vale agregar que, si el número de desocupados en la provincia no fue mayor, se debió a que miles de desocupados abandonaron el territorio por aquellos años, haciendo que las mediciones de desocupación en la provincia subestimen el peso real de los desempleados, ya que Entre Ríos vivió una verdadera diáspora de obreros sin trabajo que engrosaron las filas del proletariado nacional en Buenos Aires, Rosario o Santa Fe (Felquer; Moreira Bahler, 1962). Mecanización, desocupación, emigración, sería la nueva fórmula social para los trabajadores entrerrianos por décadas.

Obreros desocupados y orden público

La aparición de la desocupación como un fenómeno social persistente generó muchas reacciones de diferente tipo. En su conjunto formaron lo que denominamos en la introducción como el “consenso interventor” que, dicho de una forma más llana, se trataba de no hacer caso omiso a la situación de las masas desempleadas y tomar cartas en el asunto. Uno de los primeros aspectos que se enunciaban cuando se hablaba de los desocupados era el concerniente a la conflictividad potencial que estos pudieran desarrollar. Las noticias de desocupados ocasionando desmanes, hombres, generalmente, que de forma desesperada buscaban un mendrugo de pan a costa de la propiedad privada, enfrentándose con la policía, eran parte de las noticias cotidianas y en las grandes ciudades se trataba de una situación conflictiva real (Carrera, 2016). Así fue como, para un sector de la dirigencia política y social, la desocupación, o, mejor dicho, los desocupados, eran un peligro, no tanto por la situación desesperante que podían vivir aquellos trabajadores, sino por la conflictividad potencial que estos pudieran manifestar.

Por ejemplo, en 1933 se daba la noticia de que, en la Fábrica Liebig de Colón, posiblemente el establecimiento fabril más importante de la provincia, la policía había procedido a disolver un grupo de trabajadores que buscaban trabajo. La noticia se solidarizaba con los trabajadores, aunque reconocía que nada se podía hacer por estos desamparados (El Censor, 3/2/1933). Al año siguiente, desde el mismo establecimiento se avisaba a los trabajadores que

la empresa ya contaba con los lugares de trabajo cubiertos y agregaban: “La advertencia tiene por objeto evitar a los postulantes de esta zona un viaje inútil, con sus gastos y molestias consiguientes” (El Diario, 13/1/1934). No se trataba solo de evitar molestias a los trabajadores, sino de evitar la congregación de desempleados. Por ello, se había procedido a disolver por la fuerza a los desocupados en forma preventiva (El Censor, 3/2/1933).

Si la violencia que los desempleados pudieran manifestar no era suficiente para que las quejas se hicieran oír, mucho más comunes eran las noticias sobre el aumento de casos de ataques a la propiedad privada. Lo que era lógico: en el apartado anterior se hablaba de una cantidad en torno a los veinte mil desocupados en toda la provincia, en su mayoría trabajadores rurales; en una provincia rica en recursos naturales y volcada a la producción de alimentos, es lógico pensar que a más de uno de estos desesperados la necesidad y facilidad de conseguir proteínas rompiendo la ley era una tentación que crecía conforme el trabajo se hacía más difícil de conseguir. Literalmente, era servirse del alimento que estaba a disposición cruzando un alambrado.

Noticias como las siguientes se repiten en todo el ámbito provincial: en 1932, *El Debate* señalaba cómo el abigeato había aumentado al ritmo de la desocupación: “En esa zona de Alcaraz [La Paz] hay mil doscientas personas desocupadas, que imposibilitadas de ganarse el sustento diario roban para subvenir a las exigencias de la vida” (El Debate, 30/1/1932). En Gualeguay se advertía que los desocupados se dedicaban a robar los alambres y postes de los alambrados para subsistir (La Juventud, 26/3/1942). Otro periódico informaba en 1938 que una madre robó una gallina para salvar de la hambruna a sus hijos: “[...] acosados por la necesidad ante el abandono de su propio concubino y la imposibilidad de encontrar sustento para aquellos, uno de los cuales debió ser internado enfermo en el hospital” (La Juventud, 15/2/1938). Una situación similar sucedió en Federación donde, en este caso, una madre robó una oveja (La Juventud, 23/7/1940). En ambos casos fueron absueltas, lo que indirectamente nos habla de cómo el poder judicial veía la situación de miseria imperante y la severidad del castigo se reducía por la frágil situación de estos pobres.

Otros desocupados encontraron diferentes tácticas para conseguir sus medios de vida que también, por poco, rozaban la delincuencia cuando se dedicaban a pedir en los caminos a la gente que pasaba; por ejemplo, se noticiaba

que en Diamante (El Debate, 19/4/1933) y en Nogoyá, grupos de obreros sin trabajo, blandiendo cuchillos, se escondían a la vera de los caminos rurales a la espera de que los transeúntes les dieran algo. Se afirmaba que “[...] los desocupados son en su mayoría extranjeros de malos antecedentes, ladrones, jugadores y con dinero. Son además comunistas” (El Debate, 31/1/1933).

La idea de asimilar desocupado a extranjero y, mucho peor, a comunista, era parte del repertorio discursivo que algunos sectores, los más reaccionarios, lanzaban a fin de buscar la represión de los desempleados.

Por ejemplo, en 1933 se informaba que se habían expulsado de la provincia a 300 desocupados que habitaban los galpones de la Sociedad Rural de Paraná, a los que también señalaban como comunistas (El Debate, 2/2/1933). Decía un diario conservador: “La policía de Paraná observaba los reiterados robos de aves de corral y otros efectos que se producían en locales cercanos al que ocupaban los desocupados” (El Censor, 26/1/1933). Días más tarde, el mismo medio, reproduciendo la noticia del diario de Buenos Aires *La Prensa*, afirmaba:

Aparece así un tipo de *lingera* perfeccionado, pero los de hoy piden limosna y la complementan con el robo. Casi todos son extranjeros y en una gran proporción polacos, comprobación que entristece y apenas pues evidencia que Polonia después de sus grandes esfuerzos para conquistar su libertad, envía los indeseables, elementos maleantes y es preciso reconocer que esa inmigración procede de cualquier país, plantea un interrogante, de si ha llegado el momento de fiscalizar bien la entrada de extranjeros a nuestro país y que ha llegado el momento, de devolver a sus países de origen a los ladrones, jugadores, comunistas e indeseables de cualquier especie y si los países de donde proceden los rechazan, siempre les abrirán los brazos sus camaradas del sóviet ruso (El Censor, 30/1/1933).

La idea de asemejar a los desocupados con los comunistas para declararlos como “indeseables” fue una estrategia permanente. Se trataba de una estrategia discursiva de los sectores más a la derecha, en general, los nacionalistas y católicos, que esperaban la pasividad de parte de los desocupados. Estos sectores también van a reclamar la intervención del

Estado, pero en clave represiva principalmente. Avanzada la década del treinta, y reconociendo que el estado de situación no cambiaba, estos sectores se van a plegar a los pedidos de una intervención social, en particular para la generación de empleo como válvula de escape a una presión social que crecía, aunque la emigración era la escapatoria más efectiva y espontánea a la que accedían los desocupados. Empero, frente a esta situación sin horizontes de un cambio serio, particularmente el Estado provincial, comenzó una serie de medidas que buscaba una mejora de las condiciones sociales imperantes.

El Estado y sus políticas de contención

La idea de que la desocupación era el caldo de cultivo de futuras conmociones con los obreros, cuando no un ambiente propicio para el desarrollo de “ideas comunistas”, marcó la tónica de los discursos del primer quinquenio de la década de 1930, especialmente entre los sectores más conservadores. Aunque, como fue señalado, en la medida que la crisis ocupacional continuaba sin cambios, el pedido de acción estatal impregnó la agenda oficial de los diferentes gobiernos comprendidos dentro del recorte temporal que hemos presentado.

En este sentido, es momento de indicar cuáles fueron las medidas que tomaron los distintos gobernantes de cara a la desocupación; para ello se pueden mencionar tres formas de intervención que son las más destacadas:

1. La emigración;
2. Creación de comités pro-desocupados;
3. Planes de colonización oficial.

Entre las primeras medidas, el gobierno buscó acompañar y expulsar a los desocupados de la provincia. Es decir, la emigración se había vuelto una alternativa espontánea para los obreros desempleados; si un trabajador no encontraba trabajo en su zona de empleo corriente, buscarlo en otro espacio era un hecho recurrente. Incluso, durante los años anteriores, miles de trabajadores entrerrianos se dirigían a las provincias vecinas a levantar la cosecha de maíz. Pero la diferencia en este período fue que los trabajadores en muchos casos no volvieron al territorio (Leyes, 2016). En este contexto de emigración espontánea, el gobierno

se montó sobre el flujo migrante y facilitó la salida de la provincia en alianza con el gobierno nacional.

Por diferentes programas estatales se enroló a los desocupados en los planes de relocalización que impulsaba el gobierno nacional a través de agencias de colocaciones o la Junta Nacional para Combatir la Desocupación. En el caso de Entre Ríos, los desocupados fueron enviados a las provincias de Santa Fe y Buenos Aires, pero también hacia la región chaqueña y a Misiones (Junta Nacional para Combatir la Desocupación, 1936, p. 18-23)¹. Esta política continuó durante los primeros años de la década de 1940 (Actualidad, 7/4/1942; La Juventud, 2/5/1944). El resultado fue que miles de personas abandonaran la provincia de Entre Ríos durante las décadas de 1930 y 1940; un cálculo para 1960 consideraba que más de 125 mil entrerrianos habían abandonado el territorio provincial, sobre una población que superaba los 800 mil habitantes (Lattes; Lattes, 1969; Mateo; Rodríguez, 2017). Claramente, no podemos afirmar, y las fuentes muestran que el peso estatal en la emigración fue significativamente menor que el número de emigrados, pero encontramos en la emigración la gran válvula de escape de la presión social y de la desocupación.

Con quitarse a los desocupados de encima no alcanzaba, por lo tanto, se intentaron políticas más convenientes y aptas al tamaño del problema que se debía enfrentar. La primera de ellas fue el repertorio común a buena parte de los gobiernos que en la década del treinta intentaron luchar contra la desocupación y fue la inclinación por la obra pública como mecanismo de ocupación directa. La idea de que las municipalidades primero, y el gobierno provincial después, se hicieran cargo de dar empleo fue instintiva y casi inmediata a la percepción de que la desocupación crecía. Y fue, tal vez, esta espontaneidad y urgencia las que marcaron el funcionamiento y la organización sin un plan que se desarrollaron para efectuar las obras a través de comisiones de vecinos e impulsar mejoras edilicias y de mantenimiento de los espacios públicos.

Estas “comisiones pro-desocupados” – tal era su denominación – comenzaron sus funciones hacia 1932 (La Juventud, 17/9/1932) con pequeñas obras públicas como la limpieza de alcantarillados y desagües, reparación de caminos y pequeñas obras en edificios públicos; su acción no era parte

¹ El Debate, 4/2/1935, 29/03/1935 y 8/4/1935. En un periódico de Villaguay se habla de un total de 400 desocupados enviados al Chaco al departamento de Castelli y se solicitaban aún más trabajadores. Ver: El Pueblo, 28/3/1935 y 23/4/1935.

de un plan preconcebido, sino cubrir con urgencia la falta de empleo de forma inmediata. Por su parte, el gobierno provincial trató de dirigirlas en su funcionamiento con recursos propios y la designación de los comisarios policiales como responsables; así fue como las diferentes comisiones tuvieron repertorios prácticos propios y en estrecha relación con las fuerzas locales que pujaban por utilizar a los desocupados para sus propios intereses.

En 1941 se mantenían en funcionamiento 113 comités pro-desocupados y habían recibido la suma de 150.900 pesos m/n, aunque la mayor parte de ellas se sostenían por las donaciones de los vecinos (El Tiempo, 18/5/1933; El Diario, 15/7/1933). Sin embargo, las estadísticas provinciales muestran que su efectividad era alta; por ejemplo, en 1939 existían según un censo provincial 5.667 trabajadores desocupados según la policía, y los comités pro-desocupados habían dado empleo a 3.942 obreros, es decir, el 69% de los inscriptos habían conseguido algún tipo de ocupación (Mihura, 1942, p. 8-19). Claramente, esta efectividad hacía de las comisiones un espacio importante en cuanto cumplía un rol medular en la subsistencia de los trabajadores sin empleo, pero también era espacio de disputas políticas entre las diferentes facciones y partidos que existían en la provincia. En 1942, se aprobó otro desembolso, el mayor de su tipo hasta ese momento, que alcanzaba el millón de pesos (La Juventud, 22/8/1942). Aunque se pueda reconocer que semejante volumen de dinero financiaría las comisiones para responder a un problema estructural, no se puede dejar de mencionar que durante aquel año comenzaba la campaña electoral y es posible que existiera el interés político más que social en generar empleo, como fue prontamente denunciado por los opositores al oficialismo (El Argentino, 11/11/1942; Crónica, 16/2/1943; El Entre Ríos, 1/4/1943).

La última medida que tomó el Estado provincial fue la más ambiciosa. Se buscó la constitución de “Colonias oficiales”, diferentes a las colonias agrícolas clásicas de fines del siglo XIX y principios del XX, centradas en la producción agroexportadora a las que culpaban de ser las causantes de la crisis de largo aliento que se vivía. En un extenso editorial de El Diario de Paraná, se explicaba:

El sistema de colonizaciones ha cambiado fundamentalmente en consonancia con las necesidades

de las épocas que no son de falta de braceros como en tiempos más venturosos sino de exceso de ellos y que no son de falta de producción, sino de exceso de ella. El maquinismo desplazó al obrero e hizo en una hora lo que diez hombres no hacen en un día. La técnica al aplicarse a los cultivos conquistó con los de carácter intensivo al máximo de producción y esta en vez de atender a la necesidad de la demanda la excedió y al excederla provocaba automáticamente la desvalorización del producto (El Diario, 23/5/1934).

Por lo tanto, según este periódico que obraba como vocero informal del oficialismo, estaban ante la necesidad de crear un nuevo tipo de colonización, un modelo de colonización agrícola que pretendió imponer una nueva forma de vida rural, centrado en el trabajo cooperativo, el desarrollo de la técnica, escuelas rurales que capacitaran a los hijos de los colonos, actividades productivas de estilo granjero y la constitución de un Consejo Agrario para dirimir los pleitos. En el artículo 8 de la Ley de Colonización Oficial se expuso la prioridad que tendrían en el acceso a estas tierras los trabajadores de la provincia, los colonos sin tierra y los hijos de colonos (Quinodoz, 1934, p. 33-34). El plan en su conjunto llevó el nombre de “Transformación Agraria” (Biasizo, 2015).

Las primeras cuatro colonias se fundaron en 1934 y fueron: Colonia Oficial n.º 1 Chajarí de 4.605 hectáreas, Colonia Oficial n.º 2 Raíces de 5.656 hectáreas, Colonia Oficial n.º 3 Tacuara de 2.600 hectáreas y Colonia Oficial n.º 4 de María Grande con 12.663 hectáreas. Al año siguiente se agregó la Colonia Oficial n.º 5 de Yerúa con 4.097 hectáreas. En 1936 se compraron 5.814 hectáreas en el Departamento Uruguay y se fundó la Colonia Oficial n.º 6 (Reula, 1971). Para 1942, vivían en las Colonias Oficiales 4.127 personas. En su gran mayoría argentinos, pero también ruso-alemanes, italianos, polacos y alemanes. En 1943 la población de las colonias había descendido a 3.443 personas a pesar de aumentar a 520 las familias (Biasizo, 2015), lo que nos habla de que la emigración no se detuvo y la tendencia a perder población continuó fuera del período de estudio. En un balance posterior de los hechos, podemos afirmar que el proyecto oficial resultó en un fracaso de cara al objetivo de contener la emigración y afincar a la población desocupada en el campo.

Consideraciones finales

Al comienzo del capítulo hablaba de los límites de las sociedades, esos momentos que parecen no ofrecer ninguna alternativa y la presión de la sociedad, particularmente su estructura económica, presiona a todo el aparato político y social por un cambio. La posibilidad de adaptarse a este nuevo contexto de transformación de las fuerzas productivas, así como ofrecer una alternativa para miles de personas que se encuentran afectadas por estas contradicciones, es lo que puede salvar o condenar a la desaparición a sociedades enteras.

La crisis de 1930 tuvo largo alcance en la provincia de Entre Ríos. Mientras en otros territorios, sobre todo en Buenos Aires, Rosario y Córdoba, se considera el inicio del ciclo virtuoso de industrialización por sustitución, en la provincia de nuestro estudio fue el inicio de una larga crisis ocupacional, que no es otra cosa más que los límites de la economía expansiva en términos de agroexportación y el reemplazo creciente de la fuerza de trabajo por máquinas. Es decir, un nuevo piso del capital que significó la expulsión creciente de los obreros de las actividades productivas y la eliminación de capitales sobrantes, o lo que significa lo mismo, capitales menos productivos.

El proceso de reemplazo no comenzó en 1930, sino, por lo menos, en el último lustro de la década anterior. Pero, y aquí está el centro de nuestro estudio, en Entre Ríos fue casi imposible que esa mano de obra desplazada encontrara ocupación. Así fue como, al ritmo del aumento de la desocupación, se fueron conociendo manifestaciones de los trabajadores que no encontraban sustento: el abigeato, el robo, diferentes ataques a la propiedad privada, presión sobre las autoridades, escaramuzas con las fuerzas policiales y la emigración fueron las manifestaciones de miles de personas que debieron buscar los medios de vida con las posibilidades que tenían a su alcance.

La potencial insurrección de los desocupados, algo que era más imaginado que real, se levantaba como un fantasma que sobrevolaba los pueblos y los campos; la imagen espectral solo era potencialmente exorcizada por la acción activa del Estado. Así se fue conformando un hecho novedoso: el nacimiento de un consenso interventor que recorrió todo el arco político provincial. Esta transformación de las ideas fue una de las primeras manifestaciones y formas de

comprensión de la dimensión del problema. Significaba, a todas luces, el comienzo del abandono de un liberalismo económico y los primeros – y muy laxos – pasos hacia una economía que posicionaba al Estado como un agente regulador del capitalismo, más allá de su rol como defensor de la propiedad privada y “gendarme”, condiciones *sine qua non* que jamás abandonó.

En cualquier caso, la situación no se limitaba a un cambio de orden ideológico; se exigió al Estado que tomara medidas. Por este motivo el Estado, y recalco que fue centralmente el administrador provincial, desarrolló tres acciones tendientes a solucionar el problema de los desocupados. La primera fue facilitar el traslado de desocupados fuera de la provincia, situación que permitió una descompresión de la demanda de empleo. En este sentido, la posibilidad de emigrar era una “solución” espontánea que los propios afectados practicaban, pero el gobierno provincial se montó sobre esa gran válvula de escape y la organizó de mejor manera para que el flujo de expulsados se dirigiera a lugares donde los obreros eran demandados.

La segunda medida que tomó fue institucionalizar y financiar las comisiones pro-desocupados. Dichas comisiones habían nacido por la iniciativa de vecinos y funcionarios públicos que, frente al escenario de desocupación creciente, comenzaron a conseguir donaciones a la vez que solicitaban la asistencia pecuniaria del gobierno para generar empleo. Estas comisiones, que superaron la centena, tuvieron durante su existencia una intervención favorable para los desempleados. Aunque, y como fue señalado, no se puede olvidar que también sirvieron como instrumento de vinculación asistencial entre el gobierno y los desocupados en años electorales.

Finalmente, el intento de colonización agrícola de la mano del Estado fue la política que atacaba más profundamente los problemas de empleo e intentaba estructuralmente ofrecer un cambio. Sin embargo, el modelo de granja minifundista que proponían era insostenible en términos económicos y su ascenso se vio rápidamente detenido. En menos de un lustro se comenzó a reconocer que el proyecto, aunque ambicioso, no permitió revertir el proceso de despoblamiento del campo, lo que era una expresión de la dificultad para conseguir medios de vida en una economía agrícola como era la entrerriana.

Por último, en un balance general de las medidas vemos que consiguieron resultados disímiles. La emigración se colocó como la primera forma que tenían los desocupados para encontrar el empleo, así que, con

ayuda del Estado o sin ella, los trabajadores continuaron abandonando la provincia. En cuanto a las comisiones pro-desocupados, si bien su alcance fue importante en términos de territorio cubierto, la falta de financiación y un plan más centralizado hizo que su acción fuera limitada a largo plazo. Finalmente, los planes de colonización, el reemplazo de la chacra cerealera por la granja autosuficiente, no alcanzaron a madurar.

Posiblemente, se trató más de un experimento atávico que de una política que tenía alguna posibilidad de prosperar. A fin de cuentas, la crisis del treinta, como se dijo, era una crisis de la acumulación capitalista agroexportadora y los cambios que se debían encarar eran mucho más radicales.

Referencias

BARSKY, O.; GELMAN, J. **Historia del agro argentino: desde la Conquista hasta fines del siglo XX**. Buenos Aires: Grijalbo-Mondador, 2005.

BIASIZO, R. J. **Economía de Entre Ríos en el período de intervencionismo conservador (1930-1945): características y relevancia de la intervención estatal (nacional y provincial). Configuración territorial y sectorial de la estructura económica**. Paraná: Uner, 2015.

CARRERA, N. I. **La otra estrategia: la voluntad revolucionaria (1930-1935)**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2016.

DI TELLA, G.; ZYMELMAN, M. **Las etapas del crecimiento económico argentino**. Buenos Aires: Eudeba, 1967.

FELQUER, J. F.; MOREIRA BAHLE, L. R. **Geografía de Entre Ríos: física, biológica y humana**. Editorial Nueva Impresora, 1962.

GERCHUNOFF, P.; LLACH, L. **Ciclos de desilusión y desencanto**. Buenos Aires: Crítica, 2018.

GIRBAL-BLACHA, N. La Junta Nacional para Combatir la Desocupación: tradición y modernización socioeconómica en la argentina de los años treinta. **Estudios del Trabajo**, v. 25, p. 25-53, 2003.

JUNTA NACIONAL PARA COMBATIR LA DESOCUPACIÓN. **Memoria elevada al Ministerio del Interior**. Buenos Aires, 1936.

JUNTA NACIONAL PARA COMBATIR LA DESOCUPACIÓN. **Memoria elevada al Ministerio del Interior**. Buenos Aires, 1937.

LATTES, Z. L. R. de; LATTES, A. E. **Migraciones en la Argentina**. Centro de Investigaciones Sociales, Instituto Torcuato di Tella, 1969.

LEYES, R. Caravanas de hombres marchaban: el éxodo obrero en Entre Ríos – 1925-1945. **Folia Histórica del Nordeste**, n. 27, p. 9-38, 2016.

LEYES, R. 03. Detrás de la crisis: inversiones de capital, mecanización y desocupación en Entre Ríos, 1928-1946. **Pampa**, Santa Fe, n. 17, p. 55-79, 2018.

LEYES, R. **La fragua y el surco**. Buenos Aires: Ediciones RyR, 2024.

LEYES, R. M. El gran impulso: organización sindical y experiencia de lucha gremial en Entre Ríos, 1917-1922. **Conflicto Social**, v. 15, n. 27, p. 7-43, 2022.

MATEO, J.; RODRÍGUEZ, L. Poblamiento, despoblamiento y repoblamiento de la provincia de Entre Ríos: un ensayo de demografía histórica (1869-2010). **Ejes de Economía y Sociedad**, v. 1, n. 1, p. 75-94, 2017.

MIHURA, E. **Mensaje del Gobernador de la provincia de Entre Ríos Dr. Enrique Mihura al iniciarse el 83.º periodo ordinario de sesiones de la Honorable Legislatura**. Julio 1942. Paraná: Imprenta de la Provincia, 1942.

MINISTERIO DEL INTERIOR; DEPARTAMENTO NACIONAL DEL TRABAJO. **La desocupación en la Argentina:** 1932. Buenos Aires, 1933.

MINISTERIO DEL INTERIOR; DEPARTAMENTO NACIONAL DEL TRABAJO. **La desocupación en la Argentina:** 1940. Buenos Aires, 1940.

O'CONNELL, A.; SEIBERT, S. La Argentina en la depresión: los problemas de una economía abierta. **Desarrollo Económico**, v. 23, n. 92, p. 479-514, 1984.

QUINODOZ, C. **Colonización oficial:** informe ante la H.C. de Diputados. Paraná: Talleres de La Acción, 1934.

REULA, F. **Historia de Entre Ríos:** política, étnica, económica, social y moral. Santa Fe: Castellvi, 1971. v. 1.

SARTELLI, E. Del asombro al desencanto: la tecnología rural y los vaivenes de la agricultura pampeana. In: REGUERA, A.; BJERG, M. (comp.). **Sin estereotipos ni mitificaciones:** problemas, métodos y fuentes de la historia agraria. Tandil: IHES, 1995.

SARTELLI, E. **La sal de la tierra:** clase obrera y lucha de clases en el agro pampeano 1870-1950. Buenos Aires: Ediciones RyR, 2022.

VILLANUEVA, J. El origen de la industrialización argentina. **Desarrollo Económico – Revista de Ciencias Sociales**, n. 47, 1972.

Medios periodísticos

Actualidad

Crónica (Diamante)

El Argentino (Guauguaychú)

El Entre Ríos (Colón)

El Censor (Guauguaychú)

El Debate (Zárate)

El Diario (Paraná)

El Pueblo (Villaguay)

El Tiempo (Paraná)

La Juventud (Concepción del Uruguay)

GREVES OPERÁRIAS DE SETEMBRO DE 1979 EM CRICIÚMA (SC)

Antonio Luiz Miranda

Introdução

A cidade de Criciúma, Santa Catarina, ficou conhecida por sua força econômica ligada à extração de carvão e produção de azulejos. Esses dois setores foram os principais para o desenvolvimento industrial da cidade. A partir da década de 1970 outros setores também se destacaram: a metalurgia, o vestuário e o plástico. Isso demonstra que o município tem uma economia industrial bastante diversificada, por conseguinte, uma classe operária ligada a esses setores também bastante forte.

A diversificação econômica se deu principalmente a partir dos anos 1960 e aprofundou-se na década de 1970. Antes disso, o setor de extração de carvão predominava na economia local.

O ano de 1979 aparece como o ressurgimento do movimento operário na região, quando ceramistas, metalúrgicos, motoristas juntamente com os mineiros eclodiram as primeiras mobilizações após o golpe militar de 1964. É da análise desse movimento generalizado dos trabalhadores da cidade de Criciúma, ocorrido principalmente durante o mês de setembro de 1979, que trata o presente capítulo.

As greves generalizadas de 1979 estão contextualizadas nos eventos nacionais, como as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista e de outras categorias, como a dos bancários, que desencadearam naquele período uma onda de greves nacionais.

Em Santa Catarina várias categorias apresentavam reivindicações salariais, como os têxteis e os metalúrgicos de Blumenau, motoristas em Itajaí, entre outros, e que eram destaque no noticiário dos principais jornais de circulação estadual da época: *O Estado*, de Florianópolis, e *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau. No entanto todas essas mobilizações chegaram a acordos e não deflagraram greves. Isso acabou ocorrendo apenas na região carbonífera de Santa Catarina, principalmente em Criciúma.

O momento da chamada reabertura e redemocratização e a anistia aos presos políticos e exilados pela ditadura propiciaram um ambiente favorável às grandes mobilizações sindicais.

Por outro lado, percebe-se que grande parte dos empresários se viu despreparada para enfrentar esse tipo de mobilização. Isso porque, de um

lado, o regime militar desde 1964 praticamente estrangulou toda forma de mobilização operária sindical, tendo as diretorias dos sindicatos sob controle e, por outro, esses empresários nunca tinham experimentado a reação coletiva de seus trabalhadores.

“Nós somos metalúrgicos, iguais os do ABC!”¹

Os metalúrgicos iniciaram a onda de greves em setembro de 1979 na cidade de Criciúma. A categoria vinha num processo de mobilização e reivindicação há pelo menos dois meses (Jornal O Estado, 14/8/1979, p. 3). Existia uma disparidade muito grande entre a proposta de reajuste salarial apresentada pelos empresários e a reivindicada pela categoria.

O setor metalúrgico contava na época com cerca de 3.500 trabalhadores. Compunham a base do sindicato os trabalhadores das empresas metalúrgicas propriamente ditas, como também trabalhadores das siderúrgicas e das oficinas mecânicas. As maiores empresas do setor eram a Imecal e a Industrial Conventos, que juntas tinham aproximadamente 1.200 operários, isto é, concentravam mais de 1/3 da categoria. O sindicato era presidido por Ari de Oliveira Alano, e sua base estendia-se a todos os municípios da região sul de Santa Catarina.

Na primeira quinzena do mês de agosto de 1979 os metalúrgicos estavam começando a mobilização da categoria. Assembleias gerais extraordinárias eram convocadas constantemente no sentido de definir uma pauta de reivindicações que unificasse e mobilizasse a categoria (Jornal O Estado, 14/8/1979, p. 11).

Os pontos relacionados à questão salarial justificavam-se por três motivos: primeiro, havia um descontentamento com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no último dissídio da categoria, com um reajuste bem abaixo do reivindicado; segundo, a inflação do período solapava rapidamente o poder de compra dos salários; terceiro, o piso dos metalúrgicos de Criciúma era considerado o mais baixo da categoria no estado de Santa Catarina.

¹ Milton Mendes de Oliveira, lembrando fala de um metalúrgico em 1979 durante a greve.

No primeiro momento da mobilização dos metalúrgicos os empresários mostraram-se refratários e irredutíveis. O presidente do sindicato patronal, Mário Búrigo, foi enfático em suas declarações aos jornais: “Eles, no dissídio coletivo, já ganharam o suficiente e as empresas não têm mais condições de dar mais um aumento” e em tom de arrogância concluiu: “O que vai acontecer é aquilo que ocorreu antes. As empresas fixam o que querem e avisam: quem quer isso fica e quem não quer vai embora, sendo contratado outros, pois nem todas as empresas têm condições de dar estes dois aumentos pedidos” (Jornal O Estado, 14/8/1979, p. 11).

Durante as assembleias os metalúrgicos elegeram uma comissão de negociação composta por cinco membros. Destes, dois eram da base e não tinham estabilidade no emprego. Os patrões, logo que ficaram sabendo da participação de seus operários na comissão, os demitiram sumariamente. Esse fato causou grande revolta na categoria.

Os metalúrgicos haviam estipulado como prazo para resposta dos patrões o dia 24 de agosto. Mas já percebiam que os patrões não estavam dispostos a aceitar as reivindicações e denunciavam que eles estavam oferecendo churrascadas a seus empregados para desviar a atenção dos trabalhadores para a assembleia. “Greve, greve”, cantada em couro pelos metalúrgicos durante as assembleias, demonstrava a disposição que a categoria estava em deflagrar o movimento paredista.

No fim do mês de agosto os empresários encaminharam uma contraproposta aos trabalhadores. Ofereceram reajuste escalonado entre 16 e 10%. Além disso, aceitaram uma comissão mista para negociar um acordo. Parece ter sido a primeira vitória dos metalúrgicos, mesmo antes de deflagrar a greve. Na assembleia decidiram estabelecer um novo prazo para que as negociações avançassem, porém não aceitaram a proposta apresentada pelos patrões.

Ari Alano já havia convocado e realizado outras quatro assembleias extraordinárias anteriores e, ao que parece, não haviam chegado a um acordo. É possível concluir que havia um descontentamento na base da categoria e que o presidente estava protelando a decisão final para o término do impasse. Contudo a tática de protelar e convocar assembleias constantes levou parte da categoria a desconfiar das intenções da direção do sindicato, e antes da assembleia do dia 2 de setembro foi divulgado um panfleto entre

os trabalhadores da maior metalúrgica da região, a Imecal, o qual, além de convocar os trabalhadores para a assembleia, tecia severas críticas à atuação do presidente do sindicato.

O panfleto ainda fixa 5 itens que os operários deveriam defender na assembléia de hoje: se o aumento que nós propusemos foi para descontar no próximo ano, não devemos aceitar; propor a volta dos três companheiros demitidos por causa do movimento, escolher um metalúrgico para nos defender, não aceitar que somente associado tenham direito a voto porque o imposto sindical é descontado de todos e no caso de um acordo fajuto proposto pelos patrões, partir imediatamente para uma greve pois o patrão nos dará um bom aumento quando as máquinas estiverem paradas (Jornal O Estado, 2/9/1979, p. 3).

Provavelmente o panfleto foi elaborado por alguém que tinha certo nível de conhecimento e engajamento no movimento sindical mais geral e fazia oposição à direção do sindicato. Mas, sem dúvida, o seu conteúdo representou o sentimento da base da categoria, que estava sentindo a perda do poder de compra de seu salário para a inflação galopante daquele período (em torno de 4% ao mês), além da pressão dos encarregados e patrões no interior das fábricas e as manobras da direção do sindicato no sentido de buscar um acordo a todo custo, sem greve.

Na assembleia compareceram apenas 200 trabalhadores. Ari Alano, presidente do sindicato, convocou outra assembleia extraordinária, pois considerava que 200 trabalhadores não tinham representatividade para decidir por toda a categoria. Todavia alguns trabalhadores, considerados lideranças do movimento, afirmaram que o número excessivo de assembleias, sem decidir nada, e as ameaças por parte dos empresários cansaram grande parte da categoria. Quer dizer, a direção do sindicato não estava conseguindo controlar suas bases e estas, por sua vez, já desconfiavam das intenções da direção do sindicato.

No dia 4 de setembro de 1979 os metalúrgicos da Indústria de Carrocerias Becker entraram em greve, um dia após a assembleia na qual haviam convocado outra em razão do baixo número de participantes.

Os metalúrgicos da Becker tinham uma pauta de reivindicações própria e deflagraram a greve também por conta própria, contra a deliberação da assembleia geral da categoria, ocorrida no dia anterior; ainda assim, foram se concentrar na sede do sindicato. O presidente do sindicato declara à imprensa que “este movimento é espontâneo e muito justo e significa a revolta contra os maus tratos que a empresa vinha dando a seus empregados. A empresa não vem cumprindo os dissídios coletivos e muitos operários nem recebem o salário-mínimo da categoria” (Jornal O Estado, 4/9/1979, p. 3).

Segundo relato dos trabalhadores, as condições de trabalho na empresa eram revoltantes: “Eles cronometram o tempo que a gente leva para ir ao banheiro e, se demorarmos muito, vão lá nos chamar. Aquilo é um campo de concentração. Usam até apito pra recolher o operário ao trabalho”, disse um metalúrgico (Jornal O Estado, 2/9/1979, p. 3). As denúncias sobre as péssimas condições de trabalho, aliadas com a questão do reajuste salarial para toda a categoria, deram o tom das mobilizações e da pauta de reivindicações apresentada aos empresários.

No mesmo dia em que os trabalhadores da Becker entraram em greve, o presidente do Sindicato das Empresas Metalúrgicas de Criciúma, Mário Búrigo, chamou uma reunião extraordinária dos empresários do setor com o objetivo de “encontrar uma fórmula visando a resolução imediata do inesperado movimento grevista” (Jornal O Estado, 4/9/1979, p. 3).

O alastramento do movimento grevista para as demais empresas metalúrgicas foi inevitável. No dia 5 de setembro praticamente a metade dos metalúrgicos aderiu à greve. Trabalhadores da Siderúrgica Criciumense, Crível, Siderúrgica Milano, Jugasa e Siderúrgica Catarinense juntaram-se aos metalúrgicos da Indústria de Carrocerias Becker, somando cerca de 1.500 trabalhadores parados. O movimento causou um grande impacto na cidade de Criciúma como um todo.

O Sindicato dos Metalúrgicos existia havia 17 anos. Foi criado dois anos antes do golpe militar de 1964, não era a principal categoria, em termos numéricos, da cidade, no entanto foi a que inaugurou um novo momento na história do movimento operário na região. Antes desse período (1979), o que se sabia sobre greve na cidade remontava à época anterior a 1964, com as greves dos mineiros que paralisavam e mobilizavam toda a cidade quase que anualmente, sobretudo entre 1957 e 1964, quando uma diretoria, presidida por Antonio Parente, de viés combativo dirigia o sindicato (Lemos, 2008).

A greve não foi decidida em assembleia; ela nasceu na base da categoria, por fora da direção do sindicato, foi espontânea, mas teve uma adesão em massa da categoria, que possivelmente já estava decidida e predisposta a paralisar, bastava que alguém acendesse o pavio, que alguém desse o primeiro passo, como foi o caso dos operários da Becker. Os líderes do movimento foram passando pelas empresas e, ao que parece, sem resistência, os trabalhadores foram aderindo ao movimento; em apenas um dia metade da categoria já estava paralisada. Tiveram dificuldades apenas na Mecril, uma vez que os patrões impediram o acesso aos empregados, trancando as portas da empresa.

O presidente do sindicato dos trabalhadores assumiu o controle do movimento e faz declarações à imprensa em tom radical contra os patrões: “Eles estão muito assustados, pois agora viram que o operário não ameaça apenas. Ele cumpre o que diz e a greve vai ser generalizada se os patrões não aceitaram as reivindicações. Quando nós avisamos que o operariado entraria em greve eles até fizeram pouco caso. Agora aí está a prova”, disse Alano (Jornal O Estado, 2/9/1979, p. 3).

Os empresários perceberam que o movimento estava se alastrando rapidamente e de forma incontrolável, alguns até utilizaram meios violentos para impedir que seus trabalhadores aderissem à greve, mas não obtiveram êxito. Dessa forma, chamaram o presidente do sindicato para uma tentativa de negociação.

A greve dos metalúrgicos deixou a cidade surpresa, e existia a preocupação clara de que a mobilização influenciasse outras categorias de trabalhadores, como de fato influenciou, por isso necessitava de uma solução rápida. Essa era a preocupação dos empresários, que acionaram o representante do governo estadual, o Secretário do Trabalho Fernando Caldas Bastos, para intervir no conflito. Alguns empresários usaram meios violentos para reprimir o movimento, como foi o caso da Mecril e da Becker.

Enquanto alguns empresários partiam para ações violentas na tentativa de impedir o movimento dos trabalhadores, outros buscavam formas mais sutis, mas também na tentativa de deslegitimar a greve, como buscar acordos individuais com propostas tentadoras a alguns trabalhadores, desmobilizando-os do movimento. O presidente do sindicato denunciava tais fatos e classificava-os como “jogo sujo dos patrões”.

De certa maneira, essa fórmula teve alguma eficiência do ponto de vista patronal, posto que tumultuou o ambiente de unidade dos trabalhadores quando “os escolhidos” pelos patrões para receberem as vantagens aceitaram e abandonaram o movimento grevista, retornando ao trabalho. Essa atitude significou, para o presidente do sindicato, que “o patrão ainda não está acostumado com a justiça”. E acrescenta: “A classe patronal ainda não está civilizada e a situação chegou ao ponto atual devido a inflexibilidade patronal” (Jornal de Santa Catarina, 11/9/1979, capa). É possível perceber nesse ponto o nível de consciência de classe, como entende Thompson (1987, p. 10): “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.

Os metalúrgicos de Criciúma estavam vivenciando um momento em que as condições de classe estavam colocadas. De um lado, os operários reunidos, articulados, reivindicando, além de meramente reajuste salarial, condições dignas de trabalho, exigindo tratamento respeitoso por parte de seus patrões; de outro, os empresários também articulados, buscando deslegitimar o movimento dos trabalhadores, porém obrigados a buscar uma solução negociada para o impasse, o que demonstrava claramente que estavam em campos antagônicos.

O sindicato dos trabalhadores, ao que parece, até aquele momento sempre negociou os acordos sem grandes mobilizações da categoria, isto é, nunca representou um problema para os patrões. Mas em 1979 o movimento não se iniciou no sindicato, ou melhor, não foi iniciado pela direção do sindicato; esta até mesmo foi acusada de tentar impor um acordo desfavorável à categoria, que vinha, de assembleia em assembleia, recusando o acordo e acabou entrando em greve sem uma decisão oficial. Com a paralisação geral da categoria a direção do sindicato se viu obrigada a liderar e controlar o movimento.

Na assembleia geral o presidente do sindicato apresentou a proposta dos patrões com a clara intenção de vê-la aprovada pela categoria. Usou a prerrogativa de presidente e coordenador da mesa, abrindo a palavra apenas para o advogado do sindicato e a sua própria com a justificativa de que “não fosse modificado o pensamento de ninguém”. Mesmo com esse subterfúgio,

o dirigente sindical viu sua proposta ser derrotada pelos trabalhadores radicalizados.

A estratégia do presidente em tentar um acordo e pôr fim à greve não deu certo. Os trabalhadores estavam radicalizados e fortalecidos; o fato de os patrões oferecerem uma nova proposta, de certa forma, aumentou a confiança dos metalúrgicos no movimento. Após rejeitar o acordo, os metalúrgicos formaram um comando de greve, composto por dois representantes de cada empresa parada, além do presidente do sindicato. Dessa maneira as bases tomaram o controle do movimento e passaram a planejar os próximos passos. Uma das deliberações do comando de greve foi a de fazer uma passeata pelo centro da cidade no mesmo momento do desfile das escolas em comemoração ao Dia da Pátria.

Tal atividade, no entanto, foi desarticulada por Ary Alano. No dia e hora marcados para o início da passeata, o presidente comunicou aos grevistas que a polícia militar, por motivos de segurança, iria impedir o movimento.

Entre os apoiadores da mobilização dos metalúrgicos estava a direção do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo militar e que havia se saído vitorioso das eleições parlamentares do ano anterior em todo o Brasil². Era o momento da chamada “abertura democrática”, e o movimento de oposição ao regime estava muito fortalecido.

O advogado do sindicato dos metalúrgicos era Milton Mendes de Oliveira, que também era vereador e líder da bancada do MDB na Câmara de Vereadores. O partido estava aproveitando o momento de abertura e de mobilizações para atuar nesses movimentos. Percebe-se certa identidade dos operários mobilizados com o partido.

No episódio é importante destacar alguns pontos: primeiro, o MDB estava participando ativamente do movimento grevista. Nesse sentido, é possível que seus membros estivessem influenciando as deliberações das assembleias. Segundo, o partido não só participava como discordava abertamente da condução do movimento pela direção do sindicato, especialmente seu

² Estava em debate naquele período a abertura democrática e a reforma partidária. Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, estava em franca campanha para criar o Partido dos Trabalhadores. Em Criciúma, alguns membros da direção do MBD local foram fundadores do PT, sendo Milton Mendes de Oliveira eleito o primeiro presidente do PT de Santa Catarina.

presidente. Terceiro, Ari Alano, por seu lado, agia no sentido de não perder o controle da situação.

Uma das acusações ao presidente do sindicato por seus opositores foi que ele marcou a assembleia para o mesmo horário em que aconteceria o jogo de futebol do campeonato catarinense entre Criciúma e Chapecoense, com a intenção de tirar o interesse pela reunião. Esse detalhe é interessante, pois demonstra a importância do futebol no cotidiano dos trabalhadores. A cidade de Criciúma construiu uma tradição ligada ao futebol a partir da década de 1950, com a proliferação de times ligados sobretudo às companhias mineradoras de carvão e com a participação entusiasmada dos operários em suas famílias.

O MDB, para rebater as críticas do presidente do sindicato, que os acusava de infiltradores, resolveu nomear Thelson Crescêncio, vice-presidente do diretório municipal do partido.

Percebe-se uma clara disputa entre o MDB e a direção do sindicato. O partido estava intervindo abertamente no movimento dos metalúrgicos. O contexto justifica esse tipo de participação direta de um partido numa luta sindical. Estamos falando do ano de 1979, momento do início da abertura política, a oposição à ditadura militar estava fortalecida, principalmente pela vitória eleitoral no último pleito. Assim, o MDB, partido que congregava os opositores ao regime, de certa forma apresentava-se com legitimidade na defesa dos trabalhadores na luta por melhores salários e condições de trabalho.

É possível afirmar que a participação de membros do MDB no movimento dos metalúrgicos foi fundamental para que a base da categoria, os trabalhadores nas fábricas, pudesse se organizar e, mesmo contra a vontade da direção do sindicato, não aceitar a proposta de reajuste ofertada pelos empresários e fazer uma série de exigências referentes à melhoria das condições de trabalho, além de reivindicar representação sindical por fábrica.

Isso significa que o ano de 1979 apresentava-se como um novo momento na relação capital/trabalho na cidade de Criciúma. Os trabalhadores do “chão da fábrica” não acatavam mais pacificamente os acordos propostos pelos patrões e aceitos pelas direções dos sindicatos. No caso específico dos metalúrgicos, disseram não várias vezes, praticamente durante dois meses recusaram as tentativas de aprovação de acordo. Ari Alano convocou cinco assembleias extraordinárias sucessivas, possivelmente uma tática para tentar

aprovar o acordo, mas a categoria se manteve irredutível. A greve iniciou-se sem uma deliberação oficial da assembleia da categoria; começou numa empresa e rapidamente houve a adesão das demais, demonstrando que os metalúrgicos estavam dispostos a paralisar há muito tempo, porém a direção do sindicato estava protelando e tentando impedir esse tipo de movimento.

Quando a greve se tornou inevitável, a direção do sindicato manteve-se à frente do movimento no sentido de não perder o controle da situação. Os empresários retomaram as negociações, fizeram contraproposta e chamaram a participação do representante do governo do estado, o Secretário do Trabalho, para resolver o impasse. Porém os operários metalúrgicos mantiveram-se irredutíveis e paralisados. A solução foi recorrer ao TRT, que na época funcionava em Curitiba, capital do estado do Paraná, para abrir processo de dissídio coletivo.

Nota-se a rapidez com que as autoridades estavam agindo para resolver o impasse. Na data de abertura do processo de dissídio coletivo no TRT em Curitiba, dia 10 de setembro de 1979, já estava em greve também a categoria dos mineiros de carvão de toda a região sul de Santa Catarina. O clima na cidade de Criciúma era de tensão e conflito. Duas categorias de trabalhadores estavam paralisadas e outras ameaçavam tomar o mesmo caminho. A classe operária do município estava em ebulição reivindicatória. Por um lado, em razão da grande perda do poder de compra de seus salários para a inflação que vinha aumentando consideravelmente naquele período; por outro, atendendo ao clima de protestos reivindicatórios existente em todo o Brasil. Em Santa Catarina foi na cidade de Criciúma que a classe operária mais aderiu à onda de protestos que vinham ocorrendo nacionalmente.

A experiência dessa greve foi significativa para os metalúrgicos de Criciúma. Os trabalhadores passaram a se reconhecer como categoria de luta; a conquista elevou a autoestima do coletivo e, mais importante, influenciou decisivamente outras categorias a partirem para movimentos semelhantes. Os mineiros, os ceramistas e os motoristas sentiram-se encorajados pelo movimento dos metalúrgicos. A cidade ficou claramente dividida entre as classes: de um lado, os operários organizados desde seus sindicatos; de outro, os patrões, surpresos e acuados pelo movimento dos trabalhadores.

“Peçam a mina”³ – mineiros em greve

A categoria dos trabalhadores das minas de carvão da região sul de Santa Catarina, principalmente de Criciúma, tem um histórico de combatividade que se destaca no movimento operário. Suas maiores greves ocorreram durante a segunda metade da década de 1950 e a primeira metade dos anos 1960.

O setor carbonífero caracteriza-se por uma forte dependência do governo federal. Era o principal comprador do carvão extraído pelas mineradoras e definia o preço pago pelo produto. Dessa forma, a negociação salarial passava necessariamente pela negociação do carvão com o governo federal. Essa característica fez com que se desenvolvesse, em determinados momentos, a unidade entre patrões e empregados para reivindicar perante o governo federal mais subsídios para o carvão, bem como aumento do valor que o governo pagava pelo carvão.

Esse elemento estava diretamente ligado, por parte dos trabalhadores, à necessidade da manutenção dos empregos no setor. Mas em 1979 a situação do setor era atípica. Não havia unidade entre os trabalhadores nem entre os empresários. A partir do segundo semestre daquele ano, os trabalhadores, por meio dos sindicatos, reivindicavam 25% de reajuste salarial.

Todos os sindicatos de trabalhadores em mineração de carvão reuniram-se em 6 de agosto de 1979 e unificaram a reivindicação em torno desse percentual. A região contava com cinco sindicatos da categoria, sendo os seguintes: Sindicato dos Mineiros de Criciúma (o mais antigo), Sindicato dos Mineiros de Lauro Müller, Sindicato dos Mineiros de Siderópolis, Sindicato dos Mineiros de Urussanga e Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, este um distrito de Criciúma (existem dois sindicatos da mesma categoria no município, contrariando o que diz a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT). A categoria contava na época com cerca de 15 mil trabalhadores em toda região carbonífera.

O presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma era Aristides Felisbino; havia assumido a direção da entidade em 1974 como interventor,

³ Chamada da matéria sobre as declarações de Fidelis Barato, presidente do sindicato dos mineradores, a respeito do início da greve dos mineiros de Lauro Müller, que reivindicavam 100% de reajuste (Jornal O Estado, 30/9/1979, p. 3).

concorreu nas eleições sindicais para o mandato seguinte e foi eleito. Naquele ano de 1979 novas eleições estavam marcadas para o mês de setembro. Felisbino, no início do mês de agosto, estava em franca campanha por sua reeleição, mas na sua base existia um forte grupo de oposição liderado por Ivanir José Viana, trabalhador da CBCA, a carbonífera mais antiga da região. É possível perceber que, já no início da campanha salarial, existia uma disputa muito forte pelo controle da direção do sindicato entre os mineiros de Criciúma.

Enquanto a divergência entre os trabalhadores corria em meio às negociações salariais, entre os empresários também ocorriam divergências significativas. A Carbonífera Metropolitana, controlada pela família Santos Guglielme, concedeu o reajuste de 25% reivindicado pelos sindicatos a seus operários, sem esperar a negociação com o sindicato da classe patronal. Além disso, Realdo Guglielme, diretor da empresa, declarou aos jornais que todos os empresários do setor tinham condições de conceder o aumento.

O fato gerou uma situação embaraçosa entre os empresários, posto que muitos deles declaravam que não tinham condições de dar reajuste se o governo não aumentasse o preço que pagava pela tonelada de carvão. Percebe-se que havia um clima tenso entre as partes em disputa. De um lado, os trabalhadores disputando a direção do sindicato, com dois grupos extremamente divergentes; de outro, os empresários não se entendendo entre si sobre o reajuste que deveriam dar aos operários.

É importante ressaltar que o fato de a mineradora Metropolitana ter se antecipado e concedido o reajuste reivindicado alvoroçou os ânimos dos trabalhadores das outras empresas do setor. Outro fator determinante foi o reajuste no preço do carvão concedido pelo governo federal aos mineradores. Acrescenta-se também que a disputa entre os trabalhadores pela direção do sindicato fazia com que o grupo que estava à frente da entidade tivesse uma atuação mais ativa para garantir o apoio da base ao seu grupo nas eleições, além da provável pressão exercida pelo grupo opositor.

Fidélis Barato era o presidente do Sindicato dos Mineradores de Carvão de Santa Catarina. Por suas declarações aos jornais da época, transparece ser uma pessoa intransigente e inflexível. Sobre a reivindicação de antecipação de 25% de reajuste dos mineiros ele declara: “ou todas as classes ganham esse benefício, ou os mineiros também não recebem” (Jornal O Estado, 7/8/1979, p. 11). Falou essas palavras em tom irritado, segundo o jornal. Barato

estava condicionando a possibilidade de os empresários aceitarem o reajuste ao governo federal também reajustar o preço do carvão, sem levar em conta o recente reajuste no preço do carvão garantido pelo governo.

O setor carbonífero na época era composto por oito empresas particulares e duas estatais. O sindicato patronal representava as companhias privadas; as estatais tinham sua negociação à parte. Nesse episódio, além das estatais, uma companhia privada já havia negociado o reajuste com seus trabalhadores unilateralmente. Logo, na negociação o sindicato patronal estava representando uma parte das empresas do setor.

Os representantes dos trabalhadores estavam aproveitando as divergências entre os empresários e reivindicando aumento para todos. Se uma empresa concedeu, as outras também podiam dar o reajuste.

A postura do sindicato patronal, sobretudo a de Fidelis Barato, era de tratar a reivindicação dos trabalhadores com certo descaso, por um lado, e ao mesmo tempo condicionar um reajuste ao aumento do preço do carvão. Essa forma de tratar a questão foi mais um elemento incentivador da mobilização dos mineiros.

No dia 24 de agosto os sindicatos dos mineiros e os mineradores são surpreendidos pela paralisação deflagrada pelos 34 furadores da Companhia Nacional de Mineração Barro Branco, no município de Lauro Müller, pertencente a Sebastião Netto Campos, então deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e líder do governo na Assembleia Legislativa. Esse movimento foi considerado inesperado, incluindo sua reivindicação, pois exigiam 100% de aumento e não queriam a participação do sindicato nas negociações.

A paralisação iniciada pelos furadores rapidamente atingiu todos os cerca de 800 trabalhadores daquela carbonífera. O gerente da empresa tentou impor a outros trabalhadores a substituição dos furadores parados, no que não foi atendido. Como retaliação, ele demitiu alguns trabalhadores insurgentes e suspendeu outros. Possivelmente tal atitude levou os demais trabalhadores a acompanharem os furadores na paralisação.

Os trabalhadores mineiros de Lauro Müller deflagraram o movimento grevista à revelia do sindicato. O advogado do sindicato dos trabalhadores, Galvani Souza Bochi, afirmava estar surpreendido com o movimento e que

não havia motivo para os trabalhadores desconfiarem da entidade. Um fator importante no caso é que, na semana em que estourou o movimento, o sindicato estava em processo eleitoral e havia oposição na disputa pela direção. Vilmar Macedo, então secretário geral, era candidato a presidente pela situação.

Vilmar Macedo venceu as eleições para direção do sindicato dos mineiros e tornou-se presidente da entidade. A partir desse momento procurou assumir a direção do movimento dos furadores. Acionou o delegado regional do Ministério do Trabalho, Airtón Minogio do Nascimento, para abrir o processo de negociação. Porém a negociação começou de forma bastante complicada; o gerente da empresa, Dieter Dilman, negava-se a abrir qualquer negociação com os operários parados, e o diretor da empresa e deputado estadual Sebastião Netto Campos dizia que qualquer reajuste só poderia ser discutido a partir do dia 12 do próximo mês.

Além disso, a demissão de três trabalhadores e a suspensão de 18, por se negarem a substituir os furadores, aumentaram consideravelmente a revolta dos trabalhadores em relação aos patrões, agravando ainda mais a possibilidade de negociação. O presidente do sindicato dos trabalhadores procurava dar ressonância ao clima de revolta dos trabalhadores: “Ninguém está abrindo mão destas reivindicações, e a proposta do diretor Sebastião Netto Campos foi recebida com revolta, porque a barriga dos operários não pode esperar até o dia 12 de setembro” (Jornal O Estado, 28/8/1979, p. 5). Percebe-se que o presidente, com essa afirmação, procurava ganhar também a confiança dos trabalhadores, pois eles iniciaram o movimento sem a participação do sindicato, até mesmo afirmaram que não queriam a sua presença. É possível que em outras situações anteriores os dirigentes do sindicato frustraram as expectativas dos operários, uma vez que as condições de trabalho nessa carbonífera eram consideradas as piores de toda a região.

A participação de Vilmar Macedo nas negociações foi solicitada também pelos próprios dirigentes das empresas. Estes perceberam que as pressões feitas diretamente aos trabalhadores não haviam dado resultado. É possível que fosse uma prática comum da empresa, todavia naquele momento o nível de radicalização dos trabalhadores impediu qualquer ação direta dos empresários. O presidente do sindicato dos trabalhadores passou, então, a ser o porta-voz oficial da categoria nas negociações e, à medida que o movimento aumentava, ele assumia a posição da categoria.

Nota-se que, possivelmente, também era prática comum dessa empresa prometer acordos e não cumpri-los. O seu principal diretor, Sebastião Netto Campos, era um político com destaque no cenário estadual, membro da Arena, partido do governo militar. Era proprietário também da mineradora mais antiga de Criciúma, a CBCA. Ele tinha um histórico considerável de enfrentamento com os trabalhadores no período anterior ao golpe militar de 1964. Isto é, tinha experiência no trato com operários insurgentes e tinha ao seu lado o apoio do governo do qual participava. Com o regime militar, Campos teve mais facilidade em agir de forma autoritária com os trabalhadores. As relações de trabalho em suas empresas sempre foram motivo de denúncias por parte dos trabalhadores, mas a partir de 1979 as coisas começaram a mudar. Os trabalhadores sentiam-se fortalecidos, o enfraquecimento do regime militar era evidente, e as práticas autoritárias desse empresário passaram a ser contestadas de forma mais veemente.

O Delegado Regional do Trabalho na época, Airton Minógio do Nascimento, estava em Criciúma para tratar das reivindicações dos metalúrgicos, que por todo mês de agosto daquele ano estavam mobilizados. Ele foi surpreendido com a greve dos furadores de Lauro Müller, para onde teve de se dirigir. No primeiro momento, conseguiu quebrar a intransigência dos patrões e estabelecer um acordo para concessão de aumento para os furadores, no entanto, quando esse acordo foi firmado verbalmente, os demais operários da carbonífera já estavam parados. Com isso, as negociações foram suspensas, gerando um clima de maior revolta entre os trabalhadores.

Enquanto a greve dos mineiros ganhava novas proporções, com a paralisação geral da mina, os outros sindicatos dos trabalhadores das minas da região, juntamente com o presidente da Federação dos Mineiros para os três estados do Sul, Pedro Tavares, se reuniram para discutir a possibilidade de deflagrarem uma greve geral de toda a categoria em solidariedade aos mineiros de Lauro Müller. Essa paralisação também serviria para reivindicar os 25% de reajuste para toda a categoria.

Na Carbonífera Barro Branco a paralisação atingiu todos os setores da produção, até os encarregados declaravam aos jornais que entendiam o movimento e, em certo sentido, apoiavam.

Em 1979 o governo militar estava perdendo sua legitimidade perante a sociedade, o que fazia diminuir seu poder de força, de imposição. A classe

operária já não se intimidava tanto com a repressão; haviam comprovado isso nas eleições municipais de 1976. Os políticos eleitos pelo MDB, opositores ao regime militar, participavam abertamente dos movimentos e utilizavam de seus mandatos a favor das reivindicações das classes trabalhadores. Foi o caso do então deputado federal Walmor de Lucca, eleito com o voto dos operários da região carbonífera. Ele usava seu espaço na tribuna do Congresso para declarar apoio aos movimentos dos operários, além de denunciar os empresários. O deputado estava acusando abertamente a empresa de não recolher o fundo de garantia por tempo de serviço, impostos, dentre outras obrigações. Também denunciava as práticas autoritárias dos chefes da empresa.

Sebastião Netto Campos, deputado estadual pela Arena, também utilizava o seu espaço na tribuna para se justificar, porém não aparece rebatendo as críticas de Walmor de Lucca. Apesar de ser em espaços diferentes, um federal e outro estadual, a fala deles repercutia na sociedade como um todo, principalmente entre as partes interessadas, isto é, os operários mineiros. Campos justificava-se e condicionava a possibilidade de aumento nos salários se o governo aumentasse o preço que pagava pelo carvão. Considerava a greve ilegal e afirmava que só negociava com os trabalhadores quando estes voltassem ao trabalho. Uma posição intransigente, dadas as circunstâncias do movimento. Essa posição causou efeito contrário, recrudescendo ainda mais o movimento dos mineiros, que trataram de buscar apoio em toda a sociedade.

No dia 5 de setembro, quando os metalúrgicos de Criciúma também já estavam em greve, os mineiros de Lauro Müller mantinham-se firmes e determinados no movimento. Foi quando o sindicato passou a distribuir os alimentos recebidos pela rede de solidariedade que se formou em apoio ao movimento. Os alimentos foram distribuídos às famílias dos grevistas. Neste ponto o destaque foi a participação das mulheres, esposas dos operários mineiros.

Essas provisões conseguidas deram, para os mineiros de Lauro Müller, condições de manterem o movimento, de manterem-se paralisados por mais tempo. Essa solidariedade tinha um significado material e simbólico.

No início do mês de setembro de 1979 os trabalhadores mineiros de toda região carbonífera de Santa Catarina estavam agitados. A paralisação dos trabalhadores da Companhia Barro Branco e a greve dos metalúrgicos de Criciúma criaram um ambiente propício à luta reivindicatória. O Sindicato

dos Mineiros de Criciúma, após o golpe militar e a instauração da ditadura, era administrado constantemente por juntas interventoras. Mesmo assim, quando das assembleias gerais da categoria, convocadas para discutir reajuste salarial, mesmo com os interventores propondo acordos amigáveis, sempre havia vozes destoantes. Era o caso, por exemplo, do operário Lourival Espíndola, que aparece constantemente nas atas das assembleias na década de 1970, sempre se posicionando contra os acordos amigáveis e fazendo severos discursos contra os patrões.

Os mineiros de Criciúma estavam contagiados com a mobilização dos trabalhadores em geral, mas havia um elemento a mais na sua agitação. Estavam marcadas eleições para a direção do sindicato para os dias 17 e 18 de setembro. Duas chapas disputavam os votos da categoria: a Chapa 1, da situação, liderada por Aristides Felisbino, que entrou na direção do sindicato em 1974 compondo uma junta interventora e posteriormente foi eleito; e a Chapa 2, liderada por Ivoni Viana.

Quer dizer, além de a categoria estar preparando a mobilização, estava discutindo as eleições. Claramente havia uma divisão na base da categoria dos mineiros. As assembleias convocadas para discutir o reajuste salarial acabam tumultuadas pela disputa eleitoral, com acusações de ambas as partes.

Na Assembleia Geral de 9 de setembro de 1979, o então presidente do sindicato, Aristides Felisbino, iniciou os trabalhos solicitando que não fossem discutidas as eleições naquele momento. Segundo o que consta na ata, os trabalhadores presentes estavam mesmo interessados em aprovar a paralisação. Está registrado na ata que a plateia gritava em coro pela paralisação. É possível perceber que os mineiros estavam realmente contagiados com a onda de paralisações, que estava se tornando inevitável, parecia a única saída para a categoria. Aristides Felisbino e Ivoni Viana usaram a palavra para propor a paralisação imediata da categoria (Sindicato dos Mineiros de Criciúma, 1979).

Percebe-se o consenso entre líderes que disputavam as eleições em chapas diferentes e a categoria pela paralisação. A decisão foi tomada em voto secreto: dos 348 votantes, 328 votaram a favor da greve. Iniciava-se, assim, a primeira greve dos mineiros de Criciúma após o golpe militar de 1964.

O impasse da greve foi parar no TRT, com a instauração do dissídio coletivo no mesmo dia em que seria iniciado o dissídio dos metalúrgicos, ou seja, no dia 12 de setembro. Porém, diferentemente dos metalúrgicos, que

chegaram a um acordo acatado pela categoria, a negociação dos mineiros demorou mais tempo e parte da categoria não aceitou o acordo de forma imediata, como foi o caso dos metalúrgicos. É importante ressaltar que, enquanto a direção do sindicato, principalmente o presidente Aristides Felisbino, que concorria à reeleição, foi a Curitiba participar das negociações do dissídio, o grupo da oposição, liderado por Ivoni Viana, ficou em Criciúma reunido com a categoria em Assembleia Geral.

A classe patronal foi para Curitiba representada por Fidelis Barato, disposta a não ceder as exigências dos trabalhadores, pelo menos era o que declaravam à imprensa. Para o Jornal do Estado, “ele acusou que há infiltrações na greve, mas negou-se a comentar o assunto, pedindo ao repórter que omitisse sua opinião” (Jornal O Estado, 12/9/1979, p. 3). Nesse caso estava se referindo a possíveis participações de pessoas de fora da categoria na manifestação dos mineiros. Provavelmente os membros do MDB, mais ligados ao movimento operário, estivessem participando das assembleias. Todavia o que estava agitando a categoria mineira era, em meio à greve, a disputa pela direção do sindicato.

A audiência dos mineiros no TRT em Curitiba, considerada a mais longa da história daquele tribunal até então, foi conduzida com muita habilidade, segundo Milton Mendes de Oliveira, pelo juiz Luiz Guimarães Falcão. Os representantes das duas classes estavam, a princípio, irredutíveis em suas propostas e só chegaram a um acordo após oito horas de negociação. O acordo foi estabelecido com a concessão de 25% de aumento nos salários e o pagamento dos dias parados, sendo estes compensados nas férias.

O juiz Guimarães Falcão declarou à imprensa após a reunião: “As oito horas de conversa não foram em vão. As duas partes conseguiram chegar a um acordo que põe fim à greve de dez mil trabalhadores, resolvendo um grave problema social, houve diálogo e só assim foi possível o acordo” (Jornal O Estado, 12/9/1979, p. 3) Por outro lado, o procurador do TRT declarava, em tom de ameaça, que após o acordo os empregados que não retornassem ao trabalho poderiam ser demitidos por justa causa. De acordo com o Jornal o Estado, corria o boato no tribunal de que, caso não houvesse acordo, ocorreria intervenção nos sindicatos e que a audiência de conciliação foi acompanhada diretamente por Brasília.

No fim dos anos 1970, com as várias greves ocorridas no Brasil, sobretudo com a dos metalúrgicos do ABC Paulista, liderados por Lula, o governo militar utilizou suas prerrogativas autoritárias e colocou sob intervenção vários sindicatos, prendendo seus dirigentes, como foi o caso do próprio Lula em São Paulo, e Olívio Dutra, líder dos bancários no Rio Grande do Sul. Essa intervenção criou um desgaste político ainda maior no já desgastado regime militar, instaurado em 1964.

As greves ocorridas em Criciúma durante o mês de setembro de 1979 foram acompanhadas de perto pelos governantes da época, porém sem uma intervenção repressiva direta. Não se tem notícia de intervenção policial na greve dos metalúrgicos ou na dos mineiros. Porém percebe-se a participação direta do Secretário Estadual do Trabalho, Fernando Caldas Bastos, e do representante do Ministério do Trabalho, que se envolveram diretamente no início das negociações, além da rapidez com a qual o TRT instaurou o dissídio, no caso dos mineiros, no terceiro dia de greve. Nesse sentido, possivelmente, esta seria a última instância pacífica de solução ao movimento. No final da audiência, “o juiz Luiz Guimarães falou ao telefone com o Secretário de Relações do Ministério do Trabalho, Alencar Rossi, comunicando-lhe que tudo caminhava para um acordo. Sua expressão era de alívio” (Jornal O Estado, 12/9/1979, p. 3).

Na base da categoria dos mineiros, ao que parece, não existia alívio. Felisbino considerava uma vitória da categoria o acordo: “Acredito que os trabalhadores conquistaram uma grande vitória com um aumento de 25 por cento. Pode não ser o que pretendíamos, mas é um grande passo para movimentos futuros” (Jornal O Estado, 12/9/1979, p. 3). Felisbino assinou o acordo, todavia teve grande dificuldade de aprová-lo na assembleia da categoria. A oposição, ao que tudo indica, intervinha no sentido contrário ao acordo e estava com respaldo na categoria. Ainda assim, por causa da pressão vinda do TRT, do Secretário do Trabalho, que se manteve em Criciúma até o fim do movimento, e dos patrões, que se sentiam respaldados pela lei, os trabalhadores cederam e retornaram ao trabalho.

Os mineiros retornaram ao trabalho, porém receosos. Havia boatos que, passando as eleições sindicais, os patrões iriam deflagrar um “caça às bruxas”, isto é, demitir os trabalhadores que mais se envolveram na greve. Enquanto isso os membros das chapas que disputavam a direção do sindicato

se acusavam mutuamente. Ivonir Viana, da oposição, acusava Felisbino de ser candidato do governo, pois entrou no sindicato como interventor e nunca foi líder sindical, além de acusações mais sérias, como de desvio de verbas e do patrimônio do sindicato. Felisbino, por seu lado, acusava a oposição de ser a chapa dos patrões, pois era composta em sua maioria por encarregados.

A eleição se processou, e o resultado deu a vitória à chapa de oposição, liderada por Ivonir Viana. A chapa oposicionista obteve 995 votos, contra 774 votos da chapa de situação, liderada por Aristides Felisbino (Jornal de Santa Catarina, 28/9/1979, p. 10). Felisbino não aceitou o resultado. Segundo seu argumento, não houve *quorum* necessário para a vitória da Chapa 2, haja vista que esta não obteve a maioria absoluta dos votos, por isso, declarou que iria recorrer ao Ministério do Trabalho para impugnar as eleições. No entanto o presidente dos trabalhos de escrutinação dos votos, Sergio Fenili, nomeado oficialmente pela Procuradoria Geral do Estado, reconheceu a vitória da oposição e homologou o resultado.

Ivonir Viana e seu grupo assumiram a direção do sindicato, mas em meados de 1980 uma junta interventora apropriou-se do sindicato, convocando novas eleições para setembro daquele ano. É possível que o recurso impetrado por Felisbino tenha dado resultado. No entanto não encontramos documentos nos arquivos do sindicato que nos levassem a alguma conclusão.

Passadas as eleições algumas ameaças de demissões se confirmaram. A Companhia Carbonífera Barro Branco demitiu 100 trabalhadores logo após eles terem voltado ao trabalho (Jornal O Estado, 16/9/1979, p. 3). Isso deixou os trabalhadores apreensivos e desconfiados com as intenções dos patrões. Dois pontos eram fundamentais para os trabalhadores: o cumprimento do acordo e não haver demissões. O advogado do sindicato dos trabalhadores, Galvani Luiz Rocha, denunciou a forma como a empresa efetuou as demissões.

As denúncias do advogado dos trabalhadores ganharam grande repercussão na imprensa e entre os políticos, principalmente do MDB, com destaque para o deputado estadual Manoel Carlos de Souza e o senador Jaison Tupy Barreto. A acusação principal era de que as demissões foram uma retaliação da empresa contra os operários grevistas. O deputado Souza debateu diretamente com Sebastião Netto Campos no plenário da Assembleia Legislativa, acusando também o secretário Fernando Bastos de ter atuado nas negociações durante a greve a favor dos patrões. Campos tentou defender-se

dizendo que não era o dono da empresa, apenas um acionista “minoritário” e que a Delegacia Regional do Trabalho tinha conhecimento das demissões.

As denúncias e a repercussão na sociedade deram resultado. Sebastião Netto Campos, após negociações com o sindicato dos trabalhadores, voltou atrás e readmitiu os operários demitidos. Por certo, a grande vitória do movimento foi impedir as demissões. Dessa maneira, pode-se afirmar que a primeira greve dos trabalhadores das minas de carvão do sul de Santa Catarina após o golpe militar de 1964 foi vitoriosa para a categoria.

Na onda das greves: ceramistas também param

A capa do *Jornal de Santa Catarina* do dia 12 de setembro de 1979 anunciava em letras garrafais: “Ceramistas também param no Sul. A greve atinge todo o Sul do Estado. Mais de 20 mil trabalhadores pararam e outros setores ameaçam seguir o mesmo caminho”. Esse setor havia crescido muito em importância econômica durante a década de 1970 em Criciúma e região. Contava, no fim da década, com cerca de 15 mil trabalhadores; as indústrias se destacavam nacionalmente na fabricação de pisos e azulejos, como a Cerâmica Criciúma S.A. (Cecrisa), Cerâmica Santa Catarina S.A. (Cesaca), Cerâmica Urussanga S.A. (Ceusa) e Cerâmica Eliane. Esta empregava o maior contingente de trabalhadores, cerca de 3.800 na época.

O sindicato dos trabalhadores do setor tinha uma representação bastante eclética. Era o sindicato dos trabalhadores do setor mobiliário e construção civil. Isto é, representava desde os trabalhadores da construção civil, madeireiros, ceramistas, entre outros; até mesmo funcionários da Prefeitura de Criciúma pertenciam à base do sindicato na época. Porém a categoria dos ceramistas era a mais representativa e importante do setor. Amauri Izaias Lúcio, presidente do sindicato da categoria na época, posteriormente assumiu a presidência da federação estadual em Florianópolis, cargo que ocupou até sua aposentadoria.

A greve iniciou-se em 11 de setembro na empresa Cecrisa, que empregava cerca de 1.400 trabalhadores e era parte do conglomerado industrial do Grupo Diomício Freitas. Esse empresário enriqueceu na atividade de mineração de carvão e expandiu seus negócios para outros setores, como

o metalúrgico e cerâmico. Diomício Freitas também tinha fortes ligações políticas com o governo militar da época. A greve iniciada em sua empresa deixou o empresário indignado, levando-o a fazer declarações contundentes aos jornais.

Os ceramistas, aparentemente, deflagraram a greve sem terem começado um processo de negociação salarial. Foram levados ao movimento pela onda das greves dos metalúrgicos e mineiros. A postura do presidente do sindicato foi a de manter a situação sob seu controle. “Centralizava todas as informações a serem divulgadas e desaconselhava que qualquer outro grevista desse declarações à imprensa, para não sair nada errado, justificava ele” (Jornal O Estado, 16/9/1979, p. 3). Lúcio era presidente da entidade desde o fim dos anos 1960, tinha experiência como dirigente sindical, mas a categoria nunca tinha feito greve.

A greve dos ceramistas paralisou rapidamente, por meio de piquetes de “conscientização”, como se referia o presidente do sindicato, as três maiores empresas do setor (Cecrisa, Cesaca e Eliane). Com a deflagração da greve, veio para Criciúma o presidente da federação estadual dos trabalhadores do setor, o senhor Adolfo Frygang. A intenção era auxiliar nas negociações. Sua postura mostrava-se moderada, declarava que apoiava o movimento, porém disse que estava ali para auxiliar nas negociações e para evitar tumultos. Frygang também relacionou a influência das greves dos mineiros e metalúrgicos à paralisação dos ceramistas.

A postura do presidente do sindicato e da federação dos trabalhadores se assemelhava, ou seja, ambos procuravam centralizar as decisões e impedir qualquer manifestação de trabalhadores da base. Propunham sempre a moderação ao enfrentamento. Lúcio, por exemplo, não assumiu o movimento dos trabalhadores da Prefeitura de Criciúma, que pretendiam paralisar junto com os ceramistas, mesmo sendo vinculados ao sindicato na época. Em outro momento, apesar de a Assembleia Geral da categoria definir a reivindicação de 50% no reajuste dos salários para pôr fim à greve, ele afirmava: “Nenhuma posição é inflexível, mas essa flexibilidade deve haver de ambas as partes”. Tudo indica que esses dirigentes foram levados à greve por pressão dos trabalhadores da base, influenciados pela greve dos metalúrgicos e mineiros, que obtiveram vitórias em seus movimentos.

A peculiaridade da greve dos ceramistas foi a reação do empresário Diomício Freitas. Ele fez aos jornais declarações contundentes contra o

movimento dos trabalhadores. O empresário costumava mandar seus agentes fotografarem os grevistas que faziam piquetes em frente à sua empresa para poder melhor identificá-los. Acusava a participação de pessoas estranhas à categoria nos piquetes, como provavam as fotografias, dizia ser um movimento mais político do que meramente reivindicatório. Além disso, defendia abertamente o golpe militar de 1964. Dizia que já era acostumado com esses movimentos e “por causa disso fizemos uma revolução” (Jornal O Estado, 16/9/1979, p. 3).

Freitas procurava desqualificar o movimento dos trabalhadores, não se mostrava disposto a negociar, remeteu a decisão ao TRT. Além disso, declarou aos jornais que a greve teve apoio dos comunistas. Para o empresário, isso era uma “afronta à sociedade democrática”. Tais declarações baseavam-se na entrevista concedida na época pelo general Walter de Souza, comandante do II Exército, que acreditava que a proliferação das greves no Brasil foi consequência do trabalho do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Jornal O Estado, 22/9/1979, p. 3).

A greve dos ceramistas durou quatro dias, terminou com um acordo assinado pelo presidente do sindicato, Amauri Izaias Lúcio, considerado desvantajoso para os trabalhadores. Dos 50% reivindicados no início da greve, Lúcio fechou acordo aceitando 20%, sendo 10 de reajuste e 10 de antecipação. O acordo desgastou o sindicato perante a categoria; esta passou a olhar os dirigentes com desconfiança, todavia os dirigentes conseguiram garantir sua permanência à frente da entidade, impedindo as tentativas de oposição.

“Doutor Milton, a categoria parou!”

Foi com essa notícia que o presidente do Sindicato dos Motoristas, Lourival João Cardoso, chegou à casa do advogado do sindicato, Milton Mendes de Oliveira. Iniciava-se, assim, mais uma greve no mês de setembro de 1979 em Criciúma. Porém a greve dos trabalhadores dos transportes coletivos foi a mais tumultuada e a única, naquela ocasião, que teve a intervenção da polícia com prisões de grevistas. Segundo Oliveira, o presidente do sindicato estava eufórico e orgulhoso por também conseguir fazer a categoria, da qual era líder, entrar em greve. A onda grevista tinha contagiado a todos e parecia

uma questão de honra para os dirigentes paralisarem a categoria e deixar os patrões acuados.

Diferentemente dos ceramistas, os motoristas, por intermédio do seu sindicato, haviam iniciado as negociações com os empresários do setor. Estas eram acompanhadas por Bastos, Secretário do Trabalho, que foi designado pelo então governador Jorge Bornhausen para acompanhar as negociações entre trabalhadores e empresários em Criciúma, em virtude da repercussão que os movimentos dos trabalhadores da cidade estavam atingindo o restante do estado.

A cidade já estava com cerca de 20 mil trabalhadores paralisados; com a greve dos transportes coletivos, praticamente se podia considerar uma greve geral. Então, a função de Bastos era tentar esfriar os ânimos e conciliar as partes, impedindo, portanto, o maior alastramento do movimento. O governo do estado estava acompanhando diretamente os acontecimentos em Criciúma. Em 1979 os governadores ainda eram eleitos com indicação do presidente militar. Isto é, eram entrepostos do poder dos militares nos estados. Nesse período, percebe-se que o regime estava perdendo sua legitimidade, e atuar de forma violenta não era o melhor caminho. Parece que a tática utilizada era tentar apaziguar os ânimos, amenizar a situação o máximo possível.

Bastos havia criticado a greve dos ceramistas, considerou o movimento precipitado e desnecessário, mas em relação aos motoristas e cobradores colocou-se favorável aos trabalhadores, pois achou a proposta dos patrões absurda e inflexível.

Desde o início das negociações os empresários do setor se mantinham irredutíveis, e isso levou o próprio secretário a se colocar contra a posição dos patrões. Destacavam-se entre os empresários Mário Tiscoski e Fidelis Barato, este último também ligado ao setor de mineração. A forma inflexível de tratar a questão do reajuste salarial e das condições de trabalho por parte dos empresários criou um clima tenso desde o início do movimento.

O sindicato dos trabalhadores convocou uma Assembleia Geral da categoria no dia 12 de setembro. Na ocasião os presentes já indicavam as propostas de greve, quer dizer, a paralisação era inevitável. A categoria mostrava-se disposta a paralisar os ônibus. Um trabalhador declarou na reunião: “Não adiante falar com os patrões porque eles são exploradores e não olham o nosso sacrifício”. E os presentes gritavam em coro “greve, greve”.

Os motoristas paralisaram o transporte coletivo no dia 14 de setembro, exatamente quando os metalúrgicos e mineiros estavam retornando ao trabalho depois do acordo assinado. Os empresários do setor de transporte não aceitaram o movimento dos trabalhadores e desafiaram a greve colocando seus filhos e funcionários dos escritórios para dirigirem os ônibus (Jornal O Estado, 15/9/1979, p. 3). O fato causou revolta nos motoristas em greve, eles deflagraram a ação de depredar os ônibus “fura-greve”, furaram alguns pneus e quebraram vidros. Com isso, os patrões acionaram o aparato policial. Doze trabalhadores foram detidos acusados pela depredação.

Os trabalhadores detidos foram liberados em seguida. O momento político não era propício para o governo agir com violência, por isso passou para a responsabilidade dos empresários a solução para os impasses. Normalmente a solução era obtida no dissídio perante o TRT, entretanto o governo federal monitorava de perto as negociações e, caso não se chegasse a um acordo nessa instância, estava preparado para ações mais drásticas, como a intervenção no sindicato e repressão ao movimento.

No caso da greve dos motoristas de ônibus, a postura dos patrões era de intransigência; eles não demonstravam nenhuma intenção de negociar com os trabalhadores.

Os motoristas da Prefeitura de Criciúma também aderiram à greve da categoria. Tal fato fez o então prefeito Altair Guidi intervir e se posicionar no movimento. A princípio levantou a questão legal afirmando que “a legislação proíbe qualquer tipo de greve em serviço público”. Depois disso iniciou a demissão sumária de parte dos trabalhadores grevistas.

A greve dos motoristas foi a mais tumultuada, com a utilização de violência de ambas as partes. Os empresários tentaram furar o movimento colocando seus filhos e empregados a conduzirem os ônibus no lugar dos motoristas em greve, provocaram e agrediram grevistas, chegando ao ponto de conduzirem um para a delegacia. Os motoristas responderam depredando ônibus, furando pneus e quebrando vidros para impedir a circulação. Porém essa greve terminou com acordo entre as partes, sem necessidade de remeterem o dissídio para o TRT, como estava acontecendo com as outras categorias.

Após o fim da greve, com a normalização dos trabalhos, os empresários, inclusive a Prefeitura, iniciaram a retaliação aos trabalhadores grevistas.

No total, foram demitidos, somente na primeira semana após a greve, 39 motoristas; destes, 17 eram da Prefeitura. Isso indica que o prefeito avalizou as primeiras demissões e autorizou as outras.

Considerações finais

Todo o movimento das várias categorias na cidade fez com que se criasse uma cisão muito clara: de um lado, os empresários, os “donos da cidade”, como se referia José Paulo Teixeira; de outro, os trabalhadores em suas várias categorias, que naquele momento protagonizavam movimentos paredistas e deixavam os empresários acuados, fazendo-os sair da zona de conforto, ceder as reivindicações e mudar certas práticas comuns até então. A divisão da sociedade em classes, capitalismo, socialismo, democracia eram temas que pautavam as discussões na imprensa, na Câmara de Vereadores, entre os operários e na roda dos empresários e passaram a fazer parte do cotidiano da cidade.

Em setembro de 1979 os trabalhadores pararam a cidade de Criciúma, colocaram na pauta principal do debate da cidade a questão do capital, do trabalho e da divisão de classe da sociedade, demonstrando a identidade e consciência de pertencimento à classe operária da maioria da população da cidade.

Referências

BOITO JR., Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEMOES, Gustavo Perez. **Mineiros e sindicalistas na cidade do carvão: Criciúma (1953-1964)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SINDICATO DOS MINEIROS DE CRICIÚMA. **Ata da Assembleia Geral dos Trabalhadores em Minas de Carvão de Criciúma, de 9 de setembro de 1979.** Criciúma, 1979.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade:** poder e imaginário das elites em Criciúma. Florianópolis: Ed. Insular, 1996.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Jornais

Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 11 set. 1979.

Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 12 set. 1979.

Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 28 set. 1979.

O Estado, Florianópolis, 7 ago. 1979.

O Estado, Florianópolis, 14 ago. 1979.

O Estado, Florianópolis, 28 ago. 1979.

O Estado, Florianópolis, 4 set. 1979.

O Estado, Florianópolis, 12 set. 1979.

O Estado, Florianópolis, 15 set. 1979.

O Estado, Florianópolis, 16 set. 1979.

O Estado, Florianópolis, 22 set. 1979.

O Estado, Florianópolis, 30 set. 1979.

TERCEIRA PARTE

**SINDICALISMO E RESISTÊNCIAS DOS
TRABALHADORES NO ESPAÇO FABRIL**

**SINDICALISMO Y RESISTENCIA OBRERA
EN EL ESPACIO FABRIL**

TRABALHADORES DA CERÂMICA VERMELHA NO SUL DO BRASIL¹

João Henrique Zanelatto

¹ A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

Introdução

Estas chaminés
me tiram a paz...

Estas chaminés
me deixam sem ar.
Estas chaminés
me fazem pensar...

Estas chaminés
me deixam doente.
Estas chaminés
escavam a terra.
Estas chaminés
tiram a semente da terra.
Estas chaminés
empobrecem esta terra.
Estas chaminés
que constroem
destroem esta terra.

Estas chaminés
me entristecem.
Estas chaminés
me mandam embora (Madeira, 1997 *apud* Zanelatto, 2011).

A poesia de Gilberto Madeira² (operário das olarias, trabalhou até o início dos anos de 1990) evidencia uma série de problemas ocasionados pelo

² Em suas poucas horas de lazer, à noite ou nos fins de semana, quando estava inspirado, escrevia poesias. Muitas delas retratam as duras condições de trabalho e como se encontravam esses

grande crescimento do número de cerâmicas vermelhas/olarias em Morro da Fumaça que ocorreu a partir do fim da década de 60³.

Vários fatores contribuíram para tal expansão no fim daquela década: a expansão da energia elétrica com a criação da cooperativa (Cermoful), em 1967; a dragagem do rio Urussanga, que provocou o enxugamento de uma grande extensão de várzea, possibilitando a exploração da matéria-prima (argila); as marombas vindas do Rio Grande do Sul e de São Paulo (maquinário para instalar as olarias); a instalação dessas fábricas no município; a conclusão da BR-101, facilitando o escoamento da produção; a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que deu um grande impulso na construção civil e, posteriormente, um aquecimento ainda maior com os financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (Zanelatto, 2011).

Em 1977, eram 100 cerâmicas/olarias (O Correio do Sudeste, 1977). Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1980, eram 74 cerâmicas/olarias. O Sindicato da Indústria de Olarias de Morro da Fumaça (SIOMF), em 1992, registrava 62 cerâmicas/olarias no município. No sul catarinense, em 1997, somavam cerca de 200 empresas, sendo 75 em Morro da Fumaça. O município contava com mais de 10% da produção estadual e era conhecido como a “capital do tijolo” no sul catarinense. Esse grande crescimento do setor levou à necessidade de ampliação da força de trabalho, que era proveniente de vários municípios do sul catarinense, como, por exemplo, Imaruí, Jaguaruna, Laguna (trabalhadores empobrecidos das áreas de pesca), Jacinto Machado, São João do Sul, Orleans (agricultores sem terras que trabalhavam, na sua maioria, na condição de arrendatários ou de agregados). Muitos trabalhadores eram provenientes de outros estados, especialmente do Rio Grande do Sul e do Paraná (Zanelatto, 2011).

Foram esses trabalhadores migrantes, despossuídos e sem qualificação que se constituíram na força de trabalho das cerâmicas/olarias

homens e mulheres.

³ Os proprietários das cerâmicas/olarias eram, na sua maioria, pertencentes a famílias descendentes de imigrantes italianos, que haviam se estabelecido em Morro da Fumaça no início do século XX e que, na década de 1980, haviam também diversificado suas atividades econômicas em forma de mercados, supermercados, lojas de confecções, moinhos de arroz, farmácias, postos de gasolina etc. Essa diversificação contribuiu para aumentar a exploração da mão de obra dos trabalhadores das olarias, que recebiam seus salários em “vale” para comprar nos mercados, nos supermercados e nas lojas do próprio proprietário da cerâmica ou de um parente (Zanelatto, 2011).

de Morro da Fumaça, atraídos pela possibilidade de encontrar trabalho para todos os membros da família, casa para morar, lenha para fogão... Entretanto, nas olarias, eles foram submetidos às péssimas condições de trabalho (baixos salários, pagamento dos salários em sua maioria com “vale”, exploração do trabalho feminino e infantil, exposição a altas temperaturas etc.) e a moradias precárias com banheiros coletivos, sem forros e saneamento básico. Destarte, o escrito buscou compreender as transformações ocorridas nos modos de viver desses indivíduos ao trabalharem nas olarias e os mecanismos e estratégias utilizados pelos proprietários de olarias para os submeterem a seu domínio.

As mudanças nos modos de viver desses trabalhadores foram reconstruídas por meio de entrevistas, utilizando a metodologia da história oral (Amado; Ferreira, 1996). A história oral é, sem dúvida, um dos possíveis caminhos para a compreensão de relações passadas. Na oralidade, a memória apresenta-se como importante na medida em que realça o sensível, descobre o desejo, relembra passagens e desdobra fragmentos indivisíveis que só a curiosidade pode fazer transbordar. A memória tem o poder de nos encantar e afetar com os detalhes fugidios, porque as narrativas se expressam em pontos de vista próprios, buscando o ontem e reinterpretados hoje. Cada depoente tem uma história, é personagem do próprio enredo, e, mesmo que este misture memória coletiva, não deixa de ter um componente individual.

Para Maurice Halbwachs (1990), a memória é constituída por grupos sociais, tem uma dimensão coletiva, espontânea, múltipla, guardiã do passado e manifestada na pluralidade afetiva. Mesmo com esse argumento, o autor salienta que o ato de lembrar tem sua própria seletividade. Portanto, devemos fazer a leitura nas entrelinhas desses discursos, rever interpretações e questionar o que parecia inquestionável, pois, como afirma Ecléia Bosi (1987, p. 17), “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar como imagens e ideias de hoje as experiências do passado”.

Dessa maneira, a história oral transita entre o tempo; o depoente não narra somente o que ocorreu em sua vida pretérita, que intencionalmente ou não é transmitido no depoimento, como também narra sobre o tempo presente, sobre a época em que a entrevista foi produzida. Ocorre um “cruzamento” de temporalidades, que diz respeito tanto às memórias que são narradas quanto aos desejos do subconsciente revelados no decorrer da narrativa do entrevistado.

Sob tal perspectiva, o entrevistador “deve ser visto como um parteiro do entrevistado, que não conhece a pressa e muito menos a impaciência e que está sempre disponível a ouvir as histórias do entrevistado com atenção e respeito mesmo ela tendo ou não significado para sua pesquisa em tela” (Montenegro, 1992, p. 57). Devemos respeitar a fala do entrevistado como meio de obter uma narrativa espontânea e, dessa maneira, conseguir registrar sentimentos, visões, interpretações por meio de uma narrativa entrecortada pelas emoções pretéritas, renovadas ou ressignificadas pelas emoções do presente.

Em 1996 e 1997 realizaram-se oito entrevistas com trabalhadores das cerâmicas/olarias. Dos oito entrevistados, dois estavam aposentados, dois não trabalhavam mais nas olarias e os demais permaneciam em atividade. As entrevistas ocorreram à noite e nos fins de semana, longe do olhar dos patrões. Além das entrevistas utilizamos os jornais de circulação da região das décadas de 1970 a 1990 (*O Correio do Sudeste* e *Jornal da Manhã*, que trouxeram notícias sobre as relações de trabalho no setor), na Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), no SIOMF e no Sindicato dos Trabalhadores em Olarias de Morro da Fumaça.

Da vida pretérita à experiência ante as olarias

Como exposto, em sua maioria, os trabalhadores das cerâmicas/olarias eram procedentes de outros municípios da região Sul e de outros estados e que migraram para Morro da Fumaça. Nesse sentido, pretendemos fazer algumas reflexões sobre os elementos que, possivelmente, tenham contribuído para mudanças nos hábitos de vida desses trabalhadores e, assim, dar visibilidade aos seus valores culturais, pois, conforme Thompson (1998, p. 288), “trata-se também de que nunca houve nenhum tipo isolado de ‘transição’. A ênfase da transição recai sobre toda a cultura: a resistência à mudança e a sua aceitação nascem de toda a cultura”. Para o autor Thompson (1984, p. 289), “lo que necesita decirse no es que una forma de vida es mejor que otra, sino que es un punto de un problema mucho más profundo [...]”; ele explica: “[...] el testimonio histórico no es sencillamente uno de cambio tecnológico neutral e inevitable, sino también de explotación y resistencia a la explotación; y que los valores son susceptibles de ser perdidos y encontrados”.

Para entender o que aconteceu com esses homens e mulheres, faz-se necessário compreender a transformação em seus modos de viver. Queremos perceber se os trabalhadores rurais e os pescadores encontraram soluções para substituírem a horta, as frutas, o peixe e a criação de animais e aves, já que nas cerâmicas/olarias essa produção doméstica, que praticamente garantia a subsistência, não era mais viável. Em todas as esferas da vida foram necessários reajustes e mudanças para a sobrevivência (lazer, crenças, escola, poderes etc.), os quais foram percebidos nas comparações feitas pelos trabalhadores em relação a situações, comportamentos e valores da vida onde viviam e nas olarias. Enquanto para os trabalhadores rurais e pescadores a alimentação era extraída da natureza, nas cerâmicas/olarias passaram a depender exclusivamente do dinheiro⁴. A narrativa do senhor Ivo Campos, procedente de Jacinto Machado (município localizado no sul catarinense), evidencia essa mudança na vida dos trabalhadores:

Pra mim é melhor viver lá do que aqui. Se é pra viver como a gente vive aqui, eu prefiro lá. Mesmo que sobre um pouquinho. Mas lá ainda é melhor. É difícil trabalhar de arrendatário e não ter um pedaço de terra pra fazer uma horta. Tem cana pra chupar, as crianças gostam. Aqui não tem nada. Aqui, se tiver dinheiro, come; se não tiver, não come. Lá, se tu não tiver uma fruta, uma verdura e um outro vizinho tem, é só ir lá pedir pro vizinho. “Posso apanhar uma fruta aí?”. “Pode, não tem problema” (Campos, 1996)⁵.

As comparações feitas por Ivo Campos sobre a vida na agricultura e a vida nas olarias quanto aos alimentos já contêm a consciência das diferenças entre a cultura de subsistência e o modo de vida urbano. Além disso, sua fala mostra a tensão provocada pela mudança no modo de vida. O trabalho nas olarias foi impondo transformações em seu modo de viver. Thompson explicita isso ao falar da mudança de vida dos trabalhadores na Revolução Industrial: “O processo de industrialização precisa impor o

⁴ Grande parte deste escrito fundamentou-se na perspectiva da história oral (Amado; Ferreira, 1996). Como já dito, as entrevistas presentes no texto foram feitas em 1996 e 1997.

⁵ Entrevista coletiva realizada com os senhores Zeferino João de Borba, 60 anos, e Ivo Campos, 38 anos, no dia 22 de agosto de 1996, em Morro da Fumaça (SC).

sofrimento e a destruição de modos de vida estimados e mais antigos, em qualquer contexto social concebível” (Thompson, 1987, p. 29). A transição dos trabalhadores rurais e dos pescadores não foi apenas uma transformação de mudanças e locais de trabalho. A questão fundamental foi, sobretudo, a mudança na forma de existência social de trabalho, isto é, a transformação definitiva desses sujeitos em força de trabalho assalariada. Na troca da força de trabalho por dinheiro, o assalariamento torna-se o fator determinante do trabalho e da vida dos trabalhadores nas olarias. Diante da olaria não se tornaram apenas trabalhadores, como também consumidores em grau mais elevado, com uma renda em forma de salário, em dinheiro, com o qual precisavam comprar bens que antes não faziam parte de seu universo cultural. A dependência exclusivamente do dinheiro para a obtenção dos bens necessários à sobrevivência provocou mudanças nos hábitos de vida desses homens e mulheres.

Simone Weil (1996) aponta vários motivos para as mudanças nos hábitos de vida dos operários. A autora considera o dinheiro um dos principais venenos que propagam essa doença: “O dinheiro destrói as raízes por onde vai penetrando, substituindo todos os outros motivos pelo desejo de ganhar. Vence sem dificuldade os outros motivos porque pede um esforço de atenção muito menor. Nada mais claro e simples que uma cifra” (Weil, 1996, p. 412).

A mudança nos hábitos de vida pode levar também a uma situação limite, revelada na fala de Edir Rodrigues Borges (natural de Jacinto Machado, trabalhou 28 anos nas cerâmicas/olarias) quando relatou sobre as dificuldades pelas quais passou ao trabalhar nas olarias:

Aí, como eu estava te contando, eu me casei com ela. E agora viemos pra Morro da Fumaça, faz 28 anos. Então aqui começamos, tinha meus gurus mais ou menos grandes. Começamos a trabalhar lá no seu Flávio Salvan. Do seu Flávio Salvan passei pro Cristiano. Vou te contar as olarias que nós passamos: do Cristiano, passamos ali para os Maragno; trabalhamos com a Sila Salvan, no Vargedo; trabalhamos no Plínio Salvan; trabalhamos com o velho Jak Bortolon. Olha, o que é olaria aqui no Morro da Fumaça eu passei quase tudo. Mas comemos o pão que o diabo amassou. Essa mulher inventou de tomar uma soda aí. Veneno. Se envenenou. Ficamos aí tratando dela só com

leite. Ela pensando: “A gente pobre não tinha jeito que fosse pra frente”. Trabalhavam a morrer... pedir, nós era inimigo de pedir alimento (Borges, 1997)⁶.

Como exposto por Edir⁷, essa situação limite foi experimentada principalmente por sua esposa, tendo a morte se apresentado como solução definitiva para livrar-se da rudeza imposta pelas condições de vida. São/Eram principalmente as mulheres operárias que sentem/sentiam na carne as duras condições de vida da família.

O lar operário enfrenta, mesmo dentro de suas quatro paredes, toda uma série de contradições, a partir da posição estrutural que vivem seus membros integrantes. É dentro do próprio lar que ela vivencia “na carne” a contradição do trabalho e do esgotamento do marido, dos filhos e de si própria. É lá que ela experimenta a falência do salário de cada um, isoladamente, e do conjunto em relação ao nível de necessidade da família (Neto, 1982, p. 84).

É/Era dentro do próprio lar que a mulher enfrenta/enfrentava concretamente a posição de desigualdade e de desvantagem em que estão/estavam ela e sua família no acesso a determinados bens e serviços oferecidos socialmente. São/Eram elas que vão/iam ao mercado e fazem/faziam as compras; que pegam/pegavam as filas no posto de saúde ou hospital etc. Poderíamos apontar, ainda, uma série de experiências da situação de classe que, mesmo dentro do lar, a mulher operária experimenta/experimentou.

Em Morro da Fumaça, a maioria das famílias vindas para trabalhar nas cerâmicas/olarias, diante das enormes dificuldades econômicas, passou a morar em casas fornecidas pela empresa, acontecendo a exploração da força de trabalho pela proletarização da família inteira, direta ou indiretamente. Na reflexão de Antoine Prost (1992, p. 61), “[...] a totalidade da existência do trabalhador e de sua família é organizada em função do trabalho a ponto de se confundirem trabalho e família numa mesma identidade”.

⁶ Edir Rodrigues Borges, 66 anos, entrevistado no dia 7 de março de 1997, em Morro da Fumaça (SC).

⁷ Outro aspecto da narrativa de seu Edir é a rotatividade, que entendemos ser uma forma de resistência ante a precariedade das condições de trabalho.

Desse modo, dos trabalhadores que vieram para Morro da Fumaça, dos mais variados municípios da região Sul e do estado, todos os membros de sua família que atuavam na produção também foram absorvidos nas cerâmicas de forma diversa, mesmo sendo mulheres ou crianças menores. A mulher casada, em geral, desenvolvia serviços domésticos e o serviço de reprodução da força de trabalho, produzindo condições materiais de sobrevivência na forma de alimentação, limpeza da casa etc. Além dos serviços domésticos, não era pequeno o número de mulheres casadas que atuavam nas olarias, fazendo os mesmos trabalhos realizados pelos homens.

Em entrevista ao *Jornal da Manhã*, dona Eva de Sá, 50 anos, disse que já sentia os reflexos do trabalho insalubre. Após a morte do marido, ela teve de trabalhar como queimadora de tijolos no forno de uma olaria. Aos 43 anos, precisou largar o ofício por causa de problemas na coluna e nos rins e do reumatismo. “Queimador não tem fins de semana, feriado nem dia santo. Se tiver produção tem que trabalhar” (*Jornal da Manhã*, 1997, p. 3). Dona Eva contou que o que mais lhe causou arrependimento foi ter vendido a terra que tinha em Orleans para trabalhar na cidade: “Hoje não tenho nenhum teto pra morar, moro de favor na casa que a firma dá” (*Jornal da Manhã*, 1997, p. 3). Ao que parece, dona Eva, ao dizer que “mora de favor”, não tem consciência de que seu trabalho é quem paga a casa onde mora.

Ao reportarmo-nos às palavras de Ivo, quando confessou que era melhor viver lá do que aqui, e à narrativa de Eva, que afirmou estar arrependida de ter vendido a terra para trabalhar na cidade, inferimos que o trauma provocado pela mudança no modo de vida não havia sido superado. Isso é um sinal de que o projeto de sua integração à nova realidade abortou. Essa situação, evidentemente, existiu, mas não foi a única. Mesmo nos casos em que os migrantes foram afetados por mecanismos de exclusão e privação, na maior parte o lamento foi feito por meio de valores que indicaram a assimilação de padrões do mundo urbano.

As narrativas de Ivo e de Eva possibilitam, ainda, uma reflexão sobre a importância da terra em suas vidas. Portanto, levantou-se a seguinte questão: O que significava simbolicamente a terra para esses sujeitos? Os indícios apontam que a terra significava muito mais que o simples valor da colheita. Ela significava “independência”. Como salienta Thompson (1987, p. 64), “a terra carrega sempre outras conotações de *status*, segurança e direitos”; além disso, ela também garante a economia familiar tradicional.

Portanto, a perda da terra e da casa amplia as dificuldades na vida cotidiana dos trabalhadores da cerâmica, pois: a) impossibilita a reprodução da economia de subsistência; b) leva à perda da independência, reproduzindo a total dependência da empresa; c) provoca a desvalorização dos conhecimentos adquiridos; d) eleva a extrema pobreza e o preconceito da cidade. Esse último motivo se explica por que trabalhar nas cerâmicas/olarias era visto de forma pejorativa. Tais elementos contribuíram também para certo “isolamento” desses sujeitos, que, sem amparo e marginalizados, tiveram de se “adequar” à ampliação da precarização de suas condições de trabalho e de vida.

Zeferino João de Borba (proveniente de Jacinto Machado) narrou com indignação a situação de “quase isolamento” a que esteve submetido: *“Esse salário vagabundo não dá pra viver, né? Da só pra comer ‘mali’, ‘mali’. O cara nem pode sair de casa, porque não tem uma roupa boa, um tênis... nada”* (Borba, 1996). Os parcos salários não permitiam a Zeferino e à sua família uma maior aproximação com a comunidade onde estavam inseridos. Esse novo ambiente, desconhecido e diverso, ao qual não estavam habituados, obrigou-os inicialmente a um “quase isolamento”. Ao que parece, os lugares públicos frequentados por esses trabalhadores, desde sua chegada, restringiram-se ao supermercado (para fazer suas compras), ao posto de saúde, ao hospital (quando acontecia alguma enfermidade) e à escola dos filhos. Não é preciso ser muito bom observador para perceber que, nos fins de semana, os trabalhadores ficavam em frente às olarias, como se estivessem esperando o dia terminar para recomençar mais uma semana de labuta.

A fala de Zeferino se confundiu com a do senhor Edir quando este estabeleceu comparações entre sua vida antes de ele e sua família migrarem para as cerâmicas/olarias e depois de migrarem:

Lá, naquela época, a gente roupa não comprava, roupa feita que nem agora. Comprava fazenda nos armazéns de fazenda, comprava as peças e fazia em casa. Uma maquinazinha dessa tocada à mão. Fazia as camisas de algodão... de algodão mesmo. Era a roupa que nós vestia, feita em casa. Tecido feito em casa. Trabalhava com aquilo, era obrigado, tinha que se vestir. E aquilo ali era fácil, a gente mesmo fazia, né? [Risos]. Se tocar de comprar já era diferente (Borges, 1997).

Zeferino e Edir, tanto como os outros trabalhadores rurais e pescadores, ao migrarem para trabalhar nas cerâmicas/olarias, entraram no mundo, por excelência, do dinheiro e, portanto, da mercadoria, do comércio e da aparência, em que o apelo ao consumo é/era veemente. Esses sujeitos passaram a enfrentar diariamente o contraste de sua condição de “pobres” com o modo de viver dos abastados. A pobreza em que viviam, quase sem contrastes, ficou para trás.

Além disso, o trabalho nas olarias foi gerando outras necessidades, outros hábitos, sendo de grande importância na configuração da mudança de cultura, que se apresentou, sob certos aspectos, com restrição, ampliação ou redefinição de necessidades. As mudanças e o aumento do ritmo de trabalho empreendido nas olarias contribuíram para alterações nas necessidades dos trabalhadores. “O aumento das horas de trabalho leva à queda da indústria e manipulação domésticas e, conseqüentemente, à necessidade de comprar o que se antes produzia” (Candido, 1964, p. 180). Isso quer dizer que, ante as olarias, esses trabalhadores foram se desprendendo das técnicas e dos conhecimentos que constituíam seu universo cultural anterior.

Nas narrativas desses trabalhadores, as lembranças da economia familiar tradicional eram uma constante. Lembraram-se dos animais que criavam: o cavalo; a vaca que dava o leite; o porco que dava a banha; as galinhas; o peixe; a farinha e o açúcar, que eles faziam nos engenhos; a horta; as frutas; o milho; o feijão; o aipim; o arroz; a cachaça; enfim, de tudo que era plantado e criado. A vestimenta, as calças e camisetas eram também feitas em casa, na máquina de costura. Os acolchoados eram de palha ou de pena de ganso. Os travesseiros eram de marcela-galega. O sabão também era feito em casa. A luz era a querosene e os fogões, a lenha. Praticamente tudo era produzido, pois o dinheiro vinha somente no final da colheita. As poucas coisas compradas eram pagas no final da safra. Mesmo para aqueles que não possuíam mais terras e trabalhavam como arrendatários, essas práticas eram viáveis.

O trabalho nas olarias praticamente estabeleceu uma ruptura com essa cultura material. Ainda assim, percebe-se que alguns trabalhadores tentaram desenvolver algumas práticas do modo de vida anterior, como Manoel, que tentou criar uma vaca no terreno do patrão, mas foi proibido e teve de se desfazer do animal. Ivo também tentou fazer uma horta: “*Eu preparei a terra com 35 cm de esterco, mais a piritá matou a verdura*” (Campos, 1996). Infere-se que grande

parte dos trabalhadores rurais, quando chegaram a Morro da Fumaça, tentou recriar algumas das antigas práticas, como a horta, a criação de vacas de leite ou de aves, contudo elas praticamente acabaram sendo inviabilizadas, seja pela falta de terras, pelo patrão não ter permitido, pelo esgotamento físico em razão das duras condições de trabalho ou pela consequente assimilação dos novos valores, que fez o dinheiro passar a ser o elemento fundamental para satisfazer as necessidades que a cada dia estavam se multiplicando. “Essa multiplicação das necessidades é tanto mais poderosa quanto, conforme sugeri, envolve uma dimensão psíquica que a enraíza no terreno dos hábitos” (Candido, 1964, p. 181). Quando Zeferino disse que não saía de casa porque não tinha uma roupa boa para vestir, entendemos que já tinha incorporado os valores urbanos. Ao que tudo indica, havia uma preocupação com a aparência, mesmo que não existisse a possibilidade material de adquirir as roupas, assim como se instaurou em sua consciência a diferença entre os que tinham e os que não tinham.

Antônio Candido (1964, p. 181) aponta para “[...] a importância do prestígio associado às práticas e usos de caráter urbano. A tal ponto que a pessoa se sente diminuída quando é obrigada a manter os que se vão tornando, comparativamente desprezados”. O autor está querendo mostrar que, ao mudarem de vida, as pessoas começam a achar insuportável quando são obrigadas a executar tarefas que antes eram realizadas sem discussão, visto que não havia alternativas. Além disso, no meio urbano, o apelo ao consumo é veemente. A posse de um bem material (relógio, televisão, geladeira, roupas etc.) é um elemento de realce da posição individual ou da família.

Esse “quase isolamento” não só aconteceu com trabalhadores rurais e pescadores. O senhor Gilberto Madeira (proveniente de Lauro Müller), filho de mineiro, ao narrar as duras condições de trabalho nas olarias, apontou alguns elementos que contribuíram para um “quase isolamento” desses trabalhadores quando da sua chegada. “*Chega em casa morto, moído, não tem condições de, de repente, é... procurar um direito desse, tipo sindicato. Conversar, procurar se informar mais. A falta de estudo, a falta de conhecimento, transforma... deixa essa gente isolada de tudo, principalmente escola*” (Madeira, 1997)⁸.

A narrativa de Gilberto Madeira revela que ele tinha claramente a consciência de que era explorado. Essa consciência também é percebida nas

⁸ Gilberto Madeira, 33 anos, entrevistado no dia 10 de janeiro de 1997, em Morro da Fumaça (SC).

falas dos outros trabalhadores. Como era filho de mineiro que já havia sido presidente do Sindicato dos Mineiros de Lauro Müller, Gilberto Madeira acreditava na organização dos trabalhadores nos moldes institucionalizados, como o Sindicato dos Trabalhadores em Olarias. Ele foi candidato a vereador, em 1988, pelo Partido dos Trabalhadores, sendo derrotado. Em sua narrativa, apontou a falta de informações, de conhecimento e, principalmente, da escola como elementos que provocavam o “isolamento” e dificultavam a organização desses trabalhadores nos moldes institucionalizados. As duras condições de trabalho, segundo o entrevistado, levavam ao cansaço do corpo e da mente. O contraste diário com o mundo, onde o dinheiro era o passaporte para a sobrevivência, e a mudança nos hábitos que experimentaram com o trabalho nas olarias fizeram homens e mulheres “se isolarem” em uma vida privada voltada para questões domésticas.

A mudança nos hábitos de vida foi sentida sobretudo pelos trabalhadores mais velhos. Já os mais novos conseguiram se adaptar mais facilmente às mudanças, especialmente com a constituição de sua família e das relações que estabeleceram na comunidade, seja por meio da escola, da religião, do lazer etc.

Trabalho, moradia, salário: teias de submissão da vida operária

O controle social, em uma sociedade capitalista, procura abarcar todas as esferas da vida e todas as situações possíveis do cotidiano. O controle se exerce desde a tentativa do estabelecimento da disciplina rígida, do espaço e do tempo de trabalho até a tentativa de normatizar ou regular as relações estabelecidas pelos trabalhadores fora dos locais de trabalho. O empreendimento do controle social no mundo capitalista diz respeito à totalidade das relações sociais. Em todas as esferas da vida, o que se tem é a explicitação de um mesmo tipo de controle, ou seja, aquele necessário à reprodução e à perpetuação de relações capitalistas de produção, expressas de diversas formas.

Déa Ribeiro Fenelon explica a questão ao dizer que investigar o todo social na perspectiva de estabelecer o monopólio do mercado de trabalho para atender aos interesses do capital, em especial “o industrial e urbano, não pode

se restringir a estudos que visem apenas aos aspectos técnicos dos componentes deste mercado, pensando em termos econômicos de agregado de dados, ou exclusivamente determinações estruturais [...]”. Para a autora, é imperativo investigar “todos os aspectos da existência do trabalhador, principalmente aqueles que dizem respeito às condições de vida fora da fábrica, à família, à alimentação, à saúde, à educação, ao transporte, à habitação, ao lazer etc...”. Ela explica que “absorver o controle, nestas condições, significa o reorganizar dos próprios saberes sobre estas condições em que se realizam concretamente estas experiências de vida para racionalizá-las e submetê-las ao domínio do capital” (Fenelon, 1985, p. 30).

As reflexões a seguir pretendem perceber, por meio das experiências de homens e mulheres, os mecanismos e as estratégias utilizados pelos proprietários de olarias para submetê-los ao seu domínio; um sistema que permeava todos os poros da sociedade, partindo da coerção física e moral e avançando até as relações familiares, as relações de trabalho, a esfera pública e as manifestações políticas e culturais. Para dar conta dessa questão, temos de conhecer as relações que os proprietários de olarias estabeleciam na sociedade de Morro da Fumaça.

Frequentemente, os estudos e as produções sobre a questão da migração trazem em seu bojo uma série de dificuldades encontradas pelos migrantes quando da sua chegada. É/Era preciso encontrar trabalho para comer e alimentar os mais velhos e os menores, bem como encontrar abrigo para a família. É/Era na partida e na chegada que as famílias de migrantes experimentam/experimentavam o processo de ruptura com o mundo onde viviam e tinham suas raízes, pois, “[...] em maior ou menor grau, a partida e a chegada são, sempre, uma violência, e o mundo urbano, onde são atirados, vem só confirmar a violência com o seu modo original de viver” (Mello, 1988, p. 60).

Para os trabalhadores em olarias, a maior violência era o trabalho. José Madeira descreveu as dificuldades de trabalhar nesse local:

Que tu pega sem experiência, nunca trabalhou com esse tipo de coisa, com tijolo, pegava aqueles fornos quentes das olarias ali. Aquela época, olha, o forno era quente, me lembro que na primeira semana ia acontecer um jogo da Copa do Mundo. Bem, o pessoal todo queria ver esse jogo,

né? Daí o forno tava acabando de queimar, fui lá então... “Vocês vão ver o jogo, que depois vocês voltam a trabalhar. Trabalham até mais tarde.” Parece que nós não tínhamos ido ver o jogo, chegamos lá, pegamos o forno quente. No outro dia, o Beto, o pessoal, eu não, porque eu trabalhava mais na questão da máquina, mais o pessoal aqui, assim, na mão, era só bolha de.... de... d’água, do tijolo quente. Foram um dos primeiros, o primeiro mês é um mês praticamente pra gente, só pra gente ter uma ideia do que a gente tava pegando. Foi um dos meses, o mês mais difícil que a gente passou na nossa vida, eu acho que foi aquele mês ali. Trabalhava naqueles fornos quentes, naquelas coisas ali, coisa que a gente não conhecia, não tinha nem noção do que era. Olha, foi... virava carrinho. A gente era obrigado a fazer aquilo, né, cara? Tinha que sustentar família (Madeira, 1997)⁹.

Pode-se afirmar que grande parte dos trabalhadores que foi para Morro da Fumaça para trabalhar nas olarias tinha acertado com os seus empregadores o serviço e o local de moradia, visto que os pertences de muitas dessas famílias foram trazidos pelo patrão.

Portanto, a maioria das famílias que foram trabalhar nas olarias de Morro da Fumaça morava em casas fornecidas pelas empresas. Segundo informação do Sindicato dos Trabalhadores, cerca de 90% dos operários das olarias moravam em casas da empresa. Quanto ao número de casas construídas, variavam de no mínimo quatro e no máximo 20 casas, de acordo com o tamanho da olaria, não se tratando aqui de um modelo de fábrica-vila-operária.

Nesse sentido, é imperativo fazer uma reflexão sobre a questão da habitação e da moradia operária. O fenômeno da industrialização, com o consequente aumento da população urbana e o crescimento das cidades, levou à configuração de um quadro de vida urbana no qual ganhou especial atenção a situação da moradia, tornando-se objeto de denúncias políticas e de debates, sempre associados às condições de existência das classes trabalhadoras desde o século XIX (a literatura especializada sobre o tema da habitação não é recente).

Engels (1985) foi um dos primeiros autores a realizar um estudo mais sistemático da questão da habitação. Em sua obra *A situação da classe*

⁹ José Fernandes Madeira, 32 anos, entrevistado no dia 12 de fevereiro de 1997, em Morro da Fumaça (SC).

operária na Inglaterra (1845), no capítulo “As grandes cidades”, o autor descreve as condições de moradia dos trabalhadores em Londres e em Manchester. Porém é na obra *A questão da habitação* que o assunto é tratado com maior profundidade.

Embora o autor tenha feito um estudo sobre a questão da habitação, é necessário dizer que seu interesse, ao desenvolver a temática, foi, em primeiro lugar, fazer uma crítica às condições de vida dos trabalhadores geradas pela sociedade industrial, no caso, a da Inglaterra, e, em segundo, expor seu pensamento e o de Marx sobre a questão da habitação operária.

Ao considerar a possibilidade de o problema da moradia se tornar um entrave ao pleno desenvolvimento de seus negócios é que a burguesia se interessou pela questão. Nesse sentido, a moradia passou a ser vista como um investimento complementar, necessário às condições de produção, ainda que seja parte das condições de reprodução da força de trabalho.

Percebeu-se isso em Morro da Fumaça quando os proprietários de olarias decidiram pela construção de casas para os operários, que eram feitas junto às fábricas, tendo como objetivo garantir a disponibilidade de força de trabalho necessária, o que representou mais uma forma de exploração e de domínio sobre os trabalhadores.

Tal relação retirava dos trabalhadores a liberdade de ofertarem sua força de trabalho onde melhor lhes conviesse. Além disso, a vinculação da moradia no contrato de trabalho significava receber salários menores e, ao mesmo tempo, deixava-os mais vulneráveis ao domínio dos patrões (Engels, 1979). Dessa forma, o patrão descontava a parte corresponde ao pagamento do aluguel no seu custo de reprodução, o que equivalia a rebaixar seus salários.

No que concerne à literatura brasileira sobre a análise desse tipo de habitação proletária, consideramos aqui os estudos de Blay (1985) e Lopes (1976). Várias são as interpretações que partem de uma visão idealizada, apresentando, de um lado, as vilas operárias, harmoniosamente integradas e sem contradições, e, de outro, os moradores, tidos como companheiros sem rivalidades ou submissão, e os patrões como capitalistas-empresendedores, benemerentes e humanistas.

Já na perspectiva de Blay (1981, p. 143), as vilas operárias são estudadas como “[...] uma das primeiras soluções coletivas encontradas pelos

patrões para resolver o problema da moradia da força de trabalho assalariada urbana empregada pela emergente indústria capitalista”, inserindo-as no quadro mais geral dos estudos da moradia operária, o qual deixa claro que

[...] a habitação foi um meio na relação patrões-empregados que permitiu uma atuação em dois níveis: serviu para pressionar o comportamento social do emergente operariado urbano e atuou no processo de acumulação de capital a ser investido na indústria e na reprodução ampliada do capital (Blay, 1981, p. 143).

A fala de Zeferino explicita a perspectiva de Blay, evidenciando o comportamento submisso de morar em uma casa fornecida pelo patrão, ao mesmo tempo em que este acumulou mais capital, pois pagava salários mais baixos aos operários:

O salário aqui, ele paga mais de um salário. Paga cento e cinquenta pra mim. Pra negócio de mulher e guri, ele paga cento e trinta. E pra alguns ele paga duzentos pila. Aqui o patrão dá a casa, não cobra a energia, não cobra a água, não cobra nada. Ele paga pouco, mas, no final, ele paga bastante. Porque, se o cara for pagar o aluguel da casa, ia o salário, né? Por isso que já eu digo assim pra ocê, eu nem peço muito aumento pra ele. Porque a gente mais ou menos pensa na cabeça da gente, se for pagar aluguel de uma casa, água, energia, no final sai mais caro. O que eu ganhava não dava pra pagar (Borba, 1996).

Zeferino percebeu claramente que ganhava menos que outros trabalhadores, porém somou a essa perda o preço do aluguel, concluindo que, na verdade, estava ganhando um pouco mais do que de fato ganhava. O cálculo era equivalente ao feito pela empresa, que, por sua vez, também reduzia o salário dos trabalhadores que moravam em suas casas. O raciocínio era puramente econômico.

Como exposto anteriormente, a moradia dos trabalhadores em olarias não se tratava de um modelo fábrica-vila-operária. Isso porque o número de casas construídas pelos proprietários de olarias era muito pequeno. Eram raros

os casos de olarias cujo número de casas ultrapassasse dez. Por tal motivo, evitamos chamá-las de vilas-operárias, contudo podemos estabelecer algumas relações entre o modelo fábrica-vila-operária e a moradia dos operários das olarias.

Destarte, no modelo fábrica-vila-operária, a exploração da mão de obra acontecia pela proletarianização da família inteira, direta ou indiretamente. Essa situação acontecia também com os trabalhadores das olarias que recebiam a casa para morar. O modelo fábrica-vila-operária em que ocorria a proletarianização da família inteira impunha a redefinição dos papéis familiares. Maria Célia Paoli (1987, p. 79) explicita isso quando diz:

A prática das fábricas que se implantaram em pontos pouco urbanizados do país e que proletarizaram seus trabalhadores pela mediação da família, isto é, aliciando a mão-de-obra [sic] do campo pela contratação da família inteira, fazendo esta submeter-se ao ritmo do trabalho industrial e tendo para isto que redefinir os papéis familiares.

A redefinição de papéis familiares se fez necessária também para os operários de olarias, posto que, ao transferirem-se para Morro da Fumaça, esses migrantes que chegaram sem posses materiais sofreram aquilo que Lúcio Kowarik (1980, p. 179) chamou de “perdas de propriedades cognitivas”, no sentido de que o estoque de conhecimentos que tinham os trabalhadores rurais e pescadores não lhes servia mais, dadas as características do trabalho nas olarias. Assim, podemos dizer que a redefinição dos papéis familiares indica que a integração dos trabalhadores ao assalariamento ocorreu por meio de um processo social com lutas, resistências e estratégias de sobrevivência, nem sempre facilmente perceptíveis, pois se encontravam fragmentadas nas diferentes práticas dos trabalhadores rurais, pescadores, mineiros e outros, então operários das olarias. Esse processo levou à configuração de novas relações sociais e de poder no espaço a que nos referimos.

Voltando à questão da moradia dos operários das olarias, levanta-se o seguinte questionamento: Como eram as casas em que moravam esses homens e mulheres? As casas eram construídas ao lado das olarias em lugares baixos e com muita umidade, constituídas de quatro a cinco cômodos. Não

eram forradas e poucas tinham assoalho de madeira; a maioria possuía apenas o contrapiso. Nas décadas de 1970 e 80, grande parte das casas não possuía banheiros no seu interior, por isso eles eram coletivos. Eram construídos de dois a três banheiros ao lado das casas, os quais eram usados por todas as famílias que trabalhavam na olaria. Esses banheiros serviam apenas para tomar banho; as necessidades fisiológicas eram feitas em privadas construídas atrás das casas. Somente nos últimos anos foi que banheiros foram construídos no interior das casas, alguns por pressão dos operários, outros por consciência do patrão. Nas casas, havia água encanada, mas saneamento básico não existia. Era a céu aberto.

Aqui na casa não tem porta, não tem janela, é só encostadinho. Pedi um forro pra ele, nessa casa, pra forrar a casa, porque entra uma poeirada, nunca deu forro. Até uma horinha que tive um dinheirinho eu quero comprar um plástico e forrar com plástico. Todo ano nós varremos a parede. Agora nós nem varremos porque entra uma poeirada. Não adianta. Passa um caminhão aqui, entra uma poeirada. Nós comemos a metade (Borba, 1996).

Henrique relatou que, das quatro olarias em que trabalhou, a casa que mais gostou foi daquela onde atualmente vivia: “As casinhas eram muito ruins, mais apertadas, né? Às vezes, muito perto de barreira, né? Já aquele mau cheiro tudo. Às vezes, a água apodrece uma barreira que leva tempo pra esgotar, né? Seca, né? E a única que eu mais gostei foi essa” (Luz, 1997)¹⁰.

Gilberto Madeira apontou as dificuldades de se viver em uma casa de olaria:

E eles vêm pra cá e acabam caindo na armadilha, né? É tipo um “mundel”. Sai de lá... tu vem pra cá... na verdade não é casa, é barraco. Não tem condições, é... a gente não vive bem numa casa daquela, as crianças tão direto chupadas pelos mosquitos. Tu pode ver qualquer criança, qualquer criança de olaria. Tu pode ir numa olaria hoje e pede pra ver uma criança daquelas, se elas não tão toda picadinha

¹⁰ Carlos Henrique Luz, 44 anos, entrevistado no dia 20 de fevereiro de 1997, em Morro da Fumaça (SC).

de mosquito, né? Por isso as causas de doença, né? Tudo mais, micróbios direto, a falta de higiene. Dá uma chuva, aquilo transborda de água, tudo quanto é canto. Lameira na frente de casa, a dificuldade de andar, passar, aquela água podre (Madeira, 1997).

Nilton Goularti, também ao falar da casa de olaria em que morou, contou-nos o seguinte:

Era muito ruim. Dava uma tormenta, molhava tudo dentro. Chuva, né? Passava muito trabalho, as casas muito ruins. Depois eles não foram uma casa. Já morava na olaria, poeira do forno tudo. Não são capazes de fazer uma casa um pouco alta da terra. Quando dava chuva com vento, molhava tudo dentro¹¹ (Goularti, 1997)¹².

Essa relação da produção configurou em um fator que pesou no poder de dominação dos proprietários das olarias e no instrumental de reivindicação dos operários. Além da casa, os proprietários das olarias asseguravam o abastecimento de água e de energia elétrica e de lenha para os fogões, com uma forma de dominação que controlava diretamente as condições materiais de reprodução da força de trabalho dos operários. Lopes (1976, p. 179), em seus estudos sobre vilas operárias no Nordeste, escreve que “[...] os operários passam então necessariamente a depender de toda uma teia de ‘favores’ por parte dos empregadores para se verem atendidos nos detalhes mínimos de sua vida cotidiana doméstica [...]”.

Além disso, as concessões extramonetárias recebidas pelos operários, que giravam em torno da casa da olaria, ocasionaram importantes repercussões sobre a mobilidade deles no mercado de trabalho que não fosse o de olarias. Qualquer ameaça de demissão ou qualquer projeto de procurar um novo emprego esbarrava em dois obstáculos que se completavam e que “[...] praticamente imobilizam o operário” (Lopes, 1976, p. 182). Além de estar desempregado por demitir-se ou ser demitido, o operário via-se na condição de despejado.

¹¹ As narrativas dos trabalhadores em olarias sobre suas condições de moradia se confundem com aquelas descritas por Engels, na Inglaterra, no século XIX.

¹² Nilton Goularti, 65 anos, entrevistado em 18 de março de 1997, em Morro da Fumaça (SC).

O lugar de moradia, que constituía a base onde se realizava a reprodução da força de trabalho, apresentava-se, em nosso entender, sob dois aspectos: da lógica do capital, haja vista que o lugar de moradia era base para um tempo de recomposição, necessário em função da produção capitalista; e da perspectiva do trabalhador, em que seu trabalho foi apenas um sacrifício necessário para a obtenção de um salário com o qual pudesse viver. Nesse sentido, o tempo fora da esfera de produção foi que constitui o tempo de vida. Para Sader (1988, p. 100), “esse lugar de moradia, suporte da sua reprodução para o capital como da sua vida para si mesmo, constitui um espaço coletivo, onde habita uma unidade doméstica, quase sempre uma família”. Conforme o autor, é na unidade doméstica, “[...] quase sempre uma família, que se efetuam as decisões mais importantes tanto a respeito do engajamento de cada um no mercado de trabalho quanto sobre o uso a ser feito dos rendimentos aí obtidos” (Sader, 1988, p. 100).

A exploração dos operários das olarias não se restringia apenas à questão da moradia. É visível que a dependência da moradia proporcionou um aumento ainda maior da exploração, seja nas duras condições de trabalho ou nos salários aviltantes. Os relatos dos operários explicitam muito bem a situação em que se encontravam:

É um serviço muito pesado, a olaria é um serviço pesado. É assim ó, hoje tu bota em média 120 a 130 tijolo num carrinho, esse tijolo, ele seco, ele tá pesando na média de um quilo e meio. Ele verde, tu coloca ele na base de dois quilos, vamos colocar dois quilos ele verde. 130, 120, 130 tijolo, a dois quilo, vai dar quanto? 260, 260 quilos. Um corpo, pra aguentar das 4 horas da manhã como nós pegávamos até, às vezes, 8, 9 horas da noite pra dar conta de um forno carregado. Olha, não é fácil. Tinha que ralar muito (Madeira, 1997).

Nilton, que trabalhou durante 35 anos em olarias, lembrou das dificuldades do trabalho, principalmente nos primeiros tempos, quando ainda não eram utilizados caminhões e retroescavadeiras para a extração e o transporte da argila: “Naquele tempo, era brabo, né? Puxando barro a braço, arrancando a braço. Tudo na pá, né? Botava no trole, puxava pra dentro do barraco. Depois era assim: tinha que às vezes queimar de noite e de dia ia pra

barreira cavar barro” (Goularti, 1997). Nilton ainda ressaltou que o trabalho insalubre prejudicava sua saúde e a de seus companheiros. “*Aqui tem muita poluição, muita poeira. Lá não. Aqui, depois que vim pra cá, mudou muito a saúde. Muita gripe, lá não. Essas olarias aí, rapaz... pega forno quente, aí sai neste frio, como nós trabalhava, Deus o livre*” (Goularti, 1997). E continuou a narrativa: “*Forno, de largar água, pra esfriar, pra nós tirar o tijolo. A poeira que esses coitados pegaram, e eu peguei... poeirada, caloria*” (Goularti, 1997).

Antônio Dias também denunciou as dificuldades enfrentadas por sua família ao trabalhar nas bocas dos fornos das olarias:

Esse meu rapaz que tem aqui entrava no forno, pegando tijolo assim, lá com pauzinho. Pegando aqui e entregando pro velho “Dino” (patrão), pra ele jogar o tijolo lá fora. Não era empilhando. Era jogado lá no chão pra esfriar. O tijolo tava... tava... o senhor guspia nele, assim envermelha tudo. Tava vermelho ainda de fogo. Aí eu peguei, falei “Ah, não dá”. O menino saía de lá com a roupa molhada. Pega um tijolo pra sair... dia de frio, o tijolo quente. Entrar dentro do forno é a mesma coisa que tá dentro do fogo. Saí... saía com a roupa colada dentro do corpo. Eu falei “Não, isso não é vida. Pra ganhar um prato de comida, não precisa se matar” (Costa, 1997)¹³.

Ivo narrou as dificuldades de trabalhar como empreiteiro e do excesso de trabalho para conseguir aumentar um pouco o seu salário:

É uma mixaria o que ele paga pra carregar um caminhão do forno. Forno quente, que, rapaz... tem muito que até precisa, tem muito que não tem o que comer em casa, são obrigado. Eu não faço isso. Eu preciso trabalhar. Jogar a minha saúde fora assim... aí para, né? Eu não preciso trabalhar só hoje. Eu já tirei tijolo de pauzinho do forno, porque tá quente, tá quente, não dá pra botar a mão que queima. Aqui não muda nada. [...] O que ganha mais um pouquinho é o empreiteiro e o queimador. O queimador, ele tá pagando quatrocentos real, pra queimar, sem feriado, sem domingo, sem nada. É direto, não tem fogla nenhuma.

¹³ Antônio Dias da Costa, 75 anos, aposentado, entrevistado no dia 2 de março de 1997, em Morro da Fumaça (SC).

E pra descarregar o forno ele paga duzentos e cinquenta real. Eu tiro mais. Às vezes eu vou até duzentos e oitenta, trezentos quando dá boa. Dá um mês bom. Mas eu tenho que, tu sabe... não pode perder um minuto. Tem dia que eu levanto da cama torto e quando deito na cama, tô torto de novo [risos]. Obrigado, né? (Campos, 1996).

As narrativas de Antônio Dias e de Ivo, além de denunciarem as duras condições de trabalho a que estavam submetidos, mostram também as microrresistências desses trabalhadores. Henrique falou das dificuldades de trabalhar na olaria, principalmente quando eram obrigados a descarregar o forno quente: “Às vezes, pega um forno quente, descarrega. É difícil a olaria que não descarrega forno quente. Tem fornalha que eles usam até luva pra tirar os primeiros tijolos de cima” (Luz, 1997). Ele também denunciou como algumas empresas exploravam a mão de obra ao máximo: “Uma cerâmica, pra tirar umas três, quatro fornada que seja, tem que ser, em média, dez, onze pessoas. Só trabalha em sete, em seis. O trabalho já dobra, né? Se torna mais correria, né? Mais trabalhoso. Assim se esforça mais” (Luz, 1997). A narrativa continuou: “É onde muitos, às vezes... tem muitos que aguentam um tempinho, tem muitos que já não aguentam, já pulam pra outra” (Luz, 1997).

Podem-se notar nas narrativas as duras condições de trabalho impostas a esses homens e mulheres, contudo a exploração foi se aprofundando ainda mais. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores, cerca de 50% não eram fichados nem possuíam nenhum contrato de trabalho. Além disso, o trabalho infantil agravava ainda mais a exploração desses sujeitos. Conforme a Comissão da Criança e do Adolescente da Delegacia Regional do Trabalho, 12% dos trabalhadores das olarias eram menores. Destes, apenas 48% possuíam registro em carteira e 65% tinham uma jornada de trabalho superior a 8 horas. Em relação à educação, a Delegacia Regional do Trabalho apontou que 74% dos filhos dos trabalhadores das olarias estavam fora dos bancos escolares (DRT, 1997).

A exploração do trabalho infantil e do das mulheres era ainda muito maior, na medida em que eram expostos às mesmas condições de trabalho dos homens, mas com salários reduzidos. O *Jornal da Manhã*, em matéria editada sobre a questão do trabalho infantil e feminino nas olarias, apresentou-nos o seguinte: “Mesmo trabalhando as mesmas oito horas diárias e seis dias por

semana, as mulheres recebem em média R\$ 20,00 a menos que os homens, enquanto os salários dos jovens e crianças têm um decréscimo de R\$ 50,00” (Jornal da Manhã, 1997, p. 3).

Fica revelado nas narrativas dos trabalhadores, nas informações colhidas na Delegacia Regional do Trabalho e no *Jornal da Manhã* que o trabalho nas olarias vinha causando, ao longo dos anos, sérios danos à saúde desses homens e mulheres. O trabalho era insalubre, principalmente o de retirar os tijolos do forno quente e transferi-los para a rua. Dilma Souza Medeiros, 24 anos, casada e mãe de um filho de 12 anos, que também já trabalhava na olaria, ao ser entrevistada pelo *Jornal da Manhã*, falou de seu problema de saúde: “Desde que eu me entendo por gente trabalho em olaria. Sinto muito reumatismo nos braços e nas pernas, por causa do forno” (Jornal da Manhã, 1997, p. 3).

A dimensão da exploração experimentada por esses trabalhadores era ainda mais grave levando em conta que a maioria dos proprietários das olarias sempre pagou uma parcela ou quase todo o salário de seus operários em “vale”. Nesse sentido, para compreender a questão, permitimo-nos fazer algumas indagações: Por que os empresários utilizavam tal prática? O que vinha a ser esse “vale”? Como funcionava? Para responder a essas questões, reportamo-nos ao início da colonização.

No Sul do Brasil o processo colonizador ocorrido no fim do século XIX com a imigração europeia, sobretudo alemães e italianos, foi constituído por uma elite étnica que criou a ideologia dos “pioneiros” para demarcar os territórios conquistados e preservar a hierarquia social que lhes conferia maior prestígio e privilégio. A ideologia dos “pioneiros” empodera os grupos étnicos de origem europeia e invisibiliza a diversidade cultural presente no Sul do Brasil.

Esse processo observamos em Morro da Fumaça, que foi colonizado por imigrantes italianos que ali se estabeleceram no início do século XX. Uma parcela da população da cidade era constituída por descendentes desses imigrantes. Assim, percebe-se uma relação de parentesco muito grande entre essas famílias e que a maioria das olarias do município pertencia a descendentes de famílias italianas, conforme pode ser observado no quadro a seguir, a qual apresenta os nomes dos proprietários das olarias existentes em Morro da Fumaça naquele período pesquisado.

Quadro 1 – Relação das olarias filiadas ao SIOMF em 1992

Cerâmicas/Olarias
Cerâmica Moacyr Santos Maccari
Cerâmica Susano LTDA
Cerâmica Flávio Salvan
Cerâmica Coral
Cesal Cerâmica Salvan
Cerâmica Clésio
Cerâmica Albino
Cerâmica Central
Cerâmica Josandra
Cerâmica MT
Cerâmica União ZRD
Intelcon – Ind. e Com. de Tijolos
Cerâmica Maccari
Cerâmica Coral & Coral
Cerâmica Renascença
Cerâmica Tijolésio
Otil – Olaria de Tijolos
Cerâmica Zaccaron
Ind. e Com. de Tijolos Recertan
Cerâmica Guglielmi
Cerâmica de Tijolos Júnior
Cerâmica Irmãos Cechinel
Cerâmica Irmãos Cechinel
Cerâmica Cechinel
Cerâmica Irmãos Frasson
Cerâmica Octávio Sartor
Cerâmica Nunes Rodrigues
Cerâmica São Marcos
Cerâmica Jorge Maragno
Cerâmica Pagnan
Cerâmica Irmãos Guollo
Cerâmica Leonardo & Vasconcelos
Cerâmica Pollas
Incotinal – Ind. e Com. de Tij. Maragno
Cerâmil – Cerâmica Mari
Cerâmica Maragno & Padoin
Cerâmica Campo Verde
Ind. e Com. de Tijolos Saviato
Cerâmica Matiola
Ind. e Com. de Tijolos Frasson
Cerâmica Fátima
Cerâmica Alcibiads Patrício

Fonte: SIOMF

Muitos proprietários de olarias tinham seus negócios diversificados no comércio e em outros ramos industriais, que iam desde lojas, moinhos de arroz, mercados e supermercados até postos de gasolina, prédios, rádios etc., por isso que a existência do “vale” facilitava aos proprietários das olarias o pagamento de seus operários, que eram obrigados a comprar também em seu comércio ou, então, no local indicado pelo patrão.

Melhor explicitando, o “vale” era uma “ordem” por escrito, “dada” pelo patrão ao operário, para que este fizesse as compras. Frequentemente, os proprietários das olarias usavam carnês de mercados e de supermercados da cidade. Eles destacavam as folhas do carnê com seus valores fixos e “davam” a seus operários para eles fazerem as compras em determinado comércio.

A prática do “vale” era usada basicamente para a alimentação, porém ocorria também em farmácias. Ela aumentava a exploração dos trabalhadores, que dificilmente recebiam seus salários em dinheiro e perdiam a liberdade de escolher o local onde fariam suas compras. Um dos trabalhadores narrou suas dificuldades ao usar o “vale” para a compra dos alimentos para a família:

É uma ordenzinha assim: tu pega uma ordem pra comprar no mercado e vai no mercado comprar... digo isso porque perguntei pro gerente do mercado Casagrande. Tu não tem troco. Tu é obrigado deixar aquela e trazer tudo em mercadoria. Tu não tem troco. Nem vale grande. Nem vale grande, se tu quer, tu não traz troco. Se tu compra uma carne e leva uma ordem daquelas, aí de oitenta ou cem real, tu pode preparar pra trazer mercadoria. Tudo mercadoria, porque eles não dão troco (Campos, 1996).

Zeferino reforçou as palavras de Ivo: “Se leva cem real de vale, tem que gastar o cem. Eles não dão nenhum valezinho pro cara voltar lá e comprar outro dia. Tem que gastar tudo” (Borba, 1996). José Madeira explicitou muito bem a dependência do “vale” quando explicou:

O vale é assim, vamos supor, eles vão lá fazer um acerto com mercado, né? Aí invés de eles te dar dinheiro, eles vão lá, pagam um papel do mercado e, vamos supor, tudo vai precisar de 100, 150, 100 reais ali, descontam no... descontado na ficha, no caso, né? Como não tem folha de

pagamento, é descontado na ficha. Aí chega no final do mês, tu vai precisar do dinheiro pra comprar roupa, não tem mais, porque praticamente tu... tu já comeu tudo. Tu vai precisar de um remédio, tu não tem. Quando eles dão cheque, dá... dá um cheque pré-datado. Então não é fácil. Sempre vale, só vale. No mercado que eles quisessem, né? Não é o mercado que tu queria. Vamos supor, se tu gostava de comprar no Salvan e tivesse vale do Pellegrin, não podia comprar no Salvan, tinha que comprar no Pellegrin, ou se tu quisesse comprar no Maccari e tivesse vale do Salvan, não podia comprar no Maccari, porque o vale era só pro Salvan (Madeira, 1997).

Essas narrativas evidenciaram a profunda dependência a que estavam submetidos os trabalhadores. Ao mostrarem as formas e os locais onde eram obrigados a fazer suas compras, denunciaram também os laços que ligavam os grupos dominantes em Morro da Fumaça. Os grupos utilizavam essas práticas para aumentar seus lucros, levando os trabalhadores à condição de “servidão”.

Outros elementos que possibilitaram o aumento da exploração da força de trabalho foram as relações paternalistas existentes nas olarias. Por muito tempo, Henrique, que chegou a Morro da Fumaça em 1979, trabalhou de queimador, cuidava dos fornos da olaria, até que estabeleceu uma relação paternalista com o seu patrão. Ele nos contou que gostava de ajudar a firma em que trabalhava. Depois de colocar fogo no forno, desenvolvia outras atividades dentro da olaria. Ele disse que foi “[...] *ficando mais íntimo, deles... assim, né? Empregado mais velho, né? Dava uma mãozinha como empregado, né? Ajudava a carregar outro forno, às vezes estava um só carregando forno. E assim arrumava as bocas de forno quando quebrava*” (Luz, 1997). Disse também: “*Às vezes chegava um barro (argila), às vezes precisava fazer alguma entrega até lá em cima, eu ia na caçamba na hora*” (Luz, 1997). Ao desenvolver tais atividades, Henrique usava o caminhão da empresa para ir à praia ou pescar: “*Chegava um tempo que ele mesmo dizia [o patrão]: ‘se precisar do caminhão, pode usar’*” (Luz, 1997).

Outras situações envolvendo relações paternalistas foram descritas por Antônio e Gilberto. Eles falaram de sua insubordinação em relação à autoridade do encarregado da olaria. Insubordinação que levava a insultos com frases ofensivas, brigas e ameaças. Esses conflitos eram resolvidos no

escritório, pelo patrão, que mediava e amenizava as desavenças entre os dois empregados. Possivelmente, os patrões procuravam contornar a situação, mandando o empregado voltar ao trabalho, pois se tomasse uma atitude mais drástica, como despedi-lo, poderia representar a perda de uma família de trabalhadores.

Infere-se que outro indicador do teor paternalista da relação patrão-empregado já se estabelecia na própria chegada do trabalhador, que muitas vezes tinha sua mudança (móveis e demais objetos pessoais) trazida pelo próprio patrão, seja do seu lugar de origem ou de outra olaria. Além disso, como já foi mencionado anteriormente, recebiam uma casa para morar, bem como energia, água e lenha fornecidas pela empresa, reforçando esse tipo de dominação.

As relações de dominação paternalista tendem a aumentar nas pequenas olarias em que patrões e empregados fazem o mesmo trabalho. Isso porque, “[...] quando estão ausentes as mediações da hierarquia de comando, é menor a distância social entre patrão e empregado, o que tende a despertar menores contradições entre ambos” (Chalhoub, 1996, p. 84). Nesse sentido é que se compreendeu Nilton quando disse ter dois patrões que são seus compadres.

Considerações finais

Como o leitor deve ter observado, a presente pesquisa é datada; grande parte foi realizada na década de 1990. Entretanto de lá para os dias atuais muito pouco se produziu sobre os trabalhadores das cerâmicas/olarias de Morro da Fumaça, nem pesquisas com recorte temporal mais recente ou outros objetos como, por exemplo, a perspectiva de gênero abordando o trabalho das mulheres, trabalho infantil, as resistências dos trabalhadores, o sindicato, ou o aprofundamento sobre as questões abordadas nesta investigação.

Notamos ainda uma invisibilidade desses trabalhadores na historiografia. Os poucos estudos encontrados constituem trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização *latu sensu*, uma dissertação defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense, de Gabriela Rech Salib, intitulada: *Trabalho e migração: experiências dos trabalhadores das*

olarias no município de Sangão – SC. A autora apontou para a precariedade das condições de trabalho no setor cerâmico/olarias e constatou que grande parte da mão de obra era ainda constituída por trabalhadores migrantes. E em 2019 um capítulo de livro abordou as experiências de trabalhadores nas olarias no período recente e demonstrou a permanência de relações de trabalho precárias no setor na região (Saliba; Zanelatto, 2019).

Esta pesquisa buscou narrar aspectos das condições de vida dos trabalhadores das cerâmicas/olarias de Morro da Fumaça no período compreendido entre 1970 e 1990, trazer alguns elementos que contribuíram para mudanças nos hábitos de vida dos trabalhadores, o processo de transição de uma cultura de subsistência para o modo de vida urbano e, assim, dar visibilidade aos seus valores culturais. Por fim, ante a exploração e dependência a que foram submetidos, esses operários não faltaram às resistências, expressas de forma surda, anônima. Mas isso fica para outro escrito.

Referências

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BLAY, Eva Alterman. Dormitórios e vilas operárias. *In*: VALLADARES, Lúcia de Prado. **Habitação em questão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981. p. 143-144.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Edusp, 1987.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

ENGELS, Friederich. **A questão da habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979. (Fundamentos n.º 10).

ENGELS, Friederich. **A situação da classe operária na Inglaterra**. Tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Frota. São Paulo: Global, 1985.

FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 4, jun. 1985.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Leon Schaffer. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

KOWARIK, Lúcio. As metamorfoses do trabalho. *In*: KOWARIK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe**: na cidade das chaminés. São Paulo: Marco Zero, 1988.

LOPES, José Sérgio Leite. **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero/Proed, 1987.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MELLO, Silvia Leser de. **Trabalho e sobrevivência**: mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo. Ática, 1988.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral: caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**, v. 12, n. 25/26, São Paulo, 1992.

NETO, Ana Maria Quiroga Fausto. **Família operária e reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero/Proed, 1987.

PROST, Antoine. O trabalho. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (org.). **História da vida privada**. v. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 21-61.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALIBA, Gabriela Rech. **Trabalho e migração**: experiências dos trabalhadores das olarias no município de Sangão – SC. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019.

SALIBA, Gabriela Rech; ZANELATTO, João Henrique. Memórias, experiências dos trabalhadores das cerâmicas/olarias de Sangão. In: ZANELATTO, João Henrique; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto (org.). **Mundos do trabalho em Santa Catarina**. Criciúma: Editora Unesc/Editora Univali, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. v. 1, 2, 3. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial**. Tradición, revuelta y consciencia de clase. 2. ed. Barcelona: Crítica, 1984.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2. ed. Organização de Ecléa Bosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ZANELATTO, João Henrique. **Homens do barro**: trabalho e sobrevivência na cerâmica vermelha. São Paulo: Baraúna, 2011.

Jornais

Jornal O Correio do Sudeste, Criciúma, 21 maio 1977.

Jornal da Manhã, Criciúma, 4 jul. 1997.

Jornal da Manhã, Criciúma, 7 jul. 1997.

Jornal da Manhã, Criciúma, 8 jul. 1997.

Jornal da Manhã, Criciúma, 3 nov. 1997.

Outras fontes consultadas

AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera.

Mundos do Trabalho na Argentina e no Brasil
Mundos del Trabajo en Argentina y Brasil

João Henrique Zanelatto | Maximiliano Camarda | Rodolfo Leyes | Karen Elizabeth Catelotti

DRT – Delegacia Regional do Trabalho.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SIOMF – Sindicato da Indústria de Olarias de Morro da Fumaça.

Sindicato dos Trabalhadores em Olarias de Morro da Fumaça.

**EL “BOOM” DE LA PRODUCCIÓN
ARANDANERA EN ENTRE RÍOS,
ARGENTINA. EXPANSIÓN DEL CULTIVO Y
CONFLICTOS POR LA REPRESENTACIÓN
SINDICAL (2005-2012)**

Karen Elizabeth Catelotti

Introducción

En el presente capítulo nos proponemos reconstruir el devenir de la producción de arándano en la provincia de Entre Ríos (Argentina), un cultivo que comenzó su expansión en la región en 2003 y se consolidó hacia 2005, como parte del esquema de diversificación productiva que posibilitó la expansión de producciones agroindustriales intensivas alternativas a las agroganaderas tradicionales. Aquí nos adentramos en el análisis del crecimiento cuantitativo de la producción de arándanos, así como en la relevancia que cobró como fuente de ocupación de mano de obra asalariada en los departamentos en que se desarrolló el cultivo. Las características propias de la producción generaron la concentración de un gran número de trabajadores, tanto permanentes como transitorios, sobre todo en las etapas de cosecha y poscosecha.

En este sentido, la pregunta que guía el estudio es la siguiente: ¿cómo se comportan los sindicatos ante la emergencia de nuevas producciones alternativas en el ámbito rural y qué estrategias despliegan para hacerse con la representación de sus trabajadores? Para el caso del arándano, su expansión desató fuertes disputas entre la Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores (Uatre) y el Sindicato Obrero de la Fruta (SOF) en torno al encuadramiento de los asalariados del sector.

El período 2005-2012 fue escenario de numerosas batallas por la representación de los trabajadores del arándano, por ello decidimos focalizar en este período en particular el estudio que aquí presentamos. En un primer momento, la Resolución 39/2005 de la Comisión Nacional de Trabajo Agrario confirió la representación a Uatre y, posteriormente, la Resolución 360/2011 del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social revocó la anterior y otorgó la personería gremial al SOF. Esta disputa fue llevada por Uatre a los estrados judiciales y estuvo fuertemente atravesada por las tensiones y alineamientos entre el Estado Nacional y los sindicatos vinculados al sector.

Aquí recuperamos los avances y retrocesos respecto a la representación, a partir del análisis de fuentes documentales, prensa local y entrevistas en profundidad a los actores implicados en el conflicto, hasta que en 2012 la Justicia reafirmó la personería gremial de Uatre respecto de los trabajadores de recolección, manipulación y empaque de arándano al suspender la aplicación de la Resolución 360/11.

El capítulo se organiza en tres apartados: en el primero reseñamos el devenir del cultivo de arándanos en el noreste argentino, haciendo hincapié en la provincia de Entre Ríos y las particularidades asociadas al mismo. En segundo lugar, damos cuenta de la organización del trabajo en la producción arandanera entrerriana, recuperando los aportes que han realizado otros autores desde las ciencias sociales al problema en estudio. Finalmente, en el tercer apartado, nos adentramos en las disputas por la representación de los trabajadores del arándano, entre la Uatre y el SOF.

Evolución del cultivo de arándanos en el NEA¹

El arándano, como tal, es contemplado dentro de los frutales no cítricos, categoría que comparte, en el caso de la provincia de Entre Ríos, con el durazno, la vid, la nuez pecán y otras especies de menor desarrollo².

En relación con la superficie ocupada con cada cultivo para el año 2001, la especie más extendida era el duraznero, con 235 hectáreas en producción, mientras que para el cultivo de arándanos solo estaban destinadas alrededor de 8 hectáreas. Si tenemos en cuenta todas las especies de frutales no cítricos, en total ocupaban alrededor de 365 hectáreas en la provincia por entonces.

En cuanto al volumen de la producción expresado en toneladas, sobre un total de 1397 correspondientes a frutales no cítricos, 1132 fueron de durazno y tan solo 1,8 de arándano³. lo que refuerza la idea de que para inicios del siglo XXI el durazno era el fruto no cítrico con mayor desarrollo en la región. Esta producción, localizada en Federación y Concordia, generó conjuntamente en 2001 más de novecientas toneladas del fruto.

En la provincia, las primeras plantaciones de arándano surgieron en 1997/1998, en la zona de Concordia y Federación, localidades en que existía una tradición frutícola vinculada a la citricultura y, en menor medida, a otras especies como el durazno. Su desarrollo era escaso, abarcando una superficie de

¹ Noreste argentino.

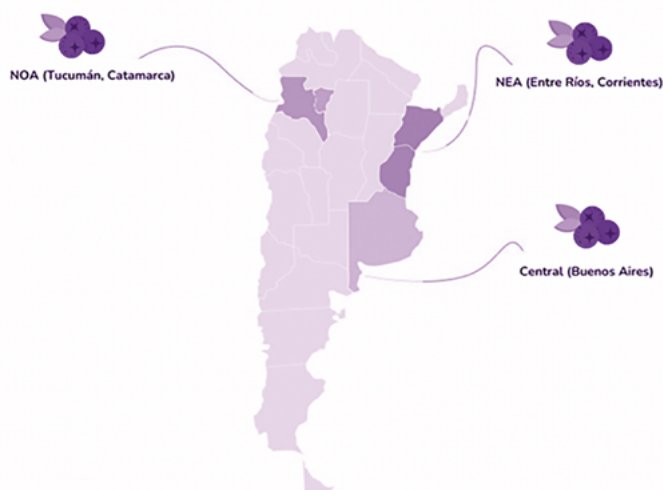
² En el caso del Censo de Actividades Agrícolas Alternativas realizado en la provincia entre 2001 y 2002, dentro de la sub categoría otras especies se incluyó: olivo, mamón, kiwi, ciruela e higo.

³ CAAA, Ministerio de Producción de la Provincia de Entre Ríos.

6 hectáreas aproximadamente. Estudios previos sobre la temática (Vera, 2005; Kolln, 2011) dan cuenta de que hasta la postconvertibilidad, con la correlativa devaluación del peso, el crecimiento de la actividad fue escaso, situación que se corrobora con las cifras del Censo de Actividades Agrícolas Alternativas antes mencionado. Los inicios de la actividad en Concordia se dieron por impulso de “pioneros” que no provenían de la producción agropecuaria – uno era empleado de una empresa forestal y el otro un productor de seguros (Craviotti; Cattaneo; Palacios, 2007) –, por lo que no se trató en principio de una actividad complementaria de otras actividades agropecuarias con mayor arraigo en la región.

A nivel nacional, primeramente, el cultivo de arándano se desarrolló en Buenos Aires hacia mediados de los 90; posteriormente, Entre Ríos siguió sus pasos y, finalmente, Tucumán, en el contexto de salida de la convertibilidad, hacia el 2002, se sumó al desarrollo productivo del fruto. Entre Ríos “presentaba aspectos agroclimáticos más ventajosos para este cultivo, lo que explica en parte que se haya convertido en la principal zona de producción del país” (Vera; Casali; Díaz, 2008, p. 6). Pero no es la única variable que consolidó esta preeminencia, sino que en las conclusiones del *Censo de Explotaciones Dedicadas al Cultivo del Arándano en Entre Ríos* se menciona que “las características que favorecieron la radicación de este cultivo en la provincia de Entre Ríos [...] son las condiciones agroecológicas (aptitud del suelo, cantidad y calidad de agua y condiciones climáticas favorables) que le permiten a los productores anticiparse en la producción, obteniendo muy buenos precios en el mercado externo; también la infraestructura derivada de la actividad citrícola: mano de obra, red de caminos, comunicación ágil con Buenos Aires, etc.” (CEDCAER, 2008, p. 17).

Mapa 1 – Regiones productoras de arándanos dentro de la Argentina



La producción argentina de arándanos en 2001 contaba con 400 hectáreas plantadas y alcanzó un pico en 2008 con 4.000 ha plantadas, mientras que para 2010 la superficie se estabilizó en 3.500 ha (Rivadeneira; Sanchez; Kirschbaum, 2011). En lo que respecta a la región, independientemente de la reducción en la cantidad de hectáreas cultivadas a partir de 2009 (ver tabla 1), esto no implicó la pérdida de preeminencia de Entre Ríos, dado que la productividad de la zona se encuentra marcadamente por encima de las demás regiones que han desarrollado el cultivo. El NEA continuó siendo quien mayor aporte en toneladas de frutos realizó.

El devenir del cultivo atravesó por diversas etapas, respecto de las cuales hay relativo acuerdo. Una periodización de estas etapas permite identificar cuatro momentos fundamentales. El primero, de desarrollo inicial de la actividad, que se sitúa entre 1992 y 2001, con Buenos Aires como “pionero”, seguido por Entre Ríos y más tardíamente Tucumán.

El segundo momento, de crecimiento acelerado motorizado por el inversionismo extranjero, situado en la etapa de posconvertibilidad 2002-2008, considerado el “boom” del cultivo. Este desarrollo sufrió una desaceleración y reconfiguración a partir de la crisis internacional que da paso a un tercer momento entre 2009 y 2015, signado por el descenso de las hectáreas cultivadas y el amesetamiento de la productividad y del volumen

de exportación. Por último, podemos delimitar lo que sería una cuarta etapa, a partir de 2016, donde se plantea un nuevo escenario a raíz de la consolidación de Perú como competidor directo para el arándano argentino (Aggio *et al.*, 2021). Esta etapa, denominada de “crisis competitiva”, se extiende marcadamente hasta 2019, aunque sus características específicas trascienden el recorte temporal del presente estudio.

Para el caso de la provincia de Entre Ríos, ya previamente se avizoraba este escenario: “en el año 2009 nos castigaron las lluvias que hicieron que paulatinamente vaya en descenso el número – de hectáreas sembradas – y hoy nos encontramos con que solamente hay entre 850 y 900 hectáreas en producción, y con el temor de que se bajen algunas más” (Diario Uno, Entrevista Juan Scordia, Blueberry S.A., 11/9/12). Se señaló, además de la afectación del sector por cuestión climática, la falta de competitividad fuera del país y de rentabilidad a raíz del descenso de los precios de comercialización que sufrió el fruto en estos años.

Tabla I – Hectáreas cultivadas a nivel nacional y en el NEA

AÑO	Total hectáreas cultivadas Argentina	Total hectáreas cultivadas NEA	% de aporte al total nacional
2002	323	106	33%
2008	4000	1958	49%
2010	3500	1300	37%
2015	2750	1040	38%
2020	2800	1025	37%

Fuente: Ministerio de Economía de la Nación. Informes producción Entre Ríos, Serie de Economías regionales

Tabla II – Productividad de la producción de arándano por regiones 2014, en etapa de amesetamiento

Región	Hectáreas	Toneladas totales	Índice Tn/Ha
NEA	966	8013	8,3
NOA	1200	5861	4,9
Central (Bs.As)	500	1820	3,6

Fuente: Datos extraídos de Vera y Carlazara (2015)

En los últimos años, la consolidación de competidores como Perú causó el aumento de la oferta y, como correlato, la disminución de los precios. Paralelamente se redujo el número de productores, proceso que tendió a la concentración de la producción (Aggio *et al.*, 2021).

El trabajo en la producción arandanera entrerriana

El trabajo en la producción de arándanos en la provincia de Entre Ríos tiene la particularidad de recuperar la tradición vinculada a la producción de frutales, previa en la región. El desempeño de los trabajadores en el complejo citrícola y su estacionalidad complementaria con la propia de la cosecha de arándanos permitió la articulación entre ambas ocupaciones respecto de las tareas de cosecha.

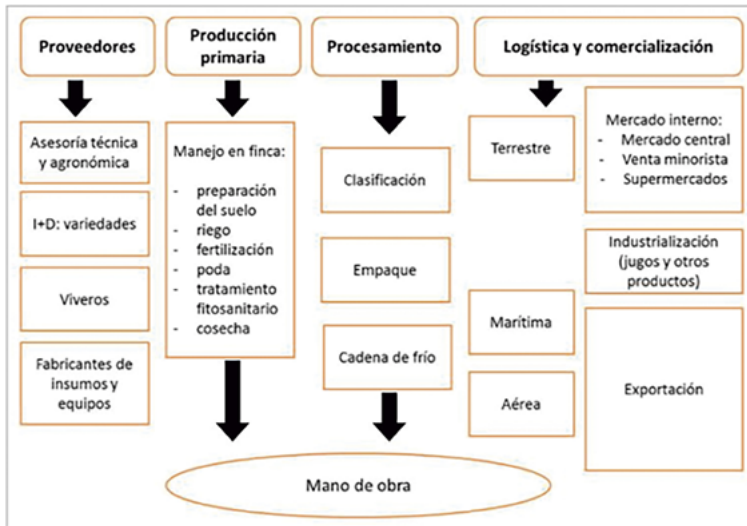
Existe una importante reflexión respecto del mercado de trabajo del arándano, su organización y dinámica (Craviotti; Cattaneo; Palacios, 2007; Muñoz, 2012; 2015; Fransoi, 2015), la producción académica se ha focalizado en el análisis de las modalidades de empleo de la mano de obra estacional, la conflictividad asociada al sector y los altos niveles de precarización que lo han caracterizado. En este apartado recuperamos algunos de estos aportes para describir las particularidades del trabajo asalariado en el cultivo del arándano y los procesos de trabajo vinculados a su desarrollo.

Independientemente de que se trata de un producto de alto valor, casi exclusivamente destinado a la exportación, el mercado de trabajo del arándano se presentó similar a otros mercados laborales vinculados al mundo rural, cuyas características centrales han sido el alto nivel de trabajo no registrado, el empleo de mano de obra infantil, la ampliación del fenómeno de la intermediación laboral y el contratismo, y la participación de migrantes en situaciones de suma precariedad (Muñoz, 2015, p. 385).

El trabajo en la producción de arándano consta de 4 momentos fundamentales: 1) plantación; 2) cuidados anuales; 3) cosecha y 4) postcosecha (empaque, enfriado etc.) (Vera; Casali; Diaz, 2008, p. 21). En general, cabe mencionar que la demanda de mano de obra se concentra fundamentalmente en la etapa de producción primaria (plantación y cuidados) y en la de procesamiento (cosecha y empaque) (ver esquema 1). Siendo la más intensiva en el empleo de trabajadores la tarea de cosecha.

La mano de obra permanente está representada fundamentalmente por los quinteros, quienes se encargan del cuidado y mantenimiento de los cultivos, según estima Vera (2005) se emplea a una persona por cada 3/4 hectáreas de plantación, y generalmente para las tareas de poda, se ha recurrido a la contratación de personal adicional.

Esquema 1 – Cadena productiva del arándano



Fuente: Aggio *et al.* (2021, p. 6)

La principal actividad, y la más conflictiva al mismo tiempo, es la cosecha, las particularidades y delicadeza del fruto han hecho históricamente a la complejidad de la tarea y la preeminencia del trabajo femenino en la recolección. Se estima que un cosechero por día logra reunir em promedio entre 20 y 30 kilos de arándanos frescos, la mano de obra temporaria abocada a la tarea extiende su labor durante los 2/3 meses de cosecha. En el caso de la poscosecha y empaque los frutos se colocan en bandejas de aproximadamente 2 o 3 kg. para su transporte al empaque, tarea en la cual conviven diferentes niveles de automatización para su selección, envase -en bandejas pequeñas de menos de 200 gramos- y pesaje. Para su posterior embalaje final y traslado.

En la etapa de cosecha, fundamentalmente, la modalidad de contratación que predominó y la más precaria, está ligada a la intermediación

por medio de Cooperativas de Trabajo y de los contratistas particulares. Para el caso entrerriano alrededor del 40% de la mano de obra de las empresas productoras fue empleada mediante esta modalidad (Fransoi, 2015). Este escenario se configuró a partir de la intencionalidad de las patronales de reducir costos, y la tolerancia de la falta de registración por parte de los trabajadores, “la búsqueda de un mayor ingreso monetario entre los cosecheros del arándano se comprende a la luz de las condiciones de desigualdad que caracterizan su vida cotidiana, signada por la falta de trabajo estable durante el año y el pasaje constante de la ocupación a la desocupación” (Fransoi, 2015, p. 288), la. En este contexto, la estacionalidad y la precariedad se conjugaron en el sector desde el boom del cultivo en el primer quinquenio de la década de 2000 y ha sido una constante desde entonces.

El sector sufrió oscilaciones e intermitencias, pero las lógicas del trabajo y los agrupamientos empresariales no han variado sustancialmente. Se trata de un sector que se caracterizó por el ingreso de nuevos agentes a la producción agropecuaria, no se trata de pequeños productores diversificados, sino que centralmente estamos ante sujetos que se iniciaron con el cultivo de arándano en la producción agropecuaria, y de grandes empresas multinacionales que operan en la región (Craviotti; Cattaneo; Palacios, 2007). En este escenario entraron en tensión los estándares internacionales para la comercialización del fruto y la precariedad del proceso de trabajo asociado a su recolección y empaque.

Las principales firmas al frente del cultivo asiduamente han planteado su disconformidad con la dinámica de la fuerza de trabajo, y los problemas para cubrir sus necesidades dado el corto periodo de cosecha y los riesgos inherentes a la fruta. La intermediación ha sido la principal práctica adoptada por dichas empresas para proveerse de mano de obra, desde la modalidad más organizada mediante las Empresas de Servicios Eventuales, a las más precarias como es el caso del contratismo y las Cooperativas de Trabajo.

La principal preocupación de las empresas del sector fue la provisión de mano de obra, y las dificultades que su escasez implicó para la cosecha. El responsable de la firma Blueberries S.A expresó públicamente dichas inquietudes en reiteradas oportunidades, aun en contextos de retracción de la cantidad de hectáreas cultivadas, “se precisan 10.000 y 12.000 personas. Dado que la pérdida de más de mil hectáreas de plantaciones han hecho que baje un

poco la mano de obra, así y todo no se consigue a la gente que se necesita en el momento justo” (Diario Uno, Entrevista Juan Scordia, 11/9/2012), haciendo alusión al breve e inamovible periodo de cosecha del fruto.

Las particularidades del mercado de trabajo y los cambios que propició la regulación laboral para el sector, tuvieron gran implicancia para las organizaciones de productores, en el caso de la Asociación de Productores de Arándanos Mesopotamia Argentina (Apama), sus representantes debieron posicionarse respecto a la legislación protectora ante los cuestionamientos en relación a la precariedad y las condiciones de trabajo de los asalariados temporarios. Como entidad permanentemente resaltaron en su discurso público su acatamiento “nosotros tenemos que ampararnos bajo la ley y cumplirla. Después cada productor es libre de hacer, pero tendrá que rendirle al ministerio de Trabajo la delegación sus actos. Nosotros no lo defendemos, y nunca hemos defendido a algún productor que haya infringido la ley” (Entrevista Diario Uno, 11/9/2012). Lo cierto es que los cambios en la regulación específica para el sector propiciaron un aumento de la fiscalización, más concretamente del control y las inspecciones conjuntas de las dependencias de Trabajo con la participación de los sindicatos. Las acciones de este tipo se hicieron cada vez más frecuentes, impulsadas en parte por las mismas disputas en torno a la representación entre Uatre y el SOF. Conflicto al que nos referiremos en el apartado siguiente.

Las características del trabajo en la producción arandanera han sido puesto en cuestión permanentemente, dado el escaso periodo de ocupación, la escasez de mano de obra y el bajo porcentual de registración de sus trabajadores. Las irregularidades se presentaron como algo cotidiano, sobre todo en los meses de cosecha. La política de fiscalizaciones conjuntas y habituales fue incluso cuestionada por los actores empresariales, esgrimiendo la existencia de un “ensañamiento” con el sector, “en las empresas de servicios siempre hay alguien que no hace bien las cosas, eso también pasa en otros lados, hay veces se siente como que si nos castigan solo a nosotros” (Diario Uno, 11/9/2012), colocando exclusivamente en los intermediarios la responsabilidad respecto de las irregularidades registradas.

En este marco, seguidamente desarrollaremos las características de la sindicalización del sector arandanero, y exploramos los conflictos por la representación de esta fracción de trabajadores, que se suscitaron entre 2005 y 2012, entre Uatre y el SOF.

Disputa por la representación de los trabajadores del arándano

Desde el boom de la producción arandanera en adelante la representación de esta fracción de trabajadores ha suscitado numerosos conflictos, más precisamente entre la Uatre y el SOF⁴. Ambas entidades gremiales disputaron la representación de los arandaneros, llevando incluso la discusión a los estrados judiciales.

La confrontación se centró en un grupo particular de trabajadores, más precisamente los de cosecha y empaque, esto se debió a que tradicionalmente en las otras producciones frutícolas – en el caso de Entre Ríos los cítricos – ambas entidades sindicales se repartieron la representación. Uatre representaba fundamentalmente a los trabajadores permanentes, mientras que el SOF hacía lo propio con los de cosecha y empaque. En este escenario, respecto del arándano, dicha distinción no se mantuvo.

En pleno proceso de expansión del sector, fue emitida la Resolución 39/2005 de la Comisión Nacional de Trabajo Agrario que estableció el *Acuerdo sobre Condiciones de Trabajo y Salario para la Actividad de Arándanos*, a propuesta de Uatre y con el aval de la Cámara Argentina de Productores de Arándano y otros Berries. Dicha normativa – de alcance nacional – explicitó las categorías de trabajadores vinculados a la producción del fruto y su encuadre: se menciona en el texto específicamente “Encargado, Casero, Conductor de máquinas agrícolas, Cosechadores o Recolectores, Empacadores, Personal que realiza tareas generales, Personal general semi-calificado y Personal general calificado”, la principal innovación en este sentido estuvo dada por la mención de los cosechadores/recolectores y los empacadores, tareas no incluidas por ese entonces en el Régimen Nacional de Trabajo Agrario vigente – Ley 23.808.

Como mencionamos, la entidad sindical que impulsó el acuerdo fue Uatre, y los fundamentos para ampliar el encuadre de la representación estuvieron dados por la consideración de que “el colectivo de trabajadores constituyen un todo”, por tanto dicha resolución explicita que “resulta pertinente a efectos de garantizar los principios de integralidad y coherencia,

⁴ El SOF es un sindicato de anclaje local, cuya sede central se ubica en Concordia (Entre Ríos) y su representación abarca dicha provincia y Corrientes.

no excluir a los trabajadores que se desempeñen en dichas categorías de este régimen protectorio, pues de hacerlo y hasta tanto se encuentre otra solución, éstos quedarían en inferioridad de condiciones laborales” (Comisión Nacional de Trabajo Agrario, 2005.). Esta perspectiva integral adoptada por la Comisión abre el juego al debate en torno al alcance de la representación de Uatre respecto de los arandaneros que se suscitó los años posteriores.

Para comprender los alcances de dicha inclusión es necesario avanzar en la definición de quienes la normativa consideró a partir de su sanción trabajadores del arándano, al precisar el ámbito de aplicación del acuerdo aporta precisiones en este sentido:

todo el personal permanente no permanente y temporario que desempeñe funciones en establecimientos dedicados a la producción de arándano. Comprende el personal que realice tareas relacionadas a la producción, cosecha y empaque de fruta fina, “mediante un solo proceso de producción”, integrado por las labores de: preparación de la tierra, abono y surqueado, generación de plantines, transplante, cuidado y curación de la planta, protección, etc., que culmina con la pertinente cosecha y posterior embalado de la fruta. El empaque de la fruta obtenida en el mismo establecimiento es parte del proceso productivo, por el artículo 3 o, última parte del Régimen Nacional de Trabajo Agrario – ley 22.248, el personal que realiza estas tareas queda comprendido en la aplicación del presente acuerdo (Comisión Nacional de Trabajo Agrario, 2005).

La regionalización del cultivo de arándanos y la preeminencia del NEA en el esquema nacional, generó que la provincia se presentara como escenario de disputa. En agosto de 2007 se registra el primer hito en el camino al encuadre de los trabajadores del arándano, con el pronunciamiento del Ministerio de Trabajo de la Nación, que mencionaba específicamente que

los trabajadores del arándano que deberán encuadrarse gremialmente en la Uatre son los que se incorporan para realizar la labor de cosecha y empaque, que son alrededor de 7000 personas, ya que los 1800 trabajadores permanentes que demanda esta producción ya

pertenecen a la Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores (Los arandaneros [...], 2007).

Esta decisión se presentó como una contingencia, en tanto el SOF – tradicionalmente representante de estas categorías de trabajadores en otras producciones frutales – no contaba aún con la inscripción gremial necesaria, a raíz de que recientemente habían modificado su estatuto. En los albores del conflicto, el por entonces gobernador de la provincia de Entre Ríos Jorge Pedro Busti, daba cuenta de los principales ejes en torno a los cuales se desarrollaba la discusión y que hacían necesario brindar respuestas al colectivo de trabajadores: “una era qué obra social tomaba el trabajador y la otra el encuadramiento legal” (Los arandaneros [...], 2007). Ambas cuestiones debieron ser zanjadas al menos provisoriamente, y se estableció un criterio a seguir para quienes se desempeñaban como asalariados en el sector.

En los años posteriores el conflicto no fue menos intenso, a esto se sumó la dificultad propia de la circulación de trabajadores, sobre todo temporarios, por diferentes producciones frutícolas. El carácter complementario de los ciclos de la citricultura y el arándano posibilitó el empleo de los mismos trabajadores, lo que trajo aparejado el conflicto por la afiliación. Los trabajadores de cosecha y empaque afiliados al SOF, no iban a cambiar su afiliación al rotar de empleo por los meses de cosecha de arándanos y viceversa, situación que tensó los entredichos entre ambos sindicatos por la representación, sobre todo de los trabajadores temporarios. Dado que los quinteros, siempre se encuadraron formalmente a Uatre.

Entre 2007 y 2010 fueron numerosas las acusaciones cruzadas en la esfera sindical, en este escenario Uatre encaró una estrategia de mayor presencia en los establecimientos especializados en el cultivo. En 2010 realizaron una importante campaña de blanqueo de trabajadores del sector, en plena temporada de cosecha. Movilizando al personal de todas las seccionales de la provincia a la ciudad de Concordia, donde organizados en cuadrillas visitaron los establecimientos arandaneros de la región.

Así lo relata uno de los Dirigentes del gremio que formó parte de dichas jornadas: “en el año 2010 por ahí, hicimos una gran campaña cuando surgió el arándano, todas las seccionales de Uatre de la provincia fuimos a concordia a trabajar junto con los inspectores, y hacer un gran blanqueo”

(Entrevista, Sec. General Uatre, 2022). Se trató de jornadas intensas, conforme a la política de inspección, control y fiscalización conjunta con los organismos de la cartera de Trabajo del Estado – tanto provincial como nacional. Principal actividad dentro de la estrategia del sindicato en los últimos 20 años.

Figura 1 – Campaña de blanqueo de la Uatre en plantaciones de arándano



Fuente: Facebook, Seccional Concordia, Uatre (2010)

Los actores coinciden en que dentro de la fruticultura el debate por la representación de los arandeneros ocupó un lugar central para el sindicalismo rural en la provincia “en entre ríos con la fruta tuvimos la compulsa por el arándano, que ellos (SOF) pedían, pero después se ganó pero está claro, ellos trabajan la fruta cuando entra a galpón. En la planta y el cosechero tiene que ser de Uatre, acá eso sigue siendo de la fruta y los de Uatre son los permanentes” (Entrevista Sec. General Uruguay, 2022) Esto sucede en los otros frutales, pero no en el caso de los cosecheros de arándanos, como mencionamos más arriba, trabajadores a los cuales Uatre puede representar legalmente.

La sindicalización rural fue un tema central en la agenda de gobierno entre 2008 y 2016. Por lo que las decisiones en torno a la representación y el encuadramiento de estos trabajadores – como de otros actores del mundo rural – fue pendulando en función de las tensiones y alineamientos del gremialismo con el gobierno nacional, fundamentalmente. El Estado se posicionó activamente en estos conflictos, acompañando con intervenciones directas la discusión y tomando partido a nivel nacional y provincial. Particularmente

en 2011, y ante los reiterados reclamos del SOF, el Estado Nacional intervino directamente en el conflicto por los trabajadores del arándano a través de la Resolución 360/11 del Ministerio de Trabajo de la Nación. Dicho instrumento legal otorgó la personería gremial al SOF respecto de los trabajadores del arándano en disputa.

La norma reconoce la ampliación del ámbito de actuación de la personería gremial del SOF respecto de los trabajadores que se ocupaban de la recolección, manipuleo y empaque a plaza de arándanos, y surge de un pedido formal del SOF realizado en 2009. Aunque el sindicato contaba con personería gremial desde 1962, su alcance no comprendía a esta fracción de trabajadores en lo que atañe al cultivo sino que el ámbito reconocido previamente comprendía “a los trabajadores de recolección, manipuleo, empaque a plaza de frutos cítricos, así como las operaciones de carga y descarga de la misma durante todo dicho proceso y en el mantenimiento de las máquinas utilizadas durante el mismo” (Res. 360/11).

Paralelamente en su artículo dos la Resolución 360/11 excluye expresamente la personería gremial de Uatre respecto de dichos trabajadores, para los cuales conservaba la simple inscripción gremial. Desde el sindicato se adujo abiertamente que el resultado de la Compulsa constituyó una persecución política, el por entonces Secretario General de Uatre Geronimo Venegas – quien hacía parte de la interna del Peronismo de cara a las elecciones – denunció públicamente al gobierno nacional y al gobernador de la provincia de Entre Ríos Sergio Urribarri, de llevar adelante deliberadamente esta maniobra (Clarín, 15/10/2011) para debilitar al sindicato.

Luego de las primeras audiencias para dirimir la representación, había circulado ya la información de que Uatre perdería la personería, pero desde el sindicato se encargaron de desmentirlo, “la audiencia de compulsa a la que se hace alusión fue un mero paso procesal en que quedó demostrado que el SOF carece de la documentación legal para sustentar su petición de obtener la personería gremial de dicha actividad” (Comunicado Oficial Uatre, El Día, 14/12/2010), una vez confirmada esta decisión formalmente, Uatre judicializó el conflicto. La Sala VIII de la Cámara Nacional de Apelaciones del Trabajo falló a su favor, y suspendió la aplicación de la resolución arriba mencionada (El Once, 29/3/2012). Esta decisión implicó la conservación por parte del sindicato de la representación del total de los trabajadores del arándano.

El punto más álgido de la discusión pública se dió entre 2011 y 2012, y fue coincidente con el enfrentamiento del Gobierno Nacional con el Secretario General de Uatre a nivel nacional, Gerónimo Venegas. Disputa en la que se pusieron de manifiesto varias aristas, como la no homologación de convenios salariales para los trabajadores rurales por parte del Ministerio de Trabajo, el debate por la sanción del Nuevo Estatuto del Peón – Ley 26.727 – y el pasaje del Registro Nacional de Trabajadores Rurales y Empleadores (Renatre) a manos del Estado.

Ante el revés judicial el SOF reafirmó en reiteradas oportunidades el proceso llevado adelante por el Ministerio de Trabajo, y sostuvo que el resultado de la Compulsa se debió a que pudieron comprobar un mayor piso de representación que Uatre, en relación a esta fracción de trabajadores. El Sec. General del SOF, también enfatizó en la relevancia del reconocimiento del arándano como fruta, y su ajuste al esquema previamente mencionado de los cítricos, “el pasado año 2011 fuimos a dos compulsas en Organizaciones Sindicales que hemos ganado en buena ley, porque demostramos que los trabajadores no solo son de la fruta y del arándano, sino que el arándano es una fruta, y que por ende pertenecen al Sindicato de la Fruta” (Alcides Camejo, La Voz, 30/3/2012).

La circulación de los trabajadores por las actividades de cosecha y empaque de citricultura y arándanos hace difusos los límites de la representación, y coexisten ambas pertenencias gremiales. Pero las pujas por monopolizar la representación de esta fracción de trabajadores estacionales en particular ha sido una constante en el periodo en estudio.

Consideraciones finales

El presente recorrido reconstruye el devenir de la producción arandanera en Entre Ríos (Argentina), poniendo el foco en cómo una producción alternativa cobró relevancia en la región y cómo ello repercutió en la sindicalización rural. La provincia de Entre Ríos se consolidó como mayor productora a nivel nacional, y se mantuvo en dicho lugar durante todo el periodo de expansión del sector. No solamente respecto a la cantidad de hectáreas cultivadas – que han variado –, sino fundamentalmente por sus altos índices de productividad.

La emergencia del complejo agroindustrial del arándano en la región posibilitó reanudar la discusión respecto del encuadramiento gremial de los trabajadores de cosecha y empaque, saldada para otros frutos como los cítricos. El comportamiento de los sindicatos vinculados al sector a la hora de dirimir la representación gremial de los trabajadores asalariados del arándano tuvo un fuerte anclaje conflictivo.

El enfrentamiento entre el SOF y la Uatre reveló diferentes estrategias para hacerse con la representación, en el caso del SOF apelo a la mediación del Estado Nacional, requiriendo formalmente la personería gremial mediante la celebración de audiencias de compulsa entre ambos sindicatos. Mientras que Uatre osciló entre las campañas de aproximación a los trabajadores mediante el control y la fiscalización de fincas, y la interposición de recursos judiciales para retener la personería de esta fracción de trabajadores. Los avatares de la discusión sobre los cosecheros y empacadores de arándano se desarrolló en un escenario de fuertes disputas entre la Uatre y el por entonces Gobierno Nacional, por lo que las posiciones, tensiones y alineamientos entre el Estado y los sindicatos en pugna estuvo atravesada por este conflicto que tenía sus raíces políticas en la interna del propio Partido Justicialista.

Las características propias de la producción y el trabajo en el cultivo del arándano – precariedad, cortos periodos de cosecha, alto nivel de trabajo estacional – y su relativa novedad dentro de los frutales, lo convirtió en un campo de batalla entre el sindicalismo de base rural y el de la agroindustria frutícola que culminó en los estrados judiciales y consolidó un esquema de representación pendulante, a raíz de la dinámica complementaria de la estacionalidad del trabajo citrícola y del arándano en Entre Ríos.

Referencias

CRAVIOTTI, C.; CATTANEO, C.; PALACIOS, P. La conformación del mercado de trabajo estacional vinculado al arándano en Entre Ríos, Argentina: estrategias empresariales y mecanismos de regulación social. **En Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, 2007.

DELL'ACQUA, A.; MOYANO, M.; GALVÁN, J.; RIOS, L.; PAZ, C. **Comercialización y competitividad del arándano argentino**. Ediciones INTA / Universidad Nacional de Tucumán, 2019.

FRANSOI, S. El trabajo precario en la cosecha de arándanos en la región nor-este entrerriana. **Revista REA**, n. XXI, 2015.

KOLLN, G. **Potencial de exportación de la producción de arándanos frente al cultivo tradicional de naranja en Entre Ríos**. Tesis (licenciada en Comercio Internacional) – Universidad Empresarial “Siglo XXI”, 2011.

MUÑOZ, R. Crisis y conflictividad laboral en la producción de arándano en Entre Ríos, 2002-2009. *In*: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP, 7., 2012, La Plata. **Actas** [...].

MUÑOZ, R. Condiciones de trabajo en las nuevas producciones frutícolas de exportación: el caso del arándano en la provincia argentina de Entre Ríos, 2002-2010. **Trabajo y Sociedad**, Santiago del Estero, n. 25, 2015.

ORSINI, G.; RUSTEHOLZ, G. El arándano: nueva economía regional entrerriana. **Tiempos de Gestión**, 1965.

RIVADENEIRA, M.; SANCHEZ E.; KIRSCHBAUM, D. Análisis de la cadena agroindustrial arándano y su influencia en el desarrollo territorial extrapampeano. *In*: JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES, 7., 2011. **Actas** [...].

VERA, L. Algunos aspectos sobre la evolución del cultivo de arándano en Entre Ríos y su demanda laboral. *In*: SIMPOSIO INTERNACIONAL DEL ARÁNDANO Y OTROS BERRIES, 3., 2005, Buenos Aires. **Actas** [...].

VERA, L.; CASALI, H.; DIAZ, R. Cadena agroalimentaria del arándano en el Noreste de Entre Ríos. *In*: CONGRESO NACIONAL DE PROFESIONALES DE CIENCIAS ECONÓMICAS, 17., 2008, Córdoba, 2008. **Actas** [...].

VERA, L.; CARLAZARA, D. Avances sobre algunas transformaciones en la cadena de producción de arándanos en la región de Salto Grande 2007/2014: mejoras en la productividad en las diferentes etapas: producción, cosecha y empaque. **Informe Técnico**, Entre Ríos, 2015.

Entrevistas

Entrevista JP, Ex dirigente de UATRE, La Paz, 20 de noviembre de 2022.

Entrevista ML, Dirigente de UATRE, Concepción del Uruguay, 6 de julio de 2022.

Entrevista JS, Ex Dirigente de UATRE, Santa Fe, 25 de marzo de 2023.

Fuentes citadas

AGGIO, C.; MILESI, D.; VERRE, V.; ZANAZZI, L.; LENGEL, M. Trayectoria exportadora del sector arándanos en la argentina: dinámicas competitivas, tecnológicas y asociativas. **Informe Técnico**, n. 16, 2021.

COMISIÓN NACIONAL DE TRABAJO AGRARIO. **Resolución 39/2005**. “Acuerdo sobre condiciones de trabajo y salario para la actividad de arándanos”. 2005,

EL SINDICATO de la Fruta apelará el fallo a la Corte Suprema. **La Voz**, 30/3/2012a. Recuperado desde: <https://www.lavoz901.com/noticias/el-sindicato-de-la-fruta-apelar-el-fallo-a-la-corte-suprema.htm>.

EL SINDICATO de la Fruta podría perder la representación gremial de los trabajadores del arándano”. **El Once**, 29/5/2012b. Recuperado desde: <https://www.elonce.com/sociedad/el-sindicato-de-la-fruta-podria-perder-la-representacion-gremial-de-trabajadores-del-arandano.htm>.

GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE ENTRE RÍOS. **Primer censo de explotaciones dedicadas al cultivo de arándanos en Entre Ríos**. Provincia de Entre Ríos, 2008.

LOS ARANDANEROS deberán adherirse a la UATRE hasta que el sindicato de la fruta cuente con la inscripción gremial. **APF Digital**, 22/8/2007. Recuperado desde: <https://www.apfdigital.com.ar/noticias/2007/08/22/111757-los-arandaneros-deberan-adherirse-a-la-uate-hasta-que-el-sindicato-de-la-fruta-cuente-con-la-inscripcion-gremial>.

MINISTERIO DE ECONOMÍA DE LA NACIÓN. Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca. **Informe síntesis, economía regional, arándanos**. 2022.

MINISTERIO DE PRODUCCIÓN. **Censo de actividades agrícolas alternativas**. Provincia de Entre Ríos, 2001/2002.

MINISTERIO DE TRABAJO DE LA NACIÓN. **Resolución 360/2011**.

SE NECESITARÁN 12.000 trabajadores para levantar la cosecha de arándanos. **Diario Uno de Entre Ríos**, 11/9/2011. Recuperado desde: <https://www.unoentrierios.com.ar/se-necesitaran-12000-trabajadores-levantar-la-cosecha-arandano-n893668.html>.

TRABAJADORES representados por UATRE. **El Día**, 14/12/2010.

TRABAJO dispuso que los trabajadores del arándano se enmarquen en la Uatre hasta que se normalice el Sindicato de la Fruta. **Análisis**, 21/8/2010.

Recuperado desde: <https://www.analisisdigital.com.ar/archivo/2019/06/04/trabajo-dispuso-que-los-trabajadores-del-arandano-se-enmarquen-en-la-ua-tre-hasta>.

SINGULARIDADE DA ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SINTRESC), 1967-2022¹

Cleber Borges da Silva

João Henrique Zanelatto

¹ A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

Introdução

A indústria de energia elétrica no Brasil tem evoluído em consonância com as transformações da sociedade, desempenhando um papel fundamental na sustentação das atividades humanas em suas diversas esferas: residencial, empresarial, industrial e coletiva. De acordo com Borges (2012), o setor elétrico configura-se como uma complexa organização social responsável pela conversão da energia primária em formas utilizáveis, por meio de um sistema interligado que compreende desde a geração até a transmissão e distribuição de energia elétrica aos consumidores finais.

A modernização do setor tem sido impulsionada pelo crescimento da demanda e pelas mudanças no perfil dos consumidores. Nesse contexto, Mendonça, Pereira Júnior e Aylmer (2022) apontam que, entre 2000 e 2020, o consumo de energia elétrica no Brasil aumentou 2,5%, conforme dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Para atender a esse crescimento, o país investiu significativamente na expansão da capacidade de geração, com um acréscimo de 3,1% no período analisado.

No estado de Santa Catarina, a transição de sistemas rudimentares de iluminação, como os lampiões, para uma rede estruturada de distribuição elétrica teve início em 1897. O processo não ocorreu de forma linear ou imediata, sendo marcado por diversas iniciativas até culminar, em 1905, na primeira concessão oficial para exploração de energia elétrica na cidade de Joinville (Sampaio, 2001).

Essa estrutura complexa exige diferentes elementos organizacionais para que seu funcionamento ocorra de maneira efetiva, incluindo equipamentos, gestão administrativa, técnica e operacional, capazes de fazer frente às demandas exigidas pelo setor em cada período. Nesse contexto estão os trabalhadores, que perfazem um eixo fundamental do setor elétrico, onde quer que atuem.

Para representá-los, o sindicalismo no setor elétrico surgiu na década de 1950, acompanhando o crescimento do setor e o consequente aumento de trabalhadores eletricitários. Mesmo que os registros das primeiras atividades sindicais no Brasil datem do fim do século XIX, a organização dos eletricitários catarinenses inicia-se no fim da década de 1950 no Vale do Itajaí, que fundam em 28 de abril de 1957 o Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí (Sintevi).

No sul do estado, as primeiras usinas de geração de energia elétrica foram fundadas a partir de 1914, no entanto a organização dos trabalhadores eletricitários data de 31 de dezembro de 1967, com a criação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Energia Termoeletrica de Tubarão, que mais tarde viria a se tornar Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (Sintresc).

Diante desse panorama histórico e estrutural do setor elétrico, bem como do movimento sindical, o presente capítulo propõe-se a analisar a trajetória e a singularidade do Sintresc, destacando seu papel na consolidação das relações de trabalho, na defesa dos direitos da categoria e nas transformações do setor elétrico na região.

Indústria de energia elétrica do sul do estado de Santa Catarina

O desenvolvimento do setor elétrico em Santa Catarina sofreu influência da economia e de suas dinâmicas no estado como parte da automatização trazida pela indústria, bem como do movimento impulsionador vindo do comércio e seu influxo na sociedade da época. A economia surgiu como catalizadora desse desenvolvimento fortemente associado à emergência do setor industrial, integrando as microrregiões de desenvolvimento, como o complexo ervateiro no norte, o complexo carbonífero no sul, o complexo madeireiro no planalto e a produção de alimentos e indústria têxtil no Vale do Itajaí (Sampaio, 2001).

Os serviços de fornecimento de energia elétrica no sul do estado, até o ano de 1925, eram levados pelo menos até cinco localidades: Criciúma, Imbituba, Orleans, Tubarão e Laguna. Em todos esses municípios e nas usinas construídas posteriormente nas cidades de Criciúma, Araranguá, Jaguaruna, Urussanga, Içara e, ainda mais tarde, em Sombrio e Forquilha, a produção de energia elétrica era realizada por meio de usinas térmicas que utilizavam carvão mineral como combustível. Há registros ainda de pequenas usinas hidrelétricas nas cidades de Nova Veneza e Meleiro que, juntamente com outras usinas menores, garantiam que o extremo sul catarinense não ficasse desabastecido. A região ficou dependente dessas pequenas usinas até a década de 1960, quando as linhas de transmissão da Usina Termoeletrica da Companhia Siderúrgica Nacional (UTE-CSN) chegaram à região e passaram a abastecê-la, conforme os dados demonstrados no quadro 1.

Quadro 1 – Geração de energia elétrica do sul do estado de Santa Catarina na primeira metade do século XX

Identificação	Tipo	Município	Potência (kW)*	Data de operação
S.A. Ind. e Comércio Bortoluzzi	Hidro	Nova Veneza	15	1914
Cia. Docas de Imbituba (H. Lage)	Termo	Imbituba	372	1919
Marcos Rovaris	Termo	Criciúma		1919
Cia. Nac. Mineração do Barro Branco	Termo	Orleans	294	1922
CBCA	Termo	Tubarão	55	1923
CBCA	Termo	Laguna	203	1925
Egídio Tomasi	Hidro	Jacinto Machado	12	1929
Theodoro Schlickmann	Hidro	Braço do Norte	951***	1930
Celeste Losso	Hidro	Treviso	9	1930
Força e Luz de Criciúma (Ch Pitet.)	Termo	Criciúma	22	1932/1939
José Firmino Leitão	Termo	Araranguá	Nd	1934
Aleinoé (Honorato M. Serafim)	Hidro	Sangão	4	1935
Bez Batti e Martins	Termo	Jaguaruna	11	1936
Turvo (Abel Bez Batti e Luiz Rovaris)	Hidro	Turvo	5	1936
Ângelo Peruchi/Cerâmica Cocal	Hidro	Cocal	Nd	1937
Cia. Nac. de Miner. Barro Branco	Hidro	Orleans	258	1937
Cia. Carbonífera de Urussanga	Termo	Urussanga	184	Ant. 1938
José Firmino Leitão	Hidro	Meleiro	74	1938
Antônio Rossi Fermo	Termo	Içara	4	1938
Ângelo Alberton Luiz	Hidro	Grão Pará	11	1939
Angelo Izé	Hidro	Maracajá	7	1939
Abel Esteves de Aguiar	Hidro	São João do Sul	8	Ant. 1940
Paulo Isopo e José Stuart	Termo	Sombrio	4	1941
Eflu	Hidro	Urussanga	Nd	1944
UTE-CSN	Termo	Capivari de Baixo	15000*	1947
Sociedade União Colonial	Termo	Forquilha	Nd	1949

Fonte: Elaborado com base em Moraes (2019)

Durante a década de 1950, o consumo de energia elétrica em Santa Catarina cresceu em descompasso com a produção, provocando um

estrangulamento no crescimento da indústria e, por consequência, o aumento dos investimentos do estado no setor. Com o objetivo de planejar, construir e explorar o sistema de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no estado, no dia 9 de dezembro de 1955 foi criada por Decreto Estadual a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) (Moraes, 2019).

No início, a Celesc atuava repassando recursos públicos para as empresas em funcionamento no estado, mas com o passar do tempo ela assumiu o controle acionário dessas empresas, passando a operar como uma *holding*, sendo a partir daí responsável pelo planejamento no setor elétrico catarinense (Moraes, 2019).

Paralelamente à criação da Celesc, o estado de Santa Catarina vivenciou, no fim da década de 1950 e início dos anos de 1960, a formação de diversas cooperativas de eletrificação rural, que tinham por objetivo levar energia elétrica de qualidade às comunidades agrícolas, ao comércio e às indústrias rurais de algumas regiões do estado, principalmente na região sul. A primeira cooperativa foi fundada na cidade de Forquilha, no dia 27 de janeiro de 1959 (FECOERUSC, 2022).

Desde então, o setor elétrico catarinense vem sofrendo mudanças estruturais na sua forma de organização, produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A expansão na área de atuação da Celesc, com a incorporação de diversas empresas privadas e algumas cooperativas, a privatização do complexo Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo, nos anos de 1990, e mais recentemente a privatização da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil (Eletrosul) caracterizam a Celesc como única empresa pública do setor elétrico atuando em Santa Catarina e uma das três últimas empresas públicas de distribuição de energia elétrica do país, ao passo que a região sul do estado permanece com uma realidade *sui generis* ao contar com mais de 20 cooperativas atuando no setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A estrutura de cooperativas surgiu na Europa e chegou ao Brasil na década de 1930, influenciada pelos imigrantes que chegaram principalmente ao sul do país. O objetivo das cooperativas, inicialmente, foi levar energia para as pequenas comunidades e regiões mais remotas onde as comunidades se desenvolviam (Cardoso; Camilo, 2018).

Marra (2024) refere que o cooperativismo moderno emerge no mesmo período da Revolução Industrial como resposta às precárias condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores na época. Retrata ainda que o movimento ocorreu na cidade de Manchester, na Inglaterra, quando 28 moradores do bairro de Rochdale se uniram para fundar a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale.

A cooperação é uma característica humana. Em diferentes tempos históricos o homem conecta-se por meio de cooperação, seja em seu microambiente social, seja na organização de comunidades. Marra (2024, p. 3) menciona que “cooperar é colaborar, é trabalhar simultaneamente para o bem público, é cooperar em trabalhos de equipe”.

No Brasil iniciativas pioneiras ocorreram a partir da década de 1889, em Minas Gerais, quando foi fundada a Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (MG), vinculada ao setor agrícola. Com tal cooperativa outros estados também passaram a adotar esse tipo de gestão para as comunidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul (Sebrae, 2022; Sales, 2010).

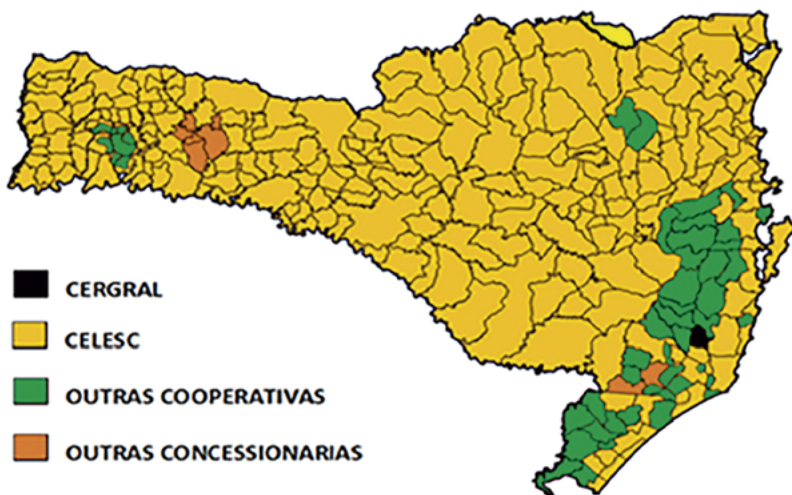
Cardoso e Camilo (2018) mencionam que o cooperativismo foi impulsionado como prioridade pelo governo, sobretudo com a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, que visava à expansão do meio rural. O primeiro marco regulatório das cooperativas de eletrificação foi o Decreto n.º 1.033, de 22 de maio de 1962, o qual “[...] veio a realizar uma ação comum do Direito, de transformar uma situação de fato em uma situação de direito, trazendo para a regulamentação do setor um agente existente” (Cardoso; Camilo, 2018, p. 4).

Diferentes modelos de cooperativas surgiram com finalidades distintas, dentre elas podem-se citar: crédito, saúde, agropecuário, infraestrutura, transporte, consumo e trabalho de produção de bens e serviços.

No setor elétrico, as cooperativas acompanharam o desenvolvimento que ocorreu nos demais setores do cooperativismo nacional e internacional. Aos poucos as cooperativas de eletrificação rural foram ganhando mais estrutura, associados e investidores que desejavam o desenvolvimento das comunidades.

Santa Catarina conta com 21 cooperativas, distribuídas nas regiões, tendo maior concentração na região sul e da Grande Florianópolis, conforme observa-se no mapa da figura 1.

Figura 1 – Distribuição das cooperativas de eletrificação no estado de Santa Catarina



Fonte: Cergal (2019)

As primeiras cooperativas de eletrificação no sul do estado de Santa Catarina surgiram na década de 1960, conforme consta do quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição das cooperativas segundo o ano de criação e cidade

Nome	Fund.	Abrangência
Coopera	1959	Forquilha, Nova Veneza, Criciúma
Cejama	1961	Jacinto Machado
Cergal	1961	Gravatal
Cersul	1961	Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande, Timbé do Sul, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha, Nova Veneza
Coorsel	1961	Treze de Maio, Orleans, Pedras Grandes, Tubarão
Cerbranorte	1962	Braço do Norte, Rio Fortuna, Gravatal, Armazém, Santa Rosa de Lima, Grão-Pará
Cergapa	1962	Grão-Pará

Nome	Fund.	Abrangência
Cermoful	1962	Pedras Grandes, Urussanga, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Criciúma, Içara
Cerpalo	1962	Paulo Lopes, Garopaba, Imituba, Imaruí
Certrel	1962	Treviso, Urussanga, Siderópolis, Cocal do Sul, Lauro Müller, Criciúma, Nova Veneza
Cooperzem	1962	Armazém, São Bonifácio, São Martinho
Ceprag	1963	Praia Grande, São João do Sul, Passo de Torres, Balneário Gaivota, Jacinto Machado, Santa Rosa do Sul
Cergal	1963	Tubarão, Jaguaruna, Laguna, Gravatal
Cooperaliança	1963	Içara, Balneário Rincão, Jaguaruna, Araranguá
Cegero	1963	São Ludgero, Braço do Norte, Orleans, Tubarão, Pedras Grandes
Coopercocal	1964	Cocal do Sul, Urussanga, Orleans, Lauro Müller, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Criciúma, Siderópolis, Treviso

Fonte: Elaborado com base em Moraes (2022)

Até 2018 as cooperativas de eletrificação atendiam a mais de 664 mil unidades consumidoras em 703 municípios brasileiros, com importante representatividade no fornecimento de energia elétrica para os municípios com baixa densidade demográfica (Cardoso; Camilo, 2018).

As cooperativas que integram o setor elétrico catarinense representam um percentual considerável de empresas nesse segmento. São 16 cooperativas atualmente oferecendo serviços de energia elétrica no estado, todas elas constituídas entre 1959 e 1964. Nesse período, havia grande influência internacional pelo desenvolvimento industrial, com a necessidade de adequação do país para enfrentar o contexto capitalista que se espalhava pelo mundo. Dentre as necessidades imediatas para favorecer o crescimento do país, o setor elétrico é a estrutura fundamental, pois a expansão da indústria só ocorreria se houvesse acesso à energia para mover as máquinas e os equipamentos.

O governo de Juscelino Kubitschek, em meados de 1950, iniciou essa propulsão do Brasil para o desenvolvimento, especialmente na tentativa de englobar mais do que o contexto nacional, também o capital estrangeiro disponível para a indústria na época. Foram investimentos em transporte,

energia, siderurgia, estradas, indústria, navegação, construção naval, automobilística e demais segmentos que formam o contexto de desenvolvimento capitalista (Moraes, 2019).

O movimento de criação e expansão das cooperativas de eletrificação na época se consolidou em decorrência da necessidade de expansão do setor elétrico para comunidades com menor população, pois o custo da instalação de energia pelas grandes corporações era inviável, restando à própria comunidade se estruturar e tomar frente (Cardoso; Camilo, 2018).

Além das cooperativas, o sistema de energia elétrica de Santa Catarina conta com empresas privadas, conforme descreve o quadro 3.

Quadro 3 – Distribuição das empresas privadas de energia elétrica de Santa Catarina

Fundação	Empresa	Cidade
1944	Empresa Força e Luz Urussanga Ltda.	Urussanga
1957	Diamante Geração de Energia	Capivari de Baixo
1962	Empresa Força e Luz João Cesa Ltda.	Siderópolis
1969	CGT Eletrosul	Capivari de Baixo
1990	Comercial Elétrica Sul	Turvo
2003	CYMI O&M Ltda.	Forquilha
2003	Hidrelétrica Jelu Ltda.	Anitápolis
2004	Central Ger. Hid. Barro Branco Ltda. – ME	Orleans
2004	Geradora de Energia Nova Fatima S.A.	Santa Rosa de Lima
2004	Geradora de Energia Rio Fortuna S.A.	Rio Fortuna
2004	Geradora de Energia São Mauricio S.A.	Brusque
2005	HPF – Prestadora de Serviços Ltda.	Tubarão
2006	Central Geradora Hidrelétrica JE Ltda.	Tubarão
2007	AGELUZ – Instalações Elétricas Ltda.	Turvo
2007	PCH Santa Rosa	Santa Rosa de Lima
2008	Pequena Central Hidr. Teodoro Schlickmann	Braço do Norte
2013	Treze de Maio Geração Energia Ltda. EPP	Treze de Maio
2016	Consórcio Operação e Geração Catarinense	Florianópolis

Continua...

Mundos do Trabalho na Argentina e no Brasil Mundos del Trabajo en Argentina y Brasil

João Henrique Zanelatto | Maximiliano Camarda | Rodolfo Leyes | Karen Elizabeth Catelotti

Continuação do quadro 3.

Fundação	Empresa	Cidade
2018	EDP Transmissão Aliança SC S.A.	São Paulo
2018	EDP Transmissão Litoral Sul	São Paulo
2020	Ilumina Içara S.A.	Içara

Fonte: Elaborado com base em Sintresc (2025)

O setor elétrico integra, para além das cooperativas, dois tipos de empresas com natureza jurídica distinta: a pública ou a privada. Neste momento, a única empresa de carácter público no estado de Santa Catarina é a Celesc.

Com o intuito de implementar uma política unificada de distribuição de energia elétrica em Santa Catarina, em 1955 o então Governador Irineu Bornhausen, por meio do Decreto Estadual n.º 22, criou a Celesc, com o objetivo de planejar, construir e explorar o sistema de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina. O número de unidades consumidoras, que era 35 mil em 1956, passou a ter 3 milhões em 2018. A Celesc atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia desde 1955, o ano de sua fundação. Em 2006 foi organizada gerencialmente como uma *holding*, com duas subsidiárias: a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A.

Quadro 4 – Eventos de criação, expansão e distribuição de energia pela Celesc

Década	Principais eventos
1950	9 de dezembro de 1955 – Decreto Estadual n.º 22 de criação da empresa; 30 de janeiro de 1956 – nomeação de Júlio Coelho de Souza como 1.º Presidente; 11 de abril de 1956 – edição do Decreto n.º 39.015 – autorização de funcionamento da empresa por Juscelino Kubitschek; 31 de julho de 1956 – 1.ª reunião de Diretoria, com primeiras providências; 4 de agosto de 1956 – efetiva instalação da empresa por Assembleia Geral.

Continua...

Mundos do Trabalho na Argentina e no Brasil Mundos del Trabajo en Argentina y Brasil

João Henrique Zanelatto | Maximiliano Camarda | Rodolfo Leyes | Karen Elizabeth Catelotti

Continuação do quadro 4.

Década	Principais eventos
1960	1961 e 1962 – subsidiárias: Cipel, Cioeste, Cosel e a Empresa Força e Luz de Santa Catarina S.A.; 1962 – operava em 39 cidades, com mais de 87 mil consumidores, presente nos maiores municípios catarinenses: Florianópolis, Joinville e Blumenau; 1963 – aprova a incorporação de todas as suas sete subsidiárias. A sede administrativa da Celesc passa a funcionar na rua Frei Caneca, no bairro Agrônômica, em Florianópolis; 1963 e 1967 – inaugura cinco usinas hidrelétricas: Garcia (em Angelina), Celso Ramos (Faxinal dos Guedes), Palmeiras (Rio dos Cedros), Pery (Curitibanos) e Governador Ivo Silveira (Campos Novos); 1966 – é criado, em parceria com a Sotelca (hoje Termelétrica Jorge Lacerda), o Centro de Aprendizagem e Treinamento de Ilhota (Cati), embrião do Centro de Aperfeiçoamento e Treinamento da Empresa (Cefa).
1970	1968 a 1973 – anexou cerca de 50 municípios à sua área de atendimento e chegou ao fim de 1974 com 300 mil consumidores; 1973 – incorporou os serviços de distribuição de energia elétrica do município de Laguna, o sistema UTE (sul do estado) e a Companhia Bom Sucesso de Eletricidade (Caçador); 1973 – a empresa ingressa no mercado financeiro e torna-se empresa de capital aberto, com ações negociadas na Bovespa; 1974 – inicia o processo de incorporação da empresa Força e Luz de Chapecó S.A.; 1974 – contrato para interligação e fornecimento de energia elétrica entre a Celesc, Eletrosul, Cia. Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE) e a Cia. Paranaense de Energia Elétrica (Copel); Construção das subestações Itajaí Salseiros e Camboriú, conectadas por meio da linha de transmissão SE Itajaí Salseiros-SE Camboriú, e as subestações Videira e Caçador, no oeste, interligadas pela linha de transmissão SE Videira-SE Caçador; 1978 – recapacitado o sistema Tronco Norte (construído na década anterior), que passou da tensão 69 kV para 138 kV.

Mundos do Trabalho na Argentina e no Brasil Mundos del Trabajo en Argentina y Brasil

João Henrique Zanelatto | Maximiliano Camarda | Rodolfo Leyes | Karen Elizabeth Catelotti

Continuação do quadro 4.

Década	Principais eventos
1980	1980 – atingiu a marca histórica de meio milhão de clientes. Nove anos depois, em setembro de 1989, a empresa registrava atendimento a um milhão de clientes; Energia para a capital – implantou o sistema de 69 kV para atendimento à Ilha de Santa Catarina; 1986 – a Subestação Trindade (energizada em 1981) passaria a operar em 138 kV; 1980 – foram incorporadas as empresas Eletricidade Luz e Força de Araranguá S.A., as cooperativas de eletrificação rural Vale do Chapecó, Vale do Itajaí e Vale do Rio do Peixe, a Cia. Docas de Imbituba e a Força e Luz de Criciúma S.A.; 1984 – o extremo oeste foi beneficiado com a ampliação da capacidade do sistema de distribuição, com a recapacitação da Linha de Transmissão e Subestação Pinhalzinho de 69 para 138 kV; 1987 – confirmando o seu compromisso com o desenvolvimento social e econômico de Santa Catarina, a Celesc incorporou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (ERUSC).
1990	1990 – construção das linhas de transmissão entre as subestações Blumenau, Guarimir e Jaraguá do Sul, em 138 kV, fechando o anel elétrico em Joinville; o segundo circuito para atendimento à Ilha de Santa Catarina; o entroncamento com a Subestação Campos Novos, do sistema Eletrosul, e a implantação do Sistema Digital de Supervisão e Controle; 1993 – novo marco regulatório do Setor Elétrico Nacional, visando promover a modicidade tarifária e a segurança do abastecimento; Fim da década de 90 – iniciou o processo de participação societária em outras empresas de infraestrutura como acionista minoritária. São daquela época as participações na Empresa Catarinense de Transmissão de Energia (ECTE), Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), Companhia de Água e Saneamento (Casan), Machadinho Energética S.A. (Maesa) e Energética Campos Novos S.A. (Enercan).
2000	2004 – 2 milhões de clientes. Em 2018, três milhões de catarinenses passaram a ser atendidos pela companhia; 2006 – estruturada como <i>holding</i>, com duas subsidiárias integrais, a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A., mantendo participações nas empresas DFESA, ECTE, Casan e Usina Hidrelétrica Cubatão S.A., além de outras pequenas participações acionárias; 2007 – a <i>holding</i> adquiriu o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGás), empresa detentora da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994 e com prazo de vigência de 50 anos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Celesc (2025)

A mobilização popular, somada à limitada intervenção do Estado na gestão da companhia, garantiu a manutenção da Celesc como empresa

pública. Nesse contexto, a companhia continuou atuando para que Santa Catarina alcançasse a eletrificação total de seu território na década de 2000. Foi também nesse período que ocorreu a interligação dos sistemas elétricos, com a criação do Sistema Interligado Nacional (SIN) (Moraes, 2022).

Mesmo que o maior acionista seja a EDP Energias do Brasil S.A., o estado de Santa Catarina detém o controle da Celesc, por possuir 50,18% das ações ordinárias, fazendo com que ela permaneça como empresa pública.

Singularidade da organização do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica

Historicamente, a classe trabalhadora precisa ser representada quanto ao ganho, à manutenção e às conquistas de novos direitos trabalhistas, que, no interior da sociedade de produção, vêm ganhando cada dia mais complexidade, impulsionada por novas legislações, conexões, tipo de trabalho e relações profissionais.

Para que seja possível o equilíbrio social entre patrões e empregados, meios de produção e demais segmentos, fatores que integram o contexto do mundo do trabalho, emergiram os sindicatos, os quais, hoje, possuem uma estrutura hierárquica e complexa de atuação perante a representatividade dos trabalhadores.

Em 2015, o Brasil possuía 11.173 sindicatos, distribuídos em todo o território nacional, representando cerca de 50 milhões de trabalhadores. Além de organizar e defender os seus direitos, o movimento sindical brasileiro também protagoniza ações na política nacional, como, por exemplo, em sua atuação no combate à ditadura e na luta pela redemocratização do Estado brasileiro, em campanhas pela anistia, em eleições diretas para presidente, bem como na convocação de uma assembleia constituinte (Dieese, 2015).

No Brasil, em 2016, havia 16.491 organizações. Destas, 15.892 eram sindicatos; 549, federações; 43, confederações; e sete, centrais sindicais. Das 16.491 organizações, 5.251 representam os empregadores e 11.240 os trabalhadores; destas, 10.817 são sindicatos (Campos, 2016).

Tabela 1 – Perfil dos sindicatos dos trabalhadores no Brasil (2016)

	Quantidade de sindicatos	%
Área		
Rural	2.831	26,2
Urbana	7.986	73,8
Total	10.817	100,0
Região		
Norte	729	6,7
Nordeste	2.924	27,0
Sudeste	3.578	33,1
Sul	2.572	23,8
Centro-Oeste	1.013	9,4
Não informado	1	0,0
Total	10.817	100,0
Tipo		
Empregados privados	4.692	43,4
Rurais	2.831	26,2
Empregados públicos	1.882	17,4
Categorias diferenciadas ¹	498	4,6
Outros	914	8,5
Total	10.817	100,0
Abrangência		
Local (município)	5.414	50,1
Intermunicipios	3.279	30,3
Regional (estado)	2.002	18,5
Interestados	85	0,8
Nacional	37	0,3
Total	10.817	100,0

Fonte: Brasil (2015)

Para serem representados pelos sindicatos, os trabalhadores precisam se filiar voluntariamente. A representatividade é organizada com base territorial, bem como pelo segmento da empresa no cenário nacional. Sendo assim, presume-se que os sindicatos tenham a abrangência de 107,2 milhões de trabalhadores no território nacional, o que indica a aproximação do trabalhador com os sindicatos no país (Campos, 2016).

O Sintresc, fundado em 31 de dezembro de 1967, foi inicialmente denominado Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Energia Termoelétrica de Tubarão, chancelado pelo Ministério do Trabalho em 18 de março de 1968. Em seguida, passou a ser denominado Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Termoelétrica de Tubarão (Sintrinete); somente em junho de 1992 foi oficialmente denominado Sintresc.

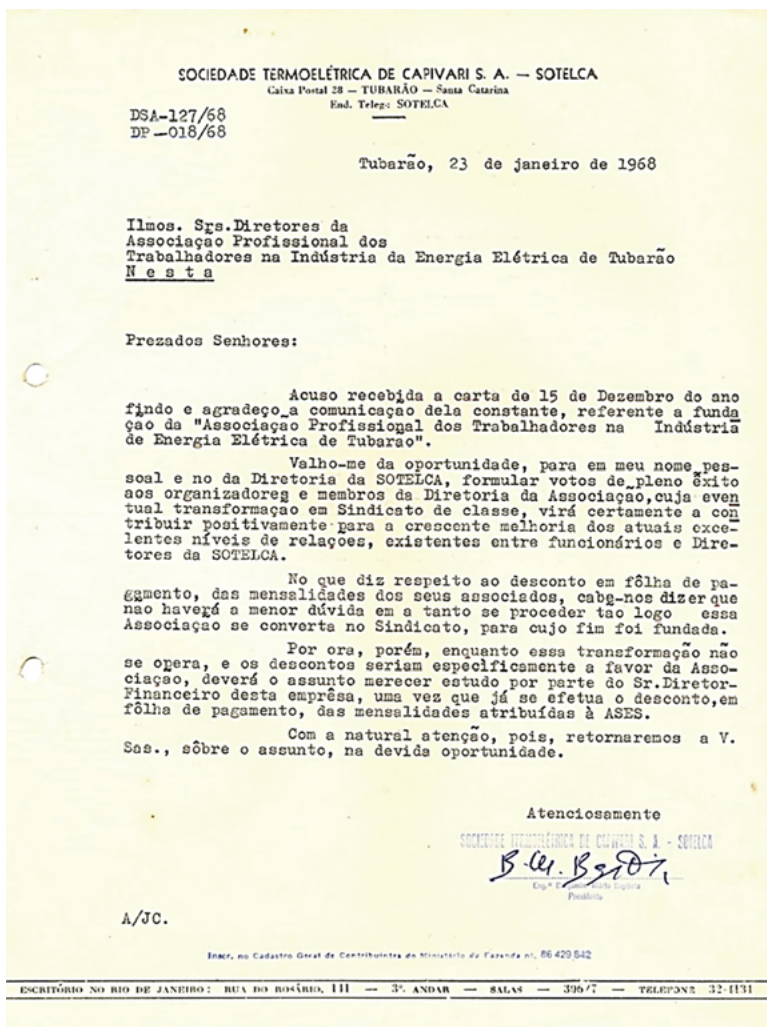
Apesar da conjuntura desfavorável a quaisquer manifestações reivindicatórias de direitos constitucionais, um grupo de pessoas formou a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Energia Termoelétrica de Tubarão. Érico Knabben, nascido na localidade de Travessão, divisa de Braço do Norte e Gravatal, funcionário da Sociedade Termoelétrica de Capivari S.A. (Sotelca) desde 1.º de dezembro de 1957, foi o responsável pela abertura da associação. Érico era químico industrial, formou-se em Curitiba e veio fazer estágio na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Antes mesmo de a associação estar oficialmente criada, o presidente da entidade enviou correspondência ainda em 15 de dezembro de 1967 à diretoria da Sotelca sobre a mais nova entidade representativa dos trabalhadores. Não só o fez, como aproveitou a oportunidade para solicitar que a Sociedade procedesse o desconto de contribuição mensal dos trabalhadores que viessem a se associar à entidade. Em resposta, em 23 de janeiro de 1968, 23 dias após a fundação, o então presidente da Sotelca, engenheiro Benjamin Mário Baptista, respondeu ao comunicado dos trabalhadores, rasgando elogios pela atitude e prometendo-lhes todo o apoio possível. Também assegurou, conforme documento retratado na figura 2, que “[...] tão logo essa Associação se converta no sindicato, para cujo fim foi fundada [...]”, não haverá a menor dúvida do atendimento ao pedido (Sintresc, 2025).

Mundos do Trabalho na Argentina e no Brasil
Mundos del Trabajo en Argentina y Brasil

João Henrique Zanelatto | Maximiliano Camarda | Rodolfo Leyes | Karen Elizabeth Catełotti

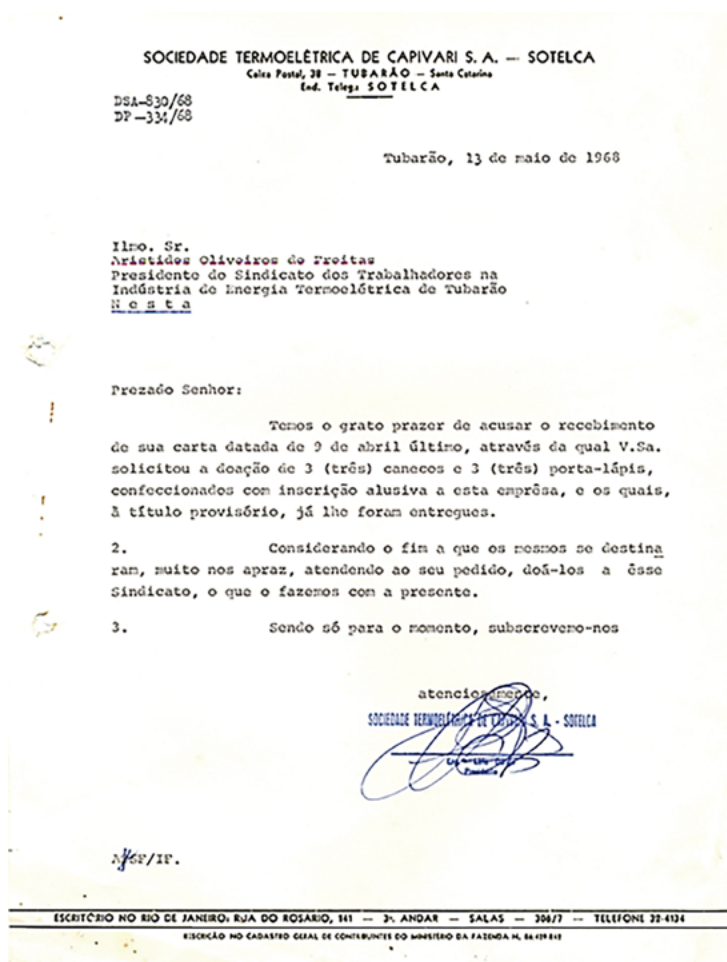
Figura 2 – Correspondência da Sotelca em resposta ao comunicado dos trabalhadores



Fonte: Acervo documental do Sintresc (2025)

O início do sindicato foi de inúmeras dificuldades enfrentadas até mesmo para fazer as ações mais básicas. Em 13 de maio de 1968, a Sotelca, já sob outro presidente, Lírio Búrigo, respondeu a um pedido do recém-formado sindicato, encaminhado em 9 de abril daquele ano, para que a empresa doasse à entidade três canecos e três porta-lápis com inscrição alusiva à Sotelca.

Figura 3 – Carta-resposta enviada pela Sotelca ao sindicato



Fonte: Acervo documental do Sintresc (2025)

Se a nova entidade carecia de recursos para subsistência e para melhor representar seus associados, o salário dos empregados da Sotelca também não ajudava, pois era baixo para os padrões da época. Por esse motivo e também pela própria conjuntura político-econômica daquele momento, iniciou-se aí uma filosofia assistencialista dentro da entidade, tendência que prevaleceria até a década de 1990.

Há dezenas de registros de manifestações que denotam o espírito assistencialista do sindicato, destacando-se um de 10 de maio de 1968, em que o Conselho Fiscal se reuniu por solicitação verbal do presidente Manoel Rocha para avaliar a possibilidade de o “[...] sindicato arcar com despesa de NCR\$ 2,5 mil para compra de material escolar para assistência educacional” (Sintresc, 2025).

Em todo início de ano, o Sintrinete literalmente “raspava o fundo do cofre” para comprar material escolar para os filhos dos associados que precisassem de ajuda. A necessidade de cada família era avaliada e comprovada diretamente pela diretoria.

No mesmo mês de maio de 1968, no dia 30, o Conselho reuniu-se para avaliar “[...] a compra do que for necessário para montar uma barbearia e a contratação de um barbeiro” (Sintresc, 2025). A ideia era montar uma barbearia em Tubarão, cuja finalidade era “[...] prestar assistência à higiene corporal dos associados e dependentes [...]”, como consta na ata (Sintresc, 2025). Levantou-se que de imediato haveria um gasto de NCR\$ 800 para a montagem, com uma despesa mensal de NCR\$ 190. O Conselho Fiscal também deu parecer favorável. Mais tarde, em outubro daquele mesmo ano, o Conselho avalizou o contrato de locação de uma sala para a instalação da barbearia. O sindicato também oferecia ajuda aos associados por meio de compras em açougue, padaria e farmácia. No fim da década de 1980 e início da de 1990, a crise nacional, somada à renovação do quadro de dirigentes, pôs fim ao ciclo assistencialista do Sintrinete.

Em 1993, o Sintresc filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e hoje representa cerca de 2 mil eletricitários e aposentados que integram a Eletrosul, Celesc, Força e Luz e Cooperativas de Eletrificação Rural. Ana Maria Tancredo foi a primeira mulher a se filiar e a única presidente do sexo feminino. O primeiro homem a se filiar foi José Pedro Martins. Atualmente, o Sintresc é administrado por uma diretoria eleita pelos trabalhadores a cada três anos e possui 22 diretores (Sintresc, 2025).

A organização das empresas descritas imprime à região sul de Santa Catarina uma condição diferenciada no que diz respeito à sua pluralidade, seja na natureza das atividades ou na natureza jurídica dessas empresas. Tal diversidade reflete uma atuação diferenciada do Sintresc em relação aos(as)

trabalhadores(as) por ele representados. Conforme descreve Luiz Antônio Barbosa, ex-presidente do Sintresc, em uma entrevista:

A base do Sintresc é muito eclética do ponto de vista da relação contratual de seus representados. A diversidade da natureza jurídica e técnica das empresas da base territorial do sindicato abrange todos os segmentos do sistema elétrico. Essa pluralidade de segmentos, que vai da geração (Diamante) à distribuição (Celesc, Cooperativas e Empresas de Força e Luz), passando pela transmissão e empresas prestadoras de serviços, é sensivelmente refletida na diversidade de relações e condições de trabalho, influenciadas principalmente pela governança corporativa de cada empresa. Do ponto de vista do regime jurídico, na base sindical do Sintresc é formada por empregados de empresas de economia mista com controle público, Sociedades Anônimas (S.A.) e Sociedades Limitadas (Ltda.), com objetivo de geração de lucros, como também as Cooperativas que nasceram pela associação de pessoas com interesses e necessidades em comum, sem fins lucrativos. Toda essa diversidade impõe desafios constantes aos dirigentes sindicais, pois cada segmento tem suas próprias demandas, o que exige adaptação, conhecimento e entendimento das reais necessidades de cada grupo de empregados, bem como as características e a realidade da empresa. Essa diversidade também se reflete nas condições de trabalho, níveis salariais e benefícios estabelecidos em convenções e acordos coletivos firmados com cada uma das empresas. Ao longo dos anos, o grande objetivo sindical é diminuir as diferenças salariais, de benefícios e condições de trabalho entre os segmentos, com base no que há de melhor em cada empresa, respeitando a cultura e a condição econômica de cada uma².

A singularidade do Sintresc estabelece-se exatamente na pluralidade de naturezas jurídicas entre as empresas de uma mesma base sindical que implica diferentes regimes normativos, políticas internas e limitações legais na negociação de direitos. Empresas públicas estão sujeitas a normas orçamentárias e restrições legais específicas, enquanto cooperativas, muitas vezes de menor

² Luiz Antônio Barbosa. Entrevista concedida ao autor. Tubarão, 2023.

porte, operam com estruturas administrativas reduzidas e políticas salariais menos robustas.

Essa diversidade gera a fragmentação dos acordos coletivos, com cláusulas diferentes entre segmentos, desigualdade de direitos entre trabalhadores da mesma categoria profissional, dificuldade de construção de pautas unificadas em campanhas salariais, riscos de enfraquecimento da identidade coletiva e da mobilização unificada, o que concede certa singularidade ao Sintresc, por contar com uma estrutura complexa no que se refere à atuação do sindicato.

Na organização sindical nacional dos eletricitários, pode-se afirmar que a configuração do setor elétrico do sul de Santa Catarina traz historicamente grandes desafios para os dirigentes que passaram e para os que continuam à frente do Sintresc. Ao integrar três intersindicais, negociar com a Federação Estadual das Cooperativas e ainda negociar individualmente com empresas de grande e pequeno porte, sem contar com estrutura do tamanho adequado, faz-se necessário que os dirigentes enfrentem jornadas exaustivas de trabalho em determinados períodos do ano.

Para fazer frente aos desafios, o Sintresc adota a criação de núcleos ou comissões por segmento empregador, promovendo escuta ativa e representatividade interna. Isso possibilita respostas mais eficazes às demandas particulares, sem perder o foco coletivo. As negociações com cada tipo de empresa ocorrem de forma diferenciada, respeitando os limites legais e financeiros de cada uma. Contudo a busca pela isonomia progressiva entre os acordos segue como princípio norteador.

O Sintresc adota estratégias de comunicação segmentada e investe em formação política dos dirigentes e da base, promovendo entendimento sobre as diferenças e estimulando a solidariedade intersegmentar. Mesmo adotando tais estratégias, persistem os desafios de reduzir as diferenças estabelecidas entre os trabalhadores do conjunto de empresas que atuam na base de representação do Sintresc.

Considerações finais

A geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, atualmente, configuram-se em um complexo sistema forjado historicamente por iniciativas

locais, simples e vindas da necessidade da população e das comunidades em sua vida diária.

A organização do sistema de energia elétrica brasileiro perpassa por cooperativas, empresas privadas e empresas públicas, as quais atendem às demandas da sociedade e à sua evolução, pois produzir energia e disponibilizá-la vai além do conforto pessoal e se configura como uma questão de sobrevivência, considerando a abrangência que esse segmento tem hoje na sociedade.

O Sintresc possui como princípios a garantia da mais ampla democracia na luta pelos direitos dos trabalhadores do setor elétrico, em todos os seus organismos e instâncias. A classe trabalhadora tem na unidade um dos pilares básicos que sustentarão suas lutas e conquistas e a solidariedade com todos dessa classe. As atividades do sindicato envolvem democratizar as relações de trabalho, lutar pelo contrato coletivo de trabalho, desenvolver, organizar e apoiar as ações que visem a melhores condições de vida e trabalho, lutar para a superação da estrutura sindical corporativa, defender e apoiar a ampliação das liberdades democráticas, promover a solidariedade entre os trabalhadores e defender o direito da organização nos locais de trabalho (Sintresc, 2025).

A singularidade do Sintresc reside na confluência de múltiplos fatores: a complexidade de sua base territorial, a diversidade dos segmentos representados, a presença de cooperativas de energia, os desafios das transformações no setor elétrico e a postura ativa na defesa dos direitos dos trabalhadores. Sua organização e atuação refletem um modelo sindical adaptado às especificidades regionais, comprometido com a transformação social e atento às dinâmicas econômicas que impactam diretamente a vida dos trabalhadores.

O desafio do sindicato, nesse contexto singular, não está somente no cenário de atuação perante os trabalhadores, como também nas relações entre os representantes sindicais, entre as demais estruturas administrativas de cada empresa de energia elétrica, seus interesses e objetivos para o desenvolvimento do setor e, sem dúvida, na expectativa política e econômica que o setor elétrico representa para um país continental como é o Brasil, com diferentes demandas sociais no que se refere ao segmento da energia elétrica.

Referências

BORGES, F. Q. Administração pública do setor elétrico: indicadores de sustentabilidade no ambiente residencial do estado do Pará (2001-10). **RAP**, v. 46, n. 3, p. 737-751, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES**. Base compilada pelo MTE (versão de 2015). Brasília, DF, 2015.

CAMPOS, A. G. Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo? **Texto para Discussão**, Brasília, n. 2262, 2016.

CARDOSO, J. V. M.; CAMILO, S. P. O. O processo histórico das cooperativas de eletrificação do Brasil. **Estudios Históricos**, ano X, n. 19, p. 1-18, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Win%207/Downloads/eh1908.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

CELESC – CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA. **História**. Disponível em: <https://www.celesc.com.br/home/historia>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CERGRAL – COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL. **Relatório socioambiental**. Gravatal, 2019. Disponível em: <https://cergral.com.br/uploads/CERGRAL-relatorio-socioambiental-2019.pdf>.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Nota técnica n.º 151**. A importância da Organização Sindical dos Trabalhadores. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec151ImportanciaSindicatos.html>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FECOERUSC – FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Conheça mais sobre a Federação**. 2022. Disponível em: <https://www.fecoerusc.org.br/sobre>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MARRA, A. V. **História do cooperativismo**. 2024. 20 p. Disponível em: <file:///C:/Users/Win%207/Desktop/Cooperativismo.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MENDONÇA, M. J.; PEREIRA JÚNIOR, A. O.; AYLMEER, R. R. de B. Decomposição estrutural do consumo de energia elétrica no Brasil. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 2786, 2022. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2786.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

MORAES, F. F. de. A eletrificação do sul de Santa Catarina: das primeiras iniciativas à interligação de sistemas elétricos. **Ejes**, v. 6, n. 10, p. 229-257, 2022.

MORAES, F. F. de. **A eletrificação em Santa Catarina**. 2019. 372 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SALES, J. E. Cooperativismo: origens e evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, n. I, jan./jun. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Win%207/Desktop/COOPERATIVISMO%20ORIGENS%20E%20EVOLUCAO.pdf>.

SAMPAIO, M. M. B. **Da privatização ao apagão**. Florianópolis: Ed. Insular, 2001. 248 p.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Cooperativismo tem tradição forte no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/cooperativismo-tem-tradicao-forte-no-brasil,b6663c89ce962810VgnVCM100000d701210aRCRD>.

SINTRESC – SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Histórico do Sintresc. Disponível em: <http://sintresc.com.br/sobre/historia>.

Acesso em: 11 jun. 2025.

LAS EMPRESAS ENERGÉTICAS DE ENTRE RÍOS, SUS TRANSFORMACIONES Y TRABAJADORES DESDE LA DÉCADA DE 1990

Emanuel Amílcar Sebastián Marrón

Maximiliano Camarda

Introducción

Con el auge del capitalismo, la industrialización y el aumento de los niveles de consumo de la sociedad moderna, la energía eléctrica se ha vuelto indispensable para la vida actual. Aunque a veces parece imperceptible, el fluido eléctrico está presente en casi todo, siendo su uso transversal a todas las actividades productivas y familiares. En la actualidad, se concibe a la energía eléctrica como un factor esencial para satisfacer necesidades sociales y con implicancias directas en el desarrollo social de la comunidad (Sunkel, 2007).

Por lo tanto, los modos de producción y consumo de la energía eléctrica repercuten de manera directa sobre la economía, el ambiente y los habitantes de un país, ocupando un rol protagónico en el diseño e implementación de las políticas públicas en esta materia (Guzowski, 2015).

En Argentina, por su parte, la energía eléctrica tiene la particularidad de ser mayoritariamente producida por recursos fósiles, no renovables, contaminantes y muy costosos (en dólares) para el país. A su vez, esta generación eléctrica, por diversos motivos, a partir del año 2011 se ha vuelto insuficiente para cubrir la demanda interna, con la consecuente necesidad de importarla (Buccieri, 2018). Esto genera la necesidad de conseguir dólares para poder comprarla del exterior, lo que a su vez incrementa el gran problema argentino de los últimos años, y que popularmente ha sido llamado como “restricción externa” (Diamand, 1972).

A esos inconvenientes estructurales del país se les sumaron otros más recientes, como lo explican Esteban Serrani y Mariano Barrera en su trabajo de investigación “Energía y restricción externa en la Argentina reciente” (2018), donde manifiestan que, en el último ciclo de crecimiento económico de nuestro país (desde 2003 en adelante), la limitante principal del crecimiento fue las restricciones generadas por el modelo energético nacional. Esto fue consecuencia de las reformas neoliberales realizadas en nuestro país en los años 90, que dejaron como resultado un “modelo energético” liderado por empresas privadas basadas estrictamente en lógicas pro-mercado, con intereses sectoriales que se contraponen a los objetivos de planificación estatal, inversiones estratégicas, regulación de la prestación del servicio y búsqueda del interés general de la población (Barrera; Serrani, 2018).

En este trabajo se analizarán las transformaciones producidas en el sector eléctrico en la provincia de Entre Ríos en los últimos treinta años, con especial hincapié en el impacto de los cambios en los trabajadores del sector. Interpretamos que los cambios sucedidos a partir de la década de los 90 marcaron una nueva impronta respecto de la visión de la energía eléctrica como recurso, no solo para el sector energético sino también para todo el desarrollo socioeconómico del país y la configuración laboral del sector.

La energía eléctrica en la Argentina hasta la década de 1990

El Mercado Eléctrico Argentino fue completamente rediseñado en la década de 1990, según las directrices impuestas por el Consenso de Washington y las consecuentes políticas neoliberales seguidas por el entonces presidente de la Nación Carlos Menem (Duarte, 2002).

Como sostiene Daniel Azpiazu en su libro *Privatizaciones y poder económico*: la consolidación de una sociedad excluyente, el proceso institucional y político creado en nuestro país en los años 90 fue el marco para dictar leyes, decretos reglamentarios y normativas que llevaron a un estado de marginación y empobrecimiento de la sociedad argentina. Esto se demuestra mediante una investigación exhaustiva que evidencia el incumplimiento sistemático, por parte de las empresas privatizadas de servicios públicos, de toda la normativa regulatoria: pagos de canon, planes de inversiones y reinversiones de las ganancias, contratos de concesión y exigencias del Compre Nacional, además de la aplicación de cláusulas claramente inconstitucionales (como las que ajustaron las tarifas a la inflación de los Estados Unidos). Estas acciones significaron para las empresas privatizadas una ganancia de 9000 millones de dólares (Azpiazu, 2002).

En ese mismo sentido, según Daniel Azpiazu y Eduardo Basualdo (2004), el programa neoliberal argentino de reforma del Estado y privatización de empresas públicas estuvo unido a un conjunto de otras medidas de igual importancia y sentido. Algunas de ellas fueron el endeudamiento externo, la apertura irrestricta en los mercados de bienes y servicios al exterior, la desregulación de mercados internos, la flexibilización y la precarización laboral etc. Todas estas medidas, por la celeridad y convergencia temporal

en su implementación, convirtieron a la experiencia argentina en un ejemplo casi pionero de adhesión plena a los parámetros neoliberales máspreciados: privatización, desregulación, apertura y subordinación creciente del trabajo al capital (Azpiazu; Basualdo, 2004).

En este contexto de profundos cambios estructurales en la economía y en la sociedad argentina, la política energética acompañó la nueva ola liberal y conservadora, centrándose en la transnacionalización, privatización y provincialización de los recursos. Esto priorizó la rentabilidad privada como objetivo principal y redujo al mínimo las posibilidades del Estado de regular la actividad, dejando en manos de las fuerzas del mercado las decisiones estratégicas en materia energética y monopolizando en muchos sectores no solo el negocio sino también la soberanía energética.

Hasta los años 90, el sector eléctrico argentino se había caracterizado por operar de forma eficiente y articulada, con un diseño de integración vertical entre empresas tanto públicas como privadas y cooperativas de servicios públicos. Este sector se desarrolló luego de grandes planificaciones estratégicas a largo plazo que comenzaron a mediados de la década de 1940, en las cuales se destacaba el rol central del Estado para la configuración del sistema, mediante la planificación, organización y ejecución de la política energética; la creación de empresas estatales; y el impulso a la energía hidráulica y nuclear (Pistonesi, 2000).

Así fue como la organización de ese sistema eléctrico, parte del sistema energético nacional, se caracterizó por definir la energía como un bien estratégico y elemental para el desarrollo de un país. Debido a ello, el sector se concibió, desde su creación, como el elemento primordial del despegue del crecimiento argentino y fue la base de la implementación de políticas públicas para el desarrollo de la industria nacional por más de cuarenta años (por ejemplo, la metalmecánica, la automotriz y la alimenticia).

Ya desde 1922, cuando Hipólito Yrigoyen creó YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) con el ingeniero Enrique Mosconi al frente de la empresa, y bajo um modelo de gestión que impulsaba la administración propia de recursos nacionales estratégicos y la apuesta a la emancipación económica y al desarrollo energético, Argentina se constituyó en un modelo de Administración estatal y organización empresarial en la actividad energética para otros países de América Latina. Así, bajo la gestión de Mosconi (1922-

1930) y en el marco de la expansión del nacionalismo petrolero dentro del aparato estatal, YPF adquirió completa autonomía administrativa respecto del Ministerio de Agricultura y se avanzó en la implementación de sucesivos planes para el incremento de la producción de petróleo crudo en los yacimientos de Comodoro Rivadavia y Plaza Huincul.

Fue recién en 1946, con la presidencia de Juan Domingo Perón (1946-1955), que se retomó el camino del pensamiento nacional y se conjugaron acciones en esa dirección. De ese modo, con la realización del primer

Plan Quinquenal se planificó de forma soberana la explotación de los recursos para transformar la estructura económica y social mediante la expansión industrial. El plan, además de proyectar el desarrollo de muchos aspectos de la Argentina, incluía una ambiciosa planificación energética a largo plazo, que implicaba una gran organización de todo el sistema eléctrico y la construcción de grandes centrales, logrando un predominio casi exclusivo de empresas públicas, el cual se mantuvo hasta fines de los años ochenta (Rapoport, 2010).

En este contexto, frente al auge del desarrollo industrial y el consecuente aumento de la demanda eléctrica, se crearon las empresas estatales Agua y Energía Eléctrica, Servicios Eléctricos del Gran Buenos Aires (SEGBA) y, posteriormente, Hidroeléctrica Norpatagónica (Hidronor). La primera de ellas, Agua y Energía, fue creada en 1947 y se configuró como una empresa de alcance nacional que prestaba servicios de generación, transporte y, en numerosas provincias, también de distribución. Esta empresa fue la principal herramienta de la política pública eléctrica fuera de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y el Gran Buenos Aires, y tenía como objetivo aumentar la generación y lograr el acceso a la energía eléctrica en el resto del país.

Pero como expondré más adelante, desde los años 90, con la llegada del nuevo paradigma neoliberal, se priorizó el negocio de los nuevos inversores privados y dividió el sistema en tres subsectores horizontales independientes: Generación Eléctrica, Transporte Eléctrico y Distribución Eléctrica. Dejando de lado todo lo planificado desde 1940 en materia eléctrica; estableciendo además que el subsector de generación funcione bajo condiciones de libre

competencia, mientras que los subsectores de transporte y distribución fueron organizados como servicios públicos, que fueron prestados en su mayoría por empresas privadas monopólicas con un área de concesión exclusivamente determinada con un negocio seguro y mercado cautivo, debido a que la desintegración horizontal de las unidades económicas buscaba generar las condiciones para la denominada “competencia por comparación”, asignando la responsabilidad de prevenir conductas anticompetitivas, monopólicas, o de abuso de posición dominante a los Entes Reguladores que respondían políticamente al hegemónico gobierno menemista (Basualdo, 2018).

Según lo expresan Emilia Ruggeri, Emilia y Santiago Garrido en su artículo “La reforma neoliberal del sistema eléctrico argentino” en la revista Tecnología e Sociedades (2019), conjuntamente con la nueva organización del Mercado Eléctrico Argentino, surgió en esos años 90’, un fenómeno económico mundial que generó una alta disponibilidad de gas natural, lo que a su vez creó bajos costos para las centrales termoeléctricas de ciclo combinado. Esto fue aprovechado por los nuevos inversores privados del mercado eléctrico, que vieron la oportunidad de obtener rentas extraordinarias, pero que tuvo como consecuencia la modificación de la matriz energética nacional, aumentando el uso de combustibles fósiles (de 50% en 1990 a 63% en 2019), reduciendo el porcentaje de energía hidráulica (de 43% en 1990 a 27% en 2019) y de energía atómica (de 17% en 1991 a 4% en 2019) (Ruggeri; Garrido, 2019).

En 1991, el por entonces secretario de Energía de la Nación, Carlos Bastos, impulsó las reformas que fueron una clara copia del esquema inglés en su modelo de organización eléctrica. Con una clara definición anti estatista, se instituyó un marco normativo específico con la Ley de Régimen de la Energía Eléctrica (1992), que creaba un esquema de mercado eléctrico a partir de la desintegración vertical y la fragmentación del sistema, la centralización del control y la coordinación de la competencia por medio de un mercado de ofertas de energía. De esta manera se instauraba el Mercado Eléctrico Mayorista (MEM) en la argentina. Integrado por generadores, distribuidores y grandes usuarios (Basualdo, 2018).

La energía eléctrica en la Argentina y Entre Ríos a partir de los años 90

Con la llegada de Carlos Saul Menem al poder presidencial en 1989, se implementaron una serie de programas económicos impuestos por organismos internacionales de crédito para el supuesto crecimiento del país. Una de esas recetas importadas desde Washington fue el programa de privatizaciones, que tenía como finalidad profundizar el patrón de acumulación, concentrador en lo económico y excluyente en lo social, donde los empresarios que apostaron al modelo de desindustrialización y desregulación comercial obtenían ganancias extraordinarias con poco o nulo riesgo (Azpiazu, 2002).

En la provincia de Entre Ríos, estas políticas se materializaron con la promulgación en 1995 de la Ley n.º 8.916 y la Ley n.º 8.918, de Emergencia Económica y Financiera respectivamente, que establecieron la reforma y achicamiento del Estado provincial.

En agosto de 1995, durante la gestión del gobernador Mario Moine, se estableció el marco legal para la delegación, transferencia y venta de activos estatales. En ese mismo marco se aprobó la conformación de un fondo fiduciario para la venta de acciones de Epeer, y además se autorizó la privatización del Instituto Provincial de la Vivienda (IAPV), el Instituto del Seguro (IAPSER) y la AFJP provincial Afianzar Asimismo, respecto de la normativa regulatoria de las privatizaciones en la Argentina, se estableció que todas las privatizaciones y modificaciones de servicios públicos, como la distribución eléctrica, irían acompañadas de un nuevo marco regulatorio y de la creación de una sociedad anónima. En el caso de la distribución eléctrica entrerriana, esta sociedad pasaría a llamarse Empresa Distribuidora de Energía de Entre Ríos Sociedad Anónima (Edeersa). De dicha empresa se vendería el 90% de las acciones de clase A y B, mientras que el 10% restante conformaría un Programa de Propiedad Participada (PPP) controlado por el Sindicato de Luz y Fuerza.

Como contraparte a toda esta liberalización del servicio en manos privadas, se previó la creación del Ente Provincial Regulador de la Energía (Epre), que según la Ley provincial n.º 8.989 de 1995 debía controlar y regular el funcionamiento de la empresa Edeersa.

Ya en julio de 1995, al inaugurar las sesiones ordinarias y presentar su informe de gestión ante la Honorable Asamblea Legislativa, el gobernador Mario Moine señalaba: “[...] *a través del presidente Carlos Menem le hemos dado un giro a la historia del país y Entre Ríos ha sido parte de este cambio histórico. Con un Estado eficiente, que asuma como única responsabilidad las funciones específicas y constitucionales [...]*”. Remarcó que el Estado debía asumir un rol orientador y promotor, haciendo hincapié en la necesidad de privatizar Laer (Líneas Aéreas de Entre Ríos), las telecomunicaciones, incorporando la participación privada en Epeer, así como También la eventual incorporación, en forma mayoritaria, de capital privado al Banco de Entre Ríos. En la parte exclusiva sobre la Empresa Provincial de Energía, el gobernador Moine mencionó las inversiones realizadas en equipamiento, líneas eléctricas y la actualización del parque automotor de la empresa. Además, sobre la planta de personal comentó:

[...] para una optimización de la mano de obra viene implementándose una constante capacitación en áreas específicas junto a un programa de reordenamiento y racionalización del recurso humano. De ese modo, vía retiros voluntarios y jubilaciones ordinarias, se logró reducir el número de agentes, que pasó de 1.420 en 1992 a 1.290 en 1995, significando una reducción del orden superior al 10%.

Esto muestra que aunque la empresa estatal Epeer cumplía con los estándares de eficiencia, inversiones y calidad de servicio necesarios, la liquidez de caja que aportaba a las arcas provinciales con su venta, más la imposición política e ideológica del Estado Nacional hacia la Provincia, eran causas más que suficientes para realizar su privatización.

En ese contexto ya en 1996, el nuevo gobernador Jorge Busti se pronunciaba ante la Honorable Asamblea Legislativa en la apertura de sesiones ordinarias de la siguiente forma:

[...] la concurrencia de 18 oferentes al llamado a licitación para el traspaso a manos privadas de nuestra Empresa Provincial de Energía (Epeer) significó en toda su dimensión, otro fuerte mojón que nos indica que estamos

en el camino correcto. La enorme brecha que separó el cálculo inicial de recaudar poco más de 50.000.000 de pesos, a los 164.000.000 que finalmente ofertó la firma ganadora, además del impacto hacia dentro y hacia fuera, nos puso como ejemplo en todo el país. Esta decisión permitió simultáneamente lanzar nuestro otro gran proyecto: entregar gas a todos los entrerrianos del interior provincial [...]¹.

De este modo fue como, por contrato de concesión, la nueva empresa de energía Edeersa (Empresa Distribuidora de Energía Sociedad Anónima) adquirió el monopolio del 70% de la distribución eléctrica en el territorio provincial, mientras el otro 30% (la zona económicamente-territorialmente más inviable) sería cubierto por diferentes cooperativas de servicios públicos.

En cuanto a los trabajadores, la privatización trajo aparejado una feroz reducción de personal en la planta de empleados. En un principio se implementó con una campaña interna que, según los exempleados entrevistados para esta investigación, consistió en gran intimidación para adherir a retiros voluntarios, aun cuando la distribución de energía aún estaba en manos del Estado entrerriano. Lo cual dejaba entrever que se estaba planificando de forma organizada, ya a comienzo de los años 90', el vaciamiento y desmembramiento empresarial, sindical y social de toda la organización.

Esta dramática situación vivida fue relatada por los exempleados en la entrevista realizada para este trabajo, con mucha bronca e impotencia, aun hoy después de tanto tiempo. Comentando:

Llegábamos al trabajo y nos avisaban que teníamos que irnos, que ya no trabajábamos más para la empresa, teníamos que firmar o firmar el retiro voluntario. No nos despedían, nos “sugerían” firmar el retiro, pero en realidad, no teníamos opción. Entonces íbamos al Ministerio de Trabajo y certificábamos que estábamos de acuerdo con dejar nuestros puestos porque no nos quedaba otra cosa. Así en dos semanas barrieron con todos, hicieron firmar a 900 empleados. En la privatizada todo era cara a cara, pero de forma muy expeditiva y rápida, te llamaban al

¹ Apertura del 117.º periodo de sesiones de la honorable legislatura 1ero de julio 1996. Biblioteca del Congreso Entre Ríos.

departamento de RRHH [Recursos Humanos], te daban un cheque y ni gracias te decían.

En un contexto nacional y provincial de desempleo en alza, en 1996 los exempleados poco podían hacer con las indemnizaciones pagadas. De esa forma, los ex Epeer rápidamente se quedaron sin recursos, ya sea por malas decisiones de inversión o por los traumáticos despidos y retiros, que les generaron importantes cuadros de depresión, llegando en algunos casos hasta el suicidio.

Otros, más afortunados y con mejor visión de negocios, pudieron formar, con la ayuda del Sindicato de Luz y Fuerza, empresas de servicios llamadas “Micros” (hoy conocidas como “Empas”), para atender servicios tercerizados que la empresa privatizada no quería prestar (como en zonas rurales inaccesibles, ciudades demasiado pequeñas donde no era rentable tener oficinas comerciales, o servicios de cartas y mensajería).

La gran mayoría de los exempleados cayeron en niveles de pobreza, con jubilaciones que nunca llegaron (en el caso de los retiros voluntarios, por estar mal tramitadas) o indemnizaciones muy por debajo de lo pactado individualmente con algunos gerentes de la empresa privada, además de inversiones que rápidamente se volvieron improductivas por el contexto económico nacional o debido a la gran oferta de los servicios prestados (por ejemplo, los telecentros o canchas de paddle que saturaron el mercado, generando pocos ingresos e imposibilitando el retorno de la inversión).

Otro sufrimiento, adicional a todo lo relatado, fue el intento de cobrar las acciones que por ley les correspondían. El 10% del Programa de Propiedad Participada (PPP) estaba en manos de los trabajadores según la Ley 23.696. Estos beneficios fueron mal administrados y sus frutos denegados. La controversia terminó en un fallo judicial del Superior Tribunal de Justicia de la provincia de Entre Ríos (STJ), comunicado en el año 2006, 10 años después de la presentación, en contra del recurso presentado por un grupo de extrabajadores de Epeer, cerrando de ese modo la instancia provincial para resolver el conflicto, dejando a los exempleados con las manos vacías.

En este proceso de privatización, es importante remarcar que antes de su desmantelamiento la empresa provincial Epeer, según figuran en libros y documentos de la época, contaba con una plantilla de 1.208 trabajadores. Al

ser traspasada a manos privadas en 1996 ese número se había reducido a 967 por aplicación de un plan de retiros voluntarios. En seis primeros meses de la privatizada Edeersa la planta de personal se había reducido a menos de 400 trabajadores permanentes. A ellos se le sumaba contratados, subcontratados, monotributistas sin contrato y pasantes de universidades nacionales trabajando largas jornadas por solo un pequeño estímulo. De esa manera la empresa privada achicaba lo más posible sus gastos en recursos humanos, para poder cumplir con los estándares de eficiencia (mayores ganancias a menores costos) impuestos por la casa matriz del extranjero.

Pero estas consecuencias de la privatización de la empresa Distribuidora de Energía resultaron aún más complicadas y difíciles de sobrellevar en los pueblos y ciudades del interior de la provincia, ya que en algunos lugares las oficinas técnicas-comerciales de Epeer, cerraron para siempre (despidiendo al 100 % del personal) o trasladaron su atención a la cabecera departamental, como es el caso por ejemplo de Nogoyá o Victoria donde los habitantes de todo el departamento debían viajar hasta la cabecera para realizar algún trámite. Otros departamentos de la provincia ni siquiera tuvieron ese privilegio quedando sin oficinas técnicas-comerciales, ya que las mismas se trasladaron a lugares o centros urbanos más poblados y con mayor viabilidad económica, según los criterios de la empresa privatizada, por lo cual los vecinos debían trasladarse muchos kilómetros para realizar un reclamo técnico o un trámite comercial.

Siguiendo la línea histórica, en el 2001, cuando la era de la convertibilidad entró en crisis. Las provincias argentinas debieron afrontar muchos gastos públicos transferidos desde la Nación (como educación y salud), encontrándose por esos motivos sus arcas quebradas y sus presupuestos deprimidos, se vieron ante la necesidad de emitir bonos cuasi monedas (Letras de Cancelación de Obligaciones) para cumplir sus obligaciones corrientes, como el pago a proveedores, empleados públicos, jubilados etc. En Entre Ríos los mismos fueron denominados Federales.

En simultáneo, en la provincia de Entre Ríos se establecía, por disposición del Poder Ejecutivo provincial, que algunas empresas prestadoras de servicios públicos como Edeersa estaban obligadas a recibir dichos bonos como moneda de pago para la cancelación de sus facturas por servicios prestados. Mientras tanto, promediando finales el año 2002 los Federales

ya habían sufrido una devaluación propia del 50% en el mercado interno, mientras las tarifas de energía se encontraban congeladas por disposición de la Ley nacional n.º 25561/02, de Emergencia Pública y Financiera.

Estos acontecimientos, sumado a que el accionista mayoritario de la empresa era de origen norteamericano y tenía vedada la posibilidad de enviar a su casa matriz las ganancias obtenidas con anterioridad, apresuró el abandono de la concesión y el traspaso de la totalidad de las acciones de esta a un fideicomiso, incurriendo así en una grave falta, según los términos del contrato de concesión firmado en 1996.

Hacia el año 2003, un nuevo cambio de gobierno nacional traía consigo un cambio de época, de ideología y un nuevo paradigma a la hora de entender las políticas públicas y las consecuencias dejadas por las privatizaciones.

En cuanto a la prestación del servicio eléctrico en Entre Ríos, puesto que la empresa concesionaria PSEG Operadora SRL transfería en el mes de abril de ese año 2003 su participación en Cieesa e Invedeersa a un fideicomiso, a cargo de una persona física: el abogado Norberto Abal, quedaba en manos del fondo fiduciario el 100% de las acciones de la empresa distribuidora sin un operador técnico que la manejase. En respuesta a esta maniobra, el Epre, a través de la Resolución n.º 36/03 rechazó la legitimidad de dicha transacción, puesto que incumplía con el pliego licitatorio original.

Recién en el mes de noviembre de ese mismo año 2003, el por entonces Fiscal de Estado, acordaría con la concesionaria, la no intervención en la empresa, quedando pendiente la evaluación de la situación tarifaria y el requisito técnico de un operador solvente. Se acordaba entonces, trabajar en la línea de modificar y ajustar el contrato de concesión firmado en 1996. Pero concomitantemente, en ese mismo momento el grupo económico PSEG se sumaba a las cincuenta empresas privatizadas demandantes contra el Estado Argentino, por lucro cesante y otros perjuicios contra la propiedad privada.

En simultaneo, también lo hacían las cooperativas que prestaban servicios eléctricos en la provincia, que reclamaban al Estado la falta de mantenimiento de la infraestructura de servicio, la falta de control y la complicidad con las empresas privatizadas en el descalabro que tenía el sector eléctrico.

Ante semejante escenario caótico, el Poder Ejecutivo Provincial promulgaba el Decreto n.º 5684/03, firmado por el entonces Gobernador Sergio Montiel, donde se resaltaba la gravedad de los incumplimientos incurridos por la empresa privatizada al contrato de concesión, por haber realizado una transferencia sin operador técnico para la prestación del servicio público. En base a esto, se dispone de forma inmediata la rescisión del contrato de concesión de fecha 08/04/96 celebrado entre la Empresa Distribuidora de Electricidad de Entre Ríos S.A. (Edeersa) y el Poder Ejecutivo Provincial para la prestación del servicio público de distribución de energía eléctrica dentro del área concesionada.

Además, este decreto menciona que conforme al Artículo 12 del Contrato de Concesión y según la metodología establecida en el Pliego de Bases y Condiciones de la Licitación, corresponde la constitución de una nueva sociedad anónima que sea titular de la Concesión del Servicio Público a partir de la firma de un nuevo Contrato de Concesión con la Provincia. Indicando además que la nueva Sociedad Distribuidora se denominará Compañía Entrerriana Distribuidora de Energía S.A. (Coen S.A.) y que estará conformada por la Provincia de Entre Ríos y por la Compañía Entrerriana de Gas S.A, siendo conveniente disponer el otorgamiento por Escritura Pública del Acta Constitutiva y Estatutos en términos análogos a los aprobados para la Edeersa. Estableciendo de forma taxativa que en el momento que las acciones de la empresa saliente fueran transferidas a una nueva concesionaria recién se pagaría lo adeudado. En el mismo texto, también se declara el carácter preventivo y provisorio de la intervención, a cargo del Ministro – Secretario de Estado de Gobierno y Justicia.

En ese momento, todas estas acciones y medidas fueron muy cuestionadas por la oposición política y los sectores empresarios aduciendo que se vulneraba el derecho a la propiedad privada de la empresa saliente. Sumado a ello, desde los sectores más liberales de la sociedad entrerriana, se cuestionaban con los mismos argumentos de siempre, las capacidades de administración del Estado Provincia, sobre la deuda pública contraída con la empresa saliente, sobre las proximidades de las elecciones al tomar la decisión, sobre la vulneración de la seguridad jurídica y el derecho de propiedad etc.

A causa de todos estos reclamos de cierto sector conservador de la sociedad entrerriana, y debido a los amparos presentados por el grupo

empresario de Edeersa ante el Superior Tribunal de Justicia que tuvieron fallo a su favor, se promulgó el Decreto n.º 151/03, en el cual se concluye la totalidad del proceso anterior, por estar viciado. Reconociendo la nulidad de acuerdo con lo resuelto por la justicia, que entendió la medida del gobierno de Montiel como arbitraria.

Fue recién en marzo del 2004, cuando el nuevo gobierno provincial pudo ejecutar la garantía sobre las acciones clase A y anunció que volvería a licitarlas. Días más tarde se promulgaba el Decreto Provincial n.º 798/04 que inició el proceso de licitación para la prestación de los servicios de distribución eléctrica en la provincia de Entre Ríos.

En el mismo se afirmaba nuevamente la ilegalidad del retiro del operador técnico y el abandono de la concesión dejando el servicio en manos de un fideicomiso a nombre de los trabajadores nucleados en la Federación de Trabajadores de Luz y Fuerza.

En este decreto también se señalaba la situación financiera en la que se encontraba la firma, que ya estaba en cesación de pagos, con un pasivo mayor a la suma de sus activos. Reafirmando los resultados de los estudios e investigaciones anteriores, sobre los reiterados incumplimientos de múltiples puntos del Contrato de Concesión de la empresa Edeersa y que se detallaron en los considerandos del decreto.

Por ese motivo, rápidamente el Ente Regulador de la Energía (Epre) a través de la Resolución N° 39/04, también dictaminó que Edeersa no había cumplido con la incorporación de un operador técnico, de acuerdo con el pliego licitatorio según el cual hubiera recibido la concesión del servicio tras la privatización de este.

En consecuencia, en 2004 se procedió a la ejecución de la garantía según la cual, el Estado ejerce el derecho a la administración del 51% de las acciones clase A, recordando una vez más, que según el marco regulatorio energético: “la distribución de energía es un servicio público destinado a atender las necesidades indispensables y generales de los usuarios”.

La licitación se puso en marcha, redactando los pliegos con el objeto de evitar que la deuda privada pueda ser estatizada y pagada por los entrerrianos. Los pliegos fueron puestos a la venta, hubo seis compradores interesados en gestionar Edeersa. El día de la presentación no se concretó ninguna oferta.

Finalmente, la historia de la distribución eléctrica en Entre Ríos tubo un nuevo capítulo cuando por Decreto n.º 2.154/05, del 3 de mayo del año 2005 se crea Enersa (Energía de Entre Ríos Sociedad Anónima) con el noventa por ciento (90%) de las acciones en manos del Estado Provincial. El mismo también disponía el cese de la concesión a Edeersa, por diferentes motivos, que en su mayoría estaban basados según lo menciona el propio decreto: “[...] en los graves incumplimientos en los que incurrió la empresa Edeersa”. Por esa razón, señala la norma, el gobierno provincial optó por traspasar la distribución de energía a la nueva empresa eléctrica estatal, para garantizar una regular prestación del servicio “cuyo resguardo y preservación es deber indelegable e impostergable del Estado provincial”.

La norma, además, declara desierta por falta de oferentes la licitación convocada para vender Edeersa, dispone la caducidad de la concesión y le otorga a Enersa la prestación del servicio. Estableciendo que Enersa tendrá que mantener su composición accionaria íntegramente en manos del Estado provincial, y que sus acciones sólo podrán ser transferidas a privados previa autorización del Poder Legislativo.

En este último proceso es importante subrayar que el principal obstáculo que llevó al fracaso de la licitación de Edeersa fue una deuda original de u\$s 102 millones, que contrajo en su momento la estadounidense PSEG, el grupo empresario dueño del 90% de las acciones de la empresa hasta 2003 cuando decidió irse de la Argentina y abandonar la concesión. Pasando la totalidad de ese pasivo en default a en manos del fondo butre británico Ashmore desde el 2004.

En la foto del 3/5/2005 día del nacimiento de Enersa, acto presidido por el entonces Gobernador Jorge Busti (el mismo gobernador de la privatización en 1996) junto al Secretario de Energía de la Nación Daniel Omar Cámeron y al flamante Presidente de Enersa Carlos Molina, en donde se otorga la concesión para la prestación del Servicio Público de Distribución y Comercialización de Energía Eléctrica en el área de cobertura correspondiente.

No obstante, fue recién el 30 de diciembre de 2013 que el gobernador Sergio Urribarri firmó el Decreto n.º 4.959 por el cual declaró “definitivamente liquidada” a Epeer y dispuso en consecuencia “la disolución” del Ente Residual que se había creado, y los bienes que pertenecieron a la vieja distribuidora estatal de energía pasaron al Estado.

Resumindo, en la actualidad la distribución eléctrica en provincia de Entre Ríos es realizada en su mayoría por Enersa (Energía de Entre Ríos, Sociedad Anónima) que es una empresa con mayoría accionaria Estatal, que participa activamente en la ejecución de la política eléctrica y energética provincial, teniendo como objetivo no solo el negocio eléctrico, sino que además colabora en búsqueda del desarrollo social y productivo de la provincia. Brindando energía eléctrica a más de 378.000 usuarios en su área de concesión, concentrando el 71% del mercado de distribución de energía de toda la provincia, el restante 29% se encuentra atendido por 18 Cooperativas Eléctricas a las que a su vez Enersa también brinda servicio. De este modo, Enersa tiene a su cargo el transporte y distribución de energía eléctrica en un área de 56.300 km² en todo el territorio provincial.

Desde el año 2012, se dicta el Decreto Provincial n.º 734 el cual aprueba el nuevo contrato de concesión para la prestación del servicio público de distribución y comercialización de energía eléctrica con vigencia hasta el 30 de junio del 2036 la cual podrá ser prorrogada por el concedente hasta un máximo de diez años.

Pero el 7 de junio del 2017, según lo aprobado de forma unánime por asamblea extraordinaria, se realiza una modificación del objeto social de la empresa Enersa, por la cual la sociedad anónima ahora tiene como objeto principal la prestación del servicio de distribución y comercialización de energía eléctrica, la generación, explotación, distribución y comercialización de energías alternativas en cualquiera de sus formas, la distribución y comercialización del gas, la prestación del servicio de telecomunicaciones y transmisión de datos en cualquiera de sus formas en el territorio de la provincia de Entre Ríos conforme los respectivos contratos de concesión cuando corresponda y las normas que resulten aplicables a estos servicios públicos. Y si bien estos últimos rubros (telecomunicaciones y gas) la empresa no ha incursionado aún, si lo ha hecho en las que respecta a las energías alternativas.

En la actualidad según la memoria 2020, la composición accionaria del Capital Social de Enersa equivalente a \$ 2.707.262.787 y está representado por 2.707.262.787 acciones nominativas clase "A" de \$ 1 (valor nominal) cada una, es la siguiente:

- Accionista “Provincia de Entre Ríos”: 2.707.262.511 acciones ordinarias nominativas no endosables clase “A” de \$ 1 -valor nominal- cada una con derecho a un voto por acción, y
- Accionista “Compañía Entrerriana de Gas S.A.”: 276 acciones ordinarias nominativas no endosables clase “A” de \$ 1 (valor nominal) cada una con derecho a un voto por acción.

En conclusión, la provincia de Entre Ríos tiene hoy, por un lado, una distribuidora eléctrica estatal, o como mayoría accionaria por parte del Estado entrerriano, ya que sigue siendo una sociedad anónima como Enersa, que está asociada a Adeera (La Asociación de Distribuidores de Energía Eléctrica de la República), y por otro, a dieciocho cooperativas eléctricas de servicios públicos que prestan el servicio eléctrico en diferentes puntos de la provincia. También en el ámbito eléctrico de la provincia funciona como ente regulador el Epre, un ente autárquico y descentralizado creado específicamente para cumplir ese fin de control y regulación.

También se encuentra en esa órbita energética, la Secretaría de Energía de Entre Ríos, dependiente del Ministerio Planeamiento Infraestructura y Servicios. Y sus funciones son la de planificar, ejecutar y controlar las políticas públicas energéticas (tanto las eléctricas como las gasíferas), manteniendo siempre la igualdad de oportunidades de todos los habitantes de la provincia en el acceso a la energía, promoviendo la equidad mediante obras y diferentes subsidios a determinados usuarios, con el fin de conseguir un desarrollo sustentable y sostenible para la provincia de Entre Ríos.

Consideraciones finales

La política energética en la provincia de Entre Ríos estuvieron ligadas y alineadas a las políticas energéticas nacionales, existiendo una relación causa-efecto entre estas políticas y los desarrollos territoriales de las diferentes regiones de la provincia.

En ambas quedan evidenciadas, con notorias diferencias, las diferentes políticas públicas aplicadas, según las políticas públicas aplicadas. Las cuales se pueden agruparse en dos grandes grupos:

1. El primero de ellos, es el grupo de políticas públicas eléctricas adoptadas y conducidas desde y por el Estado bajo una planificación integral del sector a largo plazo, de forma articulada con el desarrollo económico y social del país o la provincia;

2. Por otro lado, un segundo grupo conformado por políticas energéticas adoptadas en toda la Argentina desde la reforma de su sector eléctrico en los años noventa, con desregulación, privatización y sectorización del mismo, que tuvo como consecuencias más salientes la creación de tres sectores diferenciados (Generación, Transmisión y Distribución) y la adecuación de las tarifas y las inversiones, en base a la rentabilidad privada de las empresas beneficiadas con la privatización y la concesión del servicio.

Asimismo, es importante hacer notar que luego de dicha reforma, se produjo una mercantilización del servicio eléctrico y el acceso privilegiado al mismo solo para quien pudiera pagarlo.

En Entre Ríos, este proceso privatizó la Distribución eléctrica, y tuvo en sus inicios un efecto positivo por la actualización tecnológica en materiales, maquinarias y sistemas de gestión, pero a largo plazo produjo una tremenda desigualdad económica y social en el desarrollo territorial de la provincia. Priorizando solo el criterio económico, para cualquier decisión de inversión sobre ampliación de la infraestructura eléctrica. Dejando las decisiones de política eléctrica, exclusivamente en manos de la empresa privada y de las fuerzas del mercado. Produciendo, en consecuencia, zonas provinciales que fueron postergadas en desarrollo territorial por ser consideradas económicamente inviables según su criterio de empresa privada.

Luego de la reestatización de su empresa provincial de electricidad en el año 2005, los usuarios, que dejaron de ser simples clientes, como en su visión con respecto al aporte que debe tener la energía eléctrica para el desarrollo productivo y social de la provincia. Vinculadas a las políticas energéticas realizadas en Argentina. Se diagnosticó las necesidades de infraestructura en cada zona mapeada. Generando, mediante los mismos, la posibilidad de direccionar de forma más eficiente las inversiones en cada uno de ellos. De ese modo, y como respuestas a estos diagnósticos, se generaron los planes nacionales en infraestructura como por ejemplo los planes hidroeléctricos y nucleares, así como también el aumento de la inversión en obra pública para la interconexión eléctrica nacional.

Y si bien, esas inversiones en Entre Ríos no tuvieron una distribución homogénea, han dotado a las comunidades de mayores capacidades. Generando una gran ampliación de la red eléctrica, posibilitando, mediante diferentes ayudas y subsidios, la inclusión al servicio eléctrico de las familias más vulneradas, como así también el acompañamiento y la ayuda a las cadenas productivas más necesitadas.

Se avanzó en planes estratégicos a mediano plazo (como el plan energético a diez años) con el objetivo de disminuir desigualdades territoriales y generar mayor previsibilidad a todo el sistema eléctrico entrerriano. De ese modo se han encarado grandes obras de infraestructura como la Estación Transformadora Gran Paraná o “Cierre Norte Eléctrico”. De esa manera, mediante políticas eléctricas el Estado provincial intentó dar respuestas a personas y comunidades alejadas de las grandes urbes, que quieren vivir dignamente en su lugar de origen realizando sus actividades, esperando que sus hijos puedan desarrollarse en ese territorio y no tengan que migrar por falta de un servicio básico como es la electricidad.

Referencias

AZPIAZU, D. **Privatizaciones y poder económico**: la consolidación de una sociedad excluyente. Buenos aires: Editorial UNQ, Flacso-Idep, 2002.

AZPIAZU, D.; BASUALDO, E. **Las privatizaciones en la Argentina**: génesis, desarrollo y principales impactos estructurales. Buenos aires: Flacso, Facultad Latinoamericana de Ciências, 2004.

BARRERA, M.; SERRANI, E. Los efectos estructurales de la política energética en la economía argentina, 1989-2014. **Economía y Sociedad**, n. 34, p. 121-142, 2018.

BASUALDO, E. **Endeudar y fugar**: un analisis de la historia económica argentina de Martinez de Hoz a Macri. Buenos aires: Siglo XXI, 2017.

BASUALDO, F. **La violacion del marco regulatorio en el funcionamiento actual de la distribución eléctrica en la pcia de Buenos Aires**. Buenos Aires: Flasco – Area de Economia y Tecnologia, 2018.

BUCCIERI, M. V. **Deficit energético en Argentina**: impacto de políticas alternativas de oferta y demanda. Tesis de Maestría Interdisciplinar en Energia – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2018.

DIAMAND, M. Estructura productiva desequilibrada argentina y el tipo de cambio. **Desarrollo Económico – Revista de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, v. 12, n. 45, 1972.

DUARTE, M. **El consenso de Washington y su correlato en la reforma del Estado en la Argentina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

GUZOWSKI, C. **La gestión de los mercados de generación electrica en la region sudamericana**: la especificidad del caso argentino. Bahia Blanca, 2015.

PISTONESI, H. El sistema eléctrico argentino. Santiago de Chile: Cepal-Proyecto Olade/Cepal/GTZ Energia y Desarrollo, 2000.

RAPOPORT, M. **Las políticas económicas argentinas**: una breve historia. Buenos Aires: Planeta, 2010.

RUGGERI, E.; GARRIDO, S. La reforma neoliberal del sistema eléctrico argentino. **Revista Tecnologia y Sociedad**, v. 15, n. 37, p. 595-611, jul./set. 2019.

SERRANI, E.; BARRERA, M. Energia y restricción externa en la Argentina reciente. **Realidad Económica**, n. 315, 2018.

SUNKEL, O. **En busca del desarrollo perdido**. Homenaje a celso furtado. Buenos Aires, 2007.

QUARTA PARTE

**TRABALHADORES/AS E PLURALIDADE
DE EXPERIÊNCIAS NO MUNDO
DO TRABALHO**

**TRABAJADORES Y PLURALIDAD DE
EXPERIENCIAS EN EL MUNDO
DEL TRABAJO**

UNA APROXIMACIÓN A LA POBLACIÓN TRABAJADORA DE ENTRE RÍOS EN TIEMPOS DE LA INDUSTRIALIZACIÓN POR SUSTITUCIÓN DE IMPORTACIONES, 1930-1976

Juan Schroeder

Introducción

En la edición del 18 de abril de 1960 de *El Diario* de Paraná, el ingeniero químico Rafael Padro señalaba, en una nota sobre el personal técnico de la Dirección Provincial de Vialidad, que “Entre Ríos tiene riqueza potencial, pero no podrá hablarse de provincia rica en tanto no pueda convertir sus bienes naturales en bienes de consumo. Entre Ríos necesita de su gente para ello y su gente se va porque no progresa en Entre Ríos”. Toda una declaración sobre la realidad entrerriana de la segunda mitad del siglo XX.

Dos años más tarde, el diputado Eduardo Solari presentó un proyecto para la creación de la Universidad Nacional de Entre Ríos. En la documentación anexa al proyecto se llevó a cabo un diagnóstico exhaustivo de la situación de la provincia desde diversas perspectivas. La caracterización de la realidad provincial, contemporánea al proyecto, fue tajante: “Entre Ríos es un pueblo que no sale de la actividad pastoril [...] hay muchos médicos, abogados y procuradores, pero no hay ingenieros químicos y mecánicos, faltan agrónomos, veterinarios” (Petitti, 2024). Es decir, la provincia no lograba formar, o atraer desde otras provincias, los profesionales que necesitaba para su desarrollo económico. De hecho, este termina siendo un argumento central en los fundamentos para la creación de una universidad nacional en Entre Ríos.

Esta falta de “mano de obra” calificada se entiende mejor al analizar la dinámica de la evolución demográfica de la provincia. En cálculos realizados por las autoridades, se proyectó el aumento poblacional entrerriano entre el censo nacional de 1947 y 1960. Mientras las estimaciones indicaban que debía haberse alcanzado aproximadamente un millón de habitantes hacia 1960, los datos del censo de ese año reflejaban una población de 805.000 personas. Esto implicaría una emigración de 200.000 personas en un período de 13 años. Al comparar el crecimiento poblacional del país con el de la provincia de Entre Ríos, se advierte que en el mismo período (1947-1960) la población nacional se incrementó en 4.119.982 personas (+25,9%), mientras que Entre Ríos aumentó en sólo 17.995 personas (+2.3%). Este dato no solo ilustra una situación común a varias provincias argentinas, sino que en el caso de Entre Ríos señala una tendencia crítica a futuro. Si extendemos este análisis hasta

el censo de 1980 revela que la provincia expulsó 412.590 personas hasta esa fecha.

Si bien este caso no es atípico entre las provincias argentinas, respecto a Entre Ríos el fenómeno contrasta con lo ocurrido entre la segunda mitad del siglo XIX y principios del siglo XX, cuando la provincia se caracterizó por ser un destino receptor de inmigrantes producto de su papel en la política y economía nacional. La principal característica de este proceso fue la necesidad de contar con mano de obra para el desarrollo agroganadero del territorio (Barsky; 2003; Schmit, 2008).

En este trabajo, apoyándonos en los censos poblacionales de 1914, 1947, 1960, 1970 y 1980 y en estadísticas económicas disponibles (censos industriales, comerciales, agropecuarios, series estadísticas provinciales etc.), sumando fuentes de la época (discursos políticos, periódicos, discursos empresariales etc.), se busca establecer, de manera exploratoria, el comportamiento poblacional de la provincia de Entre Ríos. Analizaremos variables demográficas, económicas e infraestructurales para el período en cuestión. Asimismo, se plantearán interrogantes para futuras investigaciones que permitan avanzar hacia explicaciones fundamentadas acerca de este proceso.

Características geográficas de la provincia

Si bien la geografía de un espacio de acumulación no determina las posibilidades de desarrollo económico de una sociedad, sí las condiciona. Como señalan diversos autores especialistas en el tema (Harvey, 2013; Smith, 2020), las complejidades de los espacios llevan a aumentar la inversión de capital necesaria para poder producir allí. Esto hace que, en países con crisis recurrentes como Argentina, la inversión tienda a dirigirse a espacios donde sea menos costosa.

En el caso de la provincia de Entre Ríos estos condicionamientos han complejizado de manera importante el desarrollo económico del territorio desde los primeros pobladores, no originarios, se instalaron allí hasta nuestros días. La primera característica que podemos señalar es la realidad casi insular de la provincia. Está rodeada por dos grandes ríos: por el este, el río

Uruguay, y por el oeste y sur, el (río Paraná); dos ríos más pequeños al norte: el Guayquiraró y el Mocoretá, que junto con el arroyo Tunas ofician de límite con la provincia de Corrientes. Esta característica dificulta el tránsito de mercancías y personas, desde y hacia la provincia, hasta la inauguración del túnel subfluvial entre Paraná y Santa Fe, en 1968 y los puentes que la unen con la provincia de Buenos Aires y con la República Oriental del Uruguay (en la década de 1970). A esto se le suma la existencia de más de 2000 arroyos en el interior de la provincia (Godoy, 1960), que la atraviesan abriéndose paso por el campo entrerriano, canalizando el agua de las lluvias hasta su desembocadura en los grandes ríos. Si bien estos cursos de agua presentan dificultades a la hora del transporte, son los que le otorgan la suficiente irrigación al suelo para su alta fertilidad.

Asimismo, el terreno provincial está surcado por ondulaciones suaves; el punto más elevado se ubica cerca de la localidad de Seguí (103 m s.n.m.) en el oeste provincial. El territorio está atravesado por dos cadenas de lomadas llamadas cuchillas. En primer lugar, la “Cuchilla de Montiel”, que atraviesa el oeste provincial de noreste a sureste, en la zona este se emplaza la “chuchilla Grande”, que cruza la provincia de norte a sur. Por el valle entre ambas lomadas discurre el río Gualeguay, que actúa como desagadero de las lluvias del centro entrerriano, lo que lo hace propenso a importantes crecidas producto de las lluvias periódicas.

En resumen, de los 78.781 km² de superficie de la provincia, un 23% (18.119,63 km²) corresponde a islas, delta, pre-delta y aguas de los ríos Uruguay y Paraná; un 30% (23.634,3 km²) son tierras no aptas para cultivo; quedando un 47% (37.027,07 km²) de superficie cultivable.

Estas características geográficas han generado importantes dificultades al desarrollo económico. Los caminos debían pensarse para sortear los arroyos, los cuales ven aumentado su caudal con las lluvias – evitando su trazado directo o construyendo puentes. Esta situación encarecía y dificultaba el tránsito de mercancías dentro de la provincia. Por su parte, las comunicaciones con las demás provincias argentinas y la República Oriental del Uruguay se realizaban a través de balsas¹ que atravesaban el Paraná y el Uruguay. Este sistema fue fundamental hasta bien entrada la segunda mitad

¹ Las cuales transportaban vehículos de pasajeros (ómnibus, autos etc.), vehículos de transporte de mercadería (camiones), maquinaria y trenes (a través de sistemas de ferry-boat).

del siglo XX, cuando se construyó el túnel subfluvial entre Paraná y Santa Fe, los puentes que unen la provincia con el Uruguay, la represa Salto Grande y el puente ferroviario de Zárate – Brazo largo que une Entre Ríos con Buenos Aires.

La Entre Ríos “tierra de oportunidades” (1860-1920)

Si nos situamos en la segunda mitad del siglo XIX veremos que la provincia de Entre Ríos ocupaba un papel central en el entramado económico y poblacional de la Argentina, alcanzando el tercer lugar, detrás de Buenos Aires y Santa Fe en torno a los ingresos generados *per cápita* hacia 1889 (Mulhall; Mulhall *apud* Camarda; Serfaty, 2024). Esto se debía principalmente al desarrollo de la ganadería y la industria complementaria, los saladeros, que producían tasajo para exportar hacia los mercados esclavistas de Brasil y Cuba. Esta actividad tendría un papel importante en el desarrollo económico de la provincia hasta comienzos del siglo XX, apoyándose en la disponibilidad de pasturas para los animales (Camarda; Serfaty, 2024; Leyes, 2014). Los saladeros ocupaban entonces una cantidad significativa de mano de obra para la época, y establecían una marcada división del trabajo al interior del proceso productivo. Como señala Leyes (2014, p.11), “los saladeros fueron las primeras manufacturas que concentraron mano de obra en cantidades importantes en Entre Ríos”.

No obstante, esta situación en la ganadería y la industria subsidiaria cambiaría rotundamente en las últimas dos décadas del siglo XIX. Junto con el declive de los saladeros, se inició un marcado proceso de expansión agrícola (Schmit, 2020), llevando a la provincia a multiplicar por 12,6 la superficie destinada a cultivos. Así, en un lapso de 23 años, la superficie cultivada pasó de 34,000 hectáreas (1872) a 430,000 hectáreas (1895).

Esta situación se vio acompañada de la inmigración suficiente para cubrir los nuevos puestos de trabajo producto de la expansión del área cultivada. Así, entre 1869 y 1947, la provincia irá acompañando el desarrollo demográfico general que experimentaba el país, multiplicando su población prácticamente en 6 veces en el interín². Esto lo podemos observar en el cuadro 1:

² Población de la provincia de Entre Ríos en 1869: 134.271, y en 1947: 787.362.

Cuadro 1 – Evolución población total país y provincia de Entre Ríos en los censos poblacionales de 1869, 1895, 1914 y 1947, variación porcentual entre censos y porcentaje que representa la población de la provincia en relación con el total del país en cada censo

Censo	Población país	Variación % país	Población E.R.	Variación % E.R.	% pob. ER sobre total país
1869	1.877.490	-	134.271	-	7,15%
1895	4.044.911	+115,44%	292.019	+117,48%	7,22%
1914	7.903.662	+95,39%	425.373	+45,67%	5,38%
1947	15.893.811	+101,09%	787.362	+85,1%	4,95%

Fuente: Realizado en base a los censos poblacionales correspondientes

En el caso de la industria, Biasizo (2020) destaca que a comienzos del siglo XX, además de la industria subsidiaria a la ganadería, sobresalían los talleres ferroviarios de Basavilbaso (departamento Uruguay) y de Concordia. Asimismo, el autor, demuestra cómo la provincia de Entre Ríos fue perdiendo participación dentro de los capitales invertidos en la región litoral³. De hecho, en el período entre 1895 y 1935, mientras los capitales invertidos en la industria crecieron en Capital Federal (+9,20%) y Buenos Aires (+18,82%), decrecieron en las provincias de Santa Fe (-11,93%), Entre Ríos (-75,35%) y Corrientes (-62,86%).

El comienzo de la crisis (1920-1980)

Como señala Leyes (2024), hacia la década de 1930, el modelo de desarrollo impulsado por el minifundio llegó a su límite. El “canto de cisne” fue la Primera Guerra Mundial, que permitió colocar la producción en los países beligerantes. Luego, en la década de 1920, muchos agricultores renovaron sus parques tecnológicos, lo que facilitó la incorporación de nuevas tierras de sus propios establecimientos, pero que no fue suficiente para afrontar las deudas cuando los precios de los cereales comenzaron a caer hacia finales de aquella década, siendo la expansión de la superficie uno de los motivos de la sobreproducción que llevó a la ruina a toda la economía entrerriana.

³ La región litoral comprende para la época: Capital Federal (hoy Ciudad Autónoma de Buenos Aires) y las provincias de: Buenos Aires, Santa Fe, Entre Ríos y Corrientes.

Al mismo tiempo, el país se vio en la necesidad de producir dentro de sus fronteras aquellos bienes que no se podían importar producto de la guerra, es el nacimiento de la Industrialización por Sustitución de Importaciones (I.S.I.). La I.S.I. vino a traer cierta calma al capitalismo argentino ya que fomentó la producción industrial, principalmente de la industria “liviana”, en el país. No obstante, la provincia de Entre Ríos no acompañó el ritmo de desarrollo industrial general, con un proceso de industrialización marginal.

Sumado a esto, la mecanización y tecnificación del agro argentino alrededor de la década de 1920 (Sartelli, 1997), irá haciendo mella en los puestos de trabajo disponibles. Si observamos el aumento de la cantidad de maquinaria implementada en el trabajo agrícola en la provincia, veremos que la cantidad de cosechadoras se multiplico por 240 entre 1914 (14 cosechadoras) y 1947 (3.367 cosechadoras). Teniendo en cuenta que, según estimaciones de Sartelli (1997), cada cosechadora implica un “ahorro” de mano de obra equivalente a 20 personas, 3.367 cosechadoras implicarían 67.320 puestos de trabajo menos en 33 años. Este proceso no estará exento de conflictividad social y política producto del aumento de la desocupación, siendo esta un gran problema dentro de la provincia hacia la década de 1930 (Kabat; Leyes, 2018). De hecho, la magnitud de la crisis llevó a un cambio de paradigma incluso dentro de los sectores conservadores. Así, desde distintas partes se comenzó a exigir al Estado mayor intervención social para frenar la conflictividad producto del desempleo. Uno de los aspectos más destacables del período 1917-1947 es que hubo un aumento del 661% del empleo público en la provincia, el cual “no se limitó al crecimiento “vegetativo” que acompaña el aumento poblacional y al cumplimiento de las funciones burocráticas, sino, creemos, buscó contener la desocupación” (Leyes, 2024, p. 263-264). Como señala este autor, la provincia llevó a cabo tres políticas para combatir la desocupación: en primer lugar, el aumento de la obra pública, que permitía un mayor uso de la mano de obra; en segundo lugar, planes de colonización por parte del estado provincial; y, en tercer término el aumento de la facilidad para la emigración de la mano de obra desocupada desde la provincia hacia las regiones donde la ISI tenía mayor desarrollo.

Esta situación se profundizó desde la década de 1940, cuando la aceleración de la instalación de industrias manufactureras en los grandes aglomerados urbanos de Buenos Aires, Rosario y Córdoba – con poco capital constante y, por ende, mucho requisito de mano de obra (Bill; Dachevsky; Kornbliht, 2011) – fue atrayendo trabajadores de aquellas provincias que quedaron rezagadas en el proceso de industrialización.

Si observamos los cuadros 2 y 3, veremos cómo, mientras la población total del país tuvo un crecimiento en orden del +50,67% en el período 1947-1979, la provincia de Entre Ríos creció solo un 3,09%. Si ponemos la lupa sobre las provincias de Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba en el mismo período, los crecimientos fueron +105,3%, +25,4% y +37,2%, respectivamente. Claramente se observa la tendencia histórica a concentrar población en la provincia de Buenos Aires, no obstante, Entre Ríos quedó muy rezagada en cuanto a población en la región litoral.

Cuadro 2 – Evolución población total país y provincia de Entre Ríos en los censos poblacionales de 1960, 1970 y 1980, variación porcentual entre censos y porcentaje que representa la población de la provincia en relación con el total del país en cada censo

Censo	Pob. País	Variación % país	Pob. E.R.	Variación % E. R.	% pob. E.R. sobre total país
1960	20.013.793	+26%	805.357	+2,28%	4,02%
1970	23.364.431	+16,74%	811.691	+0,76%	3,47%
1980	27.947.446	+19,61%	908.313	+11,9%	3,25%

Fuente: Realizado en base a los censos poblacionales correspondientes

Si ampliamos el período hasta 1980, veremos como la población entrerriana tuvo un estancamiento demográfico hasta el censo de 1980. Así, en el período de 1947 a 1980, las provincias de Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba (las de mayor desarrollo industrial) tuvieron un aumento poblacional correspondiente al 154,22%, 44,77% y 60,73% respectivamente, mientras que la provincia de Entre Ríos tuvo un crecimiento demográfico del 15,36% en el mismo período.

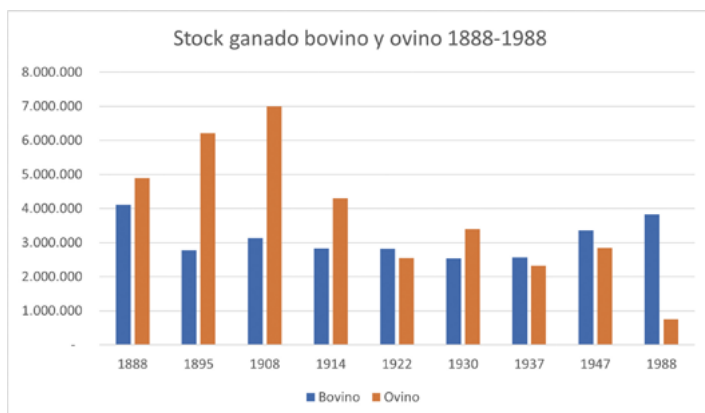
Cuadro 3 – Evolución de la población de las provincias de Buenos Aires, Entre Ríos, Santa Fe y Córdoba, y la variación porcentual entre censos, de los censos de 1960, 1970 y 1980

Censo	P. B.A.	Variación % B.A.	P. E.R.	Variación % E.R	P. Sta. Fe	Variación % Sta. Fe	P. Cba.	Variación % Cba.
1960	6.766.108	+58,37	805.357	+2,28	1.884.918	+10,68	1.753.840	+17,08
1970	8.774.529	+29,68	811.691	+0,78	2.135.583	+15,05	2.060.065	+17,29
1980	10.865.408	+19,24	908.323	+11,9	2.465.346	+15,44	2.407.754	+14,44

Fuente: Realizado en base a los censos poblacionales correspondientes

Al analizar la dinámica de la producción agropecuaria entrerriana, se observa un marcado estancamiento de la misma durante la primera mitad del siglo XX. En cuanto a la actividad pecuaria, fundamental en el desarrollo temprano de la economía entrerriana durante el siglo XIX (Biasizo, 2014; Leyes, 2024; Schmit, 2008), hacia comienzos del siglo XX el stock de vacunos se había reducido notablemente: en 1910 alcanzaba el 68% de lo que era en 1888, manteniéndose estable hasta la década de 1990. Esta situación condice con la especialización de la provincia, a comienzos del siglo XX, en la industria de conservas y derivados, sobre todo por los frigoríficos y las fábricas de extracto de carne instalados en el territorio. Así, la producción de animales vivos pasará a ocupar un rol preponderante en la provincia de Corrientes (Biasizo, 2016). Esto permitió aumentar las hectáreas disponibles para la actividad agrícola.

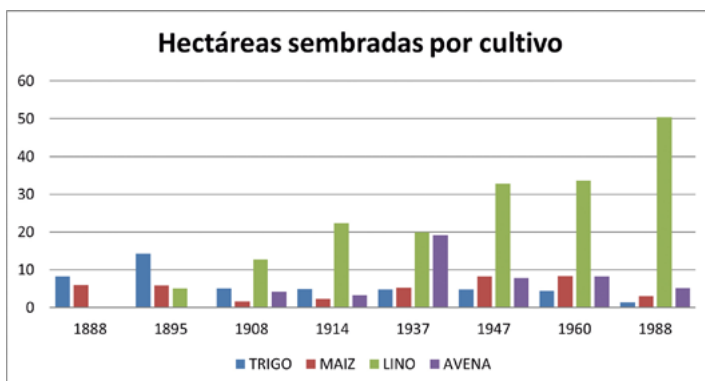
Figura 1 – Stock de ganado bovino y ovino de la provincia de Entre Ríos entre 1888 y 1988



Fuente: Realizado en base a los censos agrícola-ganaderos correspondientes

En contraste con el estancamiento de la producción ganadera en el siglo XX, la producción agrícola fue incrementando progresivamente las hectáreas cultivadas. Como ejemplo, consideremos cuatro cultivos: trigo, maíz, lino y avena. Com excepción del trigo, que a fines del siglo XIX era uno de los pocos cultivos y por ello predominante, las otras tres producciones fueron incrementando el territorio cultivado. Esto se observa particularmente en el avance de los cultivos de lino y avena (figura 2).

Figura 2 – Hectáreas sembradas por cultivo en la provincia de Entre Ríos, representadas en porcentajes del total cultivado (1888-1988)



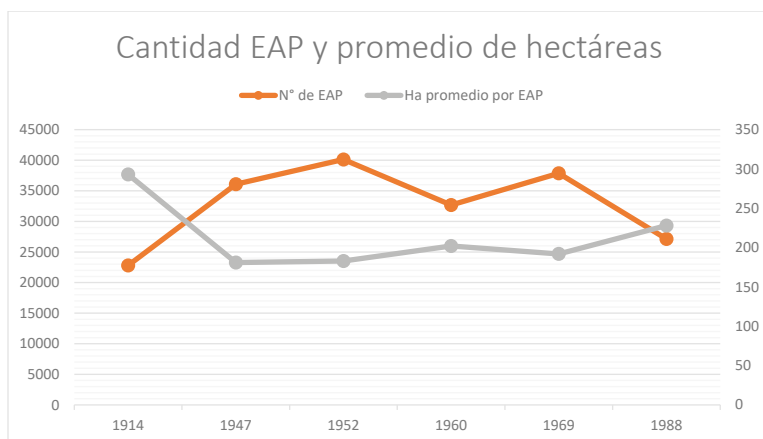
Fuente: Elaboración propia a partir de censos agropecuarios

Este crecimiento de la superficie cultivada se produjo como consecuencia del incremento de las explotaciones agropecuarias (EAP), las cuales prácticamente se duplicaron en la década de 1950, en relación con la década de 1910 (figura 3). Esto estuvo motivado por la expansión de la estancia mixta, que permitió la instalación de pequeños productores agrarios que combinaban la agricultura con la ganadería y otras producciones complementarias. Esta tendencia comenzó a declinar hacia la década de 1970 (Camarda, 2022; Truffer, 2018). En forma paralela se produjo un descenso en la cantidad de hectáreas por EAP, probablemente relacionado con una mayor concentración de tierra en menos productores.

A partir de mediados de la década de 1960, comenzó en Entre Ríos la introducción de la soja como nuevo cultivo. Como sostiene Truffer (2018), la implementación de la soja en la provincia puede periodizarse en tres etapas: 1) 1964-1979: experimentación y ensayo por parte de los organismos de Investigación y Desarrollo de la Provincia; 2) 1980-1996: consolidación productores; y 3) 1996 – en adelante: expansión del cultivo en el territorio en manos de la siembra directa y las semillas genéticamente modificadas. Es importante señalar el papel que jugaron los organismos públicos de Investigación y Desarrollo ya que, como sostiene la autora, “por decisión política, a través de las instituciones y un cuidadoso programa de capacitación, se preparó a los profesionales para resolver los problemas que el cultivo presentaba” (2018, p. 26).

Al mismo tiempo que la soja se expandía como cultivo en la provincia, avanzaba la llamada “revolución verde”. Así, la introducción de nuevas semillas, el uso de agroquímicos y fertilizantes y la profundización de la mecanización llevaron a una nueva concentración de la tierra en manos de capitales capaces de asumir las nuevas tecnologías. Esto llevó a un importante abandono de los campos pequeños y el traslado de miles de entrerrianos a las ciudades, tanto dentro como fuera de la provincia.

Figura 3 – Total EAP (eje izquierdo) y promedio de hectáreas en Entre Ríos por EAP (eje derecho)



Fuente: Elaboración propia a partir de los censos agropecuarios correspondientes y de las síntesis estadísticas de la provincia de Entre Ríos

Como se puede observar en el cuadro 4, la cantidad de hectáreas sembradas con soja se multiplica por 9,5 en un período de 7 años.

Cuadro 4 – Cantidad de hectáreas sembradas, toneladas producidas y rinde por hectárea en cada campaña entre 1973 y 1980

	C. 73/74	C. 74/75	C. 75/76	C. 76/77	C. 77/78	C. 78/79	C. 79/80
Ha semb. (en miles)	4.200	2200	2300	9000	15900	35300	40000
T. prod. (en miles)	5000	2800	3220	13000	33000	54000	53000
Rinde Q/ha	14,97	14,36	15,33	14,94	20,89	15,61	14,02

Fuente: Truffer (2018)

Los caminos de la producción

Como señalamos, la geografía de un territorio constituye un elemento fundamental que posibilita o complica su desarrollo económico. En una provincia como Entre Ríos, los caminos eran un verdadero reto de ingeniería.

El escaso desarrollo de los caminos provinciales (en su mayoría de tierra hacia mediados del siglo XX) y el consecuente abandono de tierras ante las dificultades para extraer la producción fueron ejes centrales al proyectar el mantenimiento de la población rural y la productividad.

En este sentido, Héctor Maya, en su primer mensaje como gobernador el 22 de mayo de 1946, dedicó gran parte de su discurso a la política caminera. El gobernador afirmaba que en la provincia sólo había 30 kilómetros de caminos pavimentados “[...] con lo que hemos quedado a la zaga de todas las demás provincias y aún de muchos territorios nacionales”. Propuso llevar adelante un importante plan de infraestructura vial, que se financiaría con impuestos a quienes recibieran el beneficio de las mejoras. Unos meses después, la legislatura provincial sancionó la Ley n.º 3.397, autorizando al Poder Ejecutivo a emitir deuda pública interna por 120 millones de pesos moneda nacional, de los cuales 80 millones se destinarían a la construcción de caminos pavimentados. No obstante, debido a las tensiones políticas generadas por el alto gasto, gran parte del proyecto quedó trunco.

Años después, tras el golpe de estado de 1955 y la intervención militar en la provincia mediante, en las elecciones de 1958 el radical Raúl Uranga lanzó como lema de campaña “sacar a Entre Ríos del Barro”. En un reportaje de *El Diario* del 26 de febrero de 1958, este desarrolló los ejes de su gestión, afirmando que “cinco serán los puntos fundamentales: pavimentación de mil kilómetros de caminos para sacar por fin a Entre Ríos del barro, el aislamiento y el atraso”. Es notable, como señala el “*Plan de mediano plazo 1968-1972*” del Consejo Provincial del Desarrollo, que en los 12 años entre 1952 y 1964 el parque automotor de la provincia creció un 120%, lo que marcaba la necesidad de mejorar los caminos para sostener tal crecimiento. Los otros puntos del programa de Uranga fueron la colonización: “[...] para dar tierra a los hijos de los chacareros, a los actuales arrendatarios amenazados de desalojo y a los peones entrerrianos que quieran y sepan trabajar”; la promoción industrial: “con el establecimiento de fábricas que manufacturen las materias primas entrerrianas que producimos masivamente pero que son transformadas fuera de la provincia, por lo que Entre Ríos está colocada en la condición de colonia de Buenos Aires y Santa Fe”; y la creación de fuentes de energía: “hasta que la Nación construya la presa Salto Grande”. Es decir, Uranga identificó los puntos débiles de la economía provincial: la falta de caminos transitables; los problemas relacionados con el arrendamiento de tierras por parte de los productores; y la falta

de industrias que impidieran agregar valor a la producción primaria, sobre todo agrícola. Si bien hubo avances en la política de caminos al poco tiempo de asumir Uranga, se centró finalmente en la concreción del túnel subfluvial Paraná–Santa Fe para establecer una conexión física permanente con el resto del país. Esto implicó relegar temporalmente la mejora de caminos internos. Sin embargo, el estado de los caminos internos siguió siendo un reclamo constante de múltiples sectores de la provincia. Así, en varias notas, cartas de lectores etc., de *El Diario*, productores, representantes de cámaras empresariales, vecinos etc. presentaban sus quejas por el estado de los caminos provinciales.

La necesidad de centrarse en la concreción del túnel subfluvial radicaba en la urgencia de romper el aislamiento provincial. Antes del túnel, la producción salía de Entre Ríos por balsas y un ferry-boat hacia Buenos Aires, lo que encarecía los costos logísticos y reducía las ganancias del comercio. Así, el túnel y, posteriormente, el complejo ferroviario Zárate–Brazo Largo y los puentes Internacionales rompieron el aislamiento de la provincia, favoreciendo el desarrollo de otras actividades productivas producto de facilitar el traslado de mercaderías y personas (Camarda; Correo, 2017).

Cuadro 5 – Infraestructura de conexión ferro-vial de Entre Ríos con Buenos Aires, Santa Fe y la República Oriental del Uruguay

Obra	Tipo	Inicio	Inaugurado	Tipo
Túnel subfluvial Hernandarias (a)	Túnel carretero (b)	1962	1969	Nacional (Santa Fe–Entre Ríos)
Puente Colón–Paysandú (c)	Puente carretero	1973	1975	Binacional (Arg.–R.O.U.)
Puente Puerto Unzué – Fray Bentos (d)	Puente carretero	1972	1976	Binacional (Arg.–R.O.U.)
Complejo Zárate – Brazo Largo (e)	Puente ferroautomotor	1972	1977	Nacional (B.A.–E.R.)
Complejo Salto Grande (f)	Central hidroeléctrica y paso ferroautomotor (g)	1975	1979	Binacional (Arg.–R.O.U.)

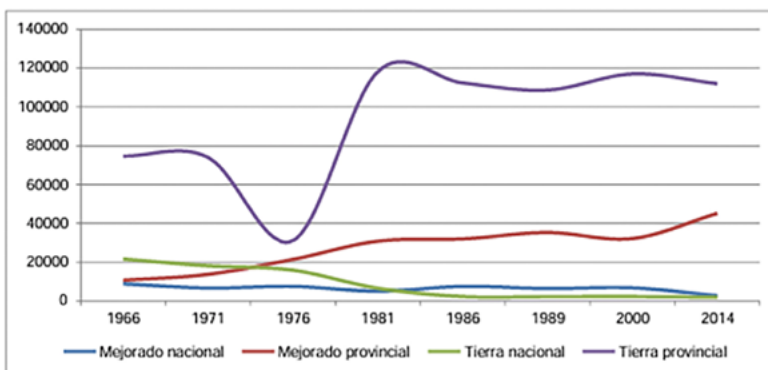
Fuente: Mateo y Camarda (2020)

Aclaraciones: (a) actualmente lleva el nombre Raúl Uranga – Carlos Sylvestre Begnis; (b) aunque fue prevista su ampliación a ferroautomotor; (c) puente General Artigas; (d) Puente General San Martín; (e) Complejo Unión Nacional; (f) Central Hidroeléctrica Binacional de Salto Grande; (g) Coronamiento de la represa Salto Grande. El paso automotor se permite desde 1982

A partir de 1962, una seguidilla de intervenciones del gobierno de facto nacional, irían reemplazando al personal político a cargo de la provincia. Así, a partir de 1966, sería designado interventor provincial el Brigadier Ricardo Favre, quien se mantendrá en la gobernación de la provincia hasta la transición de 1973. Durante estos 7 años, se realizarán gran parte de las obras de infraestructura caminera, aunque no con el objetivo de conectar las producciones agrarias, sino el de crear grandes corredores de asfalto. Así, se destacan la pavimentación de 720 kilómetros de rutas provinciales y el comienzo de las obras de los puentes internacionales que unirán la provincia con la República Oriental del Uruguay y del Complejo Zárate Brazo Largo que unirá Entre Ríos con Buenos Aires (cuadro 5).

Hacia la década de 1980, como señalan Mateo, Camarda y Rodriguez (2018) los caminos rurales quedaron en manos del Estado provincial. Así, “encontramos que, en las últimas décadas no hubo grandes modificaciones en relación a este tipo de caminos”. Es más, si observamos la figura 4 veremos que los caminos de tierra prácticamente triplicaron la cantidad de kilómetros entre 1976 y 1981. Es decir, el Estado provincial abrió caminos, pero de tierra o ripio por la imposibilidad de sostener un proceso de pavimentación a la escala necesaria. Así, los llamados “*caminos de la producción*” continuaron (y en gran medida continúan) siendo un problema para la extracción de la producción entrerriana por la frecuente anegaciones producto de las lluvias y las consecuentes roturas de los caminos.

Figura 4 – Kilómetros de caminos tierra y mejorado, nación y Entre Ríos (1966-2014)



Fuente: Mateo y Camarda (2020) en base a síntesis estadísticas de la provincia de Entre Ríos y de Adefa (Asociación de Fábricas de Automotores)

Consideraciones finales

Como se desprende de lo expuesto, demografía y economía mantienen una relación muy estrecha en el desarrollo general de la provincia. En este sentido, como señala Leyes (2024, p.435), la particularidad, y peso, del sector agrario en el capitalismo entrerriano oficiaría como un ancla para el desarrollo económico provincial ya que el mismo “[...] está limitado permanentemente por las condiciones ambientales. Las mismas que le dan existencia (buenas tierras y disposición de agua) pueden, en otro contexto, ser motivo de la destrucción del capital (sequías o inundaciones)” asimismo, como señala el autor, la valorización del capital se ve en ciclos relativamente largos, teniendo que esperar meses los productores para ver el fruto del trabajo.

Si tomamos el censo de 1869, veremos como las autoridades auguraban el futuro de la provincia: “[...] puede preverse que el crecimiento forzoso, mas regular y alto, está garantido á Buenos Aires, á Santa-Fé, á Entre Ríos, á Corrientes; y á Córdoba depues, entre los pueblos interiores. Los tres primeros especialmente, han de ofrecer en el porvenir la mayor densidad”.

Es decir, las autoridades consideraban que, teniendo en cuenta los números del primer censo nacional, la provincia de Entre Ríos tendría un rol central en la dinámica demográfica argentina.

Prácticamente 100 años después el panorama cambió, así el censo de 1970 advertía sobre la problemática demográfica y cómo esta estaba relacionada con el escaso desarrollo económico:

Aunque el Censo no registra datos específicos acerca de los determinantes de los movimientos migratorios, puede afirmarse que los hechos surgidos de los datos analizados son consecuencias de los profundos desequilibrios en el ritmo de crecimiento de las economías regionales, que crean las condiciones que favorecen el éxodo de importantes sectores de la población hacia zonas que, en función de su mayor desarrollo, pueden ofrecer oportunidades ocupacionales, salarios más elevados y la posibilidad de acceso a ciertos servicios sociales tales como educación, vivienda y salud.

La profundización de la mecanización y tecnificación en el sector agropecuario resultaron en el desempleo de importantes contingentes de obreros rurales, llevándolos a abandonar la provincia en busca de nuevas oportunidades laborales. Generalmente, los destinos receptores de los migrantes entrerrianos se localizaban en zonas con alta concentración de industria manufacturera debido al desarrollo industrial en el marco de la industrialización por sustitución de importaciones (ISI). Es decir, la provincia pasaba de ser un espacio receptor de población, en busca de trabajo, a ser un espacio expulsor de población que iba a buscar sustento en territorios con desarrollos económicos superiores a Entre Ríos.

Recién en la década de 1980 la provincia pudo revertir su estancamiento demográfico. Esto se puede relacionar, a modo de hipótesis, con el desarrollo de nuevos sectores de la economía, como el turismo, y con el desarrollo de la actividad relacionada a los “servicios”. Queda para profundizar, contrastando los datos disponibles y las investigaciones realizadas, acerca de las características del desarrollo económico y social de la provincia de Entre Ríos en el siglo XX, sobre todo en la segunda mitad del siglo. Esto sin dudas reviste una importancia significativa, en primer lugar, porque existe una vacancia en esos estudios, en segundo lugar, y más importante, porque permitiría entender por qué la provincia de Entre Ríos ocupa el lugar marginal que ocupa actualmente en la economía, y por ende en la política, de la Argentina. Comprender esto permitirá pensar estrategias de cara al futuro, con el objetivo de posicionar a la provincia en una mejor situación económica y social.

Referencias

BARSJY, O. **Historia del capitalismo agrario pampeano: la expansión ganadera hasta 1895**. Tomo I. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

BIASIZO, R. Economía de Entre Ríos entre fines del siglo XIX y la Gran Depresión. **Suplemento CDyT**, v. 10, n. 11, p. 8-35, 2020.

BIASIZO, R. Economía de Entre Ríos. Fines del siglo XIX y primeras décadas del siglo XX. Desarrollo de infraestructura y característica de actividades

económicas, su vinculación con el crecimiento y el asentamiento poblacional. *In: JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA*, 25., 2016. **Actas** [...].

BIASIZO, R. Particularidades de la evolución de la ganadería bovina en la provincia de Entre Ríos, en las tres primeras décadas del siglo XX. Incidencia de la fábrica de conservas Liebig's. *In: JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA*, 24., 2014. **Actas** [...].

BILL, D.; DACHEVSKY, F.; KORNBLIHTT, J. La industrialización por sustitución de importaciones en la Argentina a la luz de los datos empíricos. *In: SARTELLI, E. (comp.). La crisis orgánica de la sociedad argentina*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras – UBA, 2011. p. 31-74.

CAMARDA, M. De las expectativas a los resultados: la transformación agraria de Entre Ríos (1970-2018). **Encrucijada Americana**, v. 14, n. 1, p. 37-54, 2022.

CAMARDA, M.; CORREO, M. O. Las políticas públicas, el túnel subfluvial entre Paraná y Santa Fe y la integración física de la Megapotamia. **Revista de Transporte y Territorio**, n. 18. p. 222-245, 2017.

CAMARDA, M.; SERFATY, N. El desarrollo de la ganadería y la agricultura en la Entre Ríos de fines del siglo XIX y principios del siglo XX. **Historia Regional**, n. 53, p. 1-19, 2024.

HARVEY, D. **Ciudades rebeldes**: del derecho de la ciudad a la revolución urbana. Madrid: Akal, 2013.

KABAT, M.; LEYES, R. Ciclos de luchas sindicales en la provincia de Entre Ríos, Argentina, 1930-1943. **Estudios del ISHiR**, Rosario, n. 22, 2018.

LEYES, R. Destellos de un nuevo sujeto: los conflictos obreros en los saladeros y la formación de la clase obrera entrerriana (1854-1868). **Mundo Agrario**, Buenos Aires, n. 15, 2014.

LEYES, R. **La fragua y el surco: clase obrera y lucha de clases en Entre Ríos, de Urquiza a Perón, 1854-1943**. Buenos Aires: Ediciones RyR, 2024.

MATEO, J. A.; CAMARDA, M.; RODRIGUEZ, L. Una aproximación a la estructura productiva de Entre Ríos en la década de 1930. **Tiempo & Economía**, n. 5, p. 179-208, 2018.

MATEO, J. A.; CAMARDA, M. Informe Centro Interdisciplinario de Estudios de la Facultad de Ciencias Económicas UNER (CIEFCE). **UNER**, Paraná, 2020.

PETITTI, M. Los proyectos de creación de la Universidad Nacional de Entre Ríos durante el siglo XX: actores y políticas en un juego de avances y retrocesos (1914-1973). **Historia Regional**, n. 53, p. 1-14. 2024.

SARTELLI, E. Ríos de oro y gigantes de acero: tecnología y clases sociales en la región pampeana (1870-1940). **Razón y Revolución**, n. 3, p. 1-34, 1997.

SCHMIT, R. Expansión agrícola y estructura socio-económica en Entre Ríos: el departamento de Paraná a finales del siglo XIX. **Mundo Agrario**, v. 20, n. 45, 2020.

SCHMIT, R. **Historia del capitalismo agrario**. Los límites del progreso: expansión rural en los orígenes del capitalismo rioplatense, Entre Ríos 1852-1872. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

SMITH, N. **Desarrollo desigual: naturaleza, capital y la producción del espacio**. Madrid: Traficante de Sueños, 2020.

TRUFFER, I. La construcción del conocimiento local: la soja en Entre Ríos. In: TRUFFER, I. (comp.). **La construcción del actual territorio agrícola entrerriano**. Paraná: Eduner, 2018. p. 19-48.

WALLINGRE, N. Evolución del desarrollo del turismo en la provincia de Entre Ríos, Argentina. **Tiempo de Gestión**, n. 5, p. 1-20, 2008.

Fuentes

CENSOS poblacionales nacionales de los años 1869, 1895, 1914, 1947, 1960, 1970 y 1980.

CONSEJO PROVINCIAL DE DESARROLLO. **Plan de mediano plazo 1968-1972**. Provincia de Entre Ríos, Paraná, 1969.

GODOY, E. A. **Informe sobre la provincia de Entre Ríos**. Subsecretaría de Economía, Sección Biblioteca y Difusión, Paraná 1960.

Periódico El Diario (Paraná, Entre Ríos).

A INTERSECCIONALIDADE NA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DE CRICIÚMA: A LUTA E AS CONQUISTAS DAS\OS TRABALHADORAS\ES¹

Tatiane Beretta

¹ Este trabalho é parte de um recorte da dissertação *Entre linhas e retalhos: as experiências das/os trabalhadoras/es do Sindicato Vestuarista de Criciúma e região de 1978 a 1990*. O estudo foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

Introdução

A trajetória do Sindicato Vestuarista de Criciúma entre os anos de 1979 e 1990 está inserida em um contexto de profundas transformações sociais, políticas e econômicas no Brasil e, particularmente, na cidade de Criciúma (SC). Esta pesquisa busca explorar como as experiências das/os trabalhadoras/es do setor vestuarista, especialmente as mulheres, foram marcadas por questões de classe, gênero e raça e, com base na perspectiva da interseccionalidade, como essas categorias sociais se entrelaçam para construir realidades complexas.

Para compreender melhor a relevância do sindicato e as vivências das suas trabalhadoras, é essencial analisar o contexto histórico da cidade de Criciúma. No início de sua formação, Criciúma era uma colônia de imigração com uma economia rural, voltada para a subsistência e pequenos comércios. No entanto a descoberta de carvão mineral, no fim do século XIX, provocou uma profunda mudança na economia da cidade. O carvão tornou-se o principal motor econômico da região, promovendo uma rápida industrialização e transformando Criciúma em um centro de extração mineral. Com a chegada da indústria do carvão, a força de trabalho da cidade se reorganizou. Antes baseada na agricultura, a mão de obra deslocou-se para as minas, e a sociedade cricumense passou a ser marcada pela divisão entre os trabalhadores do carvão e os pequenos comerciantes e agricultores.

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, a cidade sofreu os impactos das mudanças na economia mundial, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. A queda na demanda por carvão e a recessão econômica que seguiu a guerra afetaram Criciúma, levando a uma diversificação da sua base industrial. Foi nesse contexto que o setor vestuarista começou a ganhar relevância, surgindo de maneira tímida na década de 1960, com pequenas fábricas familiares, mas logo se expandindo e se consolidando como uma das principais atividades econômicas da região.

A inserção das mulheres no setor vestuarista foi um dos fatores que mais impactaram a reorganização do trabalho em Criciúma. Até então, o trabalho fabril era predominantemente masculino, principalmente nas minas de carvão, todavia o crescimento do setor vestuarista abriu novas oportunidades

de emprego para as mulheres. No entanto essa inserção no mercado de trabalho não ocorreu sem tensões. A presença feminina nas fábricas de têxteis alterou não só a dinâmica das relações de trabalho, como também as relações sociais da cidade, que precisou lidar com a nova realidade de mulheres atuando em um espaço historicamente dominado por homens.

Tais mulheres, por sua vez, enfrentaram dificuldades que iam além das questões econômicas, envolvendo a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga de responsabilidades domésticas, que continuavam sob sua alçada, mesmo com o trabalho formal. Nesse cenário, o Sindicato Vestuarista de Criciúma emerge como uma ferramenta essencial para a luta dessas mulheres por melhores condições de trabalho e por direitos sociais. Fundado em 1979, o sindicato nasce em um período de grande efervescência política no Brasil, marcado pela luta contra a ditadura militar e pelo início do processo de redemocratização do país.

O sindicalismo, que durante a ditadura foi severamente reprimido, renasce com força, influenciado pelas ideias do chamado “novo sindicalismo”², que buscava ampliar a atuação dos sindicatos para além das reivindicações trabalhistas, engajando-se em lutas políticas e sociais mais amplas. Foi nesse contexto que o Sindicato Vestuarista começou sua trajetória, com o objetivo de organizar as trabalhadoras do setor e lutar por seus direitos. Um dos aspectos centrais dessa luta foi a busca pela igualdade de gênero dentro do ambiente de trabalho. A divisão sexual do trabalho nas fábricas vestuaristas era clara: as mulheres eram vistas como “naturalmente” aptas para tarefas manuais e repetitivas, como a costura, enquanto os homens ocupavam os cargos de gerência e supervisão.

Além disso, as trabalhadoras enfrentavam discriminação salarial e precariedade nas condições de trabalho, o que refletia a desigualdade de gênero e também as condições gerais do proletariado no Brasil da época. O sindicato tornou-se, assim, um espaço no qual essas mulheres podiam se organizar para reivindicar direitos, como equiparação salarial, melhores condições

² Quando nos referimos ao “novo sindicalismo”, a intenção não é depreciar o sindicalismo anterior, mas sim marcar uma mudança nas formas de atuação e nas práticas adotadas ao longo do tempo. O termo é utilizado para destacar as transformações e alternativas que surgiram no cenário sindical durante a década de 1970, sem a intenção de desqualificar os sindicatos e suas ações anteriores. O “novo sindicalismo”, assim, não representa uma crítica ou um julgamento negativo do sindicalismo preexistente, e sim um marco temporal que sinaliza a mudança ou adaptação do movimento sindical às novas realidades políticas, econômicas e sociais.

de trabalho e reconhecimento das suas capacidades como trabalhadoras. A análise interseccional das experiências das trabalhadoras do Sindicato Vestuarista revela como questões de gênero, classe e raça se entrelaçam para formar realidades únicas.

A interseccionalidade, conceito central nesta pesquisa, permite compreender que as opressões e desigualdades não podem ser analisadas de forma isolada. O fato de ser mulher, por exemplo, não define por completo a experiência de opressão de uma trabalhadora; é necessário também considerar sua condição de classe, sua raça e outras questões sociais. Em Criciúma, embora o sindicato tenha sido composto majoritariamente por mulheres brancas, a interseccionalidade permite explorar também as experiências das mulheres não brancas que enfrentavam barreiras adicionais em razão do racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Um dos principais instrumentos usados para analisar essas vivências foi a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que forneceu dados essenciais sobre o perfil das trabalhadoras do setor vestuarista. Os dados permitiram observar a diversidade das mulheres envolvidas no sindicato, levando em consideração fatores como idade, escolaridade, tempo de trabalho e, principalmente, o sexo. Com base nas informações da Rais, foi possível perceber como o sexo e a sexualidade das trabalhadoras influenciavam suas condições de trabalho e suas experiências no ambiente fabril.

Os dados quantitativos foram complementados com a análise dos materiais históricos salvaguardados pelo Centro de Educação Popular de Criciúma (Cedip) e pelo Centro de Memória e Documentação (Cedoc). Esses documentos, produzidos em parceria entre o sindicato, movimentos sociais e pastorais da Igreja Católica, oferecem uma visão mais ampla da atuação política do sindicato, que não se limitava às questões trabalhistas, mas estava fortemente engajado nas lutas sociais da época.

A colaboração com movimentos de bairro e com a Igreja foi fundamental para a estruturação do sindicato, que, por meio de cursos de formação, jornais como *O Carretel* e reuniões, buscava conscientizar as trabalhadoras sobre seus direitos e sobre a importância da organização sindical. Além das interações com movimentos sociais, a década de 1980 foi marcada por importantes transformações políticas no Brasil, com o processo de reabertura democrática e o fim da ditadura militar. Esse período, conhecido

por seu intenso ativismo político e social, foi decisivo para o fortalecimento do sindicalismo no país, e Criciúma não foi exceção. A cidade, que já possuía uma tradição de luta sindical desde os tempos das greves dos mineiros de carvão, foi palco de novas mobilizações, impulsionadas pela atuação do Sindicato Vestuarista. As trabalhadoras vestuaristas, que participaram ativamente das greves e passeatas que tomaram as ruas do Brasil durante tal período, foram protagonistas na luta por melhores condições de trabalho e por direitos sociais.

Costurando com linhas interseccionais

Ao analisarmos a história do Sindicato do Vestuário de Criciúma, torna-se evidente a complexidade dos múltiplos atravessamentos que marcaram sua trajetória. Num primeiro momento, destaca-se o processo de colonização e migração para a região, impulsionado pelas dinâmicas do capital e pela busca por oportunidades econômicas. Segundo Goularti Filho (1995), esse movimento foi determinante para a ampliação do setor têxtil local, estruturando as bases produtivas e laborais que caracterizam a indústria do vestuário.

Como já mencionado, inicialmente Criciúma foi uma colônia de imigrantes que desenvolvia uma economia de subsistência voltada para o campo. O trabalho era voltado para a produção destinada ao consumo doméstico, e as relações estabelecidas eram baseadas nas capacidades dos indivíduos para desempenhar as tarefas diárias. De acordo com Silvia Federici (2004), com a alternância dos modelos econômicos, a produção que antes era destinada ao uso familiar passa a ser direcionada ao mercado, e a questão monetária transforma o valor do trabalho, retirando do âmbito doméstico a importância na acumulação de capital.

Com a descoberta de carvão mineral, a organização social e econômica de Criciúma sofreu uma transformação significativa. O capitalismo começa a exercer influência sobre as dinâmicas da cidade, alterando as relações de produção e as estruturas sociais. Nesse processo, as mulheres são incorporadas à história local, mas frequentemente como personagens secundárias na construção da cidade e da civilidade moderna, tendo seu papel reduzido a funções secundárias no novo modelo econômico emergente. As famílias criciumenses, como descrito por Terezinha Gascho Volpato (2001),

estabeleciam suas relações com base na divisão sexual do trabalho. Essa estrutura era resguardada tanto pelos homens quanto pelas mulheres. A divisão do trabalho configurava-se na prática do trabalho remunerado nas minas, atividade desempenhada pelos homens, enquanto o trabalho doméstico ficava a cargo das mulheres.

O setor têxtil destaca-se na década de 1970 como um espaço de pertencimento para as trabalhadoras. Embora as indústrias e fábricas representassem relações de opressão, esses ambientes se tornaram locais onde as mulheres estabeleciam laços de poder, tomando as ruas, criando o sindicato e se posicionando politicamente em nome de seus ideais.

Além disso, as relações políticas do Brasil exerceram influência direta sobre a formação e consolidação desse sindicato. No período de sua constituição, o país viveu a ditadura militar (1964-1985), um contexto marcado por restrições aos direitos trabalhistas e sindicais, repressão aos movimentos sociais e vigilância sobre organizações que representavam os interesses da classe trabalhadora. O cenário impôs desafios à atuação sindical, limitando sua capacidade de mobilização e resistência.

Assim, o sindicalismo, nos primeiros anos da ditadura civil-militar, foi utilizado como um aparato do regime, no qual as relações eram cerceadas por meio das políticas de manutenção do poder estatal. A partir da metade da década de 1970, impulsos de oposição ao governo começaram a se fortalecer nos meios trabalhistas, culminando no movimento do “novo sindicalismo”, que teve grande influência no ABC Paulista, com os metalúrgicos. Esse movimento reconfigurou a atuação sindical brasileira, ao se aliar aos movimentos sociais e aos partidos políticos que, ao fim da década, estavam ensaiando a reabertura política. No entendimento de Eder Sader (1988), a emergência do “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo” na década de 1970 surgiu como uma resposta à perda de representatividade das entidades sindicais tradicionais, buscando renovar as correntes sindicais e estimular as lutas reivindicatórias que estavam esquecidas.

Um aspecto que atravessou as experiências no sindicalismo do início da década de 1980 foram as articulações dos movimentos populares. Esses grupos se originaram por meio das pastorais da Igreja Católica, dos grupos nas comunidades, dos movimentos de bairros, da organização política, com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), e da Central

Única dos Trabalhadores (CUT). A década de 1980 tornou-se fundamental para as mudanças organizacionais dos sindicatos em nível nacional e, claro, no sindicalismo criciumense. Nas palavras de Sader (1988, p. 151-152), “as transformações ocorridas na Igreja não podem ser subestimadas. [...] as críticas feitas à organização social não se limitavam a questões secundárias, mas denunciavam os próprios fundamentos do sistema”. A Pastoral Operária tinha como objetivo fortalecer e auxiliar os discursos e as ações dos movimentos trabalhistas na cidade de Criciúma.

Outro fator determinante na estrutura do sindicato refere-se às questões de gênero. O setor têxtil, amplamente composto por trabalhadoras mulheres, historicamente carrega marcas da divisão sexual do trabalho, em que atividades como costura e confecção são socialmente atribuídas às mulheres. Entretanto, apesar de sua predominância numérica, as trabalhadoras enfrentaram – e ainda enfrentam – barreiras para ocupar cargos de liderança e garantir o reconhecimento e a equidade salarial na categoria. Assim, a intersecção entre classe, gênero e contexto político revela-se como um elemento fundamental para compreender a trajetória do Sindicato do Vestuário de Criciúma e suas dinâmicas de luta e organização.

Por conta destes e demais fatores, o conceito de interseccionalidade aplicado na presente pesquisa promove a integração de elementos anteriormente analisados de forma isolada, permitindo uma abordagem mais abrangente das relações sociais e das dinâmicas de poder. O conceito empregado em nossa análise emergiu na década de 1990, sendo implementado por Kimberlé Crenshaw (1989), que concebeu a interseccionalidade, inicialmente, como uma metáfora para ilustrar como diferentes sistemas de desigualdade – tais como raça, gênero e classe – operam de modo simultâneo e se sobrepõem na experiência social. A autora argumenta que cada indivíduo assimila as relações sociais por intermédio de perspectivas particulares, reinterpretando concepções já previstas para compreender novas interações.

Essa abordagem ressignifica a forma como se analisam estruturas de opressão e resistência, rompendo com modelos analíticos que tradicionalmente categorizavam experiências de forma compartimentada. Como observa Collins (2022), uma metáfora pode desencadear uma sensação instantânea ao que antes era desconhecido, destacando o papel da interseccionalidade na ampliação do entendimento das complexidades sociais. Portanto, a interseccionalidade

não apenas propõe um novo olhar sobre desigualdades interconectadas, como também contribui para a formulação de políticas públicas e estratégias de mobilização mais eficazes, que consideram as múltiplas dimensões da experiência humana, que iremos nos aprofundar adiante.

Partes de um único tecido: quem são as trabalhadoras

O setor têxtil historicamente se caracteriza como aquele que mais emprega mulheres, consolidando-se como um espaço fundamental para a inserção feminina no mercado de trabalho. No entanto, apesar da predominância de trabalhadoras, a área ainda é estruturada sob moldes masculinos, refletindo desigualdades de gênero. De acordo com Perrot (2007), as ocupações destinadas às mulheres ao longo da história foram limitadas, frequentemente restritas ao ambiente doméstico, o que reforçou a construção social da figura feminina como materna e frágil. Esse imaginário perpetua a associação das mulheres a atividades como costura e culinária, vistas como extensões naturais de seu papel familiar e reprodutivo.

Ainda que tenham ingressado nas fábricas e indústrias, funções tradicionalmente atribuídas aos homens, as mulheres no setor têxtil continuam a ser designadas para atividades associadas ao vestuário e à costura, reforçando estereótipos de gênero e delimitando suas possibilidades de ascensão profissional. Tal fenômeno reflete uma divisão sexual do trabalho enraizada, na qual a costura é socialmente concebida como um “atributo” natural da mulher, desconsiderando a qualificação e o aprendizado envolvido no ofício. Essa inibição das particularidades é utilizada para assegurar as desigualdades salariais e manter o “comportamento dócil” entre as operárias, articulado mediante a subordinação destas ao capital e assegurado pela concepção sexista da mulher (Souza-Lobo, 2021). Logo, a presença feminina nesse setor não significou, necessariamente, uma ruptura com as normas de gênero preexistentes, e sim uma adaptação dentro dos limites impostos por uma estrutura historicamente masculina.

Segundo dados extraídos da Rais, entre 1985 e 2022, a presença de mulheres no setor têxtil de Criciúma ultrapassa 80%, quando comparada à participação masculina. Esse dado reflete a forte inserção feminina no

setor, consolidando-o como um espaço predominantemente ocupado por trabalhadoras.

No que se refere aos graus de escolaridade da força de trabalho do setor têxtil de Criciúma, de 1985 a 2005, observamos um ponto relevante nos dados apresentados: o número de trabalhadoras e trabalhadores analfabetos permaneceu constante ao longo do período averiguado. No entanto, como aspectos positivos, destacam-se o expressivo crescimento de trabalhadores com o ensino médio completo e um tímido aumento no número de trabalhadores que ingressaram no ensino superior.

O trabalho infantil manteve uma constância entre os anos de 1985 e 1995, enquanto a inexistência de trabalho de pessoas com 65 anos ou mais foi uma característica marcante durante o período de 1985 a 2010. Esses dados revelam uma tendência na força de trabalho do setor vestuarista, caracterizada pela preferência na contratação de indivíduos mais jovens, o que, por sua vez, resulta em uma base salarial mais baixa. A escolha está diretamente relacionada à pouca ou à ausência total de experiência dos trabalhadores, refletindo uma estratégia que privilegia a mão de obra mais barata e menos qualificada, ao mesmo tempo em que marginaliza as faixas etárias mais avançadas.

Ao incluir a variável de raça/cor no banco de dados da Rais, o Ministério do Trabalho reforça a relevância de compor o Programa de Disseminação das Estatísticas de Trabalho (PDET), de maneira a refletir a totalidade do sujeito. No ano de 2020, aproximadamente 33,3% das trabalhadoras do setor têxtil de Criciúma eram não brancas. Esse setor, o de maior presença feminina, também se caracteriza pela composição de corpos racializados e pela diversidade de nacionalidades de suas trabalhadoras.

Após 2005, notamos um aumento expressivo nos indicadores relacionados ao ensino superior, refletindo a entrada das trabalhadoras nas universidades como um marco de ruptura com um sistema que as marginalizava e as classificava pelo estigma da desqualificação mental para o trabalho. Patricia Hill Collins (2022) ressalta essa questão ao afirmar, por exemplo, a maneira como a compreensão de inteligência reflete o senso comum que mulheres são infantis e menos inteligentes que os homens e que as pessoas negras são menos inteligentes que as pessoas brancas. Concordando com tal perspectiva, concluímos que gênero, raça e idade são fatores cruciais para a regulamentação de significados sociais. Quando esses aspectos se combinam,

tendem a influenciar ou ser influenciados pelos sistemas de poder que regulam as relações sociais e de trabalho.

Os dados extraídos da Rais referentes à força de trabalho do setor têxtil de Criciúma revelam de maneira significativa como a interseccionalidade se manifesta nas relações de classe. Inicialmente, o gênero das trabalhadoras e trabalhadores dessa categoria impõe conotações específicas que diferem das experiências de outras categorias profissionais, destacando as necessidades e opressões particulares enfrentadas pelas mulheres e as relações sexistas que permeiam a sociedade.

Durante os anos avaliados os dados apresentados consolidam, por meio de números, as esferas de dominação e as conquistas obtidas pela força de trabalho vestuarista, e como o mundo do trabalho se entrelaça com as experiências sociais mais amplas, reproduzindo as concepções e os pensamentos vigentes nesses outros espaços. Ao analisar os dados da Rais, é possível compreender, de maneira substancial (em maior número são mulheres, jovens, racializadas, imigrantes), os alicerces que estruturaram o setor têxtil e, por conseguinte, as interações sindicais no ramo em questão.

Costuras subversivas: moldes de um sindicato costurado por mulheres

Em 1978, o coletivo de trabalhadoras e trabalhadores do setor vestuarista de Criciúma uniu-se para criar uma associação. No ano seguinte, em 1979, o grupo obteve a carta sindical, que legalizou o coletivo e ampliou suas possibilidades de atuação na esfera trabalhista (Miranda, 2013). O sindicato abrangia trabalhadoras e trabalhadores dos setores vestuarista e calçadista, tendo Criciúma como cidade-sede. No entanto sua base territorial incluía também os municípios de Içara, Araranguá, Sombrio, Turvo, Urussanga, Siderópolis, Jacinto Machado, Morro da Fumaça, Nova Veneza e Maracajá.

O sindicato inicia sua trajetória com uma questão inédita na região. À frente do coletivo, encontra-se dona Ana Aurino Borges dos Reis, a primeira mulher a ocupar a presidência de um sindicato na cidade de Criciúma. Sua liderança inaugura a participação feminina em cargos de comando no movimento sindical. Ao assumir o posto, Ana Aurino rompe com o imaginário

assexuado do sindicalismo e destaca-se como uma liderança combativa durante suas duas gestões.

Esse fato foi uma conquista significativa em um período em que os direitos das mulheres ainda estavam em estágio inicial de institucionalização no Brasil. A presença de uma mulher à frente do sindicato é um indicativo das mudanças sociais e políticas que estavam em curso, especialmente no que diz respeito à participação feminina nas lutas sindicais e políticas. Sua eleição também reflete a relevância das questões de gênero na organização do sindicato e na luta por direitos trabalhistas e sociais. Ao longo de sua trajetória, o Sindicato Vestuarista de Criciúma desempenhou um papel crucial na organização das trabalhadoras do setor vestuarista e na luta específica ligada a um coletivo majoritariamente feminino.

No ano de 1982, o sindicato enfrentou sua primeira paralisação. Contudo as relações entre a diretoria e a base do sindicato foram enfraquecidas em virtude da postura adotada pela liderança da época, que optou por não apoiar a primeira greve da categoria. O episódio evidenciou divergências internas e marcou um momento de tensão na trajetória da entidade, impactando sua credibilidade perante as trabalhadoras e trabalhadores do setor.

Embora a presidência do sindicato fosse ocupada por uma mulher, demonstrando questões relevantes relacionadas ao gênero, as relações de poder observadas nesse coletivo ultrapassam tal perspectiva e se inserem em debates políticos sobre a ocupação da presidência após os dois primeiros mandatos de dona Ana Aurino Borges dos Reis. A sucessão sindical não apenas refletiu dinâmicas de gênero, como também esteve atrelada a disputas políticas e ideológicas que redefiniram os rumos do sindicato nos anos seguintes.

A partir da década de 1980, houve uma clara divisão entre dois grupos que disputavam o controle do sindicato: o sindicalismo popular, ligado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), e o novo sindicalismo, influenciado pelo PT. Essa disputa refletia as tensões políticas da época, em que diferentes visões sobre o papel do sindicato e sua atuação política estavam em jogo. Enquanto o sindicalismo popular buscava uma atuação mais moderada e conciliatória, o novo sindicalismo defendia uma postura mais combativa e engajada nas lutas sociais. A disputa entre os dois grupos moldou a atuação do Sindicato Vestuarista durante a década de 1980 e refletiu as tensões políticas mais amplas que permeavam o movimento sindical brasileiro.

Com a chegada de 1985 e a proximidade das novas eleições sindicais, um grupo de trabalhadores organizou uma chapa de oposição à então presidente, dona Ana Aurino Borges dos Reis, que buscava a reeleição para um terceiro mandato. A campanha oposicionista teve como principal argumento a crítica à longa permanência de dona Ana no cargo, associando sua liderança à ideia de “dona do sindicato”. Além disso, a oposição adotou estratégias de mobilização mais discretas, promovendo reuniões menores e estabelecendo diálogos diretos com trabalhadoras e trabalhadores em suas casas, evitando chamar a atenção da presidência. Essas táticas permitiram maior aproximação com a base e contribuíram para a reorganização política dentro do sindicato.

A estratégia traçada pela chapa de oposição permitiu um contato mais próximo e sensível com as demandas das trabalhadoras. A abordagem se refletiu nos documentos e manifestos produzidos pela oposição, nos quais se destacavam propostas como a melhoria da segurança no transporte das trabalhadoras, a realização de reuniões mensais nas fábricas e indústrias, a ampliação do acesso a creches e o enfrentamento das denúncias de assédio no ambiente de trabalho. Esses registros evidenciam uma maior participação das trabalhadoras na formulação das pautas do sindicato, reforçando a relevância das questões de gênero no movimento sindical. Além disso, a campanha da oposição contou com o apoio da Pastoral Operária, do Cedip, do PT e da CUT, que auxiliaram na produção dos materiais eleitorais e na mobilização da categoria.

A influência positiva da Pastoral Operária foi fundamental nas eleições de 1985, pois seu alcance ia além do ambiente fabril, atingindo também as comunidades onde as trabalhadoras viviam. Esse fator foi crucial para fortalecer a campanha da chapa de oposição, permitindo uma mobilização mais ampla e diversificada. Segundo Miranda (2013), outro aspecto determinante foi o apoio de outros sindicatos, como os metalúrgicos e os rodoviários. Historicamente, não era comum que sindicatos de diferentes categorias manifestassem apoio explícito a outras entidades, mas em 1985 a conjuntura política e sindical fez com que os sindicatos alinhados à CUT e ao PT se unissem em torno da candidatura oposicionista. Tal respaldo fortaleceu a campanha e ampliou suas possibilidades de vitória.

A eleição sindical de 1985 não foi apenas uma disputa entre diferentes modelos de sindicalismo; tratou-se de um embate político marcado pela filiação

partidária das chapas concorrentes. Dona Ana, representante da situação, estava ligada ao PDT e tinha forte apoio do Sindicato dos Mineiros, um grupo tradicionalmente alinhado ao sindicalismo de Estado ou sindicalismo popular. Já a chapa de oposição, vinculada ao PT e à CUT, defendia a renovação sindical promovida pelo “novo sindicalismo”, que priorizava a participação coletiva e descentralizada, substituindo a figura centralizadora do presidente pela força do coletivo.

Esse embate político ultrapassava as pautas trabalhistas e evidenciava uma disputa ideológica entre modelos distintos de organização sindical. A presença ativa de filiados de ambos os partidos assessorando as chapas reforçou a polarização, tornando a eleição de novembro de 1985 um marco não apenas para o Sindicato Vestuarista, como para o próprio cenário político e sindical da época.

A vitória da oposição em 1985 marcou uma virada na trajetória do Sindicato Vestuarista de Criciúma. Como aponta Miranda (2013), a cidade tornou-se uma referência para o sindicalismo cutista em Santa Catarina, e os vestuaristas passaram a representar de forma autêntica o “novo sindicalismo” na região. A partir de dezembro daquele ano, o coletivo do vestuário iniciou um processo de reorganização, fortalecendo sua atuação de maneira mais independente e combativa, conforme sua perspectiva. A ruptura com o modelo anterior permitiu ao sindicato maior autonomia em suas ações. O novo período foi marcado por uma participação mais ativa das trabalhadoras e pelo fortalecimento de reivindicações específicas da categoria, consolidando a entidade como uma força significativa no cenário sindical catarinense.

O Carretel: o nosso sindicato vai dar muito pano para a manga

Diante das transformações na gestão do coletivo, a criação de um jornal sindical marcou o início de uma nova fase na administração. Com o apoio do Cedip, a direção recém-eleita procurou estabelecer um diálogo mais horizontal com as trabalhadoras, e assim surgiu o jornal *O Carretel*. Este se tornou uma ferramenta crucial para a comunicação e mobilização, visando estreitar a relação entre a direção do sindicato e as trabalhadoras, além de dar visibilidade às suas demandas e preocupações.

Por meio de *O Carretel*, a nova gestão buscou informar sobre os avanços e desafios do setor, ao mesmo tempo em que promovia a participação ativa das trabalhadoras nas decisões e ações do sindicato. O apoio do Cedip foi essencial, pois trouxe uma abordagem mais política e social à atuação do sindicato, ampliando sua conexão com as causas populares. O jornal passou a ser um espaço para discutir questões como condições de trabalho, assédio, desigualdade salarial, entre outros temas pertinentes à categoria. Dessa forma, *O Carretel* consolidou-se como um canal de comunicação direto, em que as trabalhadoras podiam expressar suas preocupações e contribuir para uma gestão mais democrática e participativa.

A primeira edição de *O Carretel* trazia como frase de capa “Em 1986, o nosso sindicato vai dar muito pano para a manga”, uma provocação que antecipava o espírito combativo e proativo do jornal. Desde sua primeira edição, o jornal incorporava colunas de denúncias, proporcionando um espaço seguro e acolhedor para que as trabalhadoras pudessem se expressar livremente. Nesse espaço, suas vozes não eram questionadas quanto à veracidade; elas eram ouvidas e respeitadas.

O Carretel foi essencial para promover uma imagem positiva do sindicalismo, destacando a participação das mulheres como um princípio fundamental na estrutura do coletivo. A cada edição, o jornal estreitava sua identidade com a assessoria do Cedip e consolidava-se como uma plataforma importante para as trabalhadoras, abordando questões trabalhistas e também dando visibilidade às lutas e conquistas das mulheres no setor. Ao longo das publicações, o jornal reforçava a ideia de que o sindicato era um espaço de resistência e organização e que a união das trabalhadoras era essencial para a conquista de seus direitos, para além das fábricas.

Na edição de abril de 1986, *O Carretel* trouxe como matéria de capa a campanha salarial, que culminaria na greve de maio daquele ano. O folheto dedicou suas páginas à divulgação dos 46 itens que compunham a pauta de reivindicações, elaborada durante o 1.º Congresso dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário e do Calçado. Além disso, a última página do jornal continha informações cruciais, como as datas e os locais das assembleias, convidando as trabalhadoras e trabalhadores a se mobilizarem e participarem ativamente das discussões e decisões coletivas. A edição de abril consolidou o papel do jornal como um canal de organização e fortalecimento da luta sindical.

Já na edição de agosto de 1987, *O Carretel* direciona seu olhar para o governo federal, estampando em sua capa bandeiras com o pedido de Diretas Já, destacando a relevância do movimento sindical na luta pela redemocratização do Brasil. O jornal também abordava a importância da greve geral como uma ferramenta essencial na conquista de direitos para os trabalhadores. Os folhetins, distribuídos diretamente nas portas das fábricas, serviam como um meio de comunicação direto entre a direção sindical e a base, garantindo que as trabalhadoras e trabalhadores estivessem informados e mobilizados para as causas que afetavam suas vidas e condições de trabalho.

Ainda no jornal encontramos a coluna Boca no Trombone, que desempenhou um papel crucial ao proporcionar um espaço direto e acolhedor para as trabalhadoras expressarem suas denúncias e os abusos que enfrentavam nas fábricas e indústrias. Por intermédio dessa coluna, as operárias puderam se organizar e compartilhar suas vivências, trazendo à tona questões de violência, assédio e condições de trabalho precárias, muitas vezes silenciadas nas interações cotidianas. A narrativa construída por meio dessas denúncias não só dava visibilidade à realidade das mulheres no mundo do trabalho, como também as empoderava, colocando-as no centro da conversa e da ação sindical.

Ainda que não seja possível entrar diretamente nas fábricas para compreender a totalidade da experiência de cada trabalhadora, o jornal *O Carretel* e sua coluna Boca no Trombone proporcionam uma janela significativa para esse universo. Por meio das palavras das trabalhadoras, é possível perceber uma crescente consciência de classe e de gênero, articulada com o movimento sindical, que se torna um meio de resistência e luta contra as opressões que elas viviam. A força dessas vozes – que se fazem ouvir nas páginas do jornal – demonstra os desafios diários que enfrentam e o modo como o coletivo se organizou e se fortaleceu na busca por um trabalho mais digno e pelo reconhecimento da sua experiência no mundo do trabalho.

A coluna, portanto, vai além de uma simples forma de denúncia; ela representa um processo de conscientização e organização que consolidou uma identidade coletiva e que, ao se expandir no jornal, levou o sindicato a se tornar um espaço de defesa, visibilidade e luta das mulheres no setor têxtil, contribuindo para a transformação das relações de trabalho e para o fortalecimento do movimento sindical.

Os exemplos aqui trazidos demonstram a relevância de *O Carretel* na relação interseccional do coletivo. O jornal tornou-se o instrumento transformador do Sindicato Vestuarista após as eleições de 1985. Além de seu poder político, o folhetim conquistou a confiança das trabalhadoras e trabalhadores, e, por intermédio das trocas oferecidas pela direção sindical, não apenas as operárias se viam como participantes, como de fato estavam ativamente envolvidas na gestão de seu sindicato.

Em 1987, em parceria com o Cedip, o informativo desenvolveu um Programa de Formação, no qual foram distribuídas cerca de 2.500 cópias do jornal, abordando temas diversos que interessavam à categoria (Silva, 2006). Assim, *O Carretel* era mais que um jornal informativo; era um material formativo que buscava tornar o acesso ao sindicato mais significativo. Sua estrutura foi pensada para que, ao receber e ler o jornal, a operária se sentisse identificada e motivada a se filiar e participar do coletivo. Em um setor predominantemente composto por mulheres, ser dona do meio de comunicação fez toda a diferença. *O Carretel* era delas, feito para elas, por elas. O jornal abraçou essa ideia e transmitiu a força de trabalho do setor vestuarista no mundo do trabalho, não apenas como um veículo de informação, mas como um reflexo da potência e da capacidade de ação das trabalhadoras.

Considerações finais

A análise do processo sindical no setor vestuarista de Criciúma, sobretudo a partir da década de 1980, revela um cenário dinâmico e profundamente marcado pela luta de classes e pela crescente participação das mulheres nas esferas de poder e decisão. A criação e o desenvolvimento do Sindicato Vestuarista e a implementação de *O Carretel* como um meio de comunicação e organização destacam a importância de um sindicalismo que não apenas lida com reivindicações trabalhistas, como também transforma as relações sociais, políticas e de gênero dentro e fora do ambiente de trabalho.

O jornal torna-se um elo fundamental para fortalecer a participação das trabalhadoras, permitindo que suas demandas e vozes, muitas vezes silenciadas, fossem ouvidas e atendidas. Com a ajuda de parceiros como o Cedip e o apoio de outras entidades, como a CUT e o PT, o sindicato reorganizou-se, promovendo um sindicalismo autêntico e engajado, que vai

além das questões econômicas, para abraçar temas como educação, assédio, segurança no trabalho e direitos civis.

As disputas internas e as eleições sindicais de 1985 também revelam o confronto entre diferentes visões políticas no movimento sindical, refletindo as tensões entre o sindicalismo tradicional e a nova geração de sindicalistas, mais conectada aos movimentos sociais e à busca pela redemocratização. A participação das mulheres nesse processo foi essencial, não só como trabalhadoras, mas também como líderes, que, como Ana Aurino Borges dos Reis, desafiavam as normas estabelecidas e contribuíam para a construção de um sindicalismo mais inclusivo e combativo.

Em suma, o percurso do Sindicato Vestuarista de Criciúma, especialmente entre 1979 e 1985, demonstra como o movimento sindical foi fundamental para a transformação das condições de trabalho e também para a afirmação das mulheres no mercado de trabalho e na política local. A criação e a consolidação de *O Carretel* como uma plataforma de engajamento, educação e luta política representam a força de um coletivo que, embora estruturado em um setor predominantemente feminino, conquistou uma relevância maior, tornando-se um símbolo da resistência e da reinvenção do sindicalismo no contexto das transformações sociais e políticas daquele período.

Por meio da análise interseccional, foi possível compreender como as experiências dessas mulheres foram moldadas por uma combinação de fatores sociais, como gênero, classe e raça. O sindicato, que surgiu em um contexto de grandes transformações políticas e sociais, tornou-se um espaço de resistência e luta, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e para a transformação da sociedade criciumentense e brasileira.

A década de 1970/80, período central para a análise da pesquisa, foi um momento de intensa mobilização social e política no Brasil, e o Sindicato Vestuarista de Criciúma esteve inserido nesse contexto de efervescência. A luta por direitos trabalhistas, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e as disputas políticas internas são aspectos que demonstram a complexidade das relações sociais e políticas da época. O estudo da trajetória do sindicato, sob a perspectiva da interseccionalidade, permite ampliar a compreensão sobre as lutas e conquistas dessas mulheres e sobre a importância do sindicalismo na história do Brasil. Em síntese, o Sindicato Vestuarista de Criciúma, ao longo de seus primeiros dez anos de existência, foi um exemplo de como as mulheres,

por meio da organização sindical, puderam se articular para transformar suas realidades de trabalho e de vida.

Referências

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias:** a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2004.

GOULARTI FILHO, Alcides. **A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina.** 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

MIRANDA, Antonio Luiz. **Trajetórias e experiências do movimento operário sindical de Criciúma – SC:** da Ditadura Militar à Nova República (1964-1990). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. *In:* PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** Tradução de Ângela M.S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Rafael Pereira da. **A autonomia aparente:** formação, trajetória e relações políticas de um Centro de Educação Popular em Criciúma (Cedip) 1983-1998. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **Vidas marcadas:** trabalhadores do carvão. Tubarão: Editora Unisul, 2001.

SALADEROS, FÁBRICAS DE CONSERVAS Y FRIGORÍFICOS EN ENTRE RÍOS DESDE FINES DEL SIGLO XIX HASTA MEDIADOS DEL SIGLO XX

Keila Schwarz

Maximiliano Camarda

Introducción

La ganadería vacuna fue el agente articulador económico central de la economía entrerriana mucho antes de la creación de la provincia de Entre Ríos. Condiciones ecológicas favorables – clima benigno, abundancia de pasturas, afluentes de agua y ausencia de depredadores naturales – generaron el espacio propicio para la expansión de los vacunos desde el período colonial. Desde sus puertos salieron hacia el Río de la Plata grandes cantidades de cueros vacunos. La gravitación de la ganadería vacuna permaneció durante el siglo XIX y gran parte del siglo XX.

En este breve capítulo analizaremos las transformaciones en la producción ganadera en Entre Ríos desde fines del siglo XIX hasta la crisis de los frigoríficos en la década de 1970. Comenzaremos con la producción saladeril del siglo XIX, su conversión a frigoríficos de corned beef hacia fines del siglo y su desarrollo en las siguientes décadas. Luego profundizaremos a partir de un estudio de caso: Liebig's Extract of Meat Company Limited, ubicada en la ciudad de Colón, en particular el proceso de trabajo y la división de géneros dentro de los espacios de producción.

Los primeros saladeiros

Como afirma Nicolás Biangardi (2020, p. 1):

La ganadería ocupa un lugar destacado en la historia y la cultura de las poblaciones que vivían en las extensas praderas rioplatenses. En un espacio donde siempre había más vacas que personas resulta lógico que surgieran actividades vinculadas a la conservación de la carne excedente. Antes de la aparición de la tecnología, que permitió la refrigeración, éstas se encontraban limitadas al secado y salado de las reses vacunas.

La producción de carne salada en el Río de la Plata durante el siglo XVIII fue discontinua y se consolidó durante los últimos años del siglo y las primeras décadas del siglo XIX. Se desarrolló principalmente en

las intermediaciones de Montevideo y, con la guerra de independencia, se trasladó parte de la producción al oeste del Río Uruguay y del Río de la Plata (Biangardi, 2015).

Los saladeros del siglo XVIII se destacaron en la elaboración del charque, el tasajo, la cecina y la carne salada en salmuera (López Olaciregui, 1999). Como sostiene Nicolás Biangardi (2015), el mercado de carne salada estaba compuesto principalmente de dos segmentos. El primero era de demanda interna y su objetivo era satisfacer las necesidades de las tripulaciones de los navíos. Además, se destinó al comercio ultramarino la colocación de la mercancía en los mercados esclavistas de Cuba y Brasil. Cada segmento se diferenciaba por la continuidad en el tiempo de esa demanda, por el tipo de bien que requería y por la magnitud de la misma, que repercutió en la escala de producción.

Recién en 1810, dos comerciantes ingleses, Staples y Mac Neile, fundaron el primer saladero en el actual territorio argentino, y en 1815 Juan Manuel de Rosas, Juan Nepomuceno Terrero y Luis Dorrego instalaron en las cercanías de Quilmes el saladero “Las Higueritas”, el más avanzado de la época, que contaba con puerto propio en Ensenada y flotilla de barcos que transportaban la mercadería a los navíos de ultramar y traían la sal de las costas meridionales (López Olaciregui, 1999).

A partir de 1820 los saladeros continuaron su expansión, creciendo tanto en la magnitud de los establecimientos como en la inversión de capital (Djenderedjian, 2013). La importancia de la carne salada en relación con el cuero fue creciendo paulatinamente durante el siglo XIX y estuvo vinculada a las mejoras tecnológicas implementadas con el fin de obtener un mayor aprovechamiento de los animales. En particular, el uso del arsénico para los cueros, las máquinas a vapor y la incorporación de equinos y ovinos permitieron una expansión de la producción.

Los saladeros se extendieron por buena parte de la provincia de Buenos Aires – General Lavalle, Magdalena, Ensenada, Chascomús, Morón, Zárate, San Nicolás, San Pedro, Patagones y otros lugares. En la provincia de Entre Ríos se desarrollaron en Diamante, Paraná y Santa Elena sobre el Río Paraná, mientras que, sobre la costa del Río Uruguay, se ubicaron en Concordia, Concepción del Uruguay y Colón.

El principal mercado europeo era Inglaterra. Posteriormente, serán estos capitales ingleses los que monopolizaron el negocio de las carnes en la Argentina. La ubicación geográfica de los frigoríficos fue un factor preponderante a la hora de definir el desarrollo de los mismos. En la provincia de Buenos Aires se ubicaron en Avellaneda (La Negra – Sansinena –, 1891; La Blanca, 1903), Berisso (Swift, 1907; Armour, 1914), Valentín Alsina (Frigorífico Central Argentino – Wilson –, 1914), Campana (The River Plate Fresh, 1883), Zárate (Smithfield, 1905; British and Argentine Meat Co., 1914), Las Palmas (Produce Co. Limited, 1886); Dock Sud (Anglo, 1926) y en Cuatrerros, cerca de Bahía Blanca (Sansinena, 1903). En la provincia de Santa Fe se destacó el Swift, fundado en 1924 en la ciudad de Rosario. En Entre Ríos resalta el establecimiento Liebig's (ubicado próximo a Colón, en 1903), Gualeguaychú (1923), Yuquerí (Cía. Saladeril y Frigorífica de Concordia, 1924) y Santa Elena (Bovril Ltda., 1909). En la Patagonia se radicarón en Santa Cruz (Armour, 1920), San Julián (Swift, 1911), Río Gallegos (New Patagonic Meat Preserving and Cold Storage, 1909; Swift, 1912), Río Grande (Menéndez Behety, 1910) y Puerto Deseado (Sansinena, 1922; Sociedad Cooperativa de Ganaderos, 1925).

Estos frigoríficos centrales estaban principalmente orientados al mercado exterior y se nutrían de grandes inversiones para alcanzar la escala necesaria para cumplir con las demandas de la producción moderna de carne fría. Luego se irían desarrollando frigoríficos regionales o municipales, como los de Mataderos (Capital Federal) o Rosario, de menor escala y orientados al mercado interno, situación que les permitía prescindir de una orilla con salida transatlántica (Contreras, 2012).

Saladeros, fábricas de conservas y frigoríficos en Entre Ríos

El desarrollo del saladero en Entre Ríos fue uno de los factores que permitieron a esta provincia posicionarse en un lugar privilegiado en el concierto regional argentino durante la segunda mitad del siglo XIX. Fue uno de los factores de la capitalidad de Paraná durante la Confederación y del hecho de ser la tercera provincia en relación con su PBI. Su proliferación estuvo articulada con una ganadería vacuna pujante; la transición que se produjo a principios del siglo XX en las provincias de Santa Fe y Buenos Aires

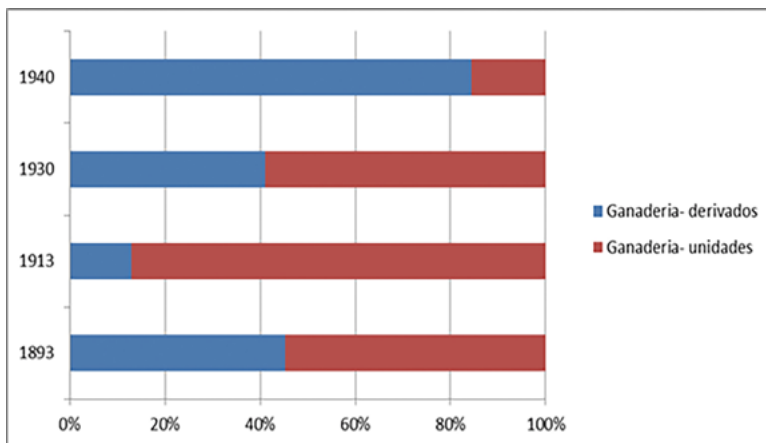
hacia un desarrollo mixto con grandes frigoríficos no fue el caso de Entre Ríos, dado que la opción desarrollada fue la salida de animales vivos a través de los ferry-boats que cruzaban a la provincia de Buenos Aires, donde se realizaba el faenamiento y el proceso industrial.

La industria frigorífica en Entre Ríos nace ligada a los saladeros. Para el caso entrerriano, Rodolfo Leyes (2016) sostiene que hubo tres momentos de las manufacturas cárnicas en Entre Ríos. La primera etapa es la del saladero, que va de 1840-1890. La segunda etapa surge con la crisis del saladero y el surgimiento, por reconversión, de los primeros en fábricas de extracto de carne y métodos alternativos de conservación, desde fines del siglo XIX hasta 1920; la última etapa experimenta la disolución de los saladeros y la expansión de las fábricas de conserva en los frigoríficos entre 1920 y 1960.

A mediados del siglo XIX existían 17 establecimientos en la provincia; hacia 1880 se encontraban unos veinte. La ubicación de los mismos era: Gualaguay, Gualaguaychú, Uruguay, Concordia, Victoria y Paraná. En cuanto a la etapa de desarrollo fabril, fueron cuatro los frigoríficos que adquirieron importancia en la provincia y la región: el frigorífico de Santa Elena, el de Gualaguaychú, el frigorífico Liebig's y el CAP Yuquerí de la ciudad de Concordia. Los cuatro frigoríficos tendrán sus características particulares en cuanto a su desarrollo.

La ganadería vacuna en Entre Ríos y Corrientes está ligada fuertemente a la existencia y funcionamiento de estos cuatro establecimientos: a) Frigorífico Gualaguaychú. Se origina con capitales privados nacionales. Después de los fracasos de los esfuerzos de reforma de 1923-1924, se buscó una solución regional en la formación de cooperativas de productores, que construyó este frigorífico; b) la cooperativa Saladeril y Frigorífica Yuquerí, en Concordia, que pasa a la CAP en 1941; c) los establecimientos de compañías extranjeras: Liebig's y Bovril, con sus fábricas en Colón y Santa Elena, respectivamente (Biaszo, 2014).

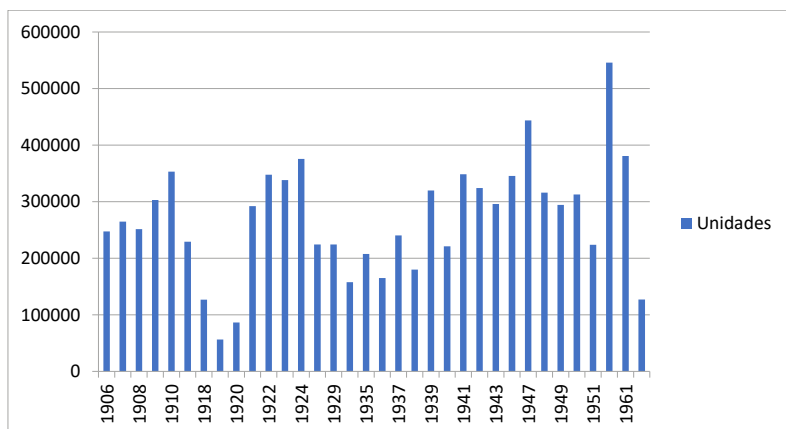
Figura 1 – Exportaciones del sector ganadero en porcentaje según tipo. Entre Ríos, 1893-1940



Fuente: Mateo, Camarda y Retamar (2020)

A fines del siglo XIX la mitad del ganado vacuno partía de Entre Ríos en pie y la mitad era procesada en los saladeros. A principios del siglo XX, casi toda la producción era enviada como ganado en pie; recién en la década de 1940 este proceso fue revertido. Los motivos para tal proceso responden, fundamentalmente, a las características de la oligarquía entrerriana, la cual no estaba en pos de desarrollar industrialmente la provincia, sino mantener un estatus social en el que los obreros industriales no tenían espacio.

Figura 2 – Vacunos sacrificados (unidades) para la exportación, 1929-1965



Fuente: Elaboración a partir de datos de la provincia de Entre Ríos, Ministerio de Hacienda, Dirección General de Estadística, Síntesis Estadística: Año 1943, Paraná, Imprenta de la Provincia, 1944

Aquí se observa una fluctuación anual importante a partir de la dinámica de sucesos internacionales que modifica constantemente la demanda. Algunos ejemplos de ello pueden observarse a partir de los conflictos mundiales y la crisis de 1930. Mientras que la Primera Guerra Mundial y la crisis de 1930 generaron un descenso de las exportaciones, la Segunda Guerra Mundial produjo un incremento notable y sostenido. Con respecto a este último suceso, fue muy bien descrito por el gobernador del período, Mihura, quien en 1941 sostenía que

nuestra ganadería ha experimentado una evolución francamente favorable en cuanto se refiere a buenos precios y fácil salida de sus productos. En los últimos meses del año pasado se inició una vigorosa corriente de transacciones determinada por la demanda exterior. Por otra parte, las restricciones y particularidades impuestas por el conflicto bélico han obligado una preferencia por la carne en conserva, circunstancia que ha beneficiado a la ganadería local, ya que la falta de campos artificiales para el engorde de ciertos tipos de haciendas destinadas a frigorífico, hacía que grandes zonas de la provincia estuvieran en malas condiciones para competir con la

producción especializada de otras regiones del país [...] (Leyes, 2013).

Además, se observa que la expansión de la producción se mantuvo durante varios años una vez finalizada la contienda armada, entrando en la década de 1960 en un declive considerable. Las causas de este descenso en el consumo de este tipo de conservas son variadas. Una razón – y quizás la más controvertida – fue la cuestión de la sanidad de los productos. En Inglaterra se produjo un brote de tifus entre 1963 y 1964; el mayor brote se dio en la ciudad de Aberdeen en 1964, donde tuvieron que ser hospitalizadas más de 500 personas. En todos los casos se rastreó la causa a latas de corned beef argentino y uruguayo contaminadas con la bacteria *Salmonella Typhi*, causante de la fiebre tifoidea. Los investigadores sanitarios rastrearon el origen del problema en la refrigeración de las latas con agua no tratada. El arroyo del que se la tomaba estaba contaminado por la actividad humana y animal, y las latas tenían microporos que permitían el ingreso de las bacterias. Otro de los factores que llevó a que bajara el consumo de productos enlatados fue más de corte local: en el país se fue generalizando la obtención de refrigeradores domésticos; esto ocasionó un cambio en los hábitos y los gustos de las familias. Los alimentos comenzaron a conservarse en refrigeradores y se prefirió el sabor de la carne enfriada antes que la enlatada, cuyo modo de procesamiento no había cambiado (Soliveréz, 2017).

Liebig's Extract of Meat Company Limited en Fábrica Colón

Se ubica a 10 kilómetros de la ciudad de Colón, actual ciudad cabecera del departamento homónimo, en la provincia de Entre Ríos. La historia de este sitio comienza con un saladero que conoció varios propietarios, siendo uno de los precursores Apolinario Benítez, que en 1863 lo puso en funcionamiento. Originó a su alrededor un pequeño y precario poblado que fue conocido como Perucho Verne, Rincón de Segovia o Santa María. En 1871 el saladero fue vendido a Juan O'Connor, un saladerista de origen irlandés que mejoró las instalaciones, aumentó la producción y le cambió el nombre a "Saladero Colón". Luego O'Connor lo vende a la Compañía Argentina de Carnes Congeladas

(Senén González, 2008). Pero la historia de este saladero quedará vinculada a un hecho que se estaba desarrollando en otro continente.

En 1847 el químico alemán Barón Justus von Liebig (fundador y editor de la prestigiosa revista científica *Annalen der Chemie* y colaborador de Friedrich Wöhler, fundador de la química orgánica) inventó una manera de producir un concentrado de los principales nutrientes de la carne, eliminando solo la grasa y la fibrina (Solivez, 2017). El ingeniero alemán Georg Christian Giebert se contactó con Liebig y lo incentivó a desarrollar la producción del *extractum carnis* (extracto de carne) con vacunos de las pampas uruguayas y argentinas. En conjunto con otros accionistas, en 1863 instalaron las maquinarias para fabricar el innovador producto con el nombre de *Société de Fray Bentos Giebert et Compagnie*, ubicada frente al Río Uruguay, en la República Oriental del Uruguay. Tanto el químico von Liebig como el ingeniero Giebert trabajaron en conjunto para desarrollar este proyecto.

A raíz del éxito de este emprendimiento, Giebert viajó a Europa y, en conjunto con Liebig y nuevos inversores, fundaron en Londres el 4 de diciembre de 1865 la *Liebig's Extract of Meat Company Limited* (Lewowicz, 2016). La fábrica en la cuenca del Río de la Plata funcionó hasta 1924, momento en que fue vendida al Frigorífico Anglo. Cabe aclarar que la empresa comenzó a expandirse, conformando un conglomerado multinacional con subsidiarias en Europa, Norteamérica, África y Sudamérica. Fue propietaria de tierras, ganado y pasturas en el Uruguay y en el litoral argentino, constituyendo, en palabras de Lewowicz (2016), un coloso transnacional.

Con esta expansión de capitales, la empresa compró en 1903 el “Saladero Colón” a la Sociedad Argentina de Carnes Conservadas, ubicado también a orillas del Río Uruguay, pero en Entre Ríos, Argentina. La compañía comenzó a modernizar y acondicionar con todas las tecnologías de la época el establecimiento, con el objetivo de incrementar la producción de su planta pionera. Tuvo un rápido crecimiento productivo como resultado de la organización del espacio y de los recursos; se especializó en conservas, poseyó puerto propio y exportó e importó en forma directa su producción. Según Alba González (2021), durante el primer año de funcionamiento (1903) llegó a faenar 23.200 animales, representando tan solo un 12 % de la matanza de Fray Bentos. Sin embargo, durante el período 1906-1907, la matanza de Fábrica Colón superó por un 25 % a la planta uruguaya, convirtiéndose en el mayor centro de faena de la región.

En el país tuvo subsidiarias como la Sociedad Anónima Ganadera Entrerriana, SA Pastoral Correntina, SA Estancias y Colonias Correntinas y Compañía Argentina Yerbatera Liebig's (CAYLSA). A través de este conglomerado se eludía el pago de impuestos al latifundio establecidos en algunas provincias. Las estancias propiedad de la firma estaban en Entre Ríos, Corrientes, Misiones y en Santa Fe (establecimientos pastoril “El Refugio”). El aserradero Garruchos y las plantaciones de yerba mate y tung estaban en Misiones. La fábrica tenía como insumo energético el carbón importado y, cuando el mismo no pudo ser proveído desde Gran Bretaña en las épocas de guerra, se utilizó leña proveniente del aserradero Garruchos, trasladada por ferrocarril con un recorrido de unos 450 km (Biasizo, 2014).

A fin de dimensionar el tamaño productivo de la fábrica, a principios del siglo XX Leyes (2019) asegura que tenía una faena cercana a los 700 vacunos diarios. En otra fuente (video “Liebig en primera persona”), Jacqueline Towers de Evans (1995) afirma que la empresa llegó a faenar 100.000 animales por zafra: mataban 1.000 cabezas diarias, trabajaban 6 días a la semana por unos 6 meses aproximadamente. El establecimiento funcionaba activamente 18 horas; por la cual ingresaba el ganado en pie y, para el final del día, el animal estaba envasado. El producto estrella de la empresa de Fábrica Colón fue el corned beef; se exportó directamente a los mercados europeos con el objetivo de suplir nutrientes. El mayor apogeo de la fábrica fue en el período de entreguerras. Según Alba González (2021), el récord histórico de faenamiento fue de 216.000 animales entre 1922 y 1923.

Cabe destacar que el animal se aprovechó de forma integral: la compañía elaboró extracto de carne, lenguas enlatadas, Soup Stock M (extracto de menor calidad), Rolled Beef (matambre), Brisket Beef (pecho) (Barreto, 2003). Asimismo, comercializó cueros, grasa, huesos molidos, astas, vísceras, sangre seca y hasta el estiércol como fertilizante (Rodríguez, 1988). Además, los cálculos biliares se vendían a Francia para la industria del perfume y los pelos de las orejas se comercializaban para hacer pinceles (González, 2021). Es decir, el desperdicio del animal era mínimo, por no decir nulo, y con razón fue conocida como la “cocina más grande del mundo” (Senén González, 2008, p. 78).

Al iniciar sus actividades en la Argentina, creó la necesidad de tener a sus obreros cerca del establecimiento fabril. Es así que fundó Fábrica Colón,

un pueblo caracterizado por su arquitectura inglesa (los planos de las viviendas fueron enviados desde Londres; González, 2021) y por la dependencia político-administrativa de la fábrica, desde su llegada al país hasta su partida (Barreto, 2003). Recién en 1975 el territorio pudo conformarse como Junta de Gobierno de Pueblo Liebig; en 2012 fue declarado Patrimonio Histórico-Cultural de la provincia de Entre Ríos y, desde 2019, integra el departamento Colón como Municipio de Pueblo Liebig. A fin de dimensionar la cantidad de habitantes que llegó a albergar durante el período de zafra, el periódico semanal *La Organización Obrera* (28/12/1918) afirma que, hacia el final de la Primera Guerra Mundial, llegó a ocupar alrededor de 3.000 obreros (de los cuales 300 eran mujeres y 200 menores de edad) y en 1924 aún trabajaban más de 3.500 personas.

La división sexual del trabajo dentro de la Liebig's de Fábrica Colón

A lo largo de la historia de Liebig's Extract of Meat Company Limited la división sexual del trabajo estuvo presente dentro de sus diferentes áreas de producción. Según los aportes de Andújar (2017), las mujeres fueron parte del proceso de formación de la clase trabajadora y de la existencia del sistema capitalista, ya que ellas permiten que exista la fuerza de trabajo sobre la cual es obtenida la plusvalía absoluta, a través del trabajo no pago que realizan dentro de la casa. En la misma línea, Federici (2018) afirma que el trabajo femenino sin remuneración es un trabajo conformado para el capital por el capital, ya que la institución familia le es funcional a la organización del trabajo capitalista porque organiza la cantidad y la calidad de la fuerza de trabajo.

En cuanto a las obreras fabriles de la industria de la carne, debemos considerar dos aspectos fundamentales: por un lado, analizar el rol ocupado por las mujeres dentro de la industria cárnica – esto es, en qué departamentos se concentró la mayor cantidad de obreras y qué características o habilidades predominaban en las tareas realizadas –; por otro, contemplar que la mayoría de esas obreras fabriles, una vez culminado su horario laboral, debían encargarse de las tareas de limpieza y cuidado en el hogar, sin remuneración. Silvia Federici (2018) afirma que, en el capitalismo, se produce una división entre el proceso de producción y el de reproducción, los cuales son desarrollados por

distintos sujetos: “El primero es mayormente masculino, el segundo femenino; el primero asalariado, el segundo no asalariado” (Federici, 2018, p. 19).

La división sexual del trabajo, según Bourdieu (1998), apoya el predominio de la dominación masculina y es producto de la labor de instituciones como la familia, la iglesia, el Estado y la escuela, que distribuyen las actividades y las ocupaciones del espacio y el tiempo para cada sexo. El autor sostiene que se trata de una construcción social, arbitraria de lo biológico y en especial del cuerpo masculino y femenino, por la cual las mujeres asimilan la relación de poder y el androcentrismo de la sociedad patriarcal (Bourdieu, 1998). Esta última, en conjunto con la organización del trabajo, es descrita como “[...] formado por dos cadenas de montaje: una cadena de montaje que produce las mercancías y otra cadena de montaje que produce a los trabajadores y cuyo centro es la casa” (Federici, 2018, p. 18). Continuando, Lobato (2000) asegura que la división sexual del trabajo comenzó a percibirse como un estado de desigualdad y como una doble forma de sometimiento para las mujeres, debido a que la presencia femenina dentro de las ramas económicas tiende a extender los roles reproductivos y de cuidado tradicionalmente asignados al género femenino. Entendiendo que: “El género es una construcción social que genera relaciones asimétricas de poder y, junto con la división sexual del trabajo, son la base del patriarcado” (Norando, 2016, p. 50).

Ahora bien, las obreras fabriles de la industria cárnica en la Fábrica Colón no reproducen el estereotipo de trabajo femenino asociado a la educación, la salud y las tareas de limpieza y cuidado (McDowell, 1999). Por el contrario, el trabajo en una industria cárnica – donde predomina la sangre de los animales y el esfuerzo físico – no es considerado un lugar adecuado para la “delicadeza” de las obreras. Sin embargo, sabemos que, a lo largo de la historia del establecimiento y en otras empresas frigoríficas argentinas, fueron necesarias, y es ahí, cuando las buscamos en las fuentes, que observamos que estaban concentradas en determinadas secciones o departamentos, encargadas de diferentes tareas como cortar la carne, clasificar las vísceras, almacenar la producción y etiquetar las latas.

Es decir, la división sexual del trabajo se hace presente y nos permite observar cómo las instituciones forman a los individuos que las integran; imponen a las mujeres, desde niñas, realizar los quehaceres de la casa – cocinar, limpiar y coser. Asimismo, adjetivos como “pasivas”, “ordenadas”,

“prolijas”, “limpias” describen a las mujeres obreras de la industria cárnica (Nari, 2004). Esto provocó la modificación de sus costumbres y la preparación de destrezas, que repercutieron en la estructuración espacial de la fábrica, destacándose la presencia femenina en áreas que requerían habilidad manual o destreza para utilizar el cuchillo, en cambio, se ausentaron en sectores donde la fuerza física era condición necesaria. Esta división establece que la fuerza es una característica “innata” de los hombres y que la “delicadeza” predomina en las mujeres. Estas diferencias entre los sexos produjeron dispares niveles de jerarquías, que llevaron a las obreras a un mayor nivel de explotación y opresión que los hombres. Acerca de esto profundizaremos en el siguiente apartado.

Por último, continuemos con la definición de los sectores de trabajo ocupados por las obreras fabriles dentro del proceso de producción. Comencemos con el sector “ganchada”, llamado así por la cantidad de ganchos utilizados para manipular la carne. Lugar azulejado hasta el techo, ubicado en la planta alta de la fábrica, con un piso en el que abundaba el agua a fin de limpiar sangre y desechos, con una gran mesa de acero inoxidable en el centro sobre la cual reposaban los trozos de carne. Allí trabajaban las obreras fabriles, ubicadas de pie encima de un peldaño metálico, con un cuchillo extremadamente afilado en su mano hábil y un gancho en la otra. La labor consistía en “limpiar”, cortar y extraer excedentes de grasa o nervios que tuviera la carne. Estas obreras fabriles constituían un centenar, y las apodaron “caranchas” debido a que descarnaban las medias reses hasta dejar solo sus huesos (Rodríguez, 1988).

Otra área caracterizada por emplear a obreras fabriles por su delicadeza y habilidad manual fue la tripería, sector de selección y clasificación de las vísceras del animal. Según los aportes de René (Orcellet, 2023), exobrero por diez años consecutivos en esta sección de la fábrica: *“Las mujeres se encargaban de clasificarlas, calibrarlas, dar vuelta las tripas, cortarles las verrugas y la grasa con una tijera medialuna y los varones de agarrar las tripas... confeccionar madejas de 30 metros... secar las vejigas en el cuarto de calefacción, para luego calibrarlas y almacenarlas en barricas de madera”*. Es decir, las obreras eran las encargadas de realizar los trabajos que requerían precisión, prolijidad y suavidad; en cambio, los obreros en esta sección realizaban las tareas en donde predominaba la fuerza física y la exposición a altas temperaturas.

Por último, debemos mencionar las secciones de envasado y etiquetado de la conserva, denominadas “latería”. Era un lugar más pulcro y limpio que los anteriormente nombrados, ya que las obreras no tenían contacto con rastros sanguinolentos. Sin embargo, antes del avance tecnológico dentro del proceso industrial, según Rodríguez (1988), las obreras, en pareja de trabajo, debían pintar las latas manualmente, por lo cual sus brazos, antebrazos y hasta parte del rostro eran manchados con esta pintura. Cabe aclarar que la tarea se realizaba en un lugar con más de 45°C y el salario de estas obreras era a destajo – es decir, por lata pintada al final del día. Muchas trabajaban sin descanso, con el fin de incrementar sus ingresos. Según Barreto (2003), la introducción de máquinas etiquetadoras aceleró el trabajo y disminuyó el personal; es decir, el trabajo fue transformado a uno semiautomático.

En resumen, las obreras fabriles trabajaban en pocos departamentos dentro de la Liebig's de Fábrica Colón. Evidenciamos que las tareas que realizaban estaban relacionadas con las del hogar: cortar, limpiar y lavar diferentes cortes y partes del animal, así como la precisión y delicadeza en el pintado de las latas. Asimismo, los registros permiten observar la presencia femenina de telefonistas y enfermeras.

Consideraciones finales

En estas páginas realizamos una introducción al desarrollo de los frigoríficos ganaderos en Entre Ríos y de las particularidades del trabajo en ellos. Mientras que en la zona núcleo de la Argentina (provincias de Santa Fe, Buenos Aires y Córdoba) la expansión de la producción y exportación de productos agrícolas supera con creces la ganadera, en Entre Ríos se consolidaba un modelo centrado en la ganadería y con un crecimiento de la agricultura mucho más progresivo. El eje central de esa producción ganadera estuvo en los saladeros durante el siglo XIX y en los frigoríficos – en una lenta transformación desde finales del siglo XIX y durante el siglo XX. Mientras que los saladeros aprovechaban solo algunas partes de los animales sacrificados, con la instalación de los frigoríficos se industrializaba casi todo. La cantidad de obreros y obreras para un proceso y otro también fue sustancialmente diferente, ya que el número de trabajadoras y trabajadores en los saladeros era sensiblemente inferior. Con el desarrollo del vapor, el tren y las embarcaciones,

en las zonas donde se instalaron los frigoríficos cambió el paisaje urbano: con los frigoríficos y el alto número de trabajadores se encadenaron otras producciones industriales, comercio e instituciones públicas y privadas.

Hacia el interior de los frigoríficos, encontramos que la participación de las mujeres obreras fue central en labores específicas del entramado productivo, así como en tareas tangenciales (telefonistas y enfermeras).

Referencias

ANDÚJAR, A. Historia social del trabajo y género en la Argentina del siglo XX: balance y perspectivas. **Revista Electrónica de Fuentes y Archivos**, v. 8, n. 8, p. 43-59, 2017.

BARRETO, I. I. **Liebig's: fábrica y pueblo**. Concepción del Uruguay: Artes Gráficas Yuste, 2003.

BIANGARDI, N. **Expansión territorial, producción ganadera y relaciones de poder en la región Río de la Plata**: Montevideo y Maldonado a fines del siglo XVIII. Tesis doctoral – Universidad Nacional de La Plata, 2015. Disponible en: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.1179/te.1179.pdf>.

BIANGARDI, N. Más allá del saladero. Una mirada sobre la producción de carne salada en el Río de la Plata del siglo XVIII. **Folia Historica del Nodeste**, n. 37, p. 87-106, 2020.

BIASIZO, R. J. **Economía de Entre Ríos en el período de intervencionismo conservador, 1930-1945**. Paraná: Eduner, 2015.

BIASIZO, R. Particularidades de la evolución de la ganadería bovina en la provincia de Entre Ríos, en las tres primeras décadas del siglo XX. In: JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA, 24., 2014, Rosario. **Actas** [...].

BOURDIEU, P. **La dominación masculina**. Barcelona: Anagrama, 1998.

CONTRERAS, G. N. **Movimiento obrero, sindicalismo y política durante el primer gobierno peronista.** Tesis doctoral – Universidad Nacional de Mar del Plata, 2012.

DJENDEREDJIAN, J. **Economía y sociedad en la Arcadia criolla:** formación y desarrollo de una sociedad de frontera en Entre Ríos. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2003.

DJENDEREDJIAN, J. La economía: estructura productiva, comercio y transporte. In: TERNAVASIO, M. (ed.). **Historia de la provincia de Buenos Aires:** de la organización provincial a la federalización de Buenos Aires (1821-1880). Buenos Aires: Edhasa, 2013.

FEDERICI, S. **El patriarcado del salario:** críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

GONZÁLEZ, A. **Los herederos el imaginario de gran familia en Pueblo Liebig, Entre Ríos.** Editorial Biblos, 2021.

HENCHOZ, M. A. Las trabajadoras del frigorífico Gualeguaychú (1940/1950): Aproximaciones desde una perspectiva de género e interseccionalidad. **Question – Revista Especializada en Periodismo y Comunicación**, v. 3, n. 72, 2022. Disponible en: <https://doi.org/10.24215/16696581e710>.

LEWOWICZ, L. **Lemco: un coloso de la industria cárnica en Fray Bentos, Uruguay.** Montevideo: Inac; Universidad de la República, 2016.

LEYES, R. **Cambios estructurales de la clase obrera y transformaciones sindicales en Entre Ríos, 1925-1943.** Buenos Aires: UBA, Facultad de Filosofía y Letras, 2013.

LEYES, R. Conflictos obreros en la etapa de toma de conciencia corporativa de clase: el caso de la huelga del frigorífico Liebig's Colón en 1918. In: XII Jornadas Interescuelas, 12., 2009. *Actas* [...].

LEYES, R. **La fragua y el surco**: clase obrera y lucha de clases en Entre Ríos, de Urquiza a Perón, 1854-1943. Buenos Aires: Ediciones RyR, 2016.

LEYES, R. “Por fin la huelga quedó declarada”: una historia regional a partir del análisis de las huelgas en la Fábrica Liebig Colón, 1906-1939. *e-l@tina*, v. 17, n. 66, p. 68-85, 2019.

LOBATO, M. Z. **Dentro y fuera de lugar**: carne, trabajo e identidades de género en Argentina. En *Historias cruzadas: Diálogos historiográficos sobre el mundo del trabajo en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Teseo, 2019.

LOBATO, M. Z. **La vida en las fábricas**: trabajo, protesta y política en una comunidad obrera, Berisso (1904-1970). Buenos Aires: Carol-Go, 2004.

LOBATO, M. Z. Lenguaje laboral y de género en el trabajo industrial: primera mitad del siglo XX. In: LOZANO, F. G.; PITA, V. S.; INI, M. G. (ed.). **Historia de las mujeres en la Argentina – siglo XX**. Buenos Aires: Taurus, 2000. Tomo 2, p. 91-111.

LOBATO, M. Z. Mujeres en la fábrica: el caso de las obreras del frigorífico Armour, 1915-1969. **Anuario del Instituto de Estudios Histórico Sociales**, v. 5, p. 171-205, 1990.

LÓPEZ OLACIREGUI, M. **Historias argentinas**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1999.

MATEO, J.; CAMARDA, M.; RANIERI, G. El año en que el paisano se bajó del caballo y agarró la pala. La transformación agraria de Entre Ríos (1970-2018).

In: CONGRESO REGIONAL DE HISTORIA E HISTORIOGRAFÍA, 8., 2019.
Actas [...].

MATEO, J.; CAMARDA, M.; RETAMAR, C. **Las políticas públicas como patrimonio**: el túnel subfluvial entre Paraná y Santa Fe. Paraná: Eduner, 2020.

MATEO, J.; CAMARDA, M.; RODRÍGUEZ, L. Poblamiento, despoblamiento y repoblamiento de la provincia de Entre Ríos: un ensayo de demografía histórica (1869-2010). **EJES de Economía y Sociedad**, v. 1, n. 1, p. 52-67, 2017.

McDOWELL, L. **Género, identidad y lugar**: un estudio de las geografías feministas. Madrid: Cátedra, 1999.

NARI, M. La cuestión de la mujer, feminidad y trabajo. *In*: NARI, M. **Políticas de maternidad y maternalismo político**: Buenos Aires, 1890-1940. Buenos Aires: Biblos, 2004.

NORANDO, V. Comunismo, género y movimiento obrero: un estado de la cuestión. **Izquierdas**, n. 30, p. 26-64, oct. 2016.

ORTEA, A. **Memorias obreras de la Liebig**. Pueblo Liebig: De la autora, 2012.

QUEIROLO, G. Muchas pero invisibles: un recorrido por las interpretaciones estadísticas del trabajo femenino en la Argentina, 1914-1960. **Anuario del Instituto de Historia Argentina**, v. 19, n. 1, 2019.

RODRÍGUEZ, J. L. **Vivencias**. Concepción del Uruguay: Editorial Yusty, 1988.

SCHMIT, R. Poder político y actores subalternos en Entre Ríos, 1862-1872. **Anuario del IEHS**, v. 23, 2008.

SCHMIT, R. **Ruina y resurrección en tiempos de guerra: sociedad, economía y poder en el Oriente entrerriano posrevolucionario, 1810-1852.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

SCHMIT, R.; DJENDEREDJIAN, J. Avances y límites de la expansión agraria argentina: crecimiento económico y distribución de la riqueza rural en Entre Ríos (1860-1892). **Revista de Investigaciones en Historia Económica**, v. 11, p. 75-106, 2008.

SENÉN GONZÁLEZ, S. **Carne, industria, trabajadores y Liebig: Programa Identidad Entrerriana.** Buenos Aires: Corregidor, 2008.

SOLIVEREZ, C. **Auge y decadência de la carne conservada.** 2017.

TORRE, J. C. **Los sindicalistas en el gobierno, 1973-1976.** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.

VERONESI, N. Introducción a la historia del frigorífico Gualeguaychú. *In*: GUALEPEDIA: Enciclopedia Digital de Gualeguaychú. 2014. Acceso en: 1 feb. 2020.

Fuentes orales

ARRÚA, Elsa. Entrevista realizada por la autora. San José, 2/9/2021.

ORCELLET, René. Entrevista realizada por la autora. San José, 21/8/2023.

QUANDO RECLAMAR É (RE)EXISTIR: A LUTA DAS MULHERES NA JUSTIÇA DO TRABALHO NO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1950¹

Daniela Pistorello

Liziane Acordi Rocha

Ana Paula Freitas de Albuquerque

Mariana Jakabson Lavezzo

Clarissa Rabelo Nackes Vieira

Gabrieli Bettiol

¹ Pesquisa de iniciação científica realizada de forma voluntária com anuência da Diretoria de Pesquisa da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).

Introdução

Em julho de 2023, foi promulgada a Lei Federal n.º 14.611, a qual trata da igualdade salarial e de gênero entre homens e mulheres, alterando o artigo 461 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, incluindo os parágrafos 5.º e 6.º, os quais estabelecem regras e sanções para empregadores que, sem fundamentação nas exceções legais, discriminem trabalhadores em razão de sexo, dentre outras condições. Esse fato, além de reacender os debates, presentes desde a Constituição de 1934 sobre as diferenças salariais entre homens e mulheres, regulamentadas pela CLT, abre possibilidades para ampliar as discussões de outras questões que envolvam, na atualidade, os direitos trabalhistas. Colocar em evidência a complexidade das relações socioeconômicas nos mundos do trabalho em suas inúmeras facetas e articulações tornou-se um importante elemento para compreender os lugares que as mulheres ocupam nas relações laborais, tornando esse tema objeto de pesquisa de um número expressivo de áreas do conhecimento, dentre as quais a história.

As transformações nos mundos do trabalho também são operadas historicamente no cotidiano por seus principais protagonistas: trabalhadoras e trabalhadores. No seu dia a dia, transformam as desiguais relações laborais em espaços de negociação e resistência. Sob tal perspectiva, elege-se como tema do presente capítulo as mulheres no mundo do trabalho no sul de Santa Catarina. Ampara-se no entendimento de Carlos Renato Carola (2002, p. 67) de que essas relações se pautam em “diversas táticas de enfrentamento”, dentre elas a busca pela resolução jurídica de seus conflitos trabalhistas, diante das reiteradas situações de descumprimento das normas laborais, especialmente com relação às mulheres, por muitas vezes invisibilizadas.

Tendo em vista que as atividades laborais das mulheres se expressam nos mais distintos âmbitos do mundo do trabalho, o recorte selecionado para a pesquisa envolve a forma pelas quais essas mulheres existem e resistem por meio das reclamações trabalhistas ajuizadas, entre as décadas de 1940 e 1950, perante a Justiça do Trabalho de Criciúma (SC). A questão que norteia o texto é: De que forma essa documentação permite ao historiador problematizar a presença das mulheres na Justiça do Trabalho no sul do estado de Santa Catarina?

O objetivo geral é analisar, historicamente, as reclamações trabalhistas ajuizadas por mulheres perante a Justiça do Trabalho de Criciúma, entre as décadas de 1940 e 1950, a fim de perceber a importância de narrativas que deem visibilidade às mulheres, ao seu papel e protagonismo na luta pelo reconhecimento e cumprimento de direitos trabalhistas, promovendo formas de negociação e resistência no combate às novas tipologias de precarização do trabalho.

Teoricamente, compreendem-se as reclamações trabalhistas como importantes fontes para o historiador, na medida em que, problematizadas, podem dizer muito sobre esses sujeitos invisibilizados. Droppa (2011, p. 316) destaca a importância da preservação dos processos e os define como

uma das vias de acesso à história da Justiça do Trabalho e a da luta dos trabalhadores pela efetivação de direitos [...]. Muitos desses processos foram eliminados. Os poucos que sobraram compõem acervos de inegável valor histórico e têm sido fontes primárias relevantes para pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento.

A abordagem das mulheres no mundo do trabalho sob uma perspectiva de gênero é fundamental para compreender o local que ocupam nas relações laborais. Joan Scott (1995) aponta os limites de uma abordagem da história das mulheres, essencialmente descritiva, que não questiona as relações de poder. Ou seja, não basta apenas dizer que as mulheres possuem história; é indispensável problematizá-la. Segundo a autora, “[o] gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (Scott, 1995, p. 89).

As fontes utilizadas na pesquisa referem-se à documentação da Coleção dos Processos Trabalhistas movidos perante a 1.^a Vara do Trabalho de Criciúma entre as décadas de 1940 e 1980. Desde 2008, essa documentação está sob a guarda do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), fruto do acordo entre a Prefeitura de Criciúma e a Unesc. O acervo, que concentra em torno de 2.150 processos trabalhistas, possui 348 ajuizados por mulheres.

A metodologia utilizada considera a análise desses processos a partir da concepção de uma ficha de análise, ponto de partida para a pesquisa.

Entre os critérios de análise estão: identificação das trabalhadoras; setores e condições de trabalho; funções; reclamações de direitos trabalhistas; e demais informações pertinentes à investigação.

A pesquisa justifica-se por possibilitar a percepção das mudanças relativas aos direitos trabalhistas no mundo do trabalho no sul de Santa Catarina no contexto sugerido, assim como o protagonismo das mulheres nesse processo. Trata-se de um tema ainda tímido na historiografia catarinense, o que torna sua investigação relevante, tendo em vista que contribui para a ampliação do conhecimento sobre as dinâmicas sociais e trabalhistas no contexto da pesquisa. Além disso, o uso das reclamações trabalhistas como fontes documentais para a pesquisa histórica torna-se um elemento de destaque, posto que, concatenado com as legislações e demais produções científicas sobre o tema, possibilita criar um conjunto de dados para futuras pesquisas sobre as relações de trabalho na sociedade. Esses documentos, originalmente produzidos com a finalidade de reivindicação de direitos por parte das trabalhadoras, são valiosos registros de fragmentos da atividade laborativa, das condições de trabalho e das relações de poder estabelecidas entre empregadores e empregados em diferentes períodos e contextos. Por meio da análise dessas fontes, é possível identificar padrões de produção do direito, resistências e conquistas, fornecendo um panorama do mundo do trabalho, especialmente no que tange à participação feminina e às suas lutas por seus direitos.

O recorte temporal se justifica porque é na década de 1940 que são percebidas significativas transformações na legislação trabalhista brasileira, com repercussão nas reclamações ajuizadas. Tal recorte temporal é estendido até a década de 1950, pois é nesse contexto que a cidade serviu de palco para o desenvolvimento da indústria do carvão e da diversificação industrial. Por conseguinte, apareceram as primeiras reclamações ajuizadas por mulheres.

Com o intuito de responder à questão proposta, o capítulo está estruturado em duas partes, além da introdução e das considerações finais: a primeira delas trata da organização da Justiça do Trabalho em Santa Catarina e atenta para a importância das reclamações trabalhistas em Criciúma como fontes para o ofício do historiador; e a segunda apresenta a presença de mulheres como protagonistas de reclamações de direitos sociais e sua contribuição para a construção de uma legislação trabalhista nos mundos do trabalho em Criciúma.

A documentação da Justiça do Trabalho como fonte de pesquisa para o historiador

O surgimento da Justiça do Trabalho no Brasil – ainda que seus antecedentes possam ser associados a tentativas mais remotas de regulamentação das relações trabalhistas² – estava previsto desde a Constituição de 1934³. No entanto seu funcionamento só se deu anos depois. Foi durante as comemorações do Dia do Trabalho, em 1.^o de maio de 1941, que Getúlio Vargas, à época Presidente do país, anunciou a inauguração de suas operações, consolidando normas e instituições, como lembra Edinaldo Souza (2009), elaboradas para controlar e tutelar os trabalhadores com o objetivo de neutralizar a luta de classes. Logo em seguida, em 1943, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A Justiça do Trabalho, naquele momento vinculada ao Ministério do Trabalho, era, portanto, um órgão do Poder Executivo cuja atuação era exercida por meio de três instâncias: as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) – nas comarcas onde não fossem criadas, a competência e administração eram atribuídas aos Juízes de Direito; os Conselhos Regionais do Trabalho (CRT); o Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Esses conselhos foram transformados pela Constituição de 1946 em Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST), respectivamente, e, a partir de então, foram vinculados à Justiça do Trabalho e ao Poder Judiciário.

As JCJ eram compostas por um Juiz do Trabalho e dois juízes vogais, um representante dos empregadores e um dos empregados, o que legitimava sua função conciliatória na medida em que seu processamento previa, antes, a tentativa de conciliação e, somente após seu insucesso, o julgamento da causa. O trabalhador poderia, então, apresentar sua reclamação de forma escrita ou verbal, diretamente

² É a partir de 1888, segundo Clarice Speranza (2023), com a abolição da escravidão e a incipiente industrialização no país, acompanhada do crescimento dos movimentos operários, nos primórdios do século XX, que emergiu uma série de regulamentações legais acerca do trabalho, como a primeira lei sobre acidentes de trabalho, de 1919, e a inauguração de instituições, como o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), em 1923.

³ É oportuno ressaltar que a Justiça do Trabalho surgiu num contexto de repressão por parte de um regime autoritário aos movimentos grevistas de 1934-35, de acordo com Clarice Speranza (2023), o que demonstra que tais medidas visavam, em última análise, antecipar-se a um processo emergente de reivindicações, por parte dos trabalhadores, em busca de melhores condições laborais.

perante o secretário da Junta ou o escrivão da Comarca, de maneira a facilitar o acesso e acelerar o trâmite das demandas por direitos trabalhistas. Entretanto, em 1999, essa representação classista foi extinta pela Emenda Constitucional n.º 24 e as JCJ foram substituídas pelas atuais Varas do Trabalho, presididas unicamente por um Juiz do Trabalho.

O ponto crucial que justificou a criação de uma Justiça especializada para julgar as causas que envolviam as relações de trabalho, como aponta Clarice Speranza (2023), era a função normativa decorrente de seu caráter coletivo, ou seja, a legitimidade conferida aos tribunais em caso de dissídios coletivos⁴ para criar normas que poderiam ser aplicadas a toda categoria, profissional e econômica, para além das partes específicas do processo que as originou. Dessa maneira, “o projeto corporativista era concebido de forma a vincular a legislação social e os direitos trabalhistas ao Estado, pregando a substituição da ação direta pela tutela estatal e a resolução dos conflitos por via jurídica” (Speranza, 2023, p. 6). Contudo, desde a sua instituição, a grande maioria dos processos foi proposta por trabalhadores individuais ou pequenos grupos, com ou sem a representação do respectivo sindicato, o que destoava de sua intenção original.

Nesse contexto, surgiu a Justiça do Trabalho de Santa Catarina, jurisdicionada, inicialmente, pelo CRT da 4.ª Região, criado em 1941 e com sede em Porto Alegre. Sua composição, quando da sua instauração, era de duas JCJ, uma em Porto Alegre (RS) e outra em Florianópolis (SC). Em 1976, a jurisdição trabalhista do estado de Santa Catarina passou ao TRT da 9.ª Região, com sede em Curitiba (PR), e somente em 1981 foi criado o TRT da 12.ª Região, com sede em Florianópolis. Antes disso, porém, foi instituída a 1.ª JCJ de Criciúma, pela Lei n.º 3500/58, cuja jurisdição abrangia os atuais municípios de Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans,

⁴ Além das ações individuais ou plúrimas (quando há mais de um/a trabalhador/a postulando seus direitos em relação a uma ou mais reclamadas), há a possibilidade de dissídios coletivos no âmbito do Direito do Trabalho, instaurados quando frustrada a negociação coletiva direta entre as partes envolvidas. A negociação coletiva se dá entre o sindicato profissional, representante dos trabalhadores, e o sindicato representante da categoria econômica a que pertence a empresa ou empresas nas quais aqueles trabalham. O poder normativo visava, quando de sua criação, interferir na luta de classes, resolvendo, por meio da tutela do Estado, as reivindicações dos trabalhadores que poderiam perturbar a ordem social, política e econômica. A Emenda Constitucional n.º 45/2004 trouxe mudanças significativas no poder normativo da Justiça do Trabalho, pretendendo promover a negociação direta entre as partes e limitando a intervenção do judiciário nos conflitos coletivos.

Siderópolis, Treviso e Urussanga. Sua efetiva instalação, todavia, somente se deu em 1960, o que significa que os processos trabalhistas anteriores a essa data tramitavam perante a Justiça Comum do município⁵.

Paralelamente à emergência da Justiça do Trabalho e da CLT como medidas que apontavam para a tentativa de regulamentação das relações de trabalho por vias legislativa e institucional, na década de 1940, Criciúma alcançou o auge da extração de carvão com o aumento expressivo da sua produção. Esse fato foi incrementado pelo estabelecimento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e pelo surgimento de grande parte das companhias de mineração, cuja aquisição total por parte do governo visava, principalmente, suprir a demanda originada pela Segunda Guerra Mundial (Mandelli, 2020). No mesmo período, em 1944, surgiu a primeira organização sindical de trabalhadores de Criciúma: a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria do Carvão de Criciúma (Mandelli, 2020).

Precisamente nas décadas de 1940 e 1950, como demonstra Carlos Renato Carola (2002), as mulheres eram presença significativa como força de trabalho nas minas da região carbonífera do sul do estado. Todavia não somente no setor de mineração elas eram percebidas: as mulheres atuavam também na indústria ceramista, do vestuário e calçadista, como lembra o autor⁶. Segundo o médico Francisco de Paula Boa Nova Junior (*apud* Carola, 2002, p. 40),

o principal motivo que levava os donos das minas a contratarem mulheres no lugar de homens para os serviços de escolha era a questão dos baixos salários a que elas se sujeitam. Seus relatos sugerem que as mulheres, além de serem mais indicadas para os serviços leves e repetitivos, também eram mais submissas.

No entanto as reclamações analisadas demonstram uma crescente presença das mulheres, especialmente ao longo da década de 1950, na luta

⁵ É importante referir que, somente a partir de dezembro de 1943, a Comarca de Criciúma – que abrangia as regiões que hoje constituem os municípios de Içara, Nova Veneza, Siderópolis e Forquilha –, anteriormente pertencente a Urussanga, foi desmembrada e passou a ter jurisdição própria, como aponta Bruno Mandelli (2020).

⁶ Carola (2002) aponta que na Cerâmica Santa Catarina (Cesaca), por exemplo, de 140 empregados registrados em 1951, 51 eram mulheres.

por seus direitos. Elas, como agentes sociais, subverteram as expectativas socioculturais e econômicas que as vislumbravam como frágeis, subalternas e dependentes. Ainda, os registros apontam que havia consciência da exploração a que eram submetidas ao, por exemplo, receber salários menores que os homens e, numa demonstração de força e autonomia, ao se apropriarem dos instrumentos legais elaborando suas próprias estratégias para fazer valer seus direitos, para além das tentativas de controle e tutela por parte do Estado.

Esse conjunto de documentos históricos que compõem os autos das reclamatórias trabalhistas oriundas da Justiça do Trabalho de Criciúma reflete as tensões que constituem o cotidiano do mundo do trabalho desde uma perspectiva de gênero, operado por uma relação hierárquica, desigual e opressora entre homens e mulheres.

Nas reclamatórias, trabalhadoras, denominadas reclamantes, individual ou coletivamente, por si ou representadas pelo sindicato e/ou por advogado, pleiteiam direitos trabalhistas perante seus/suas empregadores/as, denominados/as reclamados/as. Destaca-se que, como a primeira JCJ de Criciúma somente foi instalada em 1960, os processos ajuizados nas décadas de 1940 e 1950 foram propostos perante a Justiça Comum da comarca, que, como mencionado, detinha competência para processar as causas trabalhistas nas localidades em que não houvesse JCJ. Assim, a partir da década de 1960, os processos que ainda tramitavam no juízo comum foram remetidos para a JCJ, conforme se verifica nos autos pesquisados.

As reclamatórias propostas, individuais ou coletivas, iniciam-se com o documento denominado petição inicial. Nessa peça processual, a reclamante relata os fatos que fundamentam a violação de seus direitos e elabora seus pedidos. Sob aspecto processual, a JCJ competente para processar e julgar as ações era aquela situada na região na qual era realizada a prestação de serviços. As reclamatórias poderiam ser oferecidas mediante relato oral ao secretário da JCJ, que as ajustava aos requisitos formais, ou por escrito, sendo representada por advogado ou por seu sindicato. Resumidamente, a tramitação considera o envio da petição inicial para a análise do juiz, que determina a citação do reclamado (empregador) para que compareça à audiência de conciliação e, caso esta não ocorra, apresente sua defesa. Na contestação, o reclamado tem a oportunidade de refutar os pedidos formulados pela reclamante, comprovando seus argumentos por meio de documentos ou, em momento

oportuno, mediante prova testemunhal. Além disso, caso entenda necessário, faculta ao juiz determinar a realização de perícia técnica para esclarecer pontos controversos que necessitem de conhecimento especializado. Ao final da audiência, as partes podem apresentar razões finais e, não havendo mais provas, a instrução é encerrada e os autos retornam à avaliação do juiz para que seja proclamada a decisão sobre a qual caberá recurso para o órgão competente.

Todos esses procedimentos ficam registrados nos processos, que são, ao mesmo tempo, documentos jurídicos e fontes históricas. Ademais, em última análise, é na riqueza de detalhes desse conjunto de documentos que se pode perceber o direito como campo de conflitos sociais, bem como o papel institucional do Estado na resolução dos conflitos. Ainda, não se pode perder de vista que os processos trabalhistas possuem características próprias e são orientados por princípios jurídicos que os distinguem de outras esferas do Direito. Essa justiça admite que há desequilíbrio social e diretivo na relação entre empregador e empregado e, portanto, adota uma postura protetiva da parte considerada com menor potencial de defesa, assegurando o benefício da dúvida a seu favor e a celeridade na resolução dos conflitos. A informalidade, que permite que a reclamante ajuíze pessoalmente uma reclamatória, aliada ao incentivo à conciliação, o qual permeia todas as etapas do processo, são exemplos dos princípios norteadores dessa justiça especializada. Trata-se, sem dúvidas, de um campo de tensões com interesses antagônicos, seja das partes em litígio, seus advogados ou juízes, representantes do Estado.

Dessarte, os documentos foram produzidos com base em valores jurídicos e não escapam das ações do tempo. Portanto, compreender os fatores históricos, sociais e culturais permite interpretar os dados com um olhar crítico. As reclamatórias trabalhistas constituem importantes documentos, visto que servem de fonte de pesquisa para o historiador, como, por exemplo, documentos pessoais das reclamantes, atestados, anexos de procurações, rescisão de contrato de trabalho, certidões, recibos, termos de audiência etc., os quais ajudam a entender seu contexto de produção e estabelecer conexões com o tema abordado.

As reclamatórias trabalhistas de mulheres nas décadas de 1940/1950 em Criciúma

No período correspondente à década de 1940, foram identificadas 32 reclamatórias trabalhistas ajuizadas por homens. Na mesma época, não se tem registro de ações propostas por mulheres.

As reclamadas são, sem exceção, empresas mineradoras, uma vez que, no período, a principal atividade desenvolvida na região era a extração de carvão. Nesse contexto, a presença do sindicato dos mineiros possibilitou o acesso e forneceu os meios para que os trabalhadores ajuizassem ações contra seus empregadores. Com a implementação das leis trabalhistas em 1943, as quais determinavam que a jornada de trabalho não deveria exceder oito horas diárias, uma significativa parcela dos processos tem como reclamação a cobrança pelo não pagamento dos adicionais por horas trabalhadas.

Uma das hipóteses para a ausência de ações judiciais promovidas por mulheres naquele momento se deve a diversos fatores históricos, como a baixa presença feminina no mercado de trabalho formal, a precariedade das condições de emprego e as barreiras culturais e institucionais, limitantes de sua participação ativa na esfera jurídica trabalhista.

Isso não significa dizer que o trabalho feminino não existia e que as condições a que as mulheres estavam submetidas não configuravam a precariedade das atividades desenvolvidas no segmento carbonífero, especialmente as escolhedeiras de carvão.

Nas minas, as “escolhedeiras” trabalhavam debaixo de uma simples área coberta. Mas em algumas minas as condições de trabalho eram tão precárias que nem abrigo para escolha existia. Neste caso, as mulheres trabalhavam sob o calor do sol ou as águas da chuva (Carola, 2002, p. 27).

As imagens dessas atividades corroboram com os estudos acerca das condições mencionadas.

Figura 1 – Espaço do trabalho da escolha de carvão no Morro da Miséria, em Criciúma, na década de 1940



Fonte: Acervo do Cedoc/Unesc. Coleção Memória e Cultura do Carvão

Figura 2 – Espaço do trabalho da escolha de carvão em uma das minas de Criciúma, na década de 1940



Fonte: Acervo Cedoc/Unesc. Coleção Memória e Cultura do Carvão. Fotografia de Catarina Zanette Naspoline (Carola, 2002)

Ambas as figuras dão indícios das condições precárias da atividade de escolha de carvão, marcada pela exploração da força de trabalho feminina e infantil em um ambiente sem infraestrutura adequada. Percebe-se que o serviço é realizado ao ar livre ou sob coberturas simples, deixando as trabalhadoras vulneráveis às condições climáticas adversas, como sol forte, frio e chuva. Além disso, a presença de crianças na atividade evidencia a exploração do trabalho infantil, uma realidade comum naquela época, muitas vezes em virtude da necessidade econômica das famílias operárias.

Já a década de 1950, no Brasil, é marcada por mudanças significativas nas discussões que envolvem o mundo do trabalho (Coutinho, 1985; Gomes, 1988). O salário mínimo, por exemplo, tornou-se um dos principais temas de debate político e econômico no país. Isso se reflete nas reclamações trabalhistas e nos direitos reivindicados, como a prática de pagamento do salário mínimo às trabalhadoras. A busca por seus direitos trabalhistas fez com que elas se apresentassem em juízo e, com isso, passassem a ser percebidas como agentes sociais que buscavam garantir, por tal via, a equidade no ambiente de trabalho.

No início do século XX, a cidade de Criciúma era centrada economicamente na mineração de carvão, o que atraiu muitos trabalhadores para a região. A CSN teve um papel importante no desenvolvimento da indústria carbonífera. Foi um período no qual houve investimentos em infraestrutura para suportar a crescente população e a produção de carvão, incluindo a construção de estradas e ferrovias para facilitar o transporte do minério. Com isso, a cidade experimentou um aumento populacional significativo graças às oportunidades de emprego nas minas de carvão, de forma que a vida social nela era marcada pela forte presença dos mineiros e suas famílias. Assim, festas e eventos comunitários que refletiam a cultura e as tradições dos trabalhadores do carvão eram comuns.

A partir da década de 1950, a luta pelos direitos trabalhistas passou a ser visível nas fontes pesquisadas. Do acervo consultado no período, 86 reclamações trabalhistas foram propostas por homens e 11 por mulheres, totalizando 97 ações identificadas que constam no Cedoc/Unesc. Então, foram 11 os processos analisados, sendo cinco deles protagonizados por mulheres que trabalhavam na escolha do carvão em diferentes carboníferas da região.

Logo, pela documentação disponível, foi possível identificar que, nessas empresas, as mulheres desempenhavam a função de escolhedeira de

carvão. Muito embora nesse contexto fosse uma atividade considerada uma mera “ajuda”, elas representavam uma força de trabalho bastante expressiva, principalmente durante as décadas de 1940 e 1950 (Carola, 2002).

Como afirmam Ostetto, Costa e Bernardo (2004, p. 111), o trabalho nas minas de carvão era uma atividade familiar:

O início do trabalho na mineração envolvia toda a unidade familiar. As primeiras minas ocupavam o trabalho de homens, mulheres e crianças. Ora por meio da extração, trabalho dos homens, ora por meio da escolha, trabalho das crianças e das mulheres. Ora através das atividades fora da mina, como o trabalho das mulheres para garantir o funcionamento dos lares.

Das cinco reclamações ajuizadas mencionadas, em duas havia documentos que possibilitaram identificar a idade das reclamantes, ambas com 17 anos. Já nas outras três ações essa informação não estava disponível, em razão da falta de referência em documentos e petição inicial.

Essas trabalhadoras residiam em vilas operárias, bairros como Santa Catarina, Operária Nova, São Marcos, Santo Antônio, Mina Brasil e Mina do Mato, todos em Criciúma. As vilas “constituíam-se em espaço de abrigo e controle da força produtiva. As empresas procuraram formar vilas como pequenas cidadelas, de tal forma que as pessoas não necessitavam sair da vila para terem atendidas suas necessidades” (Ostetto; Costa; Bernardo, 2004, p. 107).

Os processos identificam as empresas reclamadas: Carbonífera Cocal Ltda., Carbonífera Caeté Ltda., Companhia Carbonífera São Marcos e Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá. Além disso, mostram que o período de trabalho prestado pelas mulheres a essas empresas variou entre 1 e 3 anos.

Acerca dos pedidos, percebeu-se a predominância das reclamações de direitos relativos a diferenças salariais, presentes em quatro das reclamações analisadas. Em seguida, o pedido de pagamento de férias foi identificado em duas delas e, adiante, pode-se perceber que aviso prévio e indenização foram pleiteados, sendo cada pedido em uma ação diferente.

Os resultados desses cinco processos foram diversos: três foram resolvidos por acordo, um por sentença e um por arquivamento.

No primeiro acordo, a reclamação apresentada por D.G.⁷ contra a Carbonífera Caeté Ltda. se deu por conta de pagamento de salário e diferença salarial. O processo durou três anos (1957-1960) e teve, como conclusão, um acordo extrajudicial realizado entre as partes⁸.

O segundo acordo ocorreu na ação ajuizada contra a Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá, em que a reclamante M.C.G. pleiteava diferenças salariais não pagas. De acordo com a ação, ela foi contratada sem prazo determinado para trabalhar como escolhedeira de carvão e afirmou que, durante os meses de setembro e outubro de 1958, não trabalhou por determinação da própria reclamada, a qual alegou não haver serviço. Após, em dezembro do mesmo ano, foi demitida sem justa causa e sem receber o correspondente salário mínimo. O processo tramitou em 1959 e também foi concluído mediante acordo indenizatório⁹.

O terceiro acordo ocorreu nos autos de uma ação coletiva contra a Carbonífera São Marcos promovida por três homens e uma mulher, M.L.P.R., em que solicitavam indenização, aviso prévio, horas extras e férias. A reclamante alegava ter sido demitida sem justa causa, sem receber indenização nem horas extras. Cabe observar que ela não participou de uma das audiências ocorridas durante os dois anos de tramitação do processo (1959-1961) por motivos de saúde e, muito embora a ação tenha sido resolvida por acordo, para M.L.P.R., em razão de sua ausência, os efeitos do acordo não lhe alcançaram¹⁰.

No caso da reclamatória concluída por sentença, menciona-se a ação promovida por M.G., que, entre os anos de 1958 e 1959, trabalhou como escolhedeira e postulou, além de diferença salarial, o pagamento das férias e indenização. Ela alegava receber valor menor do que o salário mínimo, ter jornada de trabalho excessiva, das 7h às 11h e das 12h às 16h, e que, no dia 25 de junho de 1959, recebeu aviso prévio e, um mês depois, foi despedida sem receber indenização e férias. Sua ação foi solucionada por sentença judicial, confirmada pelo TRT, e teve o reconhecimento parcial dos direitos reclamados, que determinou o pagamento de diferenças salariais e certa indenização a seu favor.

⁷ Os nomes foram anonimizados em virtude da Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

⁸ Acervo Justiça do Trabalho, Cedoc/Unesc, caixa 2 dec. 1950, processo n.º 20.

⁹ Acervo Justiça do Trabalho, Cedoc/Unesc, caixa 6 dec. 1950, processo n.º 59.

¹⁰ Acervo Justiça do Trabalho, Cedoc/Unesc, caixa 5 dec. 1950, processo n.º 48.

A ação em que houve o arquivamento em virtude da ausência da reclamante à audiência foi a proposta por C.M.J. contra a Carbonífera Cocal Ltda. A reclamante, nesse caso, pleiteou diferença salarial sob a alegação de trabalhar na escolha do carvão e acumular a função de diarista. A ação foi arquivada após 4 anos de tramitação (1957-1961)¹¹.

A pesquisa também considerou a análise de outras seis ações que envolviam trabalhadoras de outros setores produtivos da região de Criciúma no mesmo período. Podem-se mencionar as ações promovidas contra as empresas: Cerâmica Santa Catarina Ltda.; Guerino Búrigo – Panificação e Fábrica de Bolachas; Antonio Clovis Perucci – Sociedade Irmãos Perucci e Vitorio Perucci; José Serafim; Casa Oliveira; e Hospital São José (Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho).

Das seis ações, duas tiveram a conclusão em razão da ausência das reclamantes, três foram encerradas por sentença judicial e uma foi encerrada mediante acordo estabelecido entre as partes. É possível observar que as principais reclamações residiam na ausência de cumprimento de jornadas, formalização de trabalho e precarização da remuneração praticada, além do caso de assédio sexual apresentado em juízo, que, para a época, destoava dos pedidos usualmente formulados.

Um dos dois processos em que a solução das demandas ocorreu por ausência das reclamantes em juízo, contra a empresa Cerâmica Santa Catarina Ltda., foi proposto por T.M., de 15 anos de idade à época do ajuizamento da ação, acompanhada de seu pai em sua representação legal. Admitida em 1953 na função de aprendiz, trabalhou por 7 meses, sendo desligada sem justa causa e sem prévio aviso. Sua reclamação baseou-se em irregularidades de jornada, acúmulo e desvio de função, na medida em que foi contratada como aprendiz, porém executava outras atividades, tais como transportadora, lixadeira e coloradora. Após seis anos de tramitação (1954-1960)¹², o processo foi concluído por não comparecimento da reclamante à audiência.

O outro caso é o da ação proposta pela reclamante O.L., de 15 anos à época, contra José Serafim. A autora foi contratada para atuar na construção civil, como bateadeira de tijolos. Essa é a única ação em que foi identificada uma pessoa física como reclamada e a primeira ação que teve, como principal

¹¹ Acervo Justiça do Trabalho, Cedoc/Unesc, caixa 2 dec. 1950, processo n.º 11.

¹² Acervo Justiça do Trabalho, Cedoc/Unesc, caixa 1 dec. 1950, processo n.º 07.

fundamento, o pedido de reparação em razão do assédio sexual sofrido pela trabalhadora. Além desse direito reparatório, ela pleiteou férias, indenização e diferença de salários. O processo tramitou por dois anos (1958-1960) e foi arquivado por ausência da reclamante à audiência¹³.

Também houve três ações cujas conclusões ocorreram por sentença judicial.

O primeiro caso é sobre uma ação do ramo de alimentos, promovida contra a Guerino Búrigo – Panificação e Fábrica de Bolachas, que teve como reclamante a trabalhadora M.C.B., de 45 anos à época. Ela pleiteava o pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de seu trabalho realizado durante um ano. No momento de sua demissão, não lhe foram pagas as verbas rescisórias e diferenças salariais. Então, após a tramitação regular da ação, a reclamada foi compelida a pagar os valores determinados em sentença. O processo teve duração de dois anos (1959-1961)¹⁴.

O segundo caso se trata de uma ação do segmento de saúde, promovida pela trabalhadora A.T. contra o Hospital São José (Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho). A reclamante contava com 16 anos de idade à época da ação. Ela trabalhou como auxiliar de enfermagem e servente pelo período de um ano, entre 1958 e 1959¹⁵. Sua reclamação baseou-se em direito ao repouso remunerado, férias, indenização, diferença de salário e auxílio enfermidade. O processo tramitou entre 1959 e 1960 e culminou com a condenação do reclamado ao pagamento das verbas pleiteadas. Merece destaque uma passagem do depoimento da representante da reclamada, Irmã F., ao se referir à regularidade de emprego de trabalho infantil que, segundo a depoente, foi o aconselhamento recebido de um representante do Ministério Público do Trabalho:

o próprio representante do Ministério do Trabalho de Criciúma lhe aconselhou a empregar menores para diminuir as despesas do hospital; que, o fiscal não lhe referiu que quando o menor presta serviço de maior tem direito a salário equivalente ao trabalho de maior; que o

¹³ Acervo Justiça do Trabalho, Cedoc/Unesc, caixa 5 dec. 1950, processo n.º 46.

¹⁴ Acervo Justiça do Trabalho, Cedoc/Unesc, caixa 2 dec. 1950, processo n.º 14.

¹⁵ Acervo Justiça do Trabalho, Cedoc/Unesc, caixa 7 dec. 1950, processo n.º 69.

conselho do fiscal do Ministério do Trabalho lhe foi dado há uns dois ou três anos¹⁶.

O terceiro caso é relacionado ao setor de comércio, sendo uma reclamação trabalhista proposta por A.F., com 20 anos de idade à época da ação, contra a Casa Oliveira. A reclamante trabalhou como vendedora por um ano, entre 1958 e 1959, e reclamou direitos como aviso prévio, diferenças salariais e horas extras, sobretudo no período natalino, em que trabalhou até as 24h. Ela alegou que seus pagamentos não ocorreram de forma regular e que foi obrigada a assinar recibos com valores maiores do que, de fato, recebia mensalmente, além de assinar recibos de pagamento mesmo sem receber, assim como sua folha de demissão, que assinou sem ler enquanto atendia um cliente. Ainda, disse ter recebido castigo (limpar as prateleiras e vidros) por ter faltado uma tarde no trabalho para cuidar de sua mãe, doente. Segundo a ação, A.F. foi despedida sem receber aviso prévio por ter pedido aumento salarial para o salário mínimo. A ação foi encerrada por sentença judicial que confirmou parcialmente seus direitos¹⁷.

Outra reclamatória diz respeito a uma ação proposta por uma trabalhadora do setor comerciário, M.G., admitida em 1958 na função de balconista. Ela foi ajuizada contra a empresa Antonio Clovis Perucci – Sociedade Irmãos Perucci e Vitório Perucci. A autora alegou irregularidades na sua contratação, como diferenças salariais, falta de assinatura da carteira de trabalho e aviso prévio. A ação tramitou por um ano (1959-1960) e teve como resultado um acordo extrajudicial¹⁸.

Pode-se perceber que, entre os principais pedidos reclamados pelas trabalhadoras, estão horas extras, férias, 13.º salário e o reconhecimento da relação de emprego, que, em certas oportunidades, foram negados pelos empregadores, diante da falta de anotação da Carteira de Trabalho.

Para além disso, é possível identificar a diversificação dos setores empresariais cricumenses reclamados que se somam às indústrias carboníferas, evidenciando o crescimento da cidade. Um indício desse fato é a aparição de

¹⁶ Trecho retirado do depoimento pessoal da reclamada Irmã F. (Acervo Justiça do Trabalho, Cedoc/Unesc, caixa 7 dec. 1950, processo n.º 69).

¹⁷ Acervo Justiça do Trabalho, Cedoc/Unesc, caixa 5 dec. 1950, processo n.º 50.

¹⁸ Acervo Justiça do Trabalho, Cedoc/Unesc, caixa 4 dec. 1950, processo n.º 36.

atividades profissionais desenvolvidas por mulheres: balconista, vendedora, forneira etc.

Assim sendo, a análise do conjunto das reclamações apontou não apenas a existência de um significativo trabalho realizado por mulheres e menores na região de Criciúma, como também a existência de reivindicações de seus direitos trabalhistas como agentes sociais.

Considerações finais

De forma geral, a análise dos processos trabalhistas na comarca de Criciúma entre as décadas de 1940 e 1950 demonstrou um panorama da luta das mulheres por direitos em um contexto de trabalho precário e desigual. As mulheres emergiram como agentes de transformação social ao reivindicarem seus direitos e contestarem uma estrutura que as invisibilizava, social e economicamente. Essas mulheres, sem rostos, são testemunhas da resistência feminina ao reformularem seu papel na sociedade e na economia. Elas não apenas lutaram por seus próprios interesses; elas contribuíram para a construção de um cenário que desafiava as normas de gênero vigentes. A principal reclamação era pela sua existência, na condição de trabalhadora, muitas vezes mediante as reclamações propostas.

Em relação à documentação analisada, é essencial destacar a sua importância como fonte de produção de conhecimento sobre as trabalhadoras e suas reclamações por reconhecimento de direitos sociais, suprimidos em suas relações de trabalho. A pesquisa, ainda, permitiu perceber outras possibilidades de abordagens de temas que podem ser objetos de estudos com base nos processos analisados, tais como: a estrutura do Poder Judiciário da época; a identificação e forma de atuação dos advogados, patrocinadores das causas; os juízes classistas e presidente; a participação dos sindicatos de trabalhadores como espaço de apropriação e exercício de direitos; a forma de escrita das petições; as sentenças e seus fundamentos; e os documentos apresentados em juízo ou mesmo a sua falta.

Cabe mencionar que o conjunto das reclamações trabalhistas que se encontram sob a guarda do Cedoc/Unesc não contempla a totalidade dos processos que tramitaram perante a Justiça do Trabalho da Comarca de

Criciúma no período de 1940 a 1980, especificamente em relação ao recorte da presente pesquisa, que é de 1940 a 1950. Ao cotejar, por exemplo, com os dados colhidos por Carlos Renato Carola (2002) nas fichas de registro de empregados de empresas da indústria carbonífera, podem-se observar informações importantes que não encontram correspondência nos processos recebidos pelo Cedoc. Um exemplo disso são os dados da reclamatória trabalhista promovida por M.M.L., que, de março de 1945 a março de 1951, atuou na Mina Rio Branco, em Içara (pertencente até 1961 ao município de Criciúma). Ela era uma mulher negra, solteira, contava com 14 anos à época e recebeu, em 1948, juntamente com outras colegas de trabalho, indenização referente à reclamação trabalhista. Provavelmente esse processo, proposto perante a Justiça Comum, foi arquivado antes da criação da JCJ de Criciúma, razão pela qual tais autos não se encontram no acervo da Justiça do Trabalho mencionado por Carola (2002).

Isso posto, ressalta-se que os processos são documentos relevantes na construção do conhecimento histórico. No entanto a insuficiência da identificação das partes envolvidas no processo, quiçá por conta da falta de relevância atribuída ao fato para fins das reclamatórias trabalhistas, dificulta, numa primeira análise, a investigação mais aprofundada do perfil das reclamantes, especialmente em relação à raça ou cor, o que permitiria abordar a questão racial como uma importante variável em estudos futuros.

De certa maneira, a pesquisa permitiu inferir que a Lei n.º 14.611/2023, que assegura expressamente a igualdade salarial entre homens e mulheres, é fruto de um longo processo de lutas de mulheres trabalhadoras contra a discriminação salarial em razão do gênero, ratificando os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988. Apesar da trajetória histórica de agência das mulheres que reclamam seus direitos em esfera judicial, até hoje, mais de 70 anos depois, esses direitos não são integralmente cumpridos, o que justifica a importância de pesquisas acerca do tema.

Referências

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União**, 1934.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei n.º 14.611, de 3 de julho de 2023. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2023.

CÂMARA, Mauricio Ruiz. Mineração e crescimento urbano em Criciúma: contribuições para um debate. In: GOULARTI FILHO, Alcides. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 375-382.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história.** As trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

COUTINHO, Sérgio. **O mundo do trabalho e a classe trabalhadora no Brasil.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

DROPPA, Alisson. Justiça do Trabalho e a conquista dos direitos: o direito de conhecer a história da Justiça do Trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 316-320, jan./jun. 2011.

GOMES, Angela de Castro. **História do movimento operário no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

MANDELLI, Bruno. **Das minas de carvão para a justiça:** as lutas dos mineiros acidentados de Criciúma/SC. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

OSTETTO, Lucy Cristina; COSTA, Marli de Oliveira; BERNARDO, Roseli. A casa e a vila: a família operária e a moradia na região carbonífera, 1913-1930. *In*: GOULARTI FILHO, Alcides. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 99-114.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. Disputas trabalhistas em comarcas do interior: Recôncavo da Bahia, 1940-1960. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 155-188, 2009.

SPERANZA, Clarice Gontarski. A Justiça do Trabalho e a historiografia social no Brasil: notas sobre percursos do projeto corporativista. **História**, São Paulo, v. 42, 2023.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Ana Paula Freitas de Albuquerque

Mestra em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Especialista em Teoria e História da Arte pela Unesc e em Direito e Processo do Trabalho pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (Cesusc). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Atualmente, cursa História pela Unesc e integra como pesquisadora o Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural, Histórias e Memórias, desenvolvendo o projeto “Quando reclamar é (re)existir: a luta das mulheres na Justiça do Trabalho no sul de Santa Catarina”, sob coordenação da Profa. Dra. Daniela Pistorello.

Antonio Luiz Miranda

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor na rede estadual de Santa Catarina durante 19 anos e dos Cursos de História e Economia da Unesc durante 14 anos. Atualmente leciona na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), ministrando principalmente História da América, e atua como pesquisador em dois projetos de pesquisa. Autor do livro *Bairro da Juventude 50 anos de história – a filantropia na poeira do carvão* e de vários artigos e capítulos de livros com temas relacionados à História Social.

Bruno Mandelli

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com doutorado sanduíche pela Ruhr-Universität Bochum, Alemanha. Mestre em História Cultural e bacharel e licenciado em História pela UFSC. Ênfase em pesquisas na área de História Social do Trabalho, sobre especialmente os(as) trabalhadores(as) da mineração de carvão no Sul do Brasil.

Clarissa Rabelo Nackes Vieira

Graduanda em História – Licenciatura pela Unesc. Atua desde 2023 na pesquisa intitulada “Quando reclamar é (re)existir: a luta das mulheres na Justiça do Trabalho no sul do estado de Santa Catarina”, coordenada

pela Profa. Dra. Daniela Pistorello. Integra como pesquisadora o Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural, Histórias e Memórias. É bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) desde 2024.

Cleber Borges da Silva

Doutorando e mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Unesc. Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Graduado em Eletromecânica pela Unesc, em Matemática pela UFSC e em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Desenvolve pesquisas sobre sindicalismo, com ênfase nos eletricitários.

Daniela Pistorello

Possui pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) e pós-doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Realizou doutorado sanduíche na Universidade Politécnica da Catalunha (ETSAB/Barcelona/Es). Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integra os grupos de pesquisa Cidade, Cultura e Diferença (Univille) e Patrimônio Cultural, Histórias e Memórias (Unesc). Professora colaboradora da Olimpíada Nacional em História do Brasil, presidente do Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil / 2024-2027), editora da Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate (RDSD), periódico do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Unesc. Pesquisadora na área de Mundos do Trabalho, Patrimônio Cultural, com ênfase em patrimônio industrial e inventários culturais, itinerários culturais e economia da cultura, e Ensino de História. Professora do curso de Licenciatura em História da Unesc e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

Emanuel Amílcar Sebastián Marrón

Contador Público Nacional de la UNER. Maestría en “Maestría en Desarrollo Socio Económico” - Facultad de Ciencias Economicas; Universidad Nacional de Entre Ríos. Año de finalización: 2023. Especialista en Desarrollo Territorial - Facultad CS. de la Gestion; Universidad Autonoma de Entre Ríos - Año de finalización: 2022. Especialista en desarrollo industrial, sustentable y tecnología - Facultad de Ciencias Economicas; Universidad Nacional de Entre Ríos.

Federico Manuel Tálamo

Es profesor en Historia (UADER), especialista en Metodología de la Investigación (UNER) y doctorando en Ciencias Sociales (UNER). Docente concursado de Investigación Educativa (FHAyCS-UADER), Metodología de la Investigación (FCS-UNER), Metodología de la Investigación Histórica (FHAyCS-UADER) y Política Educativa (FHAyCS-UADER). Se especializa en historia del sindicalismo docente, historia y política de la educación argentina, identidad y regulaciones del trabajo docente y métodos de investigación social y educativa. Ha participado como organizador y expositor en diversos congresos y otros eventos académicos, es autor y evaluador de publicaciones científicas, dirige tareas de de investigación y ha sido jurado de trabajos finales de grado y posgrado. Integra el Centro Regional de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (CRIHCS-FHAyCS-UADER), el Instituto de Investigaciones Pedagógicas Marina Vilte de CTERA, la Red Latinoamericana de Estudios sobre Trabajo Docente (Red ESTRADO) y la Red de Investigadores sobre Asociativismo y Sindicalismo de los Trabajadores de la Educación (Red ASTE). Actualmente dirige el Instituto de Investigaciones y Estadísticas de AGMER.

Gabrieli Bettiol

Graduanda em História – Licenciatura pela Unesc. Bolsista desde 2024 do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), em que realiza atividades de organização vinculada à coleção da Justiça do Trabalho (1940-1980) em Criciúma. Integrante do Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural, Histórias e Memórias, desenvolvendo o projeto intitulado “Quando reclamar é (re)existir: a luta das mulheres na Justiça do Trabalho no sul de Santa Catarina”, sob coordenação da Profa. Dra. Daniela Pistorello. Também participa do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEGen).

João Henrique Zanelatto

Doutor em História pela PUCRS. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e do curso de História da Unesc. Líder do Grupo de Pesquisa em História Econômica e Social de Santa Catarina (Unesc). Coordena o GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História – Seção Santa Catarina (ANPUH/SC). É autor e organizador de vários livros, entre eles destacam-se *De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas* (2012), *Mundos do trabalho em Santa Catarina* (2019), *Imprensa e poder em Santa Catarina na Segunda República* (2022), *Migrações, identidade e trabalho na contemporaneidade* (2023), *Mundos do trabalho em Santa Catarina – volume 2* (2024).

Juan M. Schroeder

Profesor en Historia por la Universidad Autónoma de Entre Ríos. Actualmente se encuentra cursando la Licenciatura en Historia en esa misma casa de estudios. Profesor en el nivel secundario (medio) y en la Universidad Autónoma de Entre Ríos. Su investigación se centra en el análisis de la economía entrerriana del siglo XX y cómo esta fue estructurando el devenir de la provincia.

Karen Elizabeth Catelotti

Es Profesora en Historia y Licenciada en Pedagogía por la Universidad Autónoma de Entre Ríos, Doctoranda en Ciencias Sociales en la Universidad Nacional de Entre Ríos y Becaria Doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, con asiento en el Instituto de Estudios Sociales (CONICET-UNER). Es docente de la carrera de Historia, en la Facultad de Humanidades Artes y Ciencias Sociales (UADER). Autora de numerosos artículos científicos e integrante de proyectos de investigación con sede en las antes mencionadas universidades. Actualmente sus temas de investigación refieren al trabajo asalariado rural en la provincia de Entre Ríos durante el siglo XX y XXI, y el desarrollo de la producción avícola en la región en el mismo periodo.

Keila Micaela Schwarz

Profesora en Historia y estudiante de la Licenciatura en Historia en la FHAYCS-UADER. Profesora de nivel medio y en el nivel superior (FHAYCS UADER). Su investigación se centra en el análisis del estudio de género en el trabajo fabril de la industria cárnica entrerriana durante la década del sesenta.

Liziane Acordi Rocha

Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico pela Unesc. Especialista em Arquivologia e historiadora. Atua no Cedoc/Unesc, em que desenvolve atividades de organização de acervos, preservação documental, assessoria técnica e ações educativas voltadas a memória, patrimônio e fontes históricas. Possui experiência em projetos de ensino, pesquisa e extensão que articulam memória social, patrimônio cultural e educação histórica. Sua trajetória combina sensibilidade com rigor técnico, contribuindo para a valorização das memórias locais e o fortalecimento da cidadania por meio da História.

Mariana Jakabson Lavezzo

Graduanda em História – Licenciatura pela Unesc. Integra o Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural, Histórias e Memórias, em que desenvolve o projeto de pesquisa de iniciação científica intitulado “Quando reclamar é (re)existir: a luta das mulheres na Justiça do Trabalho no sul do estado de Santa Catarina”, sob coordenação da Profa. Dra. Daniela Pistorello. É bolsista do Cedoc/Unesc, atuando em atividades ligadas ao acervo do Sindicato dos Mineiros de Criciúma (SC). Em 2024 e 2025 foi bolsista do programa PET-Saúde Equidade, coordenado pelo Dr. Rafael Amaral Oliveira. Também foi bolsista do Pibid nos anos de 2023 e 2024.

Matías Leonel Romero

Licenciado en Economía y Doctorando en Ciencias Sociales por la Universidad de Entre Ríos. Becario doctoral cofinanciado por UNER y CONICET con lugar de trabajo en el Instituto de Estudios Sociales, su tema de trabajo es Juventudes e inserción laboral en la provincia de Entre Ríos. Docente de Facultad de Ciencias de la Gestión (UADER) y Facultad de Ciencias Económicas (UNL).

Maximiliano Camarda

En 2006 se graduó de licenciado en historia en la UNMdP. Se graduó de profesor en historia en el 2013 en la UNMdP. Inició su de investigación en 2010 con una beca de Conicet, y realizó una Maestría en la UNMdP y un Doctorado en Historia en la UNLP que finalizó en 2013 y 2015 respectivamente. Investigó sobre la economía y población del Río de la Plata durante el siglo XVIII y XIX. En el 2016 continuó con una beca post doctoral de CONICET. Ingresó a Carrera de Investigador de Conicet en 2019 y desde el 2023 es investigador adjunto. Desde el 2017 se encuentra trabajando sobre la economía, transporte y políticas públicas de Entre Ríos para los siglos XIX y XX. En 2017 cambió su lugar de trabajo al CITER (Centro de Investigación y Transferencia de Entre Ríos)/INES (Instituto de Estudios Sociales) en la provincia de Entre Ríos.

Rodolfo M. Leyes

Profesor y Licenciado en Historia por la Universidad Autónoma de Entre Ríos, Doctor en Historia por la Universidad de Buenos Aires. Fue becario doctoral y posdoctoral del CONICET e Investigador Asistente en el Instituto de Estudios Sociales (INES-CONICET-UNER). Además, profesor en la Universidad Autónoma de Entre Ríos. Se especializa en la formación de la clase obrera entrerriana y su movimiento obrero en una investigación histórica de largo aliento que abarca la segunda mitad del siglo XIX hasta la aparición del peronismo. Es autor de *La Fragua y el surco. Clase obrera y lucha de clases en Entre Ríos, de Urquiza a Perón, 1854-1943* (Ediciones RyR, 2024) Autor de una veintena de artículos académicos en revistas nacionales e internacionales, así como colaborador en libros colectivos y prologuista.

Rodrigo da Costa Lima

Doutor em Desenvolvimento Socioeconômico pela Unesc. Mestre em Sociologia e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de Sociologia do IFSC – *Campus Araranguá*.

Tatiane Beretta

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Unesc. Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico e graduada em História pela Unesc. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Gênero e Raça (Negra). Professora de História da rede estadual.

Na obra, os leitores encontrarão investigações de 20 pesquisadores brasileiros e argentinos sobre os mundos do trabalho. Os estudos aqui reunidos contribuem não apenas para a ampliação e circulação de conhecimentos, mas também instigam um exercício comparativo que enriquece as análises, permitindo identificar convergências e divergências nas trajetórias das classes trabalhadoras dos dois países. Trata-se, portanto, de uma obra que dialoga com o presente sem renunciar à historicidade dos processos sociais, demonstrando que compreender os mundos do trabalho é também compreender os mundos da luta e da resistência.

La obra busca interpelar a un/a potencial lector/a que encuentre en los ensayos no solo una descripción realista de luchas obreras, resistencias, organización sindical y experiencias — reconstruidas con abundantes fuentes consultadas y analizadas a la luz de categorías adecuadas a los objetos de estudio —, sino que también revela un fin programático: “propiciar la construcción de un espacio de resistencia”. El libro asume, de manera enfática, que la función del conocimiento sigue siendo contribuir a la transformación social, en clave de construcción de una sociedad más justa e igualitaria.

